

Dimensões

Revista de História da Ufes

38

2017



NPIH

PPGHIS
UFES



HISTÓRIA
UFES

ISSN 2179-8869

ISSN 2318-9304

Dimensões

Revista de História da Ufes

Conselho editorial

Patrícia Merlo (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Cristina Dadalto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho consultivo

Alexandre Avellar (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Angelo Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Angelo Priori (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Dulce Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fabiana de Souza Fredrigo (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Fernando Nicolazzi (Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Brasil)

Francisca Nogueira Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Gizlene Neder (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Herbert S. Klein (Columbia University, United States of America)

Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Carlos Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luiz Fernando Saraiva (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Manolo Garcia Florentino (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Márcio Seligman-Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marco Antônio Lopes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Marcos Luiz Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Maria Beatriz Nader (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, España)

Miliandre Garcia (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Norberto Luiz Guarinello (Universidade de São Paulo, Brasil)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Quentin Skinner (University of Cambridge, England)

Renan Friguetto (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Ricardo de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Editores, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, 2º andar IC-3, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910. Tel.: 55 27 4009-2507. E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da Ufes é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como *Revista de História*, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para *Dimensões – Revista de História da Ufes*, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, *Dimensões* passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários. Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à *Dimensões*: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B1 no *Qualis* de periódicos elaborado pela Capes. A principal missão de *Dimensões* é divulgar a produção intelectual de pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com profissionais do exterior. A revista apresenta ainda uma notável abertura transdisciplinar, acolhendo contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas além da História.

Ficha catalográfica

Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, volume 38, junho, 2017, 278p.

Semestral
ISSN 2318-9304

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Artigos

- 7 Apresentação
Patricia Merlo
- 9 Danças dramáticas no Atlântico: os olhares estrangeiros sobre a festa do congado na sociedade escravista
Leonara Lacerda Delfino
- 29 Guerra aos *Desorganizadores, Anárquicos e Republicanos*: a repressão à imprensa radical no Primeiro Reinado e Regência
Arthur Ferreira Reis
- 47 Entre bailes, saraus e outras festas: ativismo de mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista
Fabiana Francisca Macena
Diva do Couto Gontijo Muniz
- 69 Almas ousadas, naturezas impetuosas: crime e degenerescência na literatura de Bram Stoker (1847-1912)
Evander Ruthieri da Silva
- 98 Da corte ao Estado Novo: singularidades em Mozart e Villa-Lobos
Carlos dos Passos Paulo Matias
João Henrique Zanelatto
- 120 Escrita biográfica e escrita da história no pensamento de Wilhelm Dilthey
Alexandre de Sá Avelar
- 143 Homenagem a Oliveira Lima na *Revista de História* (1912-1928), uma publicação periódica portuguesa, dirigida por Fidelino de Figueiredo
Nuno Bessa Moreira
- 168 Roupas protetoras decorando a infância na Segunda Guerra Mundial (Brasil, 1942-1945)
Ivana Guilherme Simili

- 195 Connivencia y oposición: la Unión Cívica Radical frente al gobierno peronista, Jujuy, Argentina (1952-1955)
Fernando Aníbal Castillo
- 214 Travestis e transexuais no jornal *Lampião da esquina* durante a ditadura militar (1978-1981)
Edlene Oliveira Silva
Alexandre Magno Maciel Costa e Brito
- 240 Um nazista na Volkswagen do Brasil: Franz Stangl e a cooperação entre militares e industriais durante a ditadura militar brasileira
Felipe Cittolin Abal
- 257 “O pensamento é a guerra”: as representações da guerra presente em algumas canções do *rock* nacional da década de 1980
Gustavo dos Santos Prado

Artigos

Apresentação

É com grande satisfação que tornamos pública a edição 38 da *Revista Dimensões*, referente ao primeiro semestre de 2017. Esse número reúne vários artigos livres que certamente despertarão o interesse não apenas dos historiadores, mas dos leitores em geral.

A seleção apresenta estudos originais que recortam desde trajetórias, passando por representações, música e impressos. Dialogando com diferentes temporalidades e objetos, as pesquisas aqui apresentadas revelam um pouco da variedade de temáticas, usos de fontes e possibilidades de diálogo com distintas metodologias para uma compreensão mais ampla da própria história.

Iniciamos com o Oitocentos brasileiro em diferentes perspectivas. Primeiro, por meio dos olhares estrangeiros sobre a festa do congado na sociedade escravista. Em seguida, na repressão à imprensa radical no Primeiro Reinado e Regência. Já no terceiro artigo, o foco está no ativismo de mulheres no abolicionismo mineiro.

A literatura é alvo de análise a partir de dois textos do anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912). As trajetórias de Mozart e Villa-Lobos são analisadas em suas singularidades, especialmente, na busca por um lugar na sociedade de suas épocas. Em seguida, as relações entre biografia e escrita da história presentes na obra de Wilhelm Dilthey. Ainda no campo da historiografia, apresentamos um estudo luso sobre a *Revista de História* (1912-1928) em homenagem a Oliveira Lima.

As políticas da maternidade e da infância são examinadas por meio da abordagem das roupas confeccionadas por mulheres brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, são discutidas a produção de práticas e discursos pela *Unión Cívica Radical* durante o governo peronista (1950).

Dois estudos tratam sobre temas relacionados à ditadura brasileira: o primeiro analisa as representações das travestis e transexuais nos discursos do jornal *Lampião da Esquina* entre 1978 a 1981. O segundo, discute a

colaboração de Franz Stangl, um criminoso nazista, com o regime ditatorial militar, atuando na Volkswagen do Brasil. Fechando a edição, a música está de volta em um artigo que procura problematizar as formas como os grupos de *rock* brasileiro representaram em suas obras a temática da guerra na década de 1980.

A presente edição revela a consolidação de parcerias internacionais e a procura por parte dos pesquisadores por este periódico como um espaço para divulgação de suas publicações. Aos autores nosso agradecimento pela contribuição! Aos leitores fica nosso convite para apreciar, refletir e dialogar com a diversidade de pesquisas que são atualmente desenvolvidas no cenário científico nacional e internacional.

Boa leitura!

Patricia M. S. Merlo
Editora-chefe.

*Danças dramáticas do Atlântico: os olhares estrangeiros sobre a festa do congado na sociedade escravista**

LEONARA LACERDA DELFINO**
Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: O ritual de coroação de reis negros, também conhecido como reinados e, posteriormente, festa do congado ou congada, tem suas origens na sociedade escravista e na expansão do catolicismo e do império português, através dos processos de hibridização cultural no mundo atlântico. Estes festejos geralmente aconteciam durante a confraternização dos santos patronos das irmandades negras e tinham como ponto alto a entronização do rei, o cortejo festivo, a musicalidade e corporeidade dançante como elementos de comunicação com o sagrado. Para a análise destas dramatizações atlânticas, utilizamos os depoimentos de viajantes das expedições científicas, com vistas a compreendermos os *aspectos indiciários* presentes em suas narrativas etnocêntricas capazes de servirem como parâmetros de diálogos com os elementos procedentes do catolicismo centro-africano.

Palavras-chave: Festa do Rosário; Catolicismo centro-africano; Coroação dos reis congos.

Abstract: The ritual of coronation of black kings, also known as reigns and later feast of the congado or congada, has its origins in the slave society and the expansion of the catholicism and the Portuguese empire, through the processes of cultural hybridization in the Atlantic world. These celebrations usually took place during the fraternization of the patron saints of the black brotherhoods and had as their high point the enthronement of the king, the festive procession, the musicality and dancing corporeity as elements of communication with the sacred. For the analysis of these Atlantic dramatizations, we used the testimonies of travelers from scientific expeditions, with a view to understanding the indicia present in their ethnocentric narratives capable of serving as parameters for dialogues with elements coming from Central African Catholicism.

Keywords: Feast of the Rosary; Central African Catholicism; Coronation of the Congo King.

* Recebido em 16/12/2016 e aprovado para publicação 17/04/2017.

** Realiza estágio pós-doutoral em História na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutora e mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Este artigo corresponde a um trecho de minha tese de doutoramento (cf. DELFINO, 2015). E-mail: leonaralacerda@yahoo.com.br.

Introdução

O processo de redefinição identitária das populações da diáspora estabelecidas no Novo Mundo e a dimensão da ancestralidade associada ao parentesco confraternal – juntamente com os laços espirituais personificados nas figuras sacralizadas dos reis centro-africanos – foram elementos preponderantes nas motivações dos irmãos do Rosário na celebração dos reinados ou congados. Segundo Elizabeth Kiddy (2008, p. 165-166), os *reis congos* se constituíram em mediadores exponenciais – através de suas ações rituais – da conexão entre o mundo dos *vivos* e o mundo dos *mortos*. Deste modo, a imagem mítica construída em torno da memória dos reis africanos cristãos – como propagadores da *fé* em combate aos *reinos pagãos* – possibilitou a construção de uma *identidade organizacional compartilhada*¹ por membros da comunidade, fortalecendo, assim, os vínculos de uns com os outros exilados, por intermédio de uma noção de ancestralidade reconstruída conforme as *condições situacionais* impostas pela diáspora no Novo Mundo.

Esses pontos de interseção tomados como referências definidoras na diáspora se tornam compreensíveis quando a experiência da pré-travessia é levada em conta na construção da análise do contexto multicultural do exílio. Mello e Souza (2001, p. 253) afirma, a partir da leitura de Thornton (2004), que o “cristianismo teve significativa penetração no Reino do Congo, notadamente entre as linhagens governantes.” Sendo assim, a religião desenvolvida a partir da missionação na África Central – com o trabalho de capuchinhos, carmelitas, jesuítas e outras ordens religiosas – foram traduzidas ou integradas às concepções *bantas*, elaborando, assim, um *catolicismo centro-africano de contato*. Esta apropriação cultural religiosa

¹ Quando tratamos sobre a *identidade*, devemos considerá-la como processo dinâmico, mutável e interacional, em construção permanente, conforme as contingências históricas e agenciamento protagonizado por seus sujeitos em contato. Nesse sentido, concordamos com F. Barth (2000, p. 25) a despeito da mobilidade das identidades étnicas, isto é, do seu papel intercambiável, fluído e adaptável de acordo com os aspectos situacionais e dos referenciais contextuais auto-atributivos e externos em relação aos modos de pertencimento em um grupo cultural.

só foi possível em função da plasticidade desses sistemas de crenças por permitir, com base em uma estrutura de *revelação*, a incorporação de preceitos convergentes aos ideais de *ventura e desventura*, princípios ordenadores do universo cosmológico daquelas populações afro-centrais (THORNTON, 2004, p. 253).

Nesse sentido, o ritual de coroação dos reis congos foi um costume construído no contexto das relações atlânticas de expansão do império português, forjada pela *religiosidade de contato* impulsionada pelo projeto missionário católico cujo mesmo empreendimento evangelizador buscou legitimar, acima de tudo, a ação da coroa portuguesa no ultramar. Desse modo, este artigo se propõe a analisar, pelo *método indiciário*, as zonas de contato cultural com vistas o entendimento dos processos de hibridizações da religiosidade atlântica pelos quais delinearão os festejos do congado na sociedade escravista (GINZBURG, 1989, p. 147). Todavia, compreendemos que tal abordagem historiográfica busca valorizar o procedimento “interpretativo, centrado sobre os resíduos” ou “dados marginais” também reveladores das relações de apropriação e de construção das *representações culturais*.² O uso dos aportes narrativos dos testemunhos oculares da coroação dos reis congos na sociedade escravista, a partir da literatura dos viajantes, nos possibilita a construção de relações indiciárias e interpretativas acerca da apropriação de símbolos e da re-significação da linguagem religiosa centro-africana fundadas na plasticidade dos sistemas de revelação (THORNTON, 1994).

Não obstante, consideramos que, ao lado da catolicização, houve uma africanização dos símbolos religiosos no âmbito das irmandades negras e de suas expressões festivas, em razão do *sentido dialógico* impresso nessas

² Entendemos apropriações como formas múltiplas de interpretação que são construídas em meio aos embates diretos e disputas implícitas para a definição de maneiras de representar o mundo. Segundo Chartier (2002, p. 59), essa noção não se coaduna com a percepção de passividade de “leitura” da realidade, onde é possível identificar um emissor e receptor das representações, como se as mensagens transmitidas tivessem nelas *sentidos intrínsecos*, totalmente independente da significação atribuída pelos sujeitos. Deste modo, “anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações.”

trocas culturais constituírem parte do complexo processo de *hibridização cultural* atlântica.³ Por seu turno, o processo de interação/conflito/trocas culturais foi capaz de promover sentidos inéditos e imprevisíveis, enquanto expressões desta permutabilidade. Nesta perspectiva, a congada se estabelece como expressão da religiosidade atlântica, ou seja, surge como algo novo, inesperado, fruto da religiosidade de contato entre os mundos lusitano/afro/afro-americano. Sua particularidade consiste no aspecto de imprevisibilidade de suas linguagens míticas (versos cantados), de sua corporeidade (gestos rituais) e da transmissão oral de memórias recriadas e *re-semantizadas* na experiência de segregação do exílio e do cativo.

As imagens estrangeiras da coroação dos reis congos

As construções imagéticas acerca dos *reinados* e das festividades do Rosário se tornaram alvo de interesse dos viajantes estrangeiros que aqui estiveram durante as chamadas *expedições científicas*. Incentivadas pela Coroa portuguesa, desde a segunda metade do século XVIII, estas expedições tinham por finalidade explorar as potencialidades dos recursos naturais no âmbito da geologia, da cartografia e, em segundo plano, descrever sobre as práticas culturais dos diferentes segmentos componentes do caldeirão multiétnico cultural da sociedade colonial. Não obstante, a infantilização/exotização dos povos, a idealização da *natureza exuberante*, o postulado de *civilização* e da razão iluminista estiveram presentes na forma como esses estrangeiros apreenderam e recriaram, em suas aquarelas, as impressões sobre a sociedade escravista.

Nesse sentido, os depoimentos estrangeiros não são uma descrição precisa nem representam um “retrato” da sociedade, mas são

³ Segundo Canclini (1998, p. 18-19, grifos nossos): “a hibridização *não é sinônimo de fusão sem contradições*, mas sim que pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade [...]. [Deste modo] entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar *novas estruturas, objetos e práticas*. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado das hibridizações, razão pela qual *não podem ser consideradas fontes puras*”.

indícios repletos de intencionalidades que trazem as marcas históricas e temporais, como também de subjetividades dos seus sujeitos/autores, revelando suas mundividências, crenças, costumes e idiossincrasias caras a seu tempo. Todavia, as imagens dos festejos são portadoras de valores, mentalidades e escolhas subjetivas daqueles que enunciavam tais narrativas e representações imagéticas.⁴

Por seu turno, artistas estrangeiros da segunda metade do Setecentos (Carlos Julião) e da primeira metade do século XIX (Jean Baptiste Debret, Henri Koster, Johann Pohl, Spix e Martiuns e o Conde de Castelneau) contribuíram com relatos detalhistas sobre a dramatização e composição dos festejos, com suas entronizações dos reis do Rosário, o uso de máscaras e outras insígnias utilizadas durante a dramatização dançante das memórias do *reino do congo cristão* em combate com os reinos pagãos. Todavia, as impressões destes botânicos, naturalistas, cartógrafos e artistas nem sempre eram consonantes entre si. Enquanto Castelneau assegurou a grande influência do rei sobre os companheiros de senzala, os alemães Spix e Martiuns ressaltaram o poder meramente fictício e ilusório desses personagens, sem nenhuma incidência sobre os demais companheiros *pretos* (CASTELNAU, 1949). É necessário, antes de tudo, considerarmos estes personagens como “filhos do seu tempo” e as acepções etnocêntricas presentes em suas narrativas como valores hegemônicos de suas épocas para, assim, apreendermos outros significados contidos nas entrelinhas desses testemunhos.

Em visita ao Brasil, o artista militar Carlos Julião (1960) exprimiu em aquarela algumas cenas cujo tema se centrava na festa da coroação de reis negros no Rio de Janeiro e no Serro Frio (Minas Gerais). As imagens abaixo reportam-se à uma descrição em que reis e rainhas se achavam ricamente vestidos e protegidos por um grande *guarda-sol*. Semelhante ao distintivo usado por alguns membros reais das cortes políticas do Reino do Congo, este objeto poderia remeter a outros significados para além da funcionalidade prática de proteção solar que, aparentemente, representa o aspecto mais visível.⁵

⁴ Sobre a imagem como fonte histórica, ver: Paiva (2002, p. 17).

⁵ O guarda-sol tinha por objetivo marcar a centralidade da figura real, por isso trazia uma “função muito mais simbólica do que prática” (MELLO; SOUZA, 2002, p. 227).

Na primeira aquarela nota-se a rainha ricamente vestida e coroada. Em uma de suas mãos, havia o símbolo do cetro. O vestido amarelo trazia bordados com detalhes azul-escuro e o manto vermelho, carregado por um dos pajens, possuía, nas pontas, acompanhamentos de franjas douradas em sua terminação. Um dos pajens situados atrás da rainha segurava o guarda-sol, como sombreiro, e o séquito, formado por mulheres, tocava instrumentos, provavelmente relacionados aos *tambores*, o *ganzá* e a *marimba* (Figura 1).

Figura 1 - Coroação de uma Rainha, Festa de Reis, Rio de Janeiro, 1776



Fonte: Julião (1960, p. 36).

Na aquarela seguinte, a descrição é semelhante à primeira imagem. O rei se encontra vestido de negro com uma sobressaia e um manto vermelho bordado. Em uma das mãos portava o distintivo do cetro, além de trazer também o símbolo máximo da realeza: a coroa. O séquito de confrades chama atenção pelas roupas coloridas e uso de adereços na cabeça. Dos dois pajens que seguiam o rei, um deles segurava o manto e parecia ser criança, quanto o outro carregava um guarda-sol. Alguns instrumentos empunhados pelos confrades são facilmente identificáveis, como o *pandeiro*, o *violão*, o *tambor* e a *marimba*. No final do cortejo havia uma mulher negra com o uso de um turbante e de um manto que revestia seus ombros, podendo ser um dos apreciados tecidos conhecidos como *panos da costa*, muito utilizados pelos escravos e forros da Costa da Mina. Fica evidente

também a preocupação do artista em transmitir a impressão de movimentos corporais dos integrantes da cena retratada (Figura 2).

Figura 2 - Coroação de um Rei no Festejo de Reis



Fonte: Julião (1960, p. 39).

A irmandade incorporada e seu séquito, formada por reis, rainhas, embaixadores, príncipes e dançadores, também foi tema dos olhares estrangeiros oitocentistas que por aqui passaram. Em visita ao Arraial do Tejuco (capitania das Minas), durante a celebração da subida ao trono de Dom João VI, em 1818, os naturalistas alemães, formados pela Academia de Munique, registraram as seguintes impressões acerca da coroação dos *reis congos* naquela localidade:

Também os negros esforçaram-se por festejar, a seu modo, essa extraordinária solenidade patriótica; para isso, acharam justamente então mais adequados escolherem um rei dos pretos. É costume dos negros do Brasil nomearem todos os anos um rei e sua corte. Esse rei não tem prestígio algum político nem civil sobre os seus companheiros de cor; goza apenas da dignidade vaga tal como o rei da fava, no dia de Reis da Europa, razão porque o governo luso-brasileiro

não opõe dificuldade alguma a essa formalidade sem significação. Pela votação geral foram nomeados *Rei Congo e Rainha Xinga, diversos príncipes e princesas*, com seis *mafucas* (camareiros e camareiras) e dirigiam-se em procissão à igreja dos pretos. Negros levando o *estandarte* abriram o préstito, seguiam-se ouros levando as imagens do Salvador, de São Francisco, da Mãe de Deus, todas pintadas de preto, com capinhas vermelhas e roxas, todas rôtas, enfeitadas com grandes *penas de avestruz*, anunciando o regozijo ao som de *pandeiros, chocalbos, de ruidoso canzá e da chorosa marimba: marchava à frente um negro de máscara preta, como mordomo, de sabre em punho, depois os príncipes e princesas, cujas caudas eram levadas por pajens de ambos os sexos; o Rei e a Rainha do ano antecedente ainda com cetro e coroa; e finalmente o real par recém-escolhido, enfeitado com diamantes, pérolas, moedas e preciosidades de toda espécie, que haviam pedido emprestado para essa festa; a rabadilha do séquito era composta por gente preta, levando círios acesos nos bastões forrados de papel prateado chegando à igreja da Mãe de Deus, preta e só de negros, o rei deposto entregou o cetro e a coroa ao seu sucessor [...] (SPIX; MARTTUNS, 1938, p. 40-41, grifos nossos).*

As insígnias reais – como o cetro, a coroa e a capa de calda enfeitada com diamantes, pérolas, moedas e “preciosidades de toda espécie”, citadas no trecho – conferiam o efeito de persuasão da aparição dos os reis, do mesmo modo, o aparato musical se fazia necessário para a comoção do público assistente. Na visão dos naturalistas, esta expressão musical causou-lhes enorme estranheza, pois a sonoridade dos tambores, flautas, pandeiros, chocalhos e da “chorosa marimba” foi traduzida neste relato como “algazarra infernal”. A melodia cadenciada pelo toque das batidas de caixa marcava os movimentos dos dançadores que anunciavam, através da linguagem corporal da dança, o “enviado” do grupo – o rei. No decorrer do préstito, os mascarados encenavam pulos, cabriolas (cambalhotas), além das “mais singulares caretas e as mais profundas medidas”. Ao fim do cortejo, se aproximavam os dançadores devotos da figura real, e entregavam à realeza negra muitas prendas, além de o saudarem com muita reverência e gracejo.

Como se pode notar, a leitura nas entrelinhas deste estranhamento dos naturalistas remete ao caráter híbrido do festejo e dos gestos rituais de entronização dos reis negros. O uso de insígnias não diz respeito somente à catolicização do rito híbrido na colônia. Além do cetro, da coroa e do manto, há que se destacar o uso das *penas de avestruz*, um distintivo da realeza africana⁶, junto ao acompanhamento dos *mafucas*, certamente um termo readaptado na diáspora para reportar-se aos *mafukes* – comerciantes centro-africanos, responsáveis pela mediação comercial e cultural entre os povos da Costa Centro-ocidental e europeus. A menção à figuração de uma *rainha Jinga*, como inimiga do rei congo católico, evoca a construção de memórias na diáspora e a re-significação dos combates de expansão do cristianismo promovida pela corte congoleza em África. As danças dramáticas, os discursos cantados, o uso de máscaras e feitos de cambalhotas, junto ao cortejo de fiéis, com velas nas mãos, expressam um universo cultural complexo pelo qual os viajantes não tinham condições para decodificar, em virtude das contradições de valores culturais entre os dois mundos.

Em contraste com alguns pontos apresentados pelos naturalistas alemães, Henry Koster (1942, p. 353), ao visitar o Brasil entre 1809-1820, ressalta o uso de uma indumentária precária da entronização de reis negros ao festejarem o dia da santa padroeira dos escravos – Nossa Senhora do Rosário em um distrito rural de Pernambuco. O senhor inglês e também senhor de engenho, descreve com certo tom de escárnio o *ritual de inversão* feito pelos negros, por ocasião da celebração da irmandade católica:

[...] com bandeiras ao vento e tambores soando [...] cada um dos [reis] trazia na cabeça na cabeça uma coroa de papel colorido dourado. O Rei estava vestido com uma velha roupa de cores diversas, vermelho, verde e amarelo, manto, jaleco, calções. Trazia na mão um cetro de madeira lindamente dourado. A Rainha envergava um vestido de seda azul, da moda antiga. [...]. Terminada [a missa], o novo Rei devia ser coroado, mas

⁶ As penas na cabeça ainda são muito utilizadas pelos congadeiros. Segundo Mello e Souza (2002, p. 294), o uso desta insígnia reporta-se a uma recriação *bakonga*, em razão dos *ngangas* (sacerdotes) as utilizarem como veículo de comunicação com o outro mundo.

o Vigário estava com fome, e desempenhou-se sem muitas cerimônias. Segurou a coroa, na porta da Igreja, o novo soberano apresentou-se e foi mandado ajoelhar, a insígnia lhe foi posta e o Vigário disse: “Agora, senhor Rei, vai-te embora!”.

Para Koster (1942, p. 353-354) os reis coroados no dia do Rosário não passavam de *reis de farsa* e motivos de *zombaria dos brancos*. Como um notável senhor de engenho de sua época, o viajante não reconhecia a potencialidade subversiva do ritual de aversão, apesar de assegurar o prestígio e o respeito adquirido pelos reis negros entre os seus pares de senzala. Já o Conde de Castelnau (1949) e Cônsul da França, embora tenha descrito o ritual com o mesmo grau de estranhamento, construiu uma leitura diferenciada dos cientistas citados acima, na medida em que o viajante conseguiu apreender o poder de influência mais apurado dessas lideranças na comunidade negra. Sem embargo, o narrador teve ainda dificuldades para compreender o uso ritual da máscara naquele cerimonial, pois imaginava aqueles adereços como instrumentos para “não desbotar a cor natural” da tez dos seus praticantes. Consoante suas impressões, ao avistar da janela o cortejo de reis negros das ruas de Sabará, Castelnau (1949, p. 171) relata:

[...] foi nos dado gozar de singular espetáculo: refiro-me à grande festa dos negros, reunidos para a eleição de um rei de Congo. Fazem todos os anos este extravagante carnaval, *adquirindo o eleito grande influência sobre os companheiros*. A cena era muito curiosa, *misturando singularmente as reminiscências da costa africana com os costumes brasileiros e cerimônias religiosas*. A princípio, o rei de Congo, em companhia de sua metade, vem ocupar uma das cadeiras postas de antemão para o uso da corte. Ambos estão magnificamente vestidos, trazem *coroas de prata maciça e cetros dourados*. *Um grande guarda-chuva* os garante da influência da lua, que vem nascendo. *Coisa digna de reparo, o rei traz uma máscara preta, como se tivesse receio de que a permanência no país lhe tivesse desbotado a cor natural*. A corte, em cujos trajes se misturam todas as cores e os enfeites mais extravagantes, senta-se de cada lado do casal de reis; vem depois uma infinidade de outros personagens,

os mais consideráveis dos quais eram sem dúvida, grandes capitães, guerreiros famosos ou embaixadores de potências longínquas, todos paramentados à moda dos selvagens do Brasil, com grandes *topetes de pernas, sabres de cavalaria ao lado, escudo no braço*. Nessa balbúrdia, confundiam-se danças nacionais, de diálogo entre pessoas, entre estas e o rei ou entre o rei e a rainha, *combates simulados e toda espécie de cambalhotas* [...]. A coisa mais divertida era, porém *um preto mascarado de branco e vestido com a farda vermelha* do soldado inglês trazia um violão e era acompanhado por uma orquestra, por assim dizer nacional (Grifos nossos).

A referência aos *sabres de cavalaria* e ao uso de *escudos, fardas, espadas* remetem não só às apropriações de insígnias militares europeias e ao status hierárquico que elas conferiam aos seus usufrutuários, mas às reminiscências afro-lusitanas se olharmos com mais cuidado para o processo de conversão das cortes congolosas e a expansão do cristianismo entre as culturas *bantu* (MELLO e SOUZA, 2002, p. 302). Quanto à “mistura singular entre as reminiscências da costa africana e dos costumes brasileiros”, relacionada pelo cônsul, pode ser notada em muitos aspectos em seu depoimento: o posicionamento escalonar dos indivíduos, o uso das indumentárias suntuosas demarcadas por distintivos afro-lusitanos e o aparato musical (alternado entre a apresentação de orquestras de padrões europeus e dos batedores de caixa). Além disso, temos que destacar o uso da *máscara negra* – objeto mágico ou *nkisi* africano. Segundo Borges (2005, p. 189), a máscara servia para afugentar maus espíritos e assegurar a proteção espiritual da realeza durante o cortejo, permitindo, assim, a comunicação com os protetores ancestrais.

Como podemos observar, o uso generalizado de símbolos como o *estandarte*⁷ ao lado das insígnias reais⁸ e das performances musicais e

⁷ Bandeira da irmandade que trazia estampado o seu emblema e o Rosário.

⁸ Nem sempre essas insígnias (coroa, cetro e manto) eram confeccionadas com material valioso. Em Barbacena, por exemplo, encontramos nas receitas, o dispêndio de 1\$600 réis em 1814 para o feitiço da coroa de flandres Cf.: AEAM, Livro C32, Receitas e Despesas do Rosário da Freguesia de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo (1812-1829). Nas descrições de Henry Koster (1942, p. 353) acerca da coroação de reis na Ilha de Itamaracá, os reis

coreográficas reunia, em seu conjunto, todos os códigos de pertença necessários para a comunicação com o sagrado em dia de homenagem à Virgem padroeira. O rei e a rainha, acompanhados ou não da corte confraternal, veiculavam esta interlocução, fortalecendo os elos de sociabilidade e o papel da ancestralidade africana, tendo em vista a rememoração desses personagens aos feitos grandiosos dos primeiros reis negros cristãos engajados em expandir a fé na região central do continente africano.⁹

As *cambalbotas*, as *danças nacionais* e a *balbúrdia* pelas quais o cônsul se referia representam uma linguagem corporal de complexidade ritual de suma importância para a legitimação do rei e para comunicação do cortejo com a entidade sagrada do outro mundo espiritual. O transe provocado pelos ritmos dos tambores, misturados à musicalidade nacional e lusitana, reportava-se aos modos de reverenciar o sagrado e de recontar *o gesto de fundação do mundo*,¹⁰ por intermédio da teatralização das danças dramáticas. O discurso cantado envolvia a mistura de vocábulos africanos, gestos rituais e uma linguagem corporal e musical repleta de significados que fugiam do entendimento do olhar estrangeiro dos viajantes. Segundo o naturalista austríaco Johann Pohl (1976, p. 203) em vista a Goiás em 1817, durante a entronização do rei congo, por ocasião do festejo do Rosário, os dançadores usavam *penas de avestruz* e encenavam uma *luta entre embaixadas*, nas quais sempre terminavam com a aclamação do rei “*Bambi*” (ou *Nzambi?*). Consoante suas impressões:

negros se vestiam com uma indumentária precária, caracterizada como “velha roupa de cores diversas e suas coroas eram produzidas com “papel colorido dourado.” Em contraste com o depoimento acima, em Itabira do Campo os irmãos do Rosário possuíam uma coroa de prata cujo peso era de trezentas e dezoito oitavas de ouro e uma coroa pequena, também de prata, que pesava trinta e oito oitavas. Cf.: AEAM, Inventário do Rosário de Itabira do Campo, 1809. Já em São José del-Rei (Tiradentes), o livro de inventário desta devoção menciona “uma coroa de prata que serve à rainha” e uma vara de prata que serve ao juizado. Cf.: AMNSP- SJDR, Livro de Inventário dos Bens da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Vila de São José, 1808.

⁹ De acordo com Heywood (2008, p. 119), “a maioria dos soberanos que concordou com os tratados de vassalagem assumiu o compromisso para si e seus povos de viver sob a fé católica, assistir as missas nos dias santos e garantir a segurança dos missionários”.

¹⁰ Sobre os significados e funções do mito dentro de uma festa religiosa, ver: Eliade (1992, p. 84-88).

Ao som da música, cantando e exclamando continuamente “Bambi”, domina”, marchava para a igreja, com aspecto muito pitoresco, o cortejo fantástico, dançando, à sua maneira, os negros que iam à frente; um canto lento e monótono *acompanhava a dança, em frente que eles cruzavam as pernas, estendendo-se para a frente e para trás, e curvavam o corpo em diversas e estranhas contorções* (Grifos nossos).

Nesse sentido, as *estranhas contorções do corpo* e as batidas e *cruzamentos de pernas para frente e para trás* evocavam a coreografia própria da congada, dos dançadores do congo. O toar de tambores e as palavras confusas aos olhos estrangeiros revelavam a profunda gramática da hibridização da diáspora africana e de transformações caras às culturas atlânticas e da catequese no Império do Ultramar. A narrativa da conversão, a ingestão de bebidas – como veículo para o transe – a encenação de combates entre reinos cristãos e pagãos, faziam do rei uma espécie de sacerdote, unificador dos dois mundos e importante liderança de mediação entre a ancestralidade narrada em versos cantados e o contexto de desagregação imposto pelo exílio atlântico.

A execução musical e as danças rituais constituíam uma função ritual muito valorizada pelos irmãos do Rosário de São João del-Rei, confraria dos pretos mais antiga da capitania das Minas.¹¹ Em 15 de fevereiro de 1818, em consistório da capela, o juiz e mais oficiais da irmandade ajustaram os serviços de Manoel Joaquim da Silva Vasconcellos pela “caixa de música”. O contrato foi fechado no valor cinquenta oitavas de ouro para o músico “cantar nesta igreja aos Domingos” durante a missa e na realização dos terços e enterros dos irmãos.¹² Em 11 de fevereiro de 1828, outro acordo foi firmado para o ajuste do “partido de músicos”, o qual costumava servir

¹¹ A igreja do Rosário de São João del-Rei começou a ser edificada em 1719, no entanto sua fundação remonta ao ano de 1708 (SOBRINHO, 1996, p. 64). Sobre os estudos desta irmandade, ver: (DELFINO, 2015; SOUZA, 2010).

¹² AINSR-SJDR, Livro 40, Termos de Administração, Termo de contratação de músico, 15/02/1818, fl. 2.

à irmandade com todas as obrigações habituais.¹³ Era incumbência dos artistas contratados promoverem as funções musicais executadas durante as novenas noturnas, as marchas públicas o Rosário e todos os demais santos instalados em altares da igreja.¹⁴ Houve casos também em que os músicos ofereciam a prestação dos seus serviços em troca da dispensa das esmolos e anuidades, como procedeu com o entrante Cipriano Pereira do Amaral matriculado no Rosário de São João del-Rei em 29 de janeiro de 1815 para “tocar nas festas de Nossa Senhora, São Benedito e nas novenas e festas da Senhora dos Remédios”, sem ser obrigado a pagar esmolos e anuidades.¹⁵

Além da contratação de orquestras da vila, alguns capelães, como o Padre Francisco Justiniano, se dedicaram pessoalmente ao ensino de técnicas musicais e aulas de cravo às crianças, provavelmente filhas dos irmãos do Rosário. Segundo Borges (2005, p. 142), essas crianças cativas depois de instruídas “eram alugadas pelos donos para exercerem os seus dotes nos múltiplos eventos que tinham no lugar da região mineradora”.

Em ocasião dos peditórios, a presença de músicos não podia faltar, conforme apontou Jean Baptiste Debret (1940), ao retratar a cena “extremamente ruidosa” em que recriou, em aquarela, para representar a ocorrência da coleta de esmolos.¹⁶ Pela imagem abaixo nota-se a realeza

¹³ AINSR-SJDR, Livro 40, Termos de Administração, Termo de contratação de músico, 11/02/1828, fl. 6.

¹⁴ AINSR-SJDR, Livro 40, Termos de Administração, Termo de contratação de músico, 28/10/1840, fl. 38.

¹⁵ AINSR-SJDR, Livro de Entradas do Rosário, Matrícula de Cipriano Pereira do Amaral, 29/01/1815.

¹⁶ Além dessas esmolos coletadas em frente à igreja após as missas dominicais era comum que as irmandades tivessem o seu esmoleiro ou ermitão, sob o beneplácito régio, para que pudessem coletar donativos ao longo ano em prol da construção ou reforma dos templos. A irmandade de São João del-Rei adquiriu sua licença régia em 1789 e nesta era concedida a autorização para que o esmoler peregrinasse apenas nos limites da freguesia, contrariando a vontade dos irmãos que suplicaram ao rei, a licença para esmolar nas demais freguesias da capitania. Cf.: AMNSP-SJDR, Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos de São João del-Rei, ver Cap. 7. O Barão de Eschwege (1818), ao permanecer no Brasil entre 1810-1821 a serviço dos reis de Portugal registrou as seguintes impressões sobre a figura do ermitão: “Chama-se ermitões homens que ordinariamente, para expiar seus pecados, tomam a resolução de montar guarda em uma capela e pedir esmolos para sua conservação. Eles se cobrem por uma espécie de hábitos; deixam crescer a barba e

negra acomodada em trono atrás de uma mesa instalada às portas da igreja. Em cima da mobília, ornamentada com toalha, havia uma “enorme bandeja de prata” onde se depositava as esmolas. O recipiente logo se enchia e se esvaziava em função da piedade caritativa dos irmãos que chegavam de todas às partes da vila para deixar sua oferta ao santo. Ao lado direito do rei se observa dois músicos negros acompanhados de trompetes para conduzir a cerimônia. Ao lado esquerdo, situavam os vários assistentes, dentre eles, algumas crianças negras participantes do ato de confraternização à Virgem. Em sua descrição, o viajante faz questão de lançar ênfase à generosidade das mulheres em despender esmolas à entidade protetiva. Da mesma forma, Debret (1940, p. 582) se viu impressionado pelo modo com que os devotos externalizavam sua devoção. Com gestos de piedade, como a genuflexão em frente à imagem, os fiéis beijavam os pés e mãos do orago, como se ele ganhasse vida própria com as súplicas e lamentos daqueles que se aproximavam.

A presença dos cachorros circulando em cena e a figuração de um deles a urinar ao pé da mesa da realeza da irmandade, durante a coleta de esmolas, demonstram a intencionalidade de escárnio, deboche, desprezo social e de referência à sujeira urbana como pontos sutis retratados pelo artista para rebaixar a corte africana. O ideal de civilização dos costumes, higienização social e de associação às práticas afro-brasileiras à desqualificação de barbárie remetem ao conjunto de valores trazido pelo europeu em suas formas de ler os “trópicos” (Figura 3).

algumas vezes, a própria cabeleira. Carregando uma caixa envidraçada contendo a imagem do padroeiro de sua igreja percorrem a região, fazem beijar a imagem às pessoas que vão encontrando e recebem, por isso, esmolas em dinheiro e objetos. Alguns fazem votos de levar esse gênero de vida até o fim de suas vidas, mas a maioria se dedica por um certo tempo (CASCUDO, 1954, p. 70-71). John Marwe, outro viajante, em caminho para Vila Rica encontrou uma dessas figuras e fez a seguinte menção: “avistamos um homem com hábito de monge, de seu cinturão pendia uma caixa com a imagem da Virgem Maria, seus compridos cabelos esparsos ocultavam a sua face e todo ele tinha alguma coisa de estranho e de selvagem. Disseram-nos ser um eremita que tinha abraçado esse gênero de vida para se penitenciar de algum grande crime (CASCUDO, 1954).

Figura 3 - Prancha 30, Coleta para a manutenção da Igreja do Rosário



Fonte: Debret (1940, p. 581).

É interessante notar que Debret descreve a coroação de reis negros como prática em declínio na Corte, ou seja, como algo já pertencente ao passado remoto dos tempos coloniais. O artista evoca a intenção de referenciar o atraso do costume em contraponto à civilização da uma nova sociedade afrancesada que se estabelecia com o processo de *interiorização da metrópole*, iniciado com a vinda de Dom João VI. Era proposta desta civilização dos costumes *higienizar* o espaço urbano e combater as práticas tidas como bárbaras aos olhos etnocêntricos da nova política que estabelecia na Corte. De acordo com o viajante:

Em abono da história das irmandades negras, lembraremos que, com a presença da corte no Rio de Janeiro, proibiram-se os pretos as festas fantasiosas extremamente ruidosas a que se entregavam em certas épocas do ano para lembrar a mãe pátria; essa proibição

privou-os igualmente de uma cerimônia extremamente tranquila, embora com fantasias introduzidas no culto católico (DEBRET, 1940, p. 582).

Nesse sentido, Debret pertence a um contexto em que a política de cerceamento dos festejos promovida pelo Estado e pela Igreja imprimia novos anseios de uma elite inspirada em princípios liberais e outros “padrões de civilidade”. A tentativa de se afastar do “passado colonial” fez com que as forças repressoras do Império passassem a reformular os códigos de postura e as formas de ocupação e uso do espaço público. Certamente o caráter dúbio dos banquetes, peditórios e entronização dos reis provocava o sentimento de ameaça nos senhores, sempre desconfiados e amedrontados mediante os ajuntamentos negros e os gestos rituais incompreensíveis pelos olhares da *casa grande*.

Considerações finais

A partir dos olhares externos foi possível apreendermos os *indícios* e *sinais* de *heranças ativas* centro-africanas presentes por ocasião dos ritos de entronização dos reis congos, sobretudo nas celebrações de Nossa Senhora do Rosário das irmandades dos *homens pretos*. O ritual do congado reunia a dramatização de mitos contados que relembavam os tempos de cristianização dos reinos centro-africanos. Considerada uma expressão típica da diáspora, a coroação de reis definia uma linguagem híbrida de religiosidade, surgida da comunicação de zonas culturais de contato e da reinterpretação de códigos, viabilizada pela plasticidade dos sistemas de símbolos de crenças.

Nesse sentido, as danças dramáticas causavam estranhamento ao olhar etnocêntrico dos estrangeiros, em missão científica, tão impregnada dos anseios imperialistas de Portugal a conhecer, de forma mais detalhada, as riquezas naturais, geográficas e os “exotismos” dos seus povos. Todavia, os festejos – muitas vezes descritos como algo grotesco, infantilizado e até mesmo debochado – reuniam elementos cruciais de *ressemantização* das memórias bantas na diáspora. A musicalidade, conduzida por ritmos de tambores, os instrumentos de origem africana (o ganzá, a marimba, o

pandeiro), o contorcionismo corporal, as cambalhotas e outros gestos rituais – descritos com um olhar deformante e incompreensível dos europeus – delineavam a recriação da África no Novo Mundo, uma África com significações não desvinculadas do contexto segregador do cativo. Por seu turno, constituíam-se veículos de comunicação com o sagrado e com a ancestralidade *bantu*: o rei mascarado, o uso das insígnias reais (como as penas de avestruz), o transe apoteótico dos cânticos rimados, os vocábulos africanos, a dança e o contorcionismo dos corpos, tudo isso acompanhado da ingestão de aguardente.

Referências

Documentação manuscrita

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, AEAM, Livro C32, Receitas e Despesas do Rosário da Freguesia de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo (1812-1829).

Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São João del-Rei, AINSR-SJDR, Livro 40, Termos de AINSR-SJDR, Administração, Termos de contratação de músicos (1818-1840)15/02/1818, fl. 2.

Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, AMNSP- SJDR, Livro de Inventário dos Bens da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Vila de São José, 1808.

AINSR-SJDR, Livro de Entradas do Rosário, Matrícula de Cipriano Pereira do Amaral, 29/01/1815.

Documentação primária

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1954.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

- DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: São Paulo: Livraria Martins, 1940. 2 v.
- JULIÃO, Carlos. *Notícia sumária do gentilismo da Ásia com dez riscos iluminados*. Ditos de figurinos de brancos, e negros dos usos do Rio de Janeiro, e Serro do Frio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia; Ed. USP, 1976.
- SPIX J. B.; MARTIUNS C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Obras de apoio

- BARTH, F.; TOMKE, L. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BORGES, C. M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: estratégias para pensar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CHARTIER, R. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DELFINO, L. L. *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica*. Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HEYWOOD, L. De português a africano: a origem centro africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, L. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

- KIDDY, E. W. Quem é o Rei do Congo? Um novo olhar sobre os Reis Africanos e Afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, L. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELLO e SOUZA, Marina de. *Os Reis Negros no Brasil Escravista*. História da Festa de Coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.
- _____. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX. In: JANCÓS, I.; KANTOR, I. (Org.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001.
- PAIVA, E. F. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Contexto, 2002.
- SOBRINHO, Antônio Gaio. *Sanjoanidades: um passeio histórico e turístico por São João del-Rei*. São João del-Rei: A voz do Lenheiro, 1996.
- SOUZA, D. S. *Devoção e Identidade*. O culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João Del Rei. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2010.
- THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas *Umbundu*, de 1500 a 1700. In: HEYWOOD, L. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

*Guerra aos ‘Desorganizadores, Anárquicos e Republicanos’: a repressão à imprensa radical no Primeiro Reinado e Regência**

ARTHUR FERREIRA REIS**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Os estudos sobre independência revelam a importância da imprensa no processo de formação do Estado nacional. Através de jornais e panfletos diversos autores se pronunciaram sobre um período de intenso debate político e exaltação dos ânimos. Entretanto, a imprensa foi constantemente perseguida e reprimida pelas autoridades imperiais, seja no Primeiro Reinado, seja na Regência. Temos como objetivo tratar das consequências que a repressão à imprensa teve para os debates ocorridos no período, expondo algumas vertentes de compreensão da opinião pública no Brasil. A seguir, procuramos relacionar tais vertentes com os autores excluídos dos debates graças à repressão a imprensa. Por fim, apontamos as formas legais utilizadas pelo governo na repressão de jornalistas considerados radicais.

Palavras-chave: Política, Primeiro Reinado, Imprensa.

Abstract: Abstract: Studies of independence reveal the importance of the press in the formation of the nation-state. By newspapers and pamphlets, several authors spoke about a period of intense political debate and exaltation in the mood. However, the press was constantly persecuted and repressed by the imperial authorities, both in the First Reign as in the Regency. We aim to address the consequences of the repression on the press had to discussions that happened during the First Empire and the beginning of the Regency, to expose some understanding of aspects of public opinion in Brazil and to relate them with the authors excluded from debates because of the repression of the press, to investigate legal ways that the government used to suppress journalists and show how justice went hand in hand with the government to suppress these radical journalists.

Keywords: Policy, First Reign, Press.

* Recebido em 22/07/2015 e aprovado para publicação em 05/04/2017.

** Mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Email: arthurfr23@gmail.com.

O conceito de opinião pública

Os estudos sobre independência revelam a importância da imprensa no processo de formação do Estado nacional. Através de jornais e panfletos, diversos autores se pronunciaram sobre um período de intenso debate político e exaltação nos ânimos. Inúmeros estilos de escrita e direções políticas se exteriorizaram através dos jornais que circulavam pelo Brasil, principalmente na Corte carioca, centro da vida política nos anos de 1820. Segundo Marco Morel, a imprensa serviu não só de fonte de debate como também de meio de centralização política e cultural no Rio de Janeiro, onde:

[...] se havia um movimento de expansão do centro sobre as periferias nacionais, punha-se o movimento na direção contrária, de ocupação dos espaços públicos do centro do Império por agentes oriundos das províncias. Podiam atuar como intermediários, trazendo algumas demandas de seus locais de origem, mas também funcionando como elos da centralização homogeneizadora nacional (MOREL, 2005, p. 174).

Entretanto, a imprensa passou por um momento de crise a partir de 1824. Sem a existência de deputados para coibirem os ataques à liberdade de imprensa e com o crescente autoritarismo do governo, jornalistas e panfletários ficaram acuados diante da dificuldade de fazer valer a liberdade de imprensa. A imprensa só retomou seu poder de debate a partir da reabertura do parlamento em 1826, e vários jornais se apresentaram como portadores da razão e utilizaram suas penas contra o Imperador. Muitos desses mesmos jornalistas também exerceram cargos políticos, e integrariam o grupo dos Moderados, que, no período da Regência, fez com seus adversários políticos a mesma coisa que acusaram o Imperador de fazer: usar de meios legais ou ilegais para coibir a atuação da imprensa oposicionista.

Nosso objetivo nesse artigo é analisar as consequências da repressão à imprensa teve para os debates ocorridos durante o Primeiro Reinado e início da Regência. Além disso, propõe-se também expor algumas vertentes

de compreensão da opinião pública no Brasil e relacioná-las com os autores excluídos dos debates pela repressão à imprensa.

Ao se falar do conceito de opinião pública a obra de Reinhart Koselleck deve ser destacada. Através da análise de autores iluministas, o historiador alemão chegou à conclusão de que as críticas ao Antigo Regime culminaram em um processo de crise e posterior fim dos governos absolutistas. Para compreender o que propiciou o surgimento dessas críticas em um Estado marcado pela opressão e censura, a metade privada do homem (KOSELLECK, 1999, p. 13) formulada por Hobbes é de suma importância, pois será nela que surgirá a semente de uma opinião pública que, mais tarde, se legitimará com Locke. A inovação de John Locke será a criação de três leis distintas: a lei divina, a lei civil e a lei de opinião ou reputação:

Pela sua relação com a primeira, os homens julgam se suas ações são pecaminosas ou respeitadas; em função da segunda, se são criminosos ou inocentes, e, finalmente, em função da terceira, se são virtuosos ou pecadores (LOCKE, 1999, p. 135).

Segundo Koseleck, a terceira lei é definida como a lei de opinião pública, que define o que é virtude e pecado. Foi através da lei de opinião ou reputação que os cidadãos exteriorizaram e tornaram público suas opiniões, conseguindo se impor perante a sociedade através da coerção moral da opinião pública. Além disso, no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, Locke atribuiu ao povo o poder não só de eleger o legislativo, mas também de depor o governo caso a opinião pública, em sua maioria, ache necessário (LOCKE, 2002, p. 142), formando, assim, uma primeira vertente de soberania da opinião pública ligada à maioria e tendo o legislativo como representante do corpo político.

Será com Rousseau e a radicalização proveniente da Revolução Francesa que a opinião pública foi concebida de maneira mais radical. Para ele, é através do julgamento do que é moral e imoral que a opinião pública exerce seu poder. Tal opinião só se torna pública realmente quando engloba a totalidade de cidadãos de determinada sociedade, formando assim a vontade geral. A verdadeira soberania está na vontade geral, que pode tanto

derrubar um Estado como formar outro, devendo o Estado estar em total consonância com a vontade geral (ROUSSEAU, 2011, p. 42-109).

Tais ideias, radicais tanto para o período em que foram escritas, como para os dias de hoje, foram duramente criticadas por Edmund Burke. Escrevendo no calor dos acontecimentos da Revolução Francesa e temendo ver seu país ser contaminado pelas ideias revolucionárias, Burke foi o principal crítico da importância adquirida pela opinião pública na sociedade. Segundo o autor, ela não tem direito nem de depor nem de instaurar governos, pois eles são os resultados de pactos anteriores (BURKE, 1992, p. 57). É em Burke que vemos uma terceira vertente sobre a opinião pública se desenhar. Para ele, a opinião pública não pode ser representada por homens ignorantes e de profissões inferiores, como aconteceu na França, mas sim por homens respeitáveis por sua posição, propriedade, educação e hábitos de vida liberais (BURKE, 1992, p. 75-76).

Concluindo, o conceito de opinião pública foi um processo longo e tortuoso para seus agentes formadores. Revoluções, prisões, censuras e mudanças de governos foram constantes no desenvolvimento de uma opinião pública que fosse respeitada. Podemos encontrar três vertentes de legitimação da opinião pública que também existiram no Brasil. A primeira tem ligação com John Locke, e entende que a opinião pública é expressa através da maioria dos cidadãos. A segunda encontra seu principal porta-voz em Rousseau, e defende a vontade geral como expressão única da opinião pública. A terceira vertente liga-se à Edmund Burke e sua visão conservadora, que defende que a opinião pública pode prejudicar a sociedade se levarmos em conta a opinião de homens “ignorantes” e “despreparados”, tornando necessário a existência de uma elite respeitável por sua nascença, suas propriedades e sua educação.

Sobre o contexto ibero americano, destacamos os estudos de Xavier Guerra. O autor afirmou que os espaços públicos modernos surgiram durante os processos de independência (GUERRA, 1998, p. 14), e a opinião pública surgiu como fonte de legitimidade política e, através dos membros da República das Letras, também tinha uma missão pedagógica (MOREL, 1998, p. 306). Segundo Marco Morel, existiam no Brasil dois tipos de intelectuais: os que, inspirados em um pensamento conservador e próximos

de Edmund Burke, viam a plebe como fonte de agitação e primavam pela soberania da razão; e os que se identificavam com a vontade da maioria que era expressa através das assembleias, assim como John Locke (MOREL, 2005, p. 161). Estudos nos últimos anos¹ vêm destacando a existência de autores que, ligados a um pensamento político radical, viam a legitimidade na vontade geral assim como Rousseau.

Segundo Neves, não existe nenhuma referência ao conceito de opinião pública nos dicionários portugueses até o fim do oitocentos (NEVES, 2009, p. 181). Seu aparecimento só pôde ser percebido por ocasião das discussões políticas do contexto da independência através de jornais e panfletos que expunham acontecimentos que interessavam aos leitores e possibilitavam uma discussão pública dos fatos (NEVES, 2009, p. 183). O julgamento partia do indivíduo para o público, e, “ao invés de geradores e manipuladores de ideias, os letrados transformavam-se em porta-vozes de uma evidência” (NEVES, 2009, p. 186). A opinião pública crescia como tribunal de julgamento público dos fatos e dos indivíduos e como local de expressão da soberania do povo, guiados ou não por uma elite letrada (NEVES, 2009, p. 190).

Com isso, a opinião pública transformava-se em instrumento de intervenção direta na vida política, na provável expressão da vontade de uma maioria, ainda que representada por deputados, aos quais cabia parte da soberania nacional (NEVES, 2009, p. 191).

A imprensa fluminense

Sobre os jornais fluminenses, podemos citar aqui três *ondas* durante o Primeiro Reinado e início da Regência. A primeira compreende o período da independência, onde, no decorrer dos debates sobre os destinos do país, ficou consagrado, através da obra de Oliveira, a existência de duas elites

¹ Podemos citar, dentro outros, a dissertação de mestrado de Vianna (2011), a tese de Basile (2004) e o livro sobre opinião pública de Morel (2005).

políticas que se utilizaram da opinião pública para legitimar suas posições. Segundo a autora, a elite liberal era apoiada por atacadistas fluminenses e portugueses recém emigrados, e defendia o retorno da Corte e a continuidade da união com Portugal para que assim pudessem aumentar suas influências no governo. Defensores da soberania popular, utilizavam-se de clubes maçônicos e jornais como *Correio do Rio de Janeiro* e *Revérbero Constitucional Fluminense*, escritos por João Soares Lisboa e Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa respectivamente. Do lado contrário estava o “Partido Brasileiro”. Objetivavam construir um Império independente nos trópicos, defendendo, para isso, a permanência de D. Pedro I. Tinham a intenção de controlar os negócios públicos e, com isso, aumentar seu poderio econômico e político (OLIVEIRA, 1999, p. 111-130). Utilizaram-se de grupos secretos, principalmente do Apostolado, e de jornais como *O Regulador* para propagarem suas ideias e combaterem as Cortes e a elite liberal.

Ambas as elites se digladiaram em disputas políticas e debates públicos. Utilizando-se de jornais e manifestações populares, acabaram por inserir no Brasil uma cultura política liberal (NEVES, 2003, p. 249), que propiciou a cristalização da opinião pública no Brasil. Devendo ser regida por homens de letras, a opinião pública no Brasil estava diretamente ligada aos movimentos de ruas, influenciando-os e sendo por eles influenciados (BASILE, 2012, p. 44). Quando o Brasil se tornou independente, os jornais já faziam parte do cotidiano político do país, e a nova nação teria que se acostumar com linguagens ríspidas, mensagens patrióticas que circulavam nos jornais, e as ameaças de repressão que eram constantes. Ao fim da primeira onda de debate político, grandes nomes foram exilados, outros foram cooptados e outros desistiram de ilustrar a população.

A segunda onda de jornalistas ocorreu entre os anos de 1824 a 1826. Período agitado que compreendeu a Confederação do Equador, negociações sobre reconhecimento da independência e início da guerra da Cisplatina, os jornais oposicionistas, em sua maioria, pouco tempo duraram. Prevaleram os jornais áulicos e aqueles distantes da Corte, onde a repressão nem sempre era tão forte, como *O Universal* e *Abelha do Itaculumy*, ambos mineiros e ligados aos setores abastecedores. Uma série de jornais surgidos na Corte tiveram vida efêmera, destacam-se *O Verdadeiro Liberal*, criado pelo francês

Mr. de Chapuis e *Atalaia da Liberdade*, do português João Maria da Costa. Jornais de poucas edições, fizeram clara oposição ao governo sendo, por vezes, portadores de um pensamento político e social radical. Juntamente com os o jornal *Argos da Lei*, escrito por Odorico Mendes no Maranhão, foram os poucos que criticaram o governo de D. Pedro² no período. Em fins de 1826, próximo a reabertura do parlamento, tanto *O Verdadeiro Liberal* quanto a *Atalaia da Liberdade* já haviam desaparecido. O primeiro teve seu autor exilado, e o segundo foi interrompido de maneira abrupta e sem maiores explicações.

Uma terceira onda de jornalistas ocorreu a partir e 1826 com a entrada em cena dos jornais moderados e exaltados. Merecem destaque os jornais *Aurora Fluminense*, criado em fins de 1827, *Astréa*, criado em junho de 1826, *A Nova Luz Brasileira*, criada em fins de 1829, *A Luz Brasileira*, também de 1829 e *O Republico*, de 1830. Juntos irão compor a imprensa oposicionista que, em 1831, se articulou com políticos - muitos deles também redatores - para realizarem um movimento popular que pudesse dar fim ao reinado de D. Pedro I e legitimar um novo governo. Entretanto, a exclusão dos exaltados do governo regencial e a intenção de interromper a revolução do 7 de abril por parte dos moderados, fez com que os exaltados perdessem suas esperanças no governo regencial e continuassem suas críticas. Nesse sentido, alguns jornais voltaram a circular com mais periodicidade, como *A Malagueta* de Luís Augusto May em sua terceira fase e a série de “sentinelas” do ícone do radicalismo radical Cipriano Barata. Outros jornais como *O Sentinella da Liberdade*, do mulato Joaquim Candido Soares de Meirelles, *O Jurujuba dos Farrroupilhas*, de João Baptista Queiroz, *O Tribuno do Povo*, de Francisco das Chagas de Oliveira França e muitos outros surgiram no conturbado período regencial. Muitos desses jornais exaltados não duraram

² Outros periódicos da época também fizeram oposição ao governo, mas sempre de maneira velada e descontínua. Podemos destacar, dentre eles, as séries extraordinárias do jornal *A Malagueta*, que compreenderam, durante o período citado, apenas cinco números e o *Despertador Constitucional* de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que mesmo se concentrando mais nos temas relacionados com a maçonaria, não deixava de fazer algumas críticas ao governo. Entretanto, por causa de sua irregularidade e pouca combatividade, estes dois jornais não foram tão visados pelo governo quanto os dois jornais citados.

mais do que dois anos, assim como seus companheiros radicais anteriores, pois, temendo que a exaltação tomasse conta das ruas, os moderados foram implacáveis na repressão e conseguiram dar fim a uma terceira onda de oposição radical ao governo imperial.

As ações diretas ou indiretas de repressão à imprensa foi um dos principais motivos para a inexistência de projetos políticos radicais mais longos nos primeiros anos do Brasil imperial. O fim dos jornais liberais e, principalmente, a repressão ao republicano João Soares Lisboa na época da Independência deu fim a uma série de jornalistas opositores ao governo de D. Pedro I. O exílio de Chapuis e a cooptação de João Maria da Costa no ano de 1826 deu fim a uma segunda onda radical na Corte. Por fim, a repressão aos exaltados durante a Regência deixou o grupo quase que no esquecimento. Projetos radicais só voltaram a surgir, ao menos de maneira concisa, no Segundo Reinado. Sendo assim, a repressão aos jornalistas foi a ponta de lança no combate ao radicalismo durante o Primeiro Reinado e a Regência. Para podermos entender as formas de repressão, nos ateremos a alguns dados biográficos e políticos de João Soares Lisboa, Mr. de Chapuis e Francisco das Chagas de Oliveira França, redatores dos jornais *Correio do Rio de Janeiro*, *O Verdadeiro Liberal* e *O Tribuna do Povo* respectivamente.

Inserido no contexto dos debates da independência, João Soares Lisboa foi um dos principais jornalistas do grupo liberal. Português emigrado para o Rio de Janeiro em 1808, residiu no Rio Grande do Sul até 1821, onde se matriculou como negociante de grosso trato na Real Junta do Comércio em 1818, e obteve, entre 1820 e 1821, a concessão para o fornecimento de gêneros de abastecimento para as tropas portuguesas de Montevideu. Com sua mudança para o Rio de Janeiro em 1822, dedicou-se à produção de seu jornal até ser perseguido, em final de outubro e começo de novembro, pela Bonifácia³, por demagogia e conjuração. Para fugir de uma eventual prisão, se exilou em Buenos Aires juntamente com outros líderes do grupo liberal, mas, sentindo saudades de sua *pátria de direito*, retornou para o Brasil sendo imediatamente preso em fevereiro de 1823. Deu continuidade ao

³ Devassa instaurada por José Bonifácio logo após a independência que culminou no exílio dos líderes do grupo liberal.

seu jornal mesmo na prisão, e foi solto após a dissolução da Constituinte por D. Pedro I. Após ser solto, partiu para a Confederação do Equador, onde chegou a desempenhar o cargo de secretário do governador Manuel de Carvalho Paes de Andrade e redigiu o periódico *Desengano aos Brasileiros*, onde, em território livre, pode atacar de maneira direta e mais contundente D. Pedro I. Faleceu ferido em combate contra as forças imperiais em 1824 (VIANNA, 2011, p. 80-81).

A atividade política de João Soares Lisboa já é bem explorada pela historiografia. A postura radical de João Soares Lisboa já foi estudada por Cecília Oliveira, Isabel Lustosa, Lúcia Maria Bastos Neves e outros autores. Leite chegou mesmo a classificá-lo como representante de uma pretensa imprensa republicana do Primeiro Reinado (LEITE, 2000). Diante desses estudos, a dissertação de Jorge Vinicius Monteiro Vianna se destacou por apresentar, de forma mais detalhada, a linguagem radical do periódico fluminense, mais aproximado da vertente rousseauiana do que seu aliado *Reverbero Constitucional Fluminense*.

Fatores que pudessem deixar o governo descontente com o jornal eram muitos. O primeiro pode ser a formulação da *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, onde conclamou os cidadãos a assinarem um documento que exigiu a convocação de uma constituinte no Rio de Janeiro e que a eleição para os deputados fosse direta. A segunda polêmica, e o motivo do primeiro processo sofrido por Lisboa foi a indagação sobre a escolha da eleição indireta para a constituinte, o autor perguntava quem “... autorizou S.A.R. para mandar o contrário daquilo que lhe Representaram os Povos desta Província?” (CORREIO DO RIO DE JANEIRO, 1822, n. 64). Absolvido pelo júri, Lisboa continuou a imprimir em seus jornais suas opiniões radicais. Entretanto a Bonifácia não deu ao redator outra oportunidade, e, juntamente com outros líderes do grupo liberal, foi acusado de espalhar doutrinas que pudessem causar agitações na Corte (GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1887, p. 92).

Já a vida de nosso segundo jornalista analisado, o francês Mr. de Chapuis é em grande parte desconhecida. O que sabemos é que foi um dos muitos aventureiros do século XIX. Passou por países como Espanha e Portugal, onde foi acusado de participar ativamente das revoluções liberais.

Após isso veio para o Brasil no ano de 1825, onde publicou o jornal *O Verdadeiro Liberal*, daqui partiu para os Estados Unidos e, posteriormente, liderou uma missão científica no Chile (O SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, n. 248). No Chile chegou a publicar o jornal *El Verdadero Liberal*, no qual teceu duras críticas à D. Pedro I e também ao próprio governo chileno. Seu jornal no Brasil não passou de dezesseis números, mas mesmo assim foi um dos mais combativos de seu tempo.

Em seus jornais, Chapuis deixou claro sua orientação rousseauiana ao defender que a independência havia sido obra da vontade geral, pois, caso fosse “o Príncipe [que] Creou, e Proclamou a Independencia, commetteu um acto de rebellião contra Seu Augusto Pae” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 2); entretanto, “sendo a Nação quem proclamou a sua Independencia, e sendo o Príncipe forçado pelas circunstancias á unir os seus interesses aos da Nação...” o novo pacto era legítimo (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 2). Dessa forma, Chapuis conclui que “O Imperador foi Acclamado pela Nação” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 2). Como podemos observar, para o francês, a responsabilidade pela Independência recaiu toda sobre a Nação, pois o Imperador foi “forçado” a se unir e, posteriormente, foi aclamado pela Nação. Na verdade, diz Chapuis, a Independência havia sido “o resultado da vontade unânime dos habitantes deste grande Paiz” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 2). Dessa maneira, concluía que a soberania residia nos cidadãos, seria uma soberania popular encarnada no conjunto de “cidadãos, que reunidos formão o Tribunal mais solemne da Nação” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 5).

Os jogos de retórica também eram frequentes em seu jornal. Alusões a republicanos e heróis das independências ibero americanas eram usados para fazer elogios ao federalismo e ao republicanismo de maneira implícita. Em seu jornal publicou uma série de notícias sobre o Congresso do Panamá, congresso esse idealizado pelo “immortal Bolivar” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 10), que buscava uma maior integração entre as nações hispano-americanas recém independentes. Chegou a questionar a falta de notícias sobre tal Congresso no Brasil, perguntando:

O que se passa no Congresso do Panamá não nos interessa mais do que a qualquer outro? No entanto ainda ninguém aqui tratou de tal matéria; parece, que he fructo prohibido, e que Panamá he uma daquellas palavras da antiga linguagem de que se pede explicação (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 10).

As constantes referências às repúblicas americanas encontram-se inseridas no americanismo, que, segundo João Peres Júnior e Maria Elisa Mäder (2009, p. 25) relaciona-se com os significados de América do contexto, vista como lugar de liberdade, república, federalismo e democracia.

As constantes polêmicas em que se envolveu impediram Chapuis de continuar sua empreitada no Brasil. A primeira refere-se à sua obra *Du Portugal*, escrita em 1822 quando ainda estava em Portugal, onde teria chamado D. Pedro I de “Verdadeiro Usurpador” (O SPECTADOR NACIONAL, 1826, n. 246). Não negou a autoria da obra, mas defendeu-se dizendo que tinha “pouco conhecimento das cousas do Brasil”, e que não se achava sozinho, mas acompanhado de “cúmplices bastantes illustres personagens, mesmo Brasileiros [...] e alguns destes occupão hoje lugares eminentes” (O VERDADEIRO LIBERAL, 1826, n. 5). O responsável por expor sua partida foi seu compatriota e maior rival no Brasil, Pedro Plancher, que disse ter Chapuis se encontrado com a “Sra. Justiça; falla-se até de três processos em o mesmo tempo”, e ironiza, “porem tudo isto he pouca cousa para hum Verdadeiro Liberal” (O SPECTADOR BRASILEIRO, 1826, n. 253). Em 6 de abril, saiu o décimo sexto e último jornal do *Verdadeiro Liberal*, porém sem nenhuma notícia sobre os processos. O que se sabe é que, em 17 de abril, foi noticiado no Diário Fluminense que Chapuis iria para Nova York com uma portaria do Intendente de Polícia (DIÁRIO FLUMINENSE, 1826, n. 85).

Sobre o nosso terceiro jornalista, também pouco sabemos. Portador de um discurso antilusitano, foi um dos illustres participantes da Noite das Garrafadas, onde sofreu chicotadas por gritar “Viva Sua Majestade o Imperador Constitucional” (PANDOLFI, 2007, p. 55). Fundou o jornal *O Tribuno do Povo* em 1830 e o encerrou em 1832 com 49 números. Seu jornal foi considerado por Marcello Basile um dos mais radicais da Corte juntamente com *Nova Luz Brasileira* (BASILE, 2004, p. 135).

Possuía como epígrafe a frase de Catão “mais vale morrer livre do que viver escravo”. O foco de suas críticas não foi tanto D. Pedro em si, mas sim o governo regencial dos moderados. Vale destacar, entretanto, seu manifesto em relação à abdicação, onde diz que

Brasileiros, respiramos já livres. Graças aos céus. Viva a Nação Brasileira. Viva o triunfo da Soberania Nacional. Viva a Constituição. Viva a Liberdade. Viva a Regência Constitucional. Viva os defensores da Pátria (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 27).

Seu antilusitanismo também é refletido em suas críticas ao gabinete secreto:

Quando o Governo protege os lusitanos nossos inimigos; quando os Brasileiros são massacrados só nos resta lançar mão desta linguagem decisiva; se morramos, morramos com honra sustentando O SAGRADO JURAMENTO, QUE, PERANTE DEOS TODOS NÓS MUI VOLUTARIAMENTE PRESTAMOS, e que só tem sido violado pelos traidores de alto coturno que são lá Presidentes do Gabinete Secreto; e pelo celebérrimo Senhor Ex-Intendente Geral da Polícia, da Corte, Antônio Augusto Monteiro de Barros, autor do Edital do dia 7 de setembro, e por vergonha de todos nós Brasileiro, cujo mal data deste o princípio de nossa Independência que devia ser Brasileira e não Lusitana. (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 27)

Chagas defendia a Revolução de 7 de Abril como um “um Direito do Povo”, pois o governo não foi “coerente com os seus juramentos”. Revoluções também eram vistas como práticas normais por Chagas, e não deviam ser vistas “como um mal Político; ela é reclamada pela crise; é da natureza das coisas, e o único remédio que se deve empregar no momento” (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 4).

Expressou seu caráter radical de maneira mais clara possível quando afirmou que “Eu quisera que o último dos reis fosse enforcado com as tripas do último dos frades” (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n.

8). Criticava também a “anomalia de conservar um trono na América” e a monarquia hereditária por oprimir “a Nação que se vê na necessidade de sofrer uma série de homens incapazes de Governar”, o que refletiu no governo de D. Pedro I, descendente de uma família depravada a qual não era “uma exceção de regra” (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 18). Para pôr fim a isso, a Constituição deveria se democratizar através de “reformas Republicanas” (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 45). Defendia também a implantação de um governo federalista, abolição do Poder Moderador, do Senado Vitalício e das honras e títulos de nobreza (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 45). Para se chegar a esses resultados dizia que

[...] não podem ter cessado os movimentos Revolucionários que em 7 de Abril começaram a garantir-nos a verdadeira existência social. Se esta revolução tem sido contrariada em seus princípios; se a vontade Nacional que a operou tem sido atacada face a face é indispensável que se mude a atual Ordem de coisas (O TRIBUNO DO POVO, 1831, n. 48).

A participação de Chagas e dos exaltados nas revoltas regenciais é bem clara segundo os relatos da época. Em 12 de Julho de 1831 Chagas participou do levante do Povo e Tropa no Rio de Janeiro, onde fez declarações e concitações aos manifestantes (BASILE, 2004, p. 262). Com o fim do levante foi preso e enviado para a fortaleza da Ilha das Cobras na baía de Guanabara junto com outros líderes exaltados. Ao ser preso interrompeu a publicação de seu jornal, mas, ao ser solto em fevereiro de 1832, retomou a regularidade do periódico e foi um dos responsáveis por expor a “versão exaltada da revolta”, onde afirmou que tudo não passava de uma trama articulada pelos moderados para tirar de cena os promotores do 7 de abril (BASILE, 2004, p. 275-276). Entretanto, uma manobra moderada foi feita para tolher de vez suas opiniões. Segundo Marcello Basile, antes da aprovação do Código do Processo Criminal em novembro de 1832 só havia júri para crimes relacionados com a imprensa. Os exaltados se interessavam por expandir a participação do júri, já que se envolviam com a justiça por suas atuações nos movimentos populares. Os moderados, ao perceberam

a tendência do júri de absolver os publicistas exaltados, articularam uma manobra para substituir o corpo de jurados da Corte, realizando uma eleição na qual foi eleito um grupo mais ligado ao governo moderado. No mês seguinte à eleição, Diogo Feijó, até então ministro da Justiça, ordenou o fechamento do periódico exaltado *A Matraca dos Farroupinhas* juntamente com *A Malagueta* e *O Tribuno do Povo*. Posteriormente os outros dois jornais exaltados de maior importância que restavam na Corte, *O Filho da Terra* e *O Clarim da Liberdade* também saíram de cena para evitar futuros processos. Dessa maneira, juntamente com as malogradas tentativas de golpe, o fim desses proeminentes jornais exaltados fez com que tal grupo político perdesse sua força e continuasse até fins de 1834 apenas como uma sombra do que já havia sido (BASILE, 2004, p. 225).

Conclusão

Se existia, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX ao menos três vertentes distintas de opinião pública, no Brasil uma delas não conseguiu se consolidar. Podemos mostrar, através desse artigo, que os jornais ligados a um pensamento político próximo da vertente rousseauiana de soberania e opinião pública foram duramente reprimidos em sua atuação na imprensa. A lei referente à liberdade de imprensa na Constituição de 1824 dizia que:

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar (BRASIL, 1824).

O problema é que a definição do que eram esses “abusos” não era clara, o que deixou brechas para o governo censurar e perseguir os jornalistas. Exemplo disso é o caso do grupo liberal da época da independência, principalmente João Soares Lisboa, que, acusados de desorganizadores e

conspiradores foram mandados para fora da Corte por decisão do governo em 1822 (GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1887, p. 92-93). Após ele, Chapuis foi exilado também por ordem do governo. Já o caso de Francisco das Chagas Oliveira França é mais ilustrativo, pois não só ele foi censurado, mas todo um grupo político que se organizava nas ruas, na imprensa e no parlamento.

A perseguição à esses jornalistas gerou um vácuo nos espaços públicos brasileiros. A oposição via-se sequestrada pelo governo, o que gerava um temor dentre os jornalistas e atores políticos. Com isso, uma série de projetos políticos mais *radicais* foram esquecidos e ignorados pela historiografia justamente por sua descontinuidade e efemeridade, o que, por vezes, leva os historiadores à ignorar a multiplicidade de projetos políticos do Primeiro Reinado, já que grande parte dos jornalistas oprimidos eram portadores de uma vertente rousseauiana de opinião pública.

Ademais, pudemos perceber também como o governo – seja o de D. Pedro I seja o moderado – utilizou a justiça como forma de conter os projetos radicais. Seja por meios legais ou meios obscuros – não houve processo no caso de Chapuis -, os jornalistas opositores foram reprimidos e acabaram desaparecendo da cena pública. Em um momento de constante agitação e disputa política, não ter jornais criticando o governo significava uma garantia a mais de tranquilidade política e legitimidade diante da opinião pública. Com o desaparecimento desses jornais, ricos projetos políticos também se esvaíram da Corte e “constituíram um golpe fatal no tortuoso processo de desenvolvimento da cidadania e da nacionalidade” (BASILE, 2004, p. 347).

Referências

Documentação primária

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto e Cia, 1822-1823. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 06/04/2015.

- GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Collecção das Decisões do Império do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.
- O *SPECTADOR BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 1824-1826. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 06/04/2015.
- O *TRIBUNO DO POVO*. Rio de Janeiro: Typographia d'Astréa, 1830-1832. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 06/04/2015.
- O *VERDADEIRO LIBERAL*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 06/04/2015.

Obras de apoio

- BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. O radicalismo exaltado: definições e controvérsias. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Bessone da C. (Org.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- BOBBIO, Norberto. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. UNB, 2002. v. 2.
- BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 06 abril de 2015.
- BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Brasília: UNB, 1992.
- GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los Espacios Públicos em Iberoamerica: Ambiguidades y problemas. Siglos XVII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 1999.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- _____. La génesis de la opinion pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los Espacios Públicos em Iberoamerica: Ambiguidades y problemas. Siglos XVII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. Opinião Pública. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia libera: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF; Ícone, 1999.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A Abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PERES JÚNIOR, João; MÄDER, Maria Elisa. América/Americanos. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução: Antônio P. Machado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.
- SILVA, Wlamir. A Abelha Sinalagmática e Hiperbólica: o periódico mineiro Abelha do Itaculomy (1824-1825). In: XXVII Simpósio

Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social.
Anais... Natal, 2013.

VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Imaginando a nação*: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de independência do Brasil (1821-1824). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

*Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista**

FABIANA FRANCISCA MACENA^{*1}

Universidade Federal de Mato Grosso

DIVA DO COUTO GONTIJO MUNIZ^{*2}

Universidade de Brasília

Resumo: No presente artigo, problematizamos o silêncio historiograficamente construído acerca da participação política de mulheres nos movimentos abolicionistas da segunda metade do século XIX. Para tal, enfatizamos seu protagonismo na província de Minas Gerais, buscando dar visibilidade às suas ações na luta contra a escravidão. Trata-se de atuação que se encontra registrada em inúmeros documentos, referências às suas presenças na história, particularmente na história do abolicionismo. Evidenciamos diversas formas de atuação: organizando saraus, angariando recursos, escrevendo em jornais, tecendo redes de apoio, de proteção e de influências. Tais práticas chamam a atenção para a riqueza de suas formas de participação. As mineiras na luta contra a escravidão usaram e abusaram dos códigos e linguagens de domínio feminino para circular e atuar no espaço público da cidade e da política.

Palavras-chave: Mulheres; Política; Abolicionismo.

Abstract: In this article, we question the silence historiographically built about women's political participation, particularly in the abolitionist movements of the second half of the nineteenth century. To this end, we emphasize the activism of women in the province of Minas Gerais, giving visibility to their actions in the fight against slavery. It is performance that is recorded in numerous documents, with references to his presence in history. Particularly in the history of abolitionism we observed various forms of action: attending soirees, raising funds, writing in newspapers, weaving support networks, protection and influences. These practices draw attention to the plurality of forms of action of women in the fight against slavery, using codes and female domain languages to circulate through the public space of politics.

Keywords: Women; Politics; Abolitionism.

* Recebido em 01/06/2017 e aprovado para publicação em 05/04/2017.

^{*1} Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: fabianamacena@yahoo.com.br.

^{*2} Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: diva.gontijomuniz@gmail.com.

O movimento que, n'estes ultimos tempos, vae pela nossa capital, nos evidencia que hade sempre a grande ideia nova florescer e avolumar-se entre os mineiros.

Assim, quando uma patricia nossa, uma d'essas mulheres que nos lembram Aspasia e Haydeia – as heroínas gregas, que nos lembram Cornelia a grandiosa mãe dos Grachos, que nos lembram Judith, decepando a cabeça do oppressor para salvar um povo, ou Carlota Corday, apunhalando o sanguinario Murat, “matando, como ella dizia, matando um para salvar mil”, sim, quando esta nossa conterranea agitou a grandiosa ideia da libertação da capital, e os valentes tribunos, Dr. Leonidas, Dr. Cesarino e Dr. Camillo de Britto lançaram-na ás multidões, nós vimos como a sociedade recebeu-a com eloqüentes manifestações de jubilo; como desde logo se promoveram concertos e outras diversões em bem da grande ideia...[...]

Alma feita de luz e caridade a d'essa mulher sublima que pensou na redmpção da capital!... [...] (SIAAPM. *União Postal*, 03/09/87, p. 01).

Em 1887, o jornal *União Postal*, publicado em Ouro Preto, sublinhava o crescente florescimento do abolicionismo entre os habitantes das montanhas de Minas, com a conquista de adeptos, simpatizantes e defensores. Como em outras partes do Império, a sociedade mineira, particularmente a ouro-pretana, não permaneceu imune à intensa mobilização em torno da campanha abolicionista, rendendo-se também à “grande ideia” que reunia homens e mulheres no cenário público das ruas das principais cidades do país. E entre as mineiras, contrariamente ao que até há pouco tempo fez acreditar a historiografia da abolição, o entusiasmo pelo movimento não foi diferente, haja vista que teria partido de uma “conterranea” a “grandiosa ideia de libertação da capital”. O autor do artigo destaca justamente o protagonismo de uma mulher na luta pela abolição do trabalho escravo na cidade. Todavia, tem todo o zelo em “protegê-la” da visibilidade pública que qualquer notícia de um jornal possibilitava. Ela é uma “alma feita de luz e caridade”, uma heroína como aquelas que a história faz referência para servir de exemplo para as comuns mortais. Sob o argumento da proteção, e o signo do anonimato, a “benfeitora”, embora

fosse uma ativista da abolição, teve, porém, seu lugar de fala sequestrado pelo discurso androcêntrico da imprensa.

Uma mulher ativista no sentido de seu engajamento à causa abolicionista, mobilizada como várias outras mulheres pela proposta de extinção do trabalho escravo dos movimentos abolicionistas do período. Trata-se de protagonismo que não envolveu a formação de uma “frente” feminina de luta, nos termos dos movimentos feministas do século XX, mas que não excluiu, porém, uma ativa participação. Como bem avalia Angela Alonso:

Participação é diferente de igualdade e abolicionismo não é feminismo. A hierarquia de gênero, marcadíssima na sociedade imperial, irrompia no movimento, com juízos moralistas de certos ativistas. Porém, ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa, em casa. Politizou a vida privada (ALONSO, 2012, p. 117).

Com efeito, a atuação daquela “benfeitora” foi significada de modo desigual e diferenciado pelo autor da matéria. Diferentemente dos “valentes tribunos Dr. Leonidas, Dr. Cesarino e Dr. Camillo de Britto”, que tiveram seus nomes estampados nas páginas do *União Postal*, identificação que lhes conferia visibilidade pública na luta abolicionista, o da protagonista mineira permanece, porém, invisível. Em momento algum da narrativa ela é identificada, recebe um nome, permanecendo, assim, incógnita. Trata-se de uma presença ativa na luta, porém, invisível, pois foi silenciada pela narrativa jornalística e apagada da história e da memória social. É apenas uma alma “feita de luz e caridade”, ser etéreo, fonte de bondade, que “pensou na redenção da capital”. Não é uma mulher de carne e osso, mas um ente a-histórico, tal como as heroínas que a inspiraram. Como avalia Diva Muniz, ao refletir sobre essa operação mitificadora da atuação histórica das mulheres:

[...] ser significada como heroína é estar aprisionada a uma construção mistificadora que opera o sequestro de sua dimensão humana e histórica. Afinal, é um

ser mítico, etéreo, a-histórico, a-temporal, privado de existência própria porque localizado no panteão dos não-humanos, elevado à condição de modelo, subtraído de sua humanidade. Nessa construção engenhosa, as mulheres/heroínas são incluídas na narrativa histórica justamente porque não desestabilizam a ordem do discurso com suas condutas diferentes; aliás, reforçam a ordem patriarcal como pessoas excepcionais, imagens idealizadas de mulher, orientadoras da conduta feminina sob aquela perspectiva (MUNIZ, 2013, p. 225).

Naquela construção que enaltece a ação da “benfeitora” como “feito heroico”, opera-se a despolitização de sua experiência, localizando-a num tempo mítico, a-histórico. Ao mobilizar tais imagens e significados, a possibilidade de ação política por parte das mulheres naquela luta é negada. Assim, embora estivessem participando ativamente das lutas pela abolição na província de Minas Gerais, suas presenças na cena política, suas práticas políticas e históricas, não são vistas como expressões de suas escolhas e posicionamentos políticos. Pelo contrário, são significadas como ações beneméritas, como generosidade e altruísmo próprios do sexo feminino, ser sem existência própria, cujo sentido naquela sociedade é justamente viver para o outro, dedicar-se a alguém. Trata-se, enfim, de modo de ver misógino e androcêntrico que desautoriza o viés político das ações das mineiras nas campanhas abolicionistas; são ações esvaziadas desse sentido, ao serem nomeadas como humanitárias ou filantrópicas.

No entanto, a presença das mulheres na história e, particularmente, na história do abolicionismo, explicita-se em diferentes formas de atuação e táticas de ação. O referido artigo do *União Postal* noticia diversas formas de participação das mineiras na luta abolicionista: depois daquele ato fundante protagonizado por uma “patricia”, “desde logo se promoveram concertos e outras diversões em bem da grande ideia...” O registro dessa participação feminina nos abolicionismos revela-nos sua dimensão política e não apenas benemerita, dimensão até há bem pouco tempo ignorada. Observa-se que tal atuação ocorre em meio a uma cultura feminina, cujos signos são compartilhados entre as mulheres brancas, livres, com alguma escolaridade, dos setores médios e superiores

da sociedade mineira oitocentista. Assim, sob o signo da domesticidade e suas diversas linguagens, as mineiras participaram ativamente da luta política pela emancipação dos escravos e escravas, organizando festas e saraus, promovendo eventos beneficentes, coletando doações e apoios, escrevendo artigos, poesias e romances em torno da temática, concedendo alforrias. Se recentes pesquisas a respeito da luta pela abolição da escravidão no Brasil em geral, e de Minas Gerais em particular, destacam o envolvimento das classes médias urbanas e também dos próprios escravos como protagonistas, permanece

[...] porém desconhecida a presença das mulheres. O fato de não possuírem o direito ao voto e de não fazerem parte de agremiações políticas ou literárias não deve, contudo, ser creditado como prova de que elas estivessem efetivamente afastadas desse processo, limitando-se a uma atitude de meras espectadoras (SILVA, 2009, p. 246-247).

Já que não eram (re)conhecidas como cidadãs, os espaços e linguagens por elas utilizados nas lutas abolicionistas foram justamente aqueles que melhor traduziam seus modos diferenciados de ser e de estar no mundo, suas estratégias de luta contra a exclusão. Isso incluía posicionar-se política e publicamente contra a escravidão, participando também das ações daqueles movimentos. Compartilhavam, assim, o sentimento abolicionista bem generalizado na província, defendendo a extinção da escravidão a partir de ações autorizadas ao seu sexo, identificadas como próprias do sexo feminino, como desdobramento da esfera doméstica. E ampliaram esse espectro com a entrada em clubes e associações, entidades tidas e reconhecidas, na historiografia, como formadas exclusivamente por homens. Ali, a presença de algumas mulheres pode ser evidenciada nos registros sobre os mesmos; enfim, não há como ignorar que elas participaram ativa e diretamente de movimentos abolicionistas organizados.

Nesse sentido, os concertos, saraus e “outras diversões” foram um dos cenários privilegiados para a atuação abolicionista das mineiras. Significativamente, a Escola de Minas de Ouro Preto, ao completar em

outubro de 1887 seu 11º aniversário, organizou uma festa para celebrar a data. Dentre as atividades planejadas pelos alunos, constava “uma conferencia scientifica na Escola, uma sessão solemne, apoz a qual um concerto musical, no paço da Assembléa Provincial e que tambem distribuiriam cartas de liberdade a dois ou mais escravizados conforme a quantia que entre os seus companheiros a comissão angariasse.” (SIAAPM. *União Postal*, 21/10/87, p. 03). Trata-se de efeméride que, dada a importância da instituição escolar, mobilizou a “boa sociedade” ouro-pretana, a quem a comissão organizadora da festa agradeceria dias depois por meio da imprensa, em nota na qual destacava a atuação das mineiras:

[...] o reconhecimento de divida que contrahiu com a sociedade ouro-pretana em geral, a imprensa, em particular, com as Exmas. Senhoras e Srs. que espontaneamente auxiliaram-no com extraordinaria acquiescencia e louvavel dedicação.

A liberdade dos escravos, adquiridos por via da sciencia festejada, faz-nos, como académicos e abolicionistas, por igual penhorados diante d’este duplo acontecimento (SIAAPM. *União Postal*, 27/11/87, p. 04).

Solidários à causa da abolição, os alunos da Escola de Minas destacaram no evento a distribuição de cartas de liberdade a escravos e escravas da capital, após angariarem os recursos financeiros necessários para tal. Nesse quesito, contaram com a “extraordinaria acquiescencia e louvavel dedicação” da sociedade ouro-pretana, particularmente de suas mulheres. Dentre as pessoas que colaboraram, foi ressaltada a presença das “Exmas. Senhoras” que, com seus dotes artísticos, abrilhantaram o evento. Particularmente na execução do concerto, algumas mulheres foram nominalmente identificadas, como Josephina Klier, Esther Lima, Maria Franzen, Elisa Damasio Botelho, Maria Faria, Olympia Guimarães e Eugenia Guimarães (SIAAPM. *União Postal*, 21/10/87, p. 04). Eram jovens da sociedade ouro-pretana cuja individualidade ganhou visibilidade na imprensa por conta de sua atuação na cena pública em prol de uma causa política, usando linguagem que bem dominavam e que não ameaçavam a ordem patriarcal: as artes musicais, particularmente o canto e o piano.

O ato público de executar um concerto, tal como o de escrever um poema, um livro ou uma crítica, aponta-nos para o protagonismo das mulheres, operado mediante o exercício de uma “política de localização que lhes assegurava seus espaços de fala e lugar de sujeitos históricos”, como defende Diva Muniz (2012, p. 310). Cantar e tocar em público não apenas para entreter ou encantar alguém, mas como escolha própria, como “estratégia de afirmação individual” (MUNIZ, 2012, p. 325). Cantar e tocar pensados, portanto, como “verbos de localização”, como modos de atuar que, não obstante inscritos na domesticidade, possibilitaram a muitas mulheres da sociedade mineira oitocentista atuar em prol da causa abolicionista e, ao mesmo tempo, expressar “seus modos de ver, de conhecer e de existir” (MUNIZ, 2012, p. 310) como sujeitos políticos, como cidadãs.

Não há como não deixar de reconhecer na participação das mineiras na campanha abolicionista a diversidade de estratégias por elas empregadas para romper com a prescrição de seu confinamento ao espaço doméstico. Foi engenhosa essa atuação porque feita sob os signos da domesticidade, compartilhados e autorizados socialmente. Assim, as mineiras estrategicamente criaram espaços próprios para sua visibilidade pública e política. Nesse sentido, a atuação delas no referido concerto deve ser vista como tática peculiar para participar dos movimentos abolicionistas da província sem grandes riscos quanto à perda da honra, sem promover as “dilacerações espetaculares” de que nos fala Chartier (1995, p. 42). Pelo contrário, foi apropriando-se justamente de um modelo imposto, de uma linguagem reconhecida como própria do “bello sexo”, mobilizando-a para romper com a exclusão do espaço público e, assim, ingressar no mundo do trabalho e da política. A execução pública das “prendas domésticas” compreendia uma atividade autorizada, pois vista como integrante do “dote” das mulheres que foram educadas exatamente para o “encanto da vida social” (MUNIZ, 2003, p. 207), para bem representar a família em sociedade. Mulheres prendadas, “inteligentes e distintas”, amantes e praticantes das artes da música, da poesia e dos bordados, fizeram uso desses seus “dotes” para atuar como pessoas políticas, como integrantes dos movimentos em defesa da causa abolicionista.

Foi também fazendo uso das “prendas musicais” que outras mineiras ganharam visibilidade em outro evento público e político do movimento abolicionista de Ouro Preto, sendo inclusive nomeadas pelo jornal como “Exmas. Abolicionistas”. Em 1884, por ocasião da abolição da escravidão no Ceará, a Sociedade Abolicionista Visconde do Rio Branco e a Libertadora Mineira,¹ ambas ouro-pretanas, organizaram uma grande festa no paço da Assembleia Legislativa. Nos registros sobre as comemorações, a referência à presença das mulheres nesse movimento abolicionista é, sem dúvida, uma evidência do uso daquela “tática de consentimento” a que se refere Chartier (1995, p. 42). Elas participaram do movimento político, sem confrontos radicais com a ordem patriarcal, sem “dilacerações espetaculares” com o modelo de mulher, com a divisão sexual dos papéis que definiam o espaço público como de domínio masculino e o doméstico como de atuação feminina. Segundo notícia de um jornal da capital:

As Exma. Sras. DD. Margarida Pinheiro, Elisa Santos, Luiza Medrado, Carlota de Lemos e o jovem e esperançoso Amynthas de Lemos, depois de executarem lindas peças no piano, arrancaram franca e ruidosa admiração dos espectadores!

Duas lindas melodias religiosas foram executadas no *harmonium*, pela Exma. Sra. D. Luiza Medrado.

O *Club abolicionista* realçou com distincta gentileza os aplausos conquistados pelas inteligentes pianistas, offerecendo-lhes com lindos bouquets os diplomas

¹ A Sociedade Libertadora Mineira foi criada em 1883 e era composta, sobretudo, por alunos e professores da Escola de Minas de Ouro Preto, tendo como dirigente o professor Archias Medrado. No mesmo ano, outro grupo de abolicionistas fundava, também na capital da província, a Sociedade Abolicionista Visconde do Rio Branco, cujo presidente era o engenheiro Chrockatt de Sá Pereira de Castro. De acordo com Luiz Gustavo Santos Cota, as duas entidades “desenvolveram atividades muito semelhantes, com destaque para aquelas que combinavam propaganda abolicionista, espetáculo musical, arrecadação de fundo e distribuição de alforrias, uma fórmula acatada em todo Império. Além de atividades parecidas os dois clubes costumavam ocupar sempre os mesmos espaços públicos, tanto para as conferências/festas, realizadas no teatro municipal e paço da Assembleia Provincial, quanto para as reuniões internas, frequentemente realizadas nas dependências do Liceu Mineiro, casa dos redatores do *A Vela do Jagadeiro* [jornal abolicionista], os professores Affonso de Britto e Samuel Brandão” (COTA, 2013, p. 163).

de sócias honorárias (SIAAPM. *Liberal Mineiro*, 16/01/1884, p. 04).

As referências às ações dessas “inteligentes pianistas”, exibindo em público seus “dotes” musicais, apontam-nos para seu trânsito em espaços outros, muito além do âmbito do confinamento doméstico prescrito, como o do exercício do direito ao livre trânsito, da autonomia de movimentos, do contato com pessoas, de ambos os sexos, fora do espaço da domesticidade, lugar de privação. O reconhecimento por parte do Club Abolicionista, com a divulgação dos nomes na imprensa e com a concessão de diplomas de sócias honorárias, sinaliza-nos para essa nova localização das mulheres na cena pública, com distinção. Trata-se de localização que não deve ser reduzida apenas aos efeitos da moderna ampliação dos espaços de sociabilidade na sociedade mineira oitocentista, mas percebida de modo mais amplo, como resultado de táticas e estratégias de luta das mineiras que recusaram, por vias sutis ou não, o confinamento doméstico e escolheram a participação nos espaços da vida pública e da política. O engajamento nos movimentos abolicionistas possibilitou-lhes, não se pode negar, o exercício da política, em espaços que não se circunscreviam aos limites da vida privada, embora esta também tenha sido politizada com a atuação feminina na luta pela abolição.

Angela Alonso defende que seriam três as principais portas de entrada das mulheres no abolicionismo. Primeiramente, pela filantropia, em que “senhoras de alta extração, sem serviço doméstico, nem carreira”, dedicavam-se às causas beneméritas e criavam sociedades de libertação de escravos e escravas. Outra possibilidade era “entrar de braço com o marido, pai, irmão, cunhado abolicionista”, cuja “proteção” era garantia para que pudessem participar dos eventos abolicionistas, respondendo pela execução de tarefas próprias do sexo, como a coleta de doações, decoração de salões, o exercício das artes, como tocar piano, cantar e recitar. Uma última porta de entrada era a condição de artistas (cantoras, escritoras, atrizes, instrumentistas) que, embora “solteiras, separadas ou casadas com artistas, em meio mais liberal quanto aos costumes, participavam da vida pública sem os impedimentos da família patriarcal” (ALONSO, 2012, p. 116).

Em uma sociedade sexista como era a mineira daquele período, construíam-se silêncios sobre tal participação das mulheres, sendo escassos os registros sobre essas “inteligentes pianistas” que atuaram em festas e eventos abolicionistas. Todavia, as esparsas informações disponíveis ajudam-nos a rastrear suas presenças “ilustres” na cena pública ouropretana, particularmente por ocasião daqueles eventos. A presença de famílias autoriza sua participação e a notificação na imprensa, já que elas entraram nas lutas abolicionistas “de braço” com seus familiares. Algumas eram filhas ou esposas de integrantes do Partido Liberal de Ouro Preto e/ou das associações abolicionistas da capital, como era o caso de Elisa Damasio, esposa de Leonidas Damasio Botelho (BN. *O Pharol*, 27/10/1905), professor da Escola de Minas e secretário da Sociedade Libertadora Ouropretana (SIAAPM. *Liberal Mineiro*, 26/11/86, p. 02). Também o de Carlota de Lemos, esposa de Manoel Joaquim de Lemos, advogado, deputado provincial pelo Partido Liberal e abolicionista.² Outras possuíam laços familiares com advogados e autoridades do judiciário. Era o caso de Olympia e Eugênia Guimarães, filhas de Jose Inacio Gomes Guimarães, juiz de direito da comarca de Ouro Preto; ou de Ana Quintilianno, filha de Quintiliano José da Silva, presidente da província entre 1844-1847 e desembargador do Tribunal da Relação de Ouro Preto (SIAAPM. *A Provincia de Minas*, 24/04/81).

A presença delas nos palcos abolicionistas, sob a aprovação e suporte de uma figura masculina, não deve ser subestimada, avaliada como insignificante, uma vez que limitada à execução pública de seus “dotes”, de suas “prendas” domésticas, sob a “proteção” da ordem patriarcal e não confrontando-a. Aparentemente tratava-se de uma atuação feminina sob aquela lógica que enfatizava justamente superioridade do masculino e a

² Luiz Gustavo Santos Cota afirma que, mesmo que eleito deputado provincial pelo 14º distrito (Formiga), “o advogado Manoel Joaquim de Lemos era um conhecido militante abolicionista de Ouro Preto, tendo sido apontado pelo memorialista Aurélio Pires como presidente de uma sociedade abolicionista secreta, responsável por acolher escravos fugidos que se dirigiam à capital, tendo atuado ainda em pelo menos três ações de liberdade impetradas nos tribunais da capital, ocupando o posto de curador dos escravos em duas ocasiões” (COTA, 2013, p. 175).

incapacidade e fragilidade do sexo feminino, que prescrevia a necessidade de vigilância constante sobre seus corpos, suas ideias e seus comportamentos, de modo a preservar a ordem e a honra familiar. No entanto, sob essa aparente anuência e submissão, quantas escolhas não foram feitas, quantas decisões não foram tomadas, quantos deslocamentos não foram operados? Como bem avalia Angela Alonso:

Os abolicionistas convocaram-nas para avolumar a campanha, como para protegê-las de ameaças escravistas, mas as mulheres acharam outros lugares para além de escudo. Indo às conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas (ALONSO, 2012, p. 116).

A autora enfatiza como a “política das ruas”, isto é, a participação na campanha abolicionista, foi uma experiência importante na construção da cidadania, particularmente porque possibilitou a inserção de pessoas excluídas da vida política, dentre estas, as mulheres, definidas juridicamente como “politicamente incapazes”. Apesar e por conta da existência de restrições legais e normativas para impedir a atuação das mulheres na esfera pública, seu engajamento na luta política contra a escravidão revela-nos as escolhas feitas e as estratégias criadas para afirmar-se como protagonistas de suas próprias vidas. Não se pode ignorar, portanto, que no movimento pela mobilização de abolicionistas, “para avolumar a campanha, como para protegê-las”, várias mulheres atuaram de modo autônomo, agenciando apoios, negociando modos de agir e forjando a ampliação de seus espaços de atuação. Desconsiderar tais possibilidades significa negar a multiplicidade e a complexidade do tecido social, bem como a capacidade de agenciamento dos atores históricos, independentemente de seu sexo. Desconsiderá-las significa reafirmar a incapacidade política das mulheres em razão de sua condição biológica, negando-lhe sua dimensão humana, política, como ser produzido na e pela história.

Para “além do escudo masculino”, muitas mulheres recusaram uma participação nas festividades abolicionistas restrita à condição de meras

expectadoras ou de “distintas” beneméritas que colaboravam com a causa doando recursos ou exercitando seus dotes artísticos. O ativismo das mineiras em prol da liberdade de escravos, de ambos os sexos, também pode ser percebido em sua filiação às sociedades e associações abolicionistas, espalhadas por várias regiões de Minas. Embora não integrassem as diretorias e principais comissões decisórias dessas entidades, em razão da alegada e naturalizada incapacidade civil feminina, suas presenças podem ser identificadas nos registros daquelas associações, que noticiam suas ações com o propósito de arrecadar recursos financeiros para comprar alforrias e para custear a propaganda abolicionista. Presença, essa, que evidencia a inserção das mineiras no associativismo abolicionista brasileiro (ALONSO, 2011), sobretudo, a partir da década de 1870.

Dentre os registros, encontramos o da Sociedade Patrocínio de N. S. das Mercês, criada em julho de 1870, na cidade de Diamantina. A associação era fruto da iniciativa e esforços conjuntos do bispo daquela diocese, D. João Antonio dos Santos³ e da Câmara municipal, de modo a atender a uma “das graves necessidades do tempo” (BAT. *O Jequitinhonha*, 03/07/1870, p. 01). Elaborado sob os vieses religioso e filantrópico da visão de mundo daquele prelado, o Estatuto daquela Sociedade, publicado no jornal *O Jequitinhonha* (10/07/1870, p. 01), sublinhava seu objetivo de “auxiliar a emancipação do elemento servil”, por meio de concessões de alforrias. Estas seriam viabilizadas pela utilização dos recursos do fundo da Sociedade, formado por joias, donativos e contribuição mensal de seus sócios. Dela faziam parte

³ D. João Antonio dos Santos foi o primeiro bispo a dirigir a diocese de Diamantina, na região norte de Minas Gerais. Foi escolhido por D. Pedro II em “12 de março de 1863; pelo papa Pio 9º confirmado a 30 de setembro, tomando posse a 2 de fevereiro de 1864 e só depois a 1 de maio sagrado pelo bispo Conde da Conceição [D. Viçoso]” (BLAKE, 1970). Filho de uma importante e abastada família do Serro, também na região norte da província, João Antonio dos Santos estudou no Colégio do Caraça e no Seminário de Mariana, importantes instituições educacionais e religiosas de Minas Gerais, sob a direção do bispo lazarista da diocese de Mariana, D. Antonio Ferreira Viçoso. Este último foi importante expoente do movimento de moralização e reforma do clero e das instituições católicas no Brasil, identificado como “Romanizador” e/ou “Ultramontano”, do qual o bispo de Diamantina também fazia parte. Sobre o prelado de Diamantina e seu envolvimento com o abolicionismo, ver: Oliveira (2011).

“as pessoas de qualquer sexo, naturalidade, idade ou condição que quiserem fazer parte da sociedade”, desde que declarassem, por escrito ou por meio de procurador, sua filiação à mesma. Trata-se de protocolo que tornava possível aos escravos e escravas,⁴ bem como às mulheres livres, serem admitidos nos quadros daquela Sociedade.

Já com um mês de existência, a referida sociedade mesma tornava públicas suas atividades e os sucessos obtidos até aquele momento em prol da libertação de escravos do município. Aquele mesmo jornal, mais uma vez, ressaltava os feitos da entidade, ao publicar parte do relatório produzido por seus membros:

Fundada á pouco mais de um mez é o numero de socios apenas de 65, porém com tendencias a avultar muito mais. [...]

Existião em cofre 410\$000 r^s.

A sociedade tendo já libertado uma escravinha de nome Adelia, pertencente a Ex^{ma}. Sr^a. D. Catharina Augusta de Azeredo Coutinho, alforriou n’esse dia outra escravinha de nome Maria, pertencente ao Sr. Herculano Ribeiro Mourão.

Havião sido acceitas e registradas com prazer as seguintes declarações de liberdade:

Da Ex^{ma}. Sr^a. D. Bernardina Flora Mourão, que libertou o seu escravinho Numa.

Do Sr. Major Antonio Felicio dos Santos, que, á pedido de suas filhas, as Ex^{mas}. Sr^{as}. D.D. Maria Jesuina dos Santos e Amelia dos Santos Fernandes, alforriou suas escravinhas Flora e Maria do Carmo [...].

Todos esses senhores e senhoras forão aclamados socios benfeitores nos termos do art. 6º dos estatutos.”

Passando-se á leitura do expediente foi no meio do maior applauso que se procedeu a leitura das seguintes cartas de liberdade:

Da Ex^{ma}. Sr^a. D. Amelia Caldeira Machado, que concedeu a liberdade a sua escravinha Margarida, de 5

⁴Todavia, era vedada aos escravos, pelo mesmo estatuto, a participação nas assembleias gerais da Sociedade, que deveriam ser compostas apenas por “sócios livres que comparecerem”.

anos de idade, obrigando-se a educá-la e tratá-la até a idade de 18 anos.

Do Sr. Commd^{or}. Serafim Moreira da Silva, que, já tendo com louvável filantropia alforriado cinco escravos, concedeu mais a liberdade aos seguintes: Isabel, de 23 anos; Jeronymo, de 32; Elaias de 26.

A primeira senhora foi proclamada socia benfeitora, e o Sr. Commd^{or}. foi louvado na acta da sessão por indicação da directoria (BAT. *O Jequitinbonha*, 21/08/1870, p. 03).

Apesar de sua curta existência, a sociedade contava com um número expressivo de sócios e sócias e ainda com um montante nada desprezível de recursos em caixa para as manumissões, situação que era, por certo, motivo de regozijo entre os associados. Não por acaso, a imprensa simpática à causa abolicionista divulgava o número de cativos alforriados, com recursos próprios da associação e também pela iniciativa de alguns sócios proprietários. Dentre esses, observa-se a presença de mulheres como D. Bernardina Flora Mourão e D. Amelia Caldeira Machado, nomeadas sócias benfeitoras daquela associação, esposas dos abolicionistas João Raymundo Mourão e João da Matta Machado.⁵

De acordo com os estatutos da Sociedade, sócios benfeitores seriam aquelas pessoas que “por uma ou mais vezes, fizerem dadas à sociedade, não menores de 200\$000, libertarem em nome d’ella escravos de qualquer valor, e prestarem serviços relevantes à causa da emancipação” (BAT. *O Jequitinbonha*, 10/07/1870, p. 01). Assim, pelo caminho da filantropia, aprovado e encorajado pela Igreja Católica, algumas mineiras puderam participar ativamente da luta pela abolição, com ações de cunho público e político, como essas da concessão pública de alforrias sob a agenda de luta da Sociedade Patrocínio de N.S. das Mercês.

⁵ O advogado João Raymundo Mourão compôs a comissão municipal que, juntamente com o bispo diocesano, criaram a Sociedade Patrocínio de N. S. das Mercês. Na década seguinte, integrava outro clube abolicionista na mesma cidade, na companhia de seu filho Julio de Oliveira Mourão. Por seu turno, João da Matta Machado não somente fazia parte daquela comissão municipal, como também foi tesoureiro da Sociedade Patrocínio de N. S. das Mercês (BAT. *O Jequitinbonha*, 10/07/1870, p. 01); (BAT. *O Jequitinbonha*, 14/08/1870, p. 01).

Cautelosa e engenhosa a atuação abolicionista da Igreja Católica, ao aprovar e encorajar as mulheres a participarem, pelo caminho da filantropia, do movimento pela extinção do trabalho escravo. As práticas filantrópicas fomentaram, como defende June Hahner (2012, p. 48), os contatos das distintas fiéis com o mundo exterior, mas sob o manto da ordem religiosa e patriarcal. Ao estimular aquelas práticas, continuando com a autora, a Igreja Católica:

[...] procurava restringir a atuação das mulheres à esfera privada. Ao desencorajar a participação feminina no mundo da política e do trabalho fora de casa, os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina. Entretanto, ao mesmo tempo que promovia um modelo de sacrifício pessoal e resignação a ser adotado pelas mulheres, a instituição religiosa podia fornecer-lhes um espaço de atuação para além das paredes da casa. Afinal, as igrejas não eram somente um local para onde as “mulheres respeitáveis” podiam se dirigir para assistir as missas e decorar o altar. A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem a filantropia (HAHNER, 2012, p. 48).

Sob tal orientação, agiram algumas mineiras de Itabira, ao concorrerem com donativos para a primeira alforria do Club Libertador 16 de Março, fundado em 1885. Esta associação procurava, “nos limites da lei e com respeito devido à propriedade tolerada e reconhecida pelas leis do Estado”, realizar a redenção dos cativos daquela cidade (SIAAPM. *Liberal Mineiro*, 18/04/1885, p. 03). Para tal, utilizava a propaganda na imprensa, que esclarecia e formava opinião pública favorável à abolição do trabalho escravo, priorizando os atos de concessão de alforrias. Animadas “pelo fogo sagrado da liberdade”, cinco mulheres – D. Amasile Pinto Coelho, D. Leonor A. Lage, D. Ricardina C. C. Drumond, D. Maria F. de Assis Drumond e D. Ana L. F. Drumond – colaboraram pecuniariamente para a alforria da escrava Antonia e de seus filhos (SIAAPM. *Liberal Mineiro*, 18/04/1885, p. 03). São atos que expressam escolhas pessoais, similares aos dos homens. E ambos com um propósito político bem claro: atuar em

prol da abolição da escravidão, participar dos movimentos que agitavam a província e o país naquelas três últimas décadas do século XIX.

Ao contribuírem com recursos financeiros para que a escrava e filhos alcançassem a liberdade em nome do Club Libertador 16 de Março, aquelas mulheres escolheram, sem abrir mão da orientação filantrópica, participar das ações abolicionistas promovidas pelo Club Libertador 16 de Março; optaram pela ação política em prol de uma causa. Concordamos com Thiago Sant’Anna, para quem estas associações eram

[...] espaços de atuação política das mulheres e foram criadas como uma das formas de assegurar a abolição gradual da escravidão e com indenização, que era, até aquele momento, a política adotada pelo governo. Compreendiam, assim, práticas abolicionistas em consonância com as diretrizes de uma gradual abolição, que buscava conciliar interesses e necessidades dos proprietários, dos escravos e da sociedade em geral (SANT’ANNA, 2005, p. 84).

Similarmente às abolicionistas goianas estudadas por Sant’Anna, também as mineiras integravam a classe proprietária de bens e de escravos. Assim, sua atuação em defesa da abolição da escravidão ocorria dentro dos estritos limites da ordem, do respeito à propriedade e dos valores cristãos e católicos. Nessa lógica, elas combatiam o trabalho escravo e defendiam uma “solução pacífica da momentosa questão que a todos preocupa” (SIAAPM. *Liberal Mineiro*, 18/04/1885, p. 03). Compartilhavam o projeto político emancipatório do encaminhamento da questão servil de forma lenta, gradual e com indenização, sem abalo e espoliação ao direito à propriedade, consoante às diretrizes da política imperial e aos interesses da classe proprietária. Nessa orientação reformista, reafirma-se o acesso à alforria como uma concessão da classe senhorial, investindo-se na possibilidade de gerar entre os cativos, de ambos os sexos, os sentimentos de fidelidade e gratidão, afastando o perigo de graves confrontos, inclusive físicos. Além disso, criava-se uma espécie de seguro para garantir mão de obra formada pelos recém libertos.

Nem todas as mulheres se contentaram, porém, com essa participação mais discreta, sob a capa de sócias benfeitoras. Algumas delas

assumiram uma ativa posição de frente na luta, angariando recursos e convencendo outros proprietários a libertarem seus escravos. Em Itajubá, cidade do Sul da província, por ocasião da visita de inspeção de alguns engenheiros que analisavam a viabilidade para a instalação de uma estrada de ferro na região, o jornal *A Verdade* (22/12/1887, p. 01) explorou o evento, relacionando a autonomia viária da cidade com a emancipação esperada pelos cativos. Segundo a publicação, entre banquetes, música e muitos vivas, alguns moradores daquela cidade optaram por libertar – condicional e/ou incondicionalmente –, seus escravos, em reconhecimento ao “benefício que ia receber o Sul de Minas, com a Estrada de Ferro do Sapucahy”. Solidarizava-se assim com a política abolicionista do governo imperial que já libertara os escravos do Estado e da família imperial, e já aprovara as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, nos anos 1871 e 1885, respectivamente. Inspirado por tais exemplos, um grupo de itajubenses decidiu instaurar:

[...] uma comissão de senhoras para promover a libertação total dos escravos residentes nesta localidade, na ocasião da mesma inauguração, ficando encarregada da convocação de nossas virtuosas e digníssimas conterrâneas, para esse fim, a exm^a d. Emiliana Olinto. A ideia caminha e nem ha obstaculos para ella, e ás nossas respeitaveis patricias cabe a honra de vir coroar com a pureza de suas virtudes, com a delicadeza de seus sentimentos, a obra do bem e da reparação, começada debaixo dos mais louvaveis e santos intuitos (SIAAPM, *A Verdade*, 22/12/1887, p. 02).

A comissão, formada por “virtuosas e digníssimas” senhoras, tinha como objetivo convencer alguns resistentes proprietários de escravos da cidade a aderirem ao movimento libertador e respaldava-se justamente na “pureza das virtudes”, na “delicadeza dos sentimentos” de suas integrantes. A presença dessas “virtuosas” mulheres seria uma espécie de garantia de que a “libertação total dos escravos” de Itajubá ocorreria dentro da ordem e sob os mais “louváveis e santos intuitos”. Aqui a imagem do feminino que é mobilizada é a “santa mãezinha” do imaginário social cristão, fonte de luz e de bondade, de uma vida dedicada ao outro, “a obra do bem e da reparação”.

Além disso, investia-se também na imagem da estrada de ferro como sinônimo de tempos modernos incompatíveis com a escravidão. Tal como a esperada estrada de ferro que iria libertar a região dos entraves para a circulação e transporte de pessoas e produtos, inscrevendo-a na modernidade, também a abolição da escravidão cumpriria esse papel e essa exigência. Havia uma previsão de que a obra de “libertação total” dos cativos fosse realizada em aproximadamente 18 meses, tempo provável para a inauguração da ferrovia. A data não era fortuita; ela foi definida justamente para celebrar as duas iniciativas como marcos fundantes da Itajubá moderna, cidade cuja população queria “progredir” (SIAAPM, *A Verdade*, 22/12/1887, p. 01). Não por acaso, o jornal aposta na ideia de que a chegada da ferrovia, símbolo do progresso e da modernização, não seria condizente com a permanência da escravidão, instituição que já era vista por muitos como associada ao passado colonial, como “magno problema que faz a preocupação entre nós” (SIAAPM, *A Verdade*, 27/01/1888, p. 01).

Investia-se, nessa prática discursiva, na mediação moderadora das “respeitáveis patricias” para “promover a libertação total dos escravos” residentes na localidade. A expectativa de uma sociedade moderna não excluía porém os antigos valores, como o das “virtudes cristãs” que toda boa mãe de família teria por função ensinar e transmitir. A mãe representada, portanto, como receptáculo e transmissora da tradição cristã.

Não por acaso, a responsável pela tarefa de convocação das “virtuosas conterrâneas” não era ninguém menos do que a esposa de Adolpho Augusto Olinto, juiz de direito da comarca de Itajubá e membro do diretório do Partido Liberal da cidade. Tal indicação revela-nos para a dimensão política e também partidária da iniciativa, subsumida na capa protetora da filantropia. O referido juiz foi um dos idealizadores da reunião entre os habitantes de Itajubá com o fim de discutir e providenciar os “auxílios que poderão prestar os nossos conterrâneos, para a realização do importante melhoramento”, sendo chamado a presidir os trabalhos (SIAAPM, *A Verdade*, 22/12/1887, p. 01). Já sobre a escolhida, D. Emiliana Olinto, são poucas e raras as informações veiculadas no jornal, além daquelas relacionadas à sua condição de esposa do juiz, pessoa de destaque na sociedade local. As referências no jornal *A Verdade* sobre ela são escassas,

tampouco temos notícias da comissão por ela organizada e quais mulheres dela participaram. Sua atuação no movimento é objeto da política de silêncio discursivamente produzido sobre a presença das mulheres na história, pela recusa em lhes conferir visibilidade pública e política, sob o argumento da proteção masculina. O jornal, ao destacar as características tidas como próprias do sexo feminino, do “bello sexo”, estabelece os limites autorizados a essa atuação, restritos ao âmbito da domesticidade, ao espaço da privação da vida pública e política. Como se vê, a experiência de Itajubá apresenta o traço comum da participação das mineiras no movimento abolicionista na província: o engajamento à causa pelas referidas três portas de entrada. Não se pode negar, porém, que sob o manto da filantropia e do pátrio poder, e sob os códigos da domesticidade, essas mulheres experimentaram uma vivência política, ao lutar pela extinção da escravidão na cidade, na província e no país.

Não obstante o protagonismo político das mineiras em prol da agenda abolicionista, tal ativismo foi silenciado pela historiografia e pela memória social do movimento. Apenas a face humanitária e benemérita dessa atuação foi destacada pela imprensa e outros registros, esvaziando-a porém de seu sentido político. Nos discursos veiculados pela imprensa mineira ressaltava-se justamente a ação abolicionista das mulheres como práticas apolíticas, inscritas no universo da filantropia, do humanitarismo e/ou da caridade cristã. Este modo de ver, de significar, abasteceu e continua a abastecer a historiografia sobre o tema, que ignora e silencia o ativismo político das mulheres abolicionistas. Trata-se de visão de mundo sexista, reiteradora da incapacidade “natural” das mulheres para a política, a economia e a guerra, construção histórica que fundamenta a hierarquização de gênero da sociedade brasileira, com a inferiorização do feminino em relação ao masculino.

Diferentemente desse modo sexista de ler e dar a ler a experiência abolicionista em Minas Gerais, evidenciamos que a participação das mineiras nos movimentos abolicionistas foi uma atuação política, traduzida em várias práticas encenadas no espaço público e com propósitos políticos. Foi uma atuação política estrategicamente pensada, viabilizada de diferentes maneiras, operacionalizada a partir de linguagens e códigos de uma cultura feminina

própria, compartilhada. Trata-se de protagonismo que lhes possibilitou, sem dúvida, a posição de agentes políticos no processo abolicionista. Sem grandes rupturas e ações espetaculares, as mineiras livres, com posses e alguma escolaridade atuaram no cenário abolicionista da província de Minas muito além dos limites autorizados. Elas atuaram no espaço público sob os signos da domesticidade, não para reafirmá-la, mas para subverte-la; ou seja, ressignificando o privado também como espaço de política.

Referências

- BIBLIOTECA NACIONAL. MUNICIPIOS. Ouro Preto. *O Pharol*, Juiz de Fora, anno XL, 27 de outubro de 1905.. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/258822/per258822_1905_00253.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.
- BIBLIOTECA ANTONIO TORRES (DIAMANTINA). A ABOLIÇÃO. *O Jequitinhonha*, Diamantina, anno IX, n. 36, p. 01, 3 jul. 1870.
- _____. ESTATUTOS da Sociedade Patrocinio de N. Senhora das Mercês. *O Jequitinhonha*, Diamantina, anno IX, n. 37, p. 01, 10 jul. 1870.
- _____. SESSÃO Extraordinaria da Sociedade Patrocinio de N. S. das Mercês. *O Jequitinhonha*, Diamantina, anno IX, n. 42, p. 01, 14 ago. 1870.
- _____. NOTICIARIO. Sociedade Abolicionista. *O Jequitinhonha*, Diamantina, anno IX, n. 43, p. 03, 21 ago. 1870.
- SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SARÃO musical. *A Provincia de Minas*, Ouro Preto, anno I, nº 45. p. 01, 24 de Abril de 1881.
- _____. FESTIVAL do club abolicionista mineiro Visconde do Rio Branco. *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, anno VII, n. 06, p. 04, 16 de janeiro de 1884.
- _____. SECCÃO Livre. Itabira: Club Libertador 16 de Março. *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, anno VIII, n. 45, p. 03, 18 de abril de 1885.
- _____. PARABENS! *União Postal*: periodico litterario e noticioso. Ouro Preto, anno I, n. 12, p. 01, 3 de setembro de 1887.

- _____. A ESCOLA de Minas. *União Postal*: periodico litterario e noticioso. Ouro Preto, anno I, n. 17, p. 03-04, 21 de outubro de 1887.
- _____. A PEDIDO: Agradecimento. *União Postal*: periodico litterario e noticioso. Ouro Preto, anno I, n. 20, p. 04, 27 de novembro de 1887.
- _____. ESTRADA de Ferro do Sapucahy. *A Verdade*, Itajubá, anno II, n. 42, p. 01-02, 22 de dezembro de 1887.
- SIAAPM. REUNIÃO dos lavradores. *A Verdade*, Itajubá, anno II, n. 47, p. 01, 27 de janeiro de 1888.
- ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, ano 13, n. 28, 2011.
- _____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 24, n. 2, 2012.
- BLAKE, Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Reimpressão de Off-set. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1895]. v. 3. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/hand/e/1918/00295730#page/7/mode/lup>>. Acesso em: 17/05/2013.
- CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, v. 4, 1995.
- COTA, Luiz Gustavo Santos. *Ave, libertas*: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MACENA, Fabiana Francisca. *Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais*: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero*: história e educação em Minas Gerais (1835-1892). Brasília: Ed. UnB; FINATEC, 2003.
- _____. Escrever, verbo de localização: modos de ver, sentir e existir de uma educadora alemã no Brasil oitocentista. RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela (Org.). *Paisagens subjetivas, paisagens sociais*. São Paulo: Hucitec, 2012.

- OLIVEIRA, Livia Gabrielle de. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina – 1864-1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.
- SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- SILVA, Marinete dos Santos. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de uma “cocotte” no movimento abolicionista. *Caderno Espaço Feminino*, v. 21, n. 1, 2009.

*Almas ousadas, naturezas impetuosas: crime e degenerescência na literatura de Bram Stoker (1847-1912)**

EVANDER RUTHIERI DA SILVA**
História da Universidade Federal do Paraná

Resumo: Na segunda metade do século XIX, letrados, médicos e juristas fizeram amplo uso da cultura escrita e literária para problematizar as dimensões sociais e biológicas do crime, em narrativas sintomáticas de suas preocupações a respeito dos problemas urbanos. Este estudo detém-se sobre dois textos literários do anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912), *The Primrose Path* (1875) e *The Secret of the Growing Gold* (1892), ambos publicados na imprensa periódica, os quais evidenciam as interpretações do literato a respeito da figura social do criminoso a partir de apropriações de teses degeneracionistas e de preocupações de âmbito racial.

Palavras-chave: Bram Stoker; História e literatura; Criminologia.

Abstract: In the second half of the nineteenth century, writers, medical doctors and jurists made extensive use of written and literary culture to discuss the social and biological dimensions of crime, in narratives symptomatic of their concerns about urban problems. This study analyses two literary texts by the Anglo-Irish writer Bram Stoker (1847-1912), *The Primrose Path* (1875) and *The Secret of the Growing Gold* (1892), both published in the periodical press, which show the literary interpretations about the criminal man based on appropriations of degenerationist ideas and racial concerns.

Keywords: Bram Stoker; History and literature; Criminology.

* Recebido em 17/09/2016 e aprovado para publicação em 03/04/2017.

** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). E-mail: evander.ruthieri@gmail.com.

Introdução

A aproximação entre história e literatura integra um contexto de ampliação dos objetos e problemáticas de pesquisa das quais dispõem os historiadores em seu afã de investigar a experiência humana no tempo pretérito. Desta perspectiva, que observa os textos literários enquanto objetos culturais dotados da capacidade de fornecer indícios fragmentários e expressões verossímeis das formas de tradução e ressignificação de vivências cotidianas, embates sociais e culturais, deriva uma atenção redobrada ao escrutínio minucioso da ficcionalidade, para historicizá-la e conectá-la aos processos históricos associados às suas circunstâncias de produção, circulação e leitura. A análise de textos literários, sugerida tanto pela história da cultura escrita quanto pela história do livro e das práticas de leitura, parte de uma óptica teórico-metodológica atenta à proposta de problematização do “trabalho literário sobre o mundo social” (CHARTIER, 2003, p. 103), com ênfase na interdependência entre a “construção discursiva do social e a construção social dos discursos” (CHARTIER, 2002, p. 97).

Ao longo do século XIX, particularmente em centros urbanos como Londres ou Paris, literatos e romancistas fizeram amplo uso da cultura escrita ao promover suas interpretações das experiências da modernidade e para circunscrever os lugares de vulnerabilidade social. Assim como muitos médicos e juristas daquele período, envolveram-se nas investigações e especulações a respeito dos elementos determinantes do crime e da delinquência, diante de um crescente senso de ameaça e insegurança, dos medos e inquietações produzidos a partir de figurações das metrópoles enquanto ambientes labirínticos e conflituosos. O foco analítico nesta relação entre narrativas literárias e sensibilidades modernas, com atenção às formas de “tradução sensível das emoções e sentimentos” (PESAVENTO, 2004, p. 223) promovidas pela literatura, deixa em relevo componentes simbólicos pertinentes à “estruturação do vínculo social” (RICOEUR, 2007, p. 198), cingidos por articulações incessantes entre narrativas ficcionais e elementos da realidade nos processos de ressignificação do mundo social.

A literatura oitocentista, em especial o romance folhetinesco¹ difundido na imprensa periódica, tornou-se um importante elemento nos esforços de homens e mulheres para compreender as intensas transformações históricas no período. Diante do fenômeno das multidões urbanas, associadas por diversos observadores sociais às massas politicamente revolucionárias e alheias a quaisquer tentativas de racionalização ou planejamento, a palavra escrita e impressa visou localizar os estigmas característicos dos indivíduos perniciosos, indagando-se a respeito das suas paixões e motivações, vícios e taras. Simultaneamente, as ficções literárias que se digladiaram em torno do problema da criminalidade lançaram fundamentos para certo senso de protagonismo, ao deixar em relevância, por um lado, o olhar do literato, transformado em observador privilegiado da cidade, e, por outro, dos seus leitores e leitoras, convertidos em testemunhas partícipes dos crimes narrados e das dimensões imaginárias da metrópole.

Indagações literárias em torno do crime e da degenerescência, por intermédio de discursos e imagens capazes de denunciar os componentes bárbaros e primitivos da condição humana moderna, encontram-se presentes nas tramas folhetinescas do romancista anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912), intelectual privilegiado na análise em questão. A incorporação de noções oriundas da criminologia oitocentista, informadas por preceitos de degenerescência racial, numa constante ameaça de regressão, declínio mental e comportamental, evidenciam as inquietações sociais do literato em questão, particularmente em seu folhetim *The Primrose Path* (1875) e no conto *The Secret of the Growing Gold* (1892), focos de problematização

¹ No final do século, os romances serializados, ou folhetins, apresentavam uma série de características pertinentes ao gênero textual: “o folhetim ficcional inventando fatias de vida servidas em fatias de jornal, ou os *fait divers* dramatizados e narrados como ficção, ilustrados ambos com essas gravuras de grande impacto, ofereciam às classes populares o que desde os tempos da oralidade e das folhas volantes as deleitava: mortes, desgraças, catástrofes, sofrimentos e notícias”. Apesar do apelo às classes populares, Marlyse Meyer enfatiza a existência de uma grande variação de públicos, tiragens e posicionamentos sociais ou políticos por parte dos folhetinistas e de seus personagens, os quais atuavam, de sobremaneira, como estruturadores e agenciadores de uma “história para se estender no tempo, apresentada em picadinhos cotidianos a um espectador que, [...] é ao mesmo tempo destinatário e determinador dos rumos dessa história” (MEYER, 1996, p. 224-235).

deste artigo. Os perfis criminosos elaborados por Stoker em seus romances evidenciam a aproximação das narrativas literárias e das proposições científicas vigentes no último quartel do século XIX, demarcadas por uma sensibilidade orientada aos elementos capazes de identificar a mácula degeneradora de seus personagens.

Bram Stoker e o “caminho primaveril”: o caso anglo-irlandês

A produção historiográfica recente no campo da chamada história cultural do crime tem se atentado aos discursos e processos culturais que mobilizaram vocábulos capazes de identificar e nomear os personagens que, por meio de práticas e representações tramadas no mundo social, almejavam atribuir sentido a sentimentos contraditórios e complementares, intrínsecos às experiências da modernidade urbana, sobretudo o medo e a angústia. Atenção redobrada foi concedida a estudos interessados nas discussões intelectuais e nos debates letrados que alteraram e ressignificaram as próprias concepções sociais do crime e do criminoso, particularmente em produções culturais que não se enquadram em dimensões estritamente jurídicas e penais no longo século XIX. Neste sentido, a literatura e a imprensa periódica oitocentista, responsáveis por fornecer visibilidade às novas formas de sociabilidades e sensibilidades que se constituíam nos centros urbanos, revestem-se de inegável importância enquanto fontes históricas para o escrutínio dos investimentos sociais na “construção de um imaginário do crime e, principalmente na experiência da modernidade, de um crescente sentimento de insegurança” (BRETAS; GRUNER, 2016, p. 6).

O escopo analítico direcionado às narrativas literárias enquanto fontes de apreensão e constituição de novas sensibilidades urbanas na segunda metade do Oitocentos encontra-se alinhavado a uma perspectiva que observa as ficções como “materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo” (FERREIRA, 2009, p. 61). Destarte, a análise opta por um aporte teórico-metodológico atento às relações entre

textos e contextos de produção intelectual, no intuito de conectar as produções literárias, revestidas de laços intertextuais, aos debates que, entre médicos e juristas, artistas e literatos, visavam compreender as experiências de diversos grupos sociais urbanos e a questão da criminalidade no período histórico em questão.

Paradigma literário característico da cultura escrita no cerne do longo século XIX, a serialização de romances e novelas sob o formato de folhetins destacou-se na constituição de práticas de leitura e dos gostos de muitos leitores. Desde seus precedentes na imprensa francesa na metade da década de 1830, os romances folhetinescos, que ocupavam as colunas inferiores nas páginas dos impressos, evocaram, por intermédio dos dramas de personagens pertencentes a diversas classes, uma função claramente exploratória, ao identificar os problemas estruturais, os dilemas políticos e os atritos sociais em um ambiente urbano. No caso francês, narrativas da miséria, de suicídios e da loucura operária evidenciavam os temores e as ansiedades de muitos letrados com relação às consequências sociais e aos dissabores políticos que se seguiam aos processos revolucionários (MEYER, 1996). Simultaneamente, os folhetins e a imprensa dos *fait divers*² auxiliavam a constituir um senso de experiência partilhada, a partir do qual leitores e espectadores poderiam se imaginar enquanto parte ativa na cultura metropolitana devido ao constante contato com a evidência visual e textual de sua existência (SCHWARTZ, 1998, p. 6).

A expansão e consolidação da imprensa periódica, somada à diversificação do mercado livreiro, ilustrado, por exemplo, pela emergência das *circulating libraries* e das *railway libraries*,³ contribuiu para a formação de uma comunidade de leitores ampla e heterogênea, bem como de uma

² Jargão jornalístico utilizado para designar, no contexto da imprensa francesa do século XIX, eventos extraordinários e sensacionalistas, ao exemplo de crimes violentos e homicídios.

³ Fenômeno editorial característico dos séculos XVIII e XIX, as *circulating libraries* ofereciam o empréstimo temporário a livros a partir de um valor pago pelos leitores. As *railway libraries*, populares na metade do século XIX, constituíam um nicho de livrarias aglomeradas nas estações de trens ao longo do território britânico (Cf. ELIOT, 2005, p. 37-60).

“cultura urbana” (MOLLIER, 2009, p. 535). A literatura de entretenimento desempenhou papel importante na constituição de um imaginário social em torno da figura do criminoso urbano, sobretudo na segunda metade do século, momento de emergência de campos de conhecimento científico dedicados ao estudo da delinquência, qual seja, a criminologia, que passou a informar, e simultaneamente ser informada, pela escrita de muitos romancistas. Para diversos intérpretes oriundos das classes médias inglesas, o empobrecimento das condições de vida e da economia urbana, bem como o recrudescimento do índice de criminalidade, poderiam ser explicados em termos biológicos, em especial com a aceitação das teorias darwinistas e de suas vulgarizações. O léxico da desmoralização, de forte cunho religioso, foi substituído de modo gradual por uma ideia de degenerescência urbana, caracterizada por aspectos sugestivos de uma sensação de anarquia social nas metrópoles. Esta nova “raça” urbana era interpretada como desordeira e violenta, associada às manifestações de operários ocorridas em Londres na metade da década de 1880, bem como os ataques de grupos separatistas irlandeses, comumente retratados na imprensa como criaturas atávicas e propensas a atos perniciosos (PICK, 1996, p. 201-202).

A formulação de métodos capazes de identificar criminosos ou delinquentes em potencial levou a uma ampla inquirição a respeito das suas peculiaridades internas e externas. Césare Lombroso, considerado como um dos fundadores da escola criminológica italiana na década de 1870, fez amplo uso de métodos antropométricos e inquirições anatomopatológicas: medidas de crânios, pesos de cérebros e corações, tamanhos de ossos, incidência de pelos em determinadas partes do corpo, figuravam entre as características destacadas em seu estudo seminal, *L’Uomo Delinquente* (1876). O “problema da natureza e da origem do criminoso”, ele o vislumbrou ao descobrir “no crânio de um delinquente toda uma série de anomalias atávicas [...] que os caracteres dos homens primitivos e dos animais inferiores voltam a se reproduzir em nossos tempos” (LOMBROSO, 1906, p. 665-666). Dentre os ingleses, estas discussões acerca do tratamento do crime ocorriam em periódicos médicos, ao exemplo do *Journal of Mental Science* e o *British Medical Journal*, e receberam importante contribuição com a publicação de *The Criminal*

(1890), do médico Havelock Ellis. A atenção aos detalhes fisiognômicos como uma possibilidade de identificar os tipos criminosos – a sensibilidade do olhar – foi uma dentre as várias técnicas sugeridas pela criminologia, rapidamente incorporadas por muitos literatos contemporâneos.

Afinal, os romancistas do século XIX exploraram uma imensidade de temáticas e demonstraram uma acentuada preocupação com as questões sociais e as experiências culturais de seu tempo. Estes literatos “estudaram as manobras dos arrivistas sociais e as aventuras de viajantes nos trópicos, as seduções do poder e o consolo da religião”, de modo a transformar “seu tempo na era do romance da sociedade” (GAY, 2000, p. 120). A interpretação do mundo social a partir de fontes literárias ou dotadas de certa literariedade pressupõe que tais narrativas culturais promovem ressignificações do tempo vivido, compondo impressões fragmentárias e verossímeis de formas de agir, sentir e pensar de determinado contexto histórico. O ponto de partida, portanto, concerne à recusa de uma perspectiva que vislumbra na ficção literária certa áurea de abstração e atemporalidade, em favor de uma análise que observe os textos enquanto parte integrante das ações dos atores sociais, sobretudo, em “seu papel na compreensão dos processos históricos” (REVEL, 2009, p. 119). Tal foco de problematização das fontes literárias norteia a análise dos romances folhetinescos de Bram Stoker, personagem destacado para a inquirição das narrativas de crime e degenerescência enredadas no diálogo entre textos ficcionais e proposições da criminologia finissecular.

A trajetória intelectual do romancista iniciou-se entre as décadas de 1860 e 1870, com a publicação de romances folhetinescos em periódicos dublinenses e londrinos, a exemplo de *The Crystal Cup* (1872) na revista *London Society* e *The Primrose Path* (1875), no impresso *The Shamrock*, além de críticas teatrais em impressos locais. Suas primeiras incursões ao mundo das letras ocorreram durante a graduação em Matemática, no Trinity College de Dublin, instituição responsável pelo envolvimento de Stoker com associações esportivas e intelectuais. Após atuar enquanto escriturário em setores públicos da administração dublinense, foi empregado pelo ator inglês Henry Irving nas funções de secretário pessoal e tesoureiro do Lyceum Theatre em Londres, cidade em que passou a residir a partir

de 1878. A publicação da coletânea de contos infantis intitulada *Under the sunset*, em 1881, demarcou o interesse do romancista por elementos da literatura gótica, predominantes em parte significativa de sua produção literária posterior. Em linhas gerais, Stoker publicou romances sentimentais e aventureiros, ao exemplo de *Miss Betty* (1898) e *Lady Athlyne* (1908), e novelas de horror, notadamente *Dracula* (1897) e sua última obra literária, *The Lair of the White Worm* (1911), pouco antes de seu falecimento em abril de 1912 (BELFORD, 1995).

Tanto em sua produção estritamente ficcional, quanto em seus textos ensaísticos, Stoker evidenciou um interesse ávido pelos condicionantes biológicos ou dimensões sociais da criminalidade, e não hesitou em mobilizar referências a Césare Lombroso e ao que denominava como uma “filosofia do crime” (STOKER, 1994, p. 405) ao discutir seu personagem vampiresco em *Dracula*. Pois, como afirma sua personagem Mina Harker, “o Conde é um criminoso e do tipo criminoso. [...] Nordau e Lombroso o classificariam desta forma, pois se trata de um criminoso cuja mente é de formação imperfeita. [...] Seu intelecto é limitado e suas ações baseadas em egoísmo” (STOKER, 1994, p. 406-407). Na biblioteca particular do romancista, tal qual informado pelo catálogo de livros produzido postumamente, constava uma cópia em cinco volumes da edição inglesa dos *Essays on Physiognomy* (1789), de autoria de um dos principais representantes das leituras fisiognômicas no século XVIII, o teólogo e poeta suíço Johann Kaspar Lavater (CATALOGUE..., 1913, p. 6). Apesar de ser considerada pelos cientistas do século XIX como uma arte anedótica, excêntrica ou obsessiva e ter perdido o seu vigor científico, resquícios da fisiognomia perduraram nas instituições dedicadas à identificação civil e policial, por meio de técnicas de medição antropométrica ou datiloscópica. Ademais, os princípios da fisiognomia eram análogos aos métodos mobilizados pelas ciências dedicadas ao estudo da variação racial, isto é, a tendência em buscar nos sinais externos os indícios da inferioridade ou superioridade racial.

Esta sensibilidade atenta aos detalhes reveladores fazia parte de um campo de saberes indiciários que foram reafirmados ao longo do século XIX, a partir de um modelo inspirado na semiótica médica e que se espraiou, por exemplo, nos métodos de identificação criminal, na crítica de arte ou na

literatura policial (GINZBURG, 1989, p. 143-180). De modo semelhante, os primeiros estudos no campo da psicologia social, com atenção particular ao fenômeno das multidões, estavam igualmente inspirados na fonte “fértil, embora igualmente discreta, da fisiognomia” (GRUNER, 2012, p. 167). No caso das técnicas de identificação criminal, a atenção aos detalhes fisiognômicos pode ser circunscrita, por exemplo, na rigorosidade técnico-científica do método antropométrico desenvolvido na França por Alphonse Bertillon ou nas pranchas ilustradas que acompanhavam os estudos de Césare Lombroso na década de 1870, articulando a um só tempo preocupações nítidas com o crescimento desenfreado dos centros urbanos, os avanços tecnológicos – mormente o uso da fotografia para registro policial – e a difusão das doutrinas raciais, pautadas em princípios de variação e hierarquização humana.

As distinções raciais tornavam-se variações identificáveis por meio das chamadas “fisiognomias etnológicas”, conceito oitocentista que postulava a possibilidade das identidades sociais ou nacionais serem vislumbradas por detalhes constituintes da aparência física dos indivíduos (GLOVER, 2009, p. 236). A apropriação destes modelos epistemológicos na escrita literária de Bram Stoker pode ser identificada, por exemplo, na caracterização de seus personagens criminosos, ao exemplo de Edgar Caswall no último romance *The Lair of the White Worm*, um homicida louco e fruto de um caldo de misturas raciais. Sua fisiognomia era dotada “com as forças e as fraquezas de uma natureza aquilina” (STOKER, 2008, p. 207), e dentre as características mais marcantes constavam “vasta força física e resistência”, bem como o “cabelo negro e espesso que se estende até o pescoço” (STOKER, 2008, p. 13), traços sugestivos da miscigenação e da alteridade racial, pois a coloração era associada, por alguns médicos e antropólogos oitocentistas, ao declínio da raça entre as populações anglo-saxônicas.

Anglo-irlandeses como Bram Stoker não estavam alheios às tipificações fisiognômicas que, informadas por um emergente racialismo pseudodarwinista, observavam na chamada “raça irlandesa” um amontoado de características negativas. É o que afirmava, por exemplo, o médico e antropólogo londrino John Beddoe, ao tratar a respeito das variações raciais no arquipélago britânico na década de 1880. Com base em métodos

antropométricos, Beddoe e outros contemporâneos almejavam conferir forte cientificidade ao estudo das raças, sobretudo no que dizia respeito às levadas migratórias que teriam miscigenado para formar a “raça irlandesa”. Dentre os traços fisiognômicos que Beddoe acreditava integrem o tipo irlandês, estavam os olhos negros, narizes sinuosos e proeminentes, além de uma “cabeça larga”, “pouca inteligência” e uma “grande dose de suspeição e destreza” (BEDDOE, 1885, p. 10). Ao corresponder-se com o poeta norte-americano Walt Whitman em missiva redigida em 1872, Stoker parecia estar certo de que sua racialidade poderia ser identificada graças a “uma larga testa sobre minhas sobrancelhas”, além de um “grande maxilar e uma grande boca”, embora dotado de “muito autocontrole” e ser “naturalmente introvertido ao mundo” (TRAUBEL, 1953, p. 183). *The Primrose Path*, o qual integra as primeiras incursões do anglo-irlandês ao campo da cultura literária, reveste-se de importância para compreender as interpretações de Stoker no que concerne às articulações simbólicas e efetivas entre crime e degenerescência racial, particularmente no âmbito da “raça irlandesa”.

Serialized em um periódico nacionalista irlandês em cinco capítulos, a narrativa de *The Primrose Path*, protagonizada pelo carpinteiro dublinense Jerry O’Sullivan, combina um leque de temáticas sociais em voga naquelas décadas: a imigração irlandesa, a criminalidade urbana e o alcoolismo. Jerry decide migrar para Londres, com sua esposa Katey e os três filhos, após receber uma dúbia proposta de emprego em uma decadente companhia teatral sediada em um bairro empobrecido da metrópole. Apesar das esperanças e do otimismo inicial de Jerry, Londres demonstra ser um centro urbano labiríntico, acinzentado e repleto de contrastes sociais: “a vizinhança era excessivamente pobre, e a quantidade de miséria e imundice prevaleciam”, de modo que Katey rapidamente percebe que “a grandeza, a riqueza e a potência possuíam seus contrapontos no crime, na pobreza e na doença” (STOKER, 1875, p. 316). As más-companhias de Jerry, seus colegas de ofício, conduzem o carpinteiro dublinense para a taverna, inculcando nele as sementes do “grande mal irlandês”, qual seja, o alcoolismo, elemento integrante de muitas das narrativas de racialização de irlandeses na segunda metade do século XIX.

A taverna inglesa é descrita como um antro de degradação social, repleto de homens que agem de modo animalesco e selvagem. O proprietário do estabelecimento é exposto em termos patológicos, devido a “mais repulsiva face que ele [Jerry] já havia visto: uma face tão recaída e distorcida, com as narinas e os lábios devorados com algum tipo de cancro, que o fazia parecer-se mais com uma caveira do que um homem vivo” (STOKER, 1875, p. 317). Após uma série de desafortunados incidentes, Jerry sofre um acidente que o incapacita para o trabalho. As greves em Londres tornam o desemprego em uma realidade para o irlandês, cada vez mais afetado pelo alcoolismo, capaz de trazer à tona sua face cruel e violenta. Até mesmo Katey, enfraquecida pelo trabalho constante, é confundida como bêbada por um policial, o qual “com o instinto de sua profissão, que percebe o crime em qualquer caso dúbio, procurou assistência e a levou para a estação mais próxima” (STOKER, 1875, p. 363). Após Jerry ser igualmente preso e absolvido, uma violenta crise de ciúmes e um estado de insanidade acometem o irlandês, que assassina a esposa diante dos olhares aterrorizados de seus filhos. Ciente de seus atos e das consequências, Jerry comete suicídio, ao rasgar a garganta com um afiado cinzel no desfecho trágico do folhetim.

Em *The Primrose Path*, persistia uma interpretação do crime enquanto elemento nato, afinal, “o poder do mal possui um lar em cada coração humano”. O caso de Jerry O’Sullivan, descrito no segundo capítulo, demonstra que se tratava de uma “natureza sensual, embora sempre mantida sob controle”, demarcada por duas qualidades “as quais, contudo, nem sempre são expressas, e ainda assim são poderes dominantes – a teimosia e a crueldade” (STOKER, 1875, p. 213). Stoker, ao refletir sobre o caráter irlandês, sugere que a “natureza sensual” de O’Sullivan era hereditária, pois o “tempero da teimosia estava na natureza” de sua mãe e “dela Jerry havia herdado” (STOKER, 1875, p. 315). Os aspectos hereditários não eram novidade para os intelectuais do século XIX, pois evocavam uma combinação de preceitos morais e cristãos, e proporcionavam de modo simultâneo uma avaliação científica de como os pecados cometidos pelos pais eram punidos nos filhos. A hereditariedade e o germe da criminalidade presentes em Jerry O’Sullivan foram acentuados pelo ambiente decadente

da taverna e por seu vício alcoólico, capazes de levar um outrora honesto operário irlandês à total ruína e ao homicídio. Por isso, Stoker evoca, do modo complementar, explicações socioambientais e biológicas ao alcoolismo e ao crime, simultaneamente enfatizando, em uma narrativa de emigração, a vulnerabilidade do irlandês aos males e vícios metropolitanos.

O folhetim compartilha uma série de características em comum com outras formas de narrativas, ao exemplo das crônicas policiais popularizadas no período com o impresso semanal *The Illustrated Police News*, fundado em 1864. Em primeiro lugar, um esforço para interpretar as causas do crime: os vícios de Jerry O'Sullivan, presentes em sua "natureza sensual", vieram à tona no ambiente social degradado de Londres, capaz de extasiar o imigrante irlandês com seus pavimentos acinzentados e ruas movimentadas. Assim, se recrudescer uma sensação de que a criminalidade era biologicamente determinada e inerente ao tipo irlandês, noção alinhavada aos preceitos racialistas hegemônicos naquele contexto, as condições sociais e econômicas da metrópole eram responsabilizadas da mesma forma pelo crime de O'Sullivan. Além disso, reside em *The Primrose Path* características de uma literatura urbana "capaz de captar os sentimentos ainda ambivalentes de uma época de intensas transformações materiais e sensíveis" (GRUNER, 2012, p. 86). Afinal, assim como em outros exemplares destas ficções de crime urbano, o homicídio de Katey é perpetrado no espaço doméstico, onde os personagens, e quiçá seus leitores, deveriam se sentir seguros e confortáveis, protegidos dos efeitos perniciosos das ruas da metrópole.

A literatura de crime, gênero de ficção que prolifera nos setores da cultura escrita e no mercado editorial na segunda metade do século XIX, torna-se responsável por circunscrever, em um contexto de crescimento urbano desenfreado, o risco representado pelos lugares de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que enreda os atores responsáveis pela ordem pública, tornando-se assim um importante objeto cultural que estrutura a percepção do crime e do criminoso. De modo simultâneo, contribui para organizar a esfera pública, por intermédio de retratos de papel e letras, nos quais uma refinada sensibilidade moderna se entrelaça a sentimentos de medo e insegurança. Os folhetins e os romances de crime tornam-se neste período formas privilegiadas de narrativas que demarcam a entrada progressiva,

sobretudo na Inglaterra e na França, de um regime midiático, almejando o mesmo modo de produção imposto pela emergente indústria cultural, isto é, periodicidade, racionalização e divisão do trabalho, padronização e serialização. Além disso, galgava suportes semelhantes para a ampla circulação, alimentados por uma acentuada expansão do mercado editorial e, sobretudo desde a década de 1870, um índice crescente do público leitor, condicionado às práticas de leitura, pelo menos na Inglaterra, pelas recentes campanhas de letramento (KALIFA, 1999, p. 1345-6; BRANTLINGER, 1998).

Mais do que simples marco das atitudes políticas com relação à alfabetização e ao letramento naquele período, a promulgação do *Elementary Education Act*, introduzido pelo Partido Liberal na Inglaterra em 1870 e que formalizou a escolarização compulsória para crianças entre sete e treze anos de idade, foi alvo de acalorados debates a respeito de seus efeitos imediatos. O projeto reafirmava concepções culturais baseadas no humanismo liberal, ao defender a aptidão individual e coletiva para atingir a auto-realização intelectual por meio da educação (JORDAN, WEEDON, 1995, p. 25). Nos decênios seguintes, muitos intelectuais consideraram o Ato Educacional como um sucesso moderado, ou ainda um fracasso parcial, pois supostamente não havia almejado êxito no seu desafio de moralizar as “classes perigosas” e tampouco diminuir o crime, embora tenham elevado o nível de letramento entre as camadas menos abastadas (BRANTLINGER, 1998, p. 174-175). Estes debates a respeito da força moralizadora da leitura em determinados grupos sociais estava inserida em um contexto no qual se diluíam as fronteiras entre “classes pobres” e “classes perigosas”, o que resultava em uma “suspeição generalizada” e associação direta entre a pobreza e a periculosidade (CHALHOUB, 1996, p. 22-24).

Como afirmou o historiador Dominique Kalifa a respeito do caso francês e das relações entre a imprensa diária e os romances de crime, a experiência da modernidade urbana no Oitocentos enredou um sentimento de fragilidade, de incompreensão, de diluição das identidades e das aparências, o que levou homens de letras e das ciências ao escrutínio do mundo social para tentar compreendê-lo e, se necessário, corrigi-lo (KALIFA, 1999, p. 1359). As ficções literárias, a imprensa periódica e as emergentes ciências dedicadas ao estudo e categorização de mulheres e homens criminosos – a

criminologia antropológica italiana, ou de vertente sociológica na França – articulam de modo progressivo relações recíprocas que visavam identificar os lugares de vulnerabilidade urbana, capaz de produzir representações e mobilizar práticas de ressignificação e interpretação do mundo social. Em *The Primrose Path*, as referências às ações repressivas de autoridades policiais e a ineficácia das instituições sociais para o amparo de problemas urbanos vistos como estruturais, quais sejam, o desemprego ou o alcoolismo, não estão dissociados de inquirições a respeito de elementos natos que condicionariam o criminoso irlandês.

Subjacente à derrocada de Jerry O’Sullivan, Stoker produziu uma narrativa de expatriação, ao explorar as dificuldades socioeconômicas e o destino de irlandeses das classes menos abastadas que, incapazes de perseverar em uma Irlanda que ainda sentia os efeitos das epidemias e crises de produção de alimentos na metade do século, optavam pela difícil migração aos centros urbanos, particularmente Londres. Assim como seu personagem, o literato aspirava ao mundo das ribaltas, pois no período em que publicou *The Primrose Path*, Stoker escrevia críticas teatrais para periódicos dublinenses. O fato de que publicava textos em jornais londrinos e impressos irlandeses evidencia que o romancista, em sua trajetória intelectual, estava negociando espaços de expressão de seu posicionamento enquanto intelectual. Sua identidade anglo-irlandesa possibilitava-o situar-se em um lugar fronteiriço, permitindo vazão a posicionamentos díspares na sua ficção de crime, de modo a admitir as perturbações raciais de operários e migrantes irlandeses, suscetíveis aos vícios alcoólicos, mas também a enfatizar, tal qual outros observadores sociais e intelectuais do período, o caráter monstruoso da pobreza extrema na metrópole londrina, a “cidade onde mora o diabo” (STOKER, 1875, p. 315).

O retorno de Margaret Delandre: degenerescência, crime e racialidade em *The Secret of the Growing Gold*

Se, em *The Primrose Path*, o anglo-irlandês fez uso do alcoolismo e das influências do ambiente social degradado para apresentar o crime

enquanto condição das classes operárias e de imigrantes, o literato abordava no conto *The Secret of the Growing Gold* (1892), publicado originalmente na revista ilustrada *Black & White*, a hipótese da mácula hereditária e da falência genética entre as elites. Por intermédio de uma narrativa de violência familiar e vingança sobrenatural, o autor articulava um cenário ficcional demarcado pela força do declínio racial e da ameaça simbólica da miscigenação. Estas ansiedades, estruturadas a partir de uma ardilosa crítica social direcionada ao destino racial e incapacidade de protagonismo social e político das classes mais abastadas, eram novamente perpassadas, no conto de Stoker, pelo homicídio de esposas, proposição sugestiva do modo como o literato traduzia preocupações com o crime e a degenerescência no âmago da intimidade e do mundo doméstico. Ademais, estas sensibilidades edulcoradas por sentimentos de medo e insegurança, pela violência de gênero e periculosidade racial, atuam como vetores para a capacidade do texto literário em cristalizar “formas de apreensão e de olhar sobre a realidade de uma época” (PESAVENTO, 2004, p. 225), perpassadas por relações simbióticas entre a imaginação literária, a criminalidade e a variação racial.

No eixo anglófono, as narrativas que tratavam do crime desempenharam um importante papel na constituição de um imaginário da cidade e das multidões cidadinas, além de ocupar lugar essencial nos processos de definição e construção das identidades e subjetividades de gênero, raça e classe social. As chamadas *sensation novels*, verdadeiras *best-sellings* no mercado editorial e na imprensa periódica a partir das décadas de 1850 e 1860, frequentemente envolviam crimes misteriosos, escândalos sexuais e inquéritos judiciais, nos quais imagens de conspiração e segredos de família traduziam os contrastes e contatos entre distintas classes sociais. Narrativa emblemática da força social da literatura em promover figurações do crime, *The Woman in White* (1859), de Wilkie Collins – trama centrada na impostura e na conspiração familiar para usurpar a herança de uma jovem – incorpora certo modelo forense em sua narrativa, pois os múltiplos narradores contam a história como testemunhas de um inquérito, e deriva de um contexto demarcado pela promulgação recente do *Police Act* de 1856, ato legislativo que reafirmou a ideia de que o crime constituía um problema

intelectual para ser solucionado ou interpretado, e não apenas punido (SUTHERLAND, 2005, p. 28-29).

As novelas de sensação, que combinavam elementos da ficção gótica e do melodrama vitoriano, focavam em segredos ameaçadores que visavam expor a identidade de indivíduos proeminentes: um filho ilegítimo que intenta assumir o título de baronete e aprisiona o verdadeiro herdeiro em um asilo; uma mulher da classe operária que assassina o esposo e muda seu verdadeiro nome para se casar com um cavalheiro das elites dirigentes; empregadas que se deitam nos leitos de seus patrões para fornecer herdeiros e esconder as traições de suas senhoras. Estas situações, exploradas em romances como *East Lynne* (1861), de Ellen Wood, *Foul Play* (1869) de Charles Reade, e *Lady Audley's Secret* (1862), de Mary Elizabeth Braddon, atuavam diretamente nas ansiedades sociais das classes médias a respeito de seu status e da estabilidade de sua identidade de classe, particularmente em um período de renovação dos movimentos cartistas e da aprovação de reformas eleitorais que estenderam o sufrágio a populações urbanas, em especial aos homens das *working classes* na metade do século (THOMAS, 2005, p. 180).

O homicídio era um elemento recorrente nas novelas de sensação, e poderia tornar-se fonte de particular ansiedade, pois se ambientava comumente no cerne do espaço doméstico e no âmago das classes médias, e, com frequência, mobilizava detetives profissionais e amadores para a resolução dos incidentes. Em 1891, quando Bram Stoker uniu-se a outros vinte e três romancistas iniciantes e experientes para produzir um projeto literário coletivo, *The Fate of Fenella*, serializada pelo impresso *The Gentlewoman* entre novembro de 1891 e maio de 1892, o anglo-irlandês incorporou no capítulo de sua autoria, *Lord Castleton Explains*, as relações entre loucura e crime passional, além de abordar temas como o excesso sexual e o sonambulismo. Ao assassinato do vilanesco De Murger, Stoker introduz a possibilidade de que Onslow, o esposo da titular Fenella, tenha sido o algoz, sob o efeito de algum “transe hipnótico” (STOKER, 1892, p. 139). A relação entre estados de mente alterados e comportamentos delinquentes relacionava-se a uma questão central nas contendas intelectuais do período, sobretudo entre médicos e juristas: a atribuição da responsabilização criminal. Estas

questões já atormentavam o literato pelo menos desde a década anterior, quando publicou o conto *The Dualitists: or, the Death Doom of the Double Born*, no periódico *The Theatre Annual* em 1886. A trama abordava dois jovens traquinas, Harry Merford e Tommy Santon, responsáveis por um incidente que acarreta na brutal morte de dois bebês gêmeos e de seus pais.

Na narrativa de Stoker, os algozes eram dotados de “almas ousadas, ambições imponentes, naturezas impetuosas” (STOKER, 1886, p. 20) desde a infância, de modo que o germe da criminalidade e o gosto pela violência ficavam evidentes nos garotos, cujas mentes “não eram de estado normal” (STOKER, 1886, p. 25). Assim como os homens das colônias e as mulheres histéricas, a limitação intelectual das crianças era um *leitmotiv* nos diálogos entre a literatura e a medicina vitoriana, pois representavam exemplos de primitivismo ou retrocesso na escala evolutiva. Médicos e literatos estavam convictos de que o comportamento do criminoso e sua estrutura anormal seriam “o fruto mórbido de um processo de degenerescência caracterizado por uma interrupção do desenvolvimento no estágio infantil” (DARMON, 1991, p. 53). O efeito de influências mórbidas, dentre as quais a epilepsia, a sífilis, o alcoolismo e o traumatismo, agravariam a condição individual e conduziriam o criminoso nato e seus descendentes à delinquência. O padrão ficava evidente nos crimes cometidos pelos garotos Tommy e Harry em *The Dualitists*, e o caráter impune no encerramento da trama sugere a ineficácia das instituições sociais e deixa em relevância as limitações das bases tradicionais do sistema penal inglês.

Estes exemplos deixam evidente que os elementos creditados enquanto determinantes do crime, sejam eles de caráter sócio-econômico ou estritamente biológico, bem como a preocupação em torno da atribuição da responsabilidade criminal, constavam nas interpretações literárias mobilizadas pela ficção de Bram Stoker na imprensa periódica. Os textos literários em questão integravam uma densa rede intertextual que no último quartel do século XIX dedicava-se a narrar e problematizar a questão da criminalidade, além de desempenhar importante papel na constituição de um *imaginário social* a respeito do crime, conceito profundamente relacionado ao simbolismo e à imaginação enquanto forças motrizes dos constrangimentos cotidianos. Ao “designar o inimigo no plano simbólico”

e “cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos” (BACZKO, 1985, p. 316), as figurações do crime enredadas nestas ficções literárias almejavam circunscrever os lugares de vulnerabilidade social, além de sugerir as limitações das instituições públicas responsabilizadas para o tratamento penal. Por intermédio de seus personagens, Stoker evocava a insegurança e a vulnerabilidade como sintomáticos de um contexto de recrudescimento dos níveis de criminalidade, mesmo dentre as elites dirigentes, ao exemplo do elemento especulativo em seu capítulo de *The Fate of Fenella*. Não obstante, o “consolo para a sensação de desconforto viria de outro discurso, que não o literário e jornalístico, consciente ou inconscientemente mais disposto a ressaltar o incômodo ao invés de aplacá-lo” (GRUNER, 2012, p. 90).

Afinal, a emergência de campos científicos dedicados ao estudo do crime, e dos elementos sociais ou biológicos que condicionariam homens e mulheres à delinquência, no entrecruzamento de teorias evolucionistas, deterministas e raciais, demarca as tentativas e os debates de médicos e juristas acerca da responsabilidade criminal. Quando Havelock Ellis publicou seu *The Criminal* no início da década de 1890, inspirado pelas contribuições de Lombroso e de seus discípulos da criminologia italiana, o médico londrino identificava um aparente estado de retraimento nos estudos a respeito da delinquência dentre os ingleses. Contudo, naquele período, inúmeros médicos, alienistas e juristas, sobretudo empregados no sistema penal inglês, repudiavam os modelos interpretativos oriundos das escolas criminológicas continentais, as quais pressupunham um conhecimento apriorístico dos “tipos criminosos”. As teorias lombrosianas do criminoso nato eram vistas como destituídas de rigorosidade científica, e eram problematizadas em favor de abordagens que priorizassem o estudo minucioso de casos individuais. Apesar da desconfiança diante da criminologia de vertente antropológica, a análise da documentação produzida por juristas e criminologistas ingleses evidencia uma recorrência constante a particularidades físicas e indicadores mentais associados com determinadas formas de crime (DAVIE, 2005).

Nas últimas décadas do século, uma série de circunstâncias levou a uma exacerbação das teorias acerca da criminalidade na Inglaterra, sobretudo a recusa das colônias em aceitar delinquentes, o crescimento dos centros urbanos, a expansão e consolidação das unidades policiais, e as

discussões em torno da degenerescência racial. Estes elementos levaram intelectuais e pesquisadores sociais do *fin-de-siècle* a organizar classificações científicas dos tipos degenerados, sobretudo dos criminosos, capazes de orientar as distinções legislativas no tratamento de recidivistas e de delinquentes sem histórico policial. Nos relatórios policiais da década de 1890, os criminosos não eram considerados diretamente como riscos revolucionários, mas sim como ameaças à qualidade do processo civilizador. Ademais, a noção de civilização, para estes intelectuais, era carregada com um senso de missão imperial: a criminalidade ameaçava não somente a nação inglesa, mas também a raça anglo-saxônica como um todo (PICK, 1996, p. 183-184), igualmente minada, ou assim o acreditavam, pelos efeitos danosos da modernidade ou pela miscigenação com as chamadas “raças inferiores”. Como bem afirma Arthur Herman, “havia um consenso crescente de que uma onda de degeneração varria a paisagem da Europa industrial, deixando em seu rastro desordens tais que incluíam o aumento da pobreza, do crime, do alcoolismo, da perversão moral e da violência política” (HERMAN, 1999, p. 121).

A hipótese da degenerescência, que acarretaria em um retrocesso evolucionário e o ressurgimento de características animais ou ancestrais, passou a integrar as discussões em torno dos condicionantes hereditários da criminalidade. Embora o conceito de degenerescência tenha sido aplicado pelo médico alienista francês Bénédict Augustin Morel, em sua obra *Traité des Dégénérescences* (1857), na constituição de quadros etiológicos das doenças mentais, no último quartel do século a noção foi incorporada por intérpretes que visavam mapear os lugares de vulnerabilidade social, comumente apontando uma miríade de signos biológicos capazes de exteriorizar a condição degenerada de indivíduos e grupos sociais. A publicação do ensaio do médico e jornalista austríaco Max Nordau, *Degeneration* (1892), galgou atenção especial ao identificar os efeitos perniciosos da degenerescência na arte e na literatura finissecular.

Nas bases ideológicas e políticas das teorias degeneracionistas, residiam as ambiguidades do pensamento político liberal, o qual, por um lado, compreendia a dignidade e a liberdade dos seres humanos como parte intrínseca de sua natureza e, por outro, utilizava destes mesmos princípios

para legitimar desigualdades sociais ao enfatizar que as diferenças naturais explicariam os motivos pelos quais alguns grupos eram dotados de maior competência para assumir responsabilidades e comandar, em detrimento de outros, destinados à obediência e subordinação (MARTINS, 2004, p. 30). Ao realizar uma reflexão circunstanciada a respeito da migração irlandesa para centros urbanos em *The Primrose Path*, Stoker não ignora as peculiaridades raciais – a “natureza sensual” de Jerry O’Sullivan – de irlandeses, sobretudo das camadas menos abastadas, mas também não encontra-se alheio às condições sócio-econômicas que levam homens “fortes e trabalhadores” aos vícios do alcoolismo e ao homicídio.

Embora destituídos de figura fundacional no que se refere às escolas criminológicas, literatos e romancistas, médicos alienistas e juristas ingleses igualmente digladiaram-se em torno da “condição da questão inglesa”: crença exacerbada de que o aspecto insular não era capaz de preservar a qualidade racial anglo-saxônica. O destaque recaía sobre os escritos do psiquiatra Henry Maudsley após a publicação do seu *The Pathology of Mind* (1879). Ao incorporar de modo crítico as tipologias de criminosos sugeridas por Césare Lombroso, Maudsley problematizou as teses que pressupunham um conhecimento *a priori* do louco e do criminoso, em favor da análise das condições da “psicologia individual”. Às classes de criminosos “essenciais”, isto é, condicionados por caracteres biológicos e hereditários, e aos delinquentes “ocasionais”, movidos a agir por circunstâncias sociais, Maudsley sugere uma terceira categoria distinta, a qual incorpora aqueles que atuam sob a influência de alguma enfermidade, ao exemplo do “epiléptico que comete homicídio sob o estranho estado de uma consciência anormal” ou os “pacientes maníacos e melancólicos que sacrificam as vidas dos outros submetidos à influência de ilusões avassaladoras” (MAUDSLEY, 1888, p. 162). Nestas narrativas médicas, denotam-se preocupações que ecoavam em urgir à constituição de políticas públicas capazes de lidar com os índices de criminalidade, particularmente na área londrina de East End, próximo da região portuária onde se concentravam os subúrbios de operários e imigrantes. Problemas considerados estruturais para estas zonas – o alcoolismo, por exemplo – eram interpretados como potenciais causas para a degenerescência urbana.

A intoxicação alcoólica, alvo da crítica elaborada por Stoker em seu *The Primrose Path*, era atribuído pelas teorias degeneracionistas como uma das principais causas para o declínio racial. Seu abuso contínuo, comumente associado aos homens e mulheres das classes operárias, seria capaz de alterar de modo radical a constituição psicofisiológica do indivíduo, transmitida hereditariamente à sua prole. Para médicos e juristas, o alcoolismo constituía uma problemática central na questão acerca de como lidar com indivíduos explicitamente perigosos, mas que muitas vezes agiam de modo irresponsável e sob efeito do comportamento embriagado. Sobretudo após a década de 1870, passou a ser relacionado por médicos franceses ao caos revolucionário, derivado dos excessos patológicos que, acreditavam, caracterizariam o radicalismo político do proletariado. Em *The Primrose Path*, a irracionalidade operária ficava demarcada no botequim, no qual dois operários “estavam brigando no centro da sala com toda a intensidade e a ferocidade de feras selvagens”, agarrando “selvagemmente a garganta e os cabelos um do outro”. Os efeitos físicos e morais do álcool estavam evidentes para Stoker, ao enfatizar “os homens pálidos, bêbados, de aparência desgastada e com olheiras. Homens que outrora foram fortes e trabalhadores, e justos como qualquer um de nós” (STOKER, 1875, p. 331).

Os temores da degenerescência, manifesta por intermédio da violência de gênero – o assassinato de esposas – percorre e assombra de modo significativo parte da produção literária de Bram Stoker, em especial em *The Secret of the Growing Gold*. O conto inicia-se com uma apresentação das genealogias de seus protagonistas, Geoffrey Brent e Margaret Delandre, localizando-os em ramos familiares cujo passado era coevo à história da ocupação territorial da Inglaterra. Aos Delandres, descendentes de nobres espanhóis, Stoker atribuía uma característica central: o declínio “geração após geração”, “decaindo pouco a pouco, os homens depressivos e insatisfeitos, bebendo até morrerem, e as mulheres trancafiadas nos lares, casando-se com seus próximos – ou com homens piores” (STOKER, 1892, p. 118). Nos Brents, Stoker vislumbrava “algo similar, mas demonstrando as causas da decadência na sua forma aristocrática e não na forma plebéia”. Geoffrey Brent, por exemplo, era descrito no início da trama como um homem dotado de uma “beleza obscura, aquilina e

dominante”, componente de um “tipo de raça desgastada, manifestando em si algumas das suas mais brilhantes qualidades e em outras a sua mais intensa degradação” (STOKER, 1892, p. 118).

A referência à “beleza aquilina” de Geoffrey Brent evidencia a incorporação de ideias lombrosianas pela escrita literária de Stoker, pois, ao discutir as fisionomias dos criminosos natos, o criminologista italiano destacava a incidência do “olhar vidrado, frio, imóvel, [...] e frequentemente possuem nariz aquilino tal qual o bico de uma ave de rapina” (LOMBROSO, 1896, p. 275). Por extensão, a incursão ao passado familiar de seus protagonistas demonstra que o romancista desempenhava uma análise do aspecto hereditário do crime e da degenerescência, elementos intensificados em “certas classes de indivíduos” (STOKER, 1892, p. 118). A despeito das rivalidades históricas entre as duas famílias, Geoffrey e Margaret casam-se e a herdeira dos Delandres muda-se para a mansão de seu esposo. Contudo, o casamento estava longe de ser idílico, pois “nem Margaret e tampouco Geoffrey eram de um temperamento pacífico” (STOKER, 1892, p. 118), e as brigas tornavam-se constantes. Durante uma viagem pelo interior da Europa continental, um acidente acaba por vitimar Margaret, quando sua carruagem despenca de um precipício. Um ano após o desaparecimento de Margaret, Geoffrey casa-se com uma dama italiana, que inicia reformas na mansão ancestral dos Brents. Em certa noite, Margaret regressa e aparece viva para seu irmão Wykham, com a face repleta de cicatrizes e marcas do acidente, “feições distorcidas e olhos ardentes que pouco pareciam humanos” (STOKER, 1892, p. 119). Com ânsias de vingança, Margaret acusa seu marido de ter causado o acidente que a deixara terrivelmente desfigurada.

A herdeira dos Delandres parte para a mansão de Brent, onde é assassinada pelo marido, seu corpo escondido entre as pedras da residência, e, para garantir que não fosse descoberto, Geoffrey Brent ordena que as reformas fossem interrompidas. Contudo, noite após noite, tufo de cabelo louro começam a emergir das rachaduras em uma lareira marmórea, na forma de uma acusação sobrenatural do crime cometido. O conto encerra-se com a descoberta dos cadáveres de Brent e de sua esposa italiana, vitimados pelo horror ou pela retaliação sobrenatural da mulher morta. Em

The Secret of the Growing Gold, os cabelos louros de Margaret desempenham uma função significativa, pois atuam como demarcadores de sua condição racial, o que a identifica como uma anglo-saxônica. Seu assassinato e a subsequente substituição por uma estrangeira fértil de cabelos negros demarcam os temores de invasão e miscigenação racial, metaforizados pela represália sobrenatural da vítima (HEININGER, 2011).

Em *The Primrose Path*, Stoker visou identificar as relações entre o ambiente social e a degradação física e moral de operários anglo-irlandeses, proposição alinhavada às interpretações sociais que, a partir de metáforas raciais, minavam as camadas menos abastadas de modo a fixar uma imagem da pobreza para delimitar seu território (BRESCIANI, 2012, p. 151). Contudo, em *The Secret of the Growing Gold*, o letrado abordou a hipótese do degeneracionismo nas elites nobiliárquicas, as quais eram vistas, de modo emergente, como inaptas a sobreviver em tempos de profunda transformação social, e passaram a ser retratadas como perniciosas e socialmente isoladas, ao exemplo dos Brents, que Stoker imaginava como uma estirpe outrora dedicada a atos de bravura e honra, seguida por uma “dissipação egoísta que os marcou e minou seu vigor” (STOKER, 1892, p. 118). A despeito das características físicas de Geoffrey Brent, o personagem encontrava-se destituído de traços cavalheirescos e viris, tornando-se incapaz de gerar herdeiros saudáveis que garantissem a continuidade de sua linhagem racial.

Tanto o assassinato de Margaret Delandre quanto o destino trágico de Brent e sua esposa estrangeira assinalam a possibilidade do declínio e eventual extinção das elites dirigentes de ascendência anglo-saxônica. Se cotejado com outros romances do letrado, os quais eram protagonizados por homens e mulheres oriundos das fronteiras étnicas e geográficas, tais como o anglo-australiano Adam Salton e a anglo-burmesa Mimi Watford em *The Lair of the White Worm*, evidencia-se que as esperanças de Stoker residiam nestas personagens demarcadas por certo hibridismo racial, mas dotadas de boa dose de heroísmo, potência reprodutora, capacidade de ação, força e resistência. Na óptica do literato, a questão do crime e da violência, particularmente contra o corpo feminino, não estava desassociada dos contrastes e atritos entre classes sociais, particularmente entre as emergentes classes médias, as quais passam a ocupar lugar de destaque nos

espaços da política e da economia em um esforço constante de autodefinição sociocultural, e a aristocracia, associada a muitos de seus críticos a uma categoria de homens parasitários e moralmente dúbios.

Como se vê, estas ficções, profundamente entrelaçadas às ansiedades e às sensibilidades partilhadas por setores da intelectualidade finissecular, foram gestadas a partir de hostilidades sociais e das relações heterogêneas cultivadas entre estes letrados e as experiências da modernidade urbana. Figurações do crime e da degenerescência portavam consigo temores a respeito da falência racial, da degradação social nos centros urbanos, dos vícios e taras que relativizavam a condição humana, aproximando-a de um retrocesso na escala evolutiva. A atenção aos perfis fisiognômicos dos personagens – a “natureza sensual” de Jerry O’Sullivan e a “beleza aquilina” de Geoffrey Brent – atua como indicadores de suas condições perigosas. Nos folhetins e contos aqui analisados, os assassinatos de jovens mulheres por seus esposos entrelaçam-se a preocupações relacionadas a questões de raça e nação, nas quais ganha força uma ideia de criminalidade enquanto desdobramento de determinantes raciais ou biológicos. Contudo, a despeito da incursão literária às fisiognomias aquilinas e “naturezas impetuosas” dos personagens criminosos, Stoker não ignorava as condições sociais, tanto nas camadas menos abastadas quanto nas elites dirigentes, setores em que, em um misto de crítica social e ansiedade política, o letrado circunscrevia os efeitos mais evidentes da degenerescência.

Considerações finais

O folhetim *The Primrose Path*, que integrava as incursões inaugurais de Bram Stoker pela ficção literária, revestia-se com um tom de advertência moral, e centrava-se nas relações entre a migração irlandesa aos centros urbanos, a criminalidade e o alcoolismo. Por meio de seu protagonista, Stoker reafirmou estereótipos que recaíam sobre os operários irlandeses, acusados pela imprensa britânica de serem desordeiros e suscetíveis aos vícios alcoólicos, mas, como pode ser evidenciado pela narrativa literária, Jerry O’Sullivan e sua esposa Katey eram igualmente vistos como

vítimas da truculência policial, da crise econômica derivada das greves e das condições sociais nos bairros periféricos londrinos. Ao descrever a trajetória de O’Sullivan, Stoker reforçava uma tendência comum a muitas narrativas do período que imaginavam a metrópole enquanto lugar simultâneo de civilização e vício, sintomática dos embaraços de muitos intelectuais oitocentistas diante das experiências da modernidade urbana, particularmente do fenômeno das multidões, vistas como uma nova manifestação de barbárie e ameaça ao processo civilizatório (GRUNER, 2012, p. 82; COCHART, 1991).

A ideia de degenerescência, que nutria os temores e inseguranças de muitos homens e mulheres a respeito da condição primitiva que supostamente se escondia sob a frágil e fina camada da civilidade moderna, foi mobilizada por Stoker em sua escrita literária, particularmente nas suas incursões a respeito das características raciais dos seus personagens criminosos. As referências à fisionomia de seus criminosos, as menções aos formatos de crânio e coloração capilar, bem como a evidente recorrência do termo “raça”, demonstram que o literato estava se movendo no âmago de uma miríade de práticas e discursos que, ao longo do século XIX, produziram interpretações díspares a respeito da variação humana. Ao perscrutar os crimes de Geoffrey Brent em *The Secret of the Growing Gold*, Stoker reforçava, de modo simultâneo, a hipótese do esgotamento hereditário entre as elites e a ameaça da miscigenação racial, bem como a possibilidade da degenerescência no cerne da raça anglo-saxônica. O assassinato de Margaret Delandre, tal qual o destino trágico de Geoffrey e sua esposa italiana, sugerem cenários de extinção de ramos familiares anglo-saxônicos, entregues aos vícios e taras, e, portanto, incapazes de garantir sua descendência.

Esta literatura de crime publicada na imprensa periódica compartilha preocupações comuns a outros campos de conhecimento científico que, no último quartel do século XIX, visavam identificar e cercear os estigmas que marcavam a criminalidade moderna e os tipos criminosos, subprodutos do atavismo e da degenerescência. Portanto, enquanto fonte de inesgotáveis subsídios para a análise histórica, as ficções literárias evidenciam impressões de sensibilidades e sentimentos historicamente produzidos

em uma intersecção estratégica entre o indivíduo e o tecido de relações sociais e discussões intelectuais que integrava. Os monstros e criminosos que pululam dos textos literários de Bram Stoker, portanto, devem ser interpretados enquanto metáforas de suas ansiedades e hostilidades sociais, ao incorporar em suas narrativas muitos dos medos e inseguranças que cercavam as vivências nos centros urbanos ao *fin-de-siècle*.

Referências

Documentação primária

- BEDDOE, J. *The races of Britain, a contribution to the anthropology of Western Europe*. Bristol: J. W. Arrowsmith, 1885.
- CATALOGUE of valuable books, autograph letters and illuminated and other manuscripts – the property of Bram Stoker, esq. Londres: Dryden Press, 1913.
- LOMBROSO, C. Discours d’ouverture du VIe Congrès d’anthropologie Criminelle. *Archives d’Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Patologique*, v. 23, 1906.
- _____. *L’Uomo Delinquente*. Torino: Fratelli Bocca, 1896. v. 1.
- MAUDSLEY, H. Remarks on Crime and Criminals. *The Journal of Mental Science*, v. 34, n. 146, p. 159-167, 1888.
- STOKER, A. [Bram]. The Primrose Path. *The Shamrock*, v. 12, 13 fev.-6 mar., 1875.
- _____. *Drácula*. Londres: Penguin, 1994.
- _____. Lord Castleton Explains. *The Gentlewoman*, v. 4, n. 82, p. 138-139, 1892.
- _____. The dualitists; or, the death doom of the double born. *The Theatre Annual: Containing Stories, Reminiscences and Verses*, p. 18-29, 1886.
- _____. *The Lair of the White Worm*. Londres: Penguin, 2008.
- _____. The Secret of the Growing Gold. *Black & White*, v. 3, n. 51, p. 118-121, 1892.

Obras de apoio

- BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. et. al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-330.
- BELFORD, B. *Bram Stoker: a biography of the author of Dracula*. Nova York: Knopf, 1996.
- BRANTLINGER, P. *The reading lesson: the threat of mass literacy in Nineteenth-Century Britain*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- BRESCIANI, S. A compaixão na política como virtude republicana. In: BREPOHL, M.; CAPRARO, A. M.; GARRAFFONI, R. S. (Org.). *Sentimentos na história: linguagens, práticas, emoções*. Curitiba: UFPR, 2012.
- BRETAS, M. L.; GRUNER, C. Apresentação: Dossiê História Cultural do Crime. *Revista História: Questões & Debates*, v. 64, n. 1, p. 5-13, 2016.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- _____. *Formas e sentido – cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- COCHART, D. As multidões e a Comuna: análise dos primeiros escritos sobre a psicologia das multidões. *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, p. 113-128, 1991.
- DARMON, P. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- DAVIE, N. L'impact de l'anthropologie criminelle en Grande-Bretagne (1880-1918). *Criminocorpus: histoire de la criminologie*, v. 4. 2005.
- ELIOT, S. The business of Victorian publishing. In: DAVID, D. *The Cambridge Companion to the Victorian Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 37-60.
- FERREIRA, A. C. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GAY, P. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud – a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GLOVER, D. Vampires, mummies and liberals: questions of character and modernity. In: LYNCH, J. (Org.). *Dracula, Bram Stoker: critical insights*. Salem: Salem Press, 2009, p. 218-251.
- GRUNER, C. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- HEINIGER, A. Undead Blond Hair in the Victorian Imagination: The Hungarian Roots of Bram Stoker's "The Secret of the Growing Gold". *AHEA-Journal of the American Hungarian Educators Association*, v. 4, p. 1-11, 2011.
- HERMAN, A. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- JORDAN, G.; WEEDON, C. *Cultural politics: class, gender, race and the postmodern world*. Oxford: Blackwell, 1995.
- KALIFA, D. Usages du faux. Faits divers et romans criminels au XIXe siècle. *Annales*, v. 54, n. 6, p. 1345-1362, 1999.
- MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.
- MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOLLIER, J. Y. A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *Varia Historia*, v. 25, n. 42, p. 521-537, 2009.
- PESAVENTO, S. J. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 221-236.
- PICK, D. *Faces of Degeneration*. Cambridge: University of Cambridge, 1996.
- REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

- SCHWARTZ, V. R. *Spectacular Realities: early mass culture in fin-de-siècle Paris*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- SUTHERLAND, J. *Victorian fiction: writers, publishers, readers*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- THOMAS, R. R. Detection in the Victorian Novel. In: DAVID, D. (Org.). *The Cambridge Companion to the Victorian Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 169-191.
- TRAUBEL, H. *With Walt Whitman in Camden*. Philadelphia: University of Philadelphia Press; Oxford: Oxford University Press, 1953. v. 4.

*Da corte ao Estado Novo: singularidades em Mozart e Villa-Lobos**

CARLOS DOS PASSOS PAULO MATIAS*¹

Instituto Federal de Santa Catarina

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO*²

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo: Quase um século e meio separa o nascimento de Mozart do nascimento de Villa-Lobos. Na tragédia de Bajazzo, Norbert Elias nos mostra, com maestria, o drama da vida de um músico na corte de Salzburgo. Sua análise sociológica busca compreender um pouco da vida e da obra de Mozart, desde sua formação musical, proporcionada pelo pai, até o rompimento do músico com a “sua” corte e sua corajosa busca pela independência artística em Viena. A tragédia villalobiana é outra, mas não menos dramática. Villa-Lobos não foi músico de uma corte absolutista, como foi Mozart; não sofreu pensando em como sair de serviçal da corte para tornar-se livre, um músico do mundo. No entanto, os dois sofreram a angústia de buscar um lugar na sociedade de suas épocas. Mozart queria sair do julgo do mecenas, e o fez; Villa-Lobos queria ser empregado do mecenas/governo, e o fez. Para compreender e retomar este debate, trabalhou-se com as fontes de diálogo os autores Norbert Elias, Vasco Mariz, Bruno Kieffer, José Miguel Wisnik, Anália Cherñavsky e Arnaldo Contier.

Palavras-chave: Mozart; Villa-Lobos; Estado Novo; Vargas.

Abstract: Almost a century and a half separate the birth of Mozart from the birth of Villa-Lobos. In the Bajazzo’s tragedy, Norbert Elias shows the drama of the life of a musician living in the court of Salzburgo. His sociological analysis tries to understand Mozart’s life and work, since his musical training, provided by his father, until the musician’s disruption with “his” court and his brave search for artistical independence in Vienna. The “Villalobian” tragedy is not less dramatic. Villa-Lobos was not the musician of an absolutist court as Mozart was; he did not suffer thinking about how to stop being a serving man in the court to become free, a musician in the world. However, both suffered searching a place in the society of their times. Mozart wanted to break the judgement of the patron, and he did it; Villa-Lobos wanted to be the government/patron’s employee, and he did it. In order to understand and return to this debate, the authors Norbert Elias, Vasco Mariz, Bruno Kieffer, José Mighell Wisnik, Anália Cherñavsky, and Arnaldo Contier, were used as research sources.

Keywords: Mozart; Villa-Lobos; New State; Vargas.

* Recebido em 29/11/2016 e aprovado para publicação em 13/04/2017.

¹ Docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC/Campus Caçador): E-mail: carlos.matias@ifsc.edu.br.

² Docente da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: jhz@unesc.net.

Introdução

Viver da arte, ou de arte, não é, nunca foi e, talvez, nunca será uma tarefa muito confortável e fácil. Que o digam os intelectuais e artistas modernistas da nossa Semana de 1922 ou que nos demonstrem tal dificuldade obras de grandes ou pequenos artistas das cortes europeias de tempos pretéritos, como fez Elias no livro sobre Mozart. Talentos à parte, o que percebemos ao conhecer Mozart e sua relação com a corte de Salzburgo e Heitor Villa-Lobos com o Estado Novo de Vargas são questões políticas bem claras que mostram o que se pode e o que não se pode para um artista contratado ou cooptado pelo mecenas ou pelo governo que o mantém. Se considerarmos o talento, ficam mais dramáticas as singularidades e as aproximações entre os artistas pesquisados, logo questões vem à tona. Destarte, tão intenso quanto o talento é o Homem. Elias capta com detalhes em Mozart, este Ser que sofre, vibra, ama e “não é amado”, características de alma de artista. Em Villa-Lobos, o Homem também é intenso. Historiadores e biógrafos trazem para nós este sonhador, idealista, político e empreendedor músico da “Corte de Vargas”.

Posto isso, levantam-se algumas questões que nortearão este escrito: em que medida é possível comparar e aproximar Mozart a Villa-Lobos? Que singularidade e especificidade é possível encontrar nesses dois gênios da música? Existem possíveis singularidades ou isso é uma aporia? Para buscar algumas respostas para as questões propostas, far-se-á uma breve trajetória dos dois artistas, procurando situá-los em suas épocas. Em seguida, buscar-se-á apontar algumas singularidades encontradas ao se fazer a comparação e a aproximação entre Mozart e Villa-Lobos.

Utilizou-se neste escrito, para pensarmos a trajetória musical de Mozart e as singularidades de Heitor Villa-Lobos, a obra de Norbert Elias (1995). Outras obras sobre Mozart, citadas também por Elias, como *Mozart*, de Wolfgang Hildesheimer (1983), e *Mozart*, de Alfred Einstein (1961), não foram usadas justamente por serem uma biografia e uma análise de sua música, respectivamente. Optamos pela obra de Norbert Elias por ser um escrito que nos traz uma análise sociológica da vida e da obra do músico, além de seus desejos, suas frustrações, os desejos de seu pai, as frustrações

de seu pai na corte de Salzburgo, o poder do mecenas na vida do artista, os sonhos da vida em Viena e o reconhecimento de sua obra, ou seja, questões que, mesmo distantes no tempo, muito se aproximam, do ponto de vista político, de Mozart e de Heitor Villa-Lobos. Para pensar Villa-Lobos, usamos seu maior biógrafo, Vasco Mariz (2005), que versa sobre a vida do maestro, suas aventuras de formação musical, suas viagens pelo país e pelo mundo. Utilizamos Bruno Kieffer (1986), que faz uma análise da obra de Villa-Lobos, de suas influências musicais – mesmo que o maestro as tenha negado –, de seus projetos de canto orfeônico e dos guias para aulas de música. Para pensarmos Villa-Lobos no Estado Novo de Vargas, utilizamos Wisnik (1977), Anália Cherñavsky (2003), Arnaldo Contier (1998), entre outros, os quais analisam o processo de aproximação, envolvimento e reciprocidade entre o músico e Vargas. A Semana da Arte Moderna teve a participação ativa de Heitor Villa-Lobos e sua atuação como funcionário público.

O gênio e o modernista

Não sou Futurista nem passadista, eu sou eu.
H. Villa-Lobos

Se o Papa me convencer de que estou errado,
obedecerei.
W. A. Mozart.

“Wolfgang Amadeus Mozart morreu em 1791, aos 35 anos, e foi enterrado numa vala comum a 6 de dezembro” (ELIAS, 1995, p. 9). Heitor Villa-Lobos nasceu no dia 5 de março de 1887, na rua Ipiranga, em Laranjeiras - naquele tempo, um dos bairros mais verdes e floridos da cidade do Rio de Janeiro (ALZUGARAY, 2001). Quase um século e meio separa o nascimento de um do nascimento do outro. Mais precisamente 131 anos. Na tragédia de Bajazzo, Norbert Elias nos explica que isso é apenas uma imagem:

Mas ajuda a esclarecer a conexão entre o Mozart Bufão e o grande artista, entre a eterna criança e o homem

criativo, entre a paspalhice de Papageno e a profunda seriedade do desejo de morte de Pamina. Um homem pode ser um grande artista, o que não o impede de ter algo de palhaço. O fato de ser realmente um vencedor e de representar um inegável benefício para a humanidade não impede que se veja como um perdedor e, portanto, que se condene a ser um perdedor na realidade (ELIAS, 1995, p. 14).

Vê-se que Elias nos coloca a pensar sobre as relações sociais, sobre a “posição” que a sociedade da época de Mozart já deixava clara e bem definida entre as pessoas, muito mais entre os artistas de corte. Não ser um artista “contratado” vinculado a alguma corte poderia significar uma vida de muita dificuldade financeira ou de uma vida errante atrás de público. Logo, mesmo sendo, na maioria das vezes, a vida de músico de uma corte muito “limitada”, “previsível” do ponto de vista da criatividade/produção, ainda era, na pior das hipóteses, a melhor! Elias nos mostra como este era um dos “grandes” problemas do pai de Mozart: ter percebido no filho já precoce o talento e a “genialidade”, explorando ao máximo a sua formação. O pai, aliás, fora seu primeiro professor. O sucesso em Viena, que para ele (o filho) talvez significasse mais do que qualquer outra conquista, jamais se concretizou (ELIAS, 1995, p. 9), posto que nem numa corte maior, nem resguardando para o filho uma sucessão na corte de Salzburgo onde Leopold Mozart era músico da corte. A decisão não seria sua! A tragédia villalobiana é outra, não menos dramática. Villa-Lobos não foi músico de uma corte absolutista nem sofreu pensando em como deixar de ser serviçal da corte para se tornar livre, um músico do mundo. Esteve mais de uma vez na Europa. Todavia não desejava o reconhecimento de Viena? Como Mozart? Por que não?

O ano era 1905. Villa-Lobos queria estudar, à sua maneira, prática e direta, a musicalidade diversificada do Brasil. Aos seus ouvidos precocemente treinados para a percepção musical não passaram despercebidas as modas de viola do Espírito Santo, os jongs da Bahia, os aboios, os cocos e as emboladas de Pernambuco. Esse compositor não poderia ter escolhido itinerário melhor para iniciar sua odisseia musical (MAIA, 2000, p. 30). É justamente neste

imenso país que ele começa a descobrir a sua verdadeira “alma brasileira”. A ideia de alma presente naquele contexto estadonovista ia ao encontro da ideologia nacionalista de Vargas. Percebe-se, dessa maneira, que Maia, ao escrever sobre Villa-Lobos, contribui para deixar uma imagem do músico alinhada com os anseios do Estado. Característica que, em Mozart, Elias vai apontar para além da corte de Salzburgo, para além das cortes.

Mozart queria ganhar a Europa – o que significava ser famoso em Viena. Villa-Lobos também queria ganhar o mundo, mas, diferentemente de Mozart, ele vê o caminho estando sob a tutela do governo. Mozart vê o caminho se livrando do mecenas. Enquanto Mozart fica triste ao se ver preso, Villa-Lobos se enaltece ao se ver “oficial”: “Nunca na minha vida procurei a sabedoria nos livros, nas doutrinas ortodoxas – o meu livro é o Brasil” (RIBEIRO, 1987, p. 21). O maestro modernista desenvolve suas ideias harmonizando-se com os debates dos intelectuais da Constelação Capanema. “A música folclórica é a expansão, o desenvolvimento livre do próprio povo expresso pelo som” (RIBEIRO, 1987, p. 43).

Mais uma vez Villa-Lobos associa o ideário desenvolvimentista da nação na perspectiva da música: “Na minha música, eu deixo cantar os rios e os mares deste grande Brasil”. O grande Brasil, o Novo, o Brasil dos brasileiros, mares e rios. A música dá conta de fazer o povo perceber e trabalhar por toda esta beleza. “Considero minhas obras como cartas que escrevi à posteridade, sem esperar resposta” (RIBEIRO, 1987, p. 56). Vê-se que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Villa-Lobos parecia pensar no futuro para o futuro; era um modernista de seu tempo. No entanto, a formação da ordem presentista do tempo ocorreu ao longo do século XX, desse modo, “[...] se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista” (HARTOG, 2014, p. 140).

Assim foi um pouco da vida de Heitor Villa-Lobos. Um modernista futurista, dirão alguns de seus biógrafos, um músico político, o qual foi educado pelo pai, que era funcionário público na Biblioteca Nacional. Villa-Lobos não seguiu ao pé da letra os anseios da mãe, a qual queria que ele

fosse médico. Não, Tuhu, como era chamado, tinha outros desejos. Desde cedo ouvindo o pai tocar em casa, com a tia pianista e outros músicos, Villa-Lobos foi despertando para experiências que o levariam para o caminho da música. A morte do pai, as dificuldades financeiras enfrentadas pela família, o esforço da mãe para criar os filhos, tudo isso ficou registrado na memória e na vida do maestro:

Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos claros, passíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos impossíveis de ser satisfeitos, pelo menos no presente estágio de conhecimento (ELIAS, 1995, p. 13).

Elias percebe que a vida de Mozart ilustra nitidamente a situação de grupos burgueses *outsiders* numa sociedade dominada pela aristocracia de corte, num tempo em que o equilíbrio de forças ainda era muito favorável ao *establishment* cortesão, mas não a ponto de suprimir todas as expressões de protesto, ainda que apenas na arena, politicamente menos perigosa, da cultura, como um burguês *outsider* a serviço da corte, Mozart lutou com uma coragem espantosa para se libertar dos aristocratas, seus patronos e senhores. Fez isso com seus próprios recursos, em prol de sua dignidade pessoal e de sua obra musical. E perdeu a batalha, “aos poucos, foi se sentindo derrotado pela vida” (ELIAS, 1995, p. 9).

Um século depois entre os modernistas, Wisnik percebe que “[...] a tradição crítica firmou sobre a Semana de Arte Moderna um conceito que corresponde àquilo que ela desejou ser: um divisor de águas, um ritual de ultrapassagem, inserindo-se ostensivamente.” (WISNIK, 1977, p. 188). Nesse processo, o presente fechou-se sobre si mesmo, tornou-se o seu próprio horizonte, em um afastamento cada vez maior entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. “Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato.” (HARTOG, 2013, p. 148).

Os pré-modernistas sintetizaram em suas obras, em maior ou em menor grau, os primeiros índices de que alguma coisa estava mudando. Logo, não foi a Semana de 22 o início da mudança no modo de se ver o Brasil. À medida que as duas primeiras décadas do século XX se escoam, começam também a chamar atenção as inovações formais que surgem nas várias artes. Praticadas, na maioria, por um grupo de artistas paulistas e cariocas, com contatos culturais na Europa e nos Estado Unidos, essas inovações já revelam influências das correntes de vanguarda (PELLEGRINI, 1996, p. 87-96). O discurso é inovador, os ventos da mudança chegaram. Voltamos a Foucault para dizer que, a partir dos discursos dos Modernistas, do discurso da música, do discurso da política, do discurso da intelectualidade, do discurso da aristocracia, serão reconstruídos outros, buscando descobrir, conforme Foucault, a “[...] palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima a voz interior que escutamos, de reestabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma” (FOUCAULT, 2009, p. 32). Analisar um discurso, nesse sentido, seria torná-lo livre para descrever nele e fora dele os jogos de relações. Villa-Lobos e Mozart, “políticos”, corajosos, decididos e frustrados. Suas músicas com discursos sonoros veem ao encontro dessas características dos ventos da mudança de suas épocas. Quanto aos modernistas:

Compõem esse grupo os pintores Anita Malfatti e Di Cavalcanti, o músico Heitor Villa-Lobos, os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchi, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, entre outros. Foram eles que organizaram e/ou participaram,

em São Paulo, da Semana de Arte Moderna, em 1922, evento divisor de águas entre o antigo e o moderno, na cultura brasileira (PELLEGRINI, 1996, p. 88).

Estudioso da Semana de 22, José Miguel Wisnik aborda de maneira diferente algumas questões relacionadas com a participação de Heitor Villa-Lobos nesse evento. Em primeiro lugar, afirma que a intelectualidade acadêmica recebera escandalizada a música desse compositor e que essa reação não significa nenhuma novidade, já que desde antes da Semana Villa-Lobos “[...] já lutava com dificuldades em virtude da repugnância que a sua obra provocava em ativa parte da crítica, que só enxergava nela ‘cacofonias’ e tumultos, ruídos desconstruídos em peças que, segundo um crítico, não resistiriam a qualquer análise” (WISNIK, 1977, p. 36).

Na música de Mozart, o problema não estava na musicalidade nem no dom do talentoso músico, aliás, o prodígio era muito admirado por todo o lugar que passava. Seu enorme talento para criar e para executar era notável. A tensão estava na sua posição na corte ou na sua existência, visto que “[...] a maior parte das pessoas que seguia uma carreira musical era de origem não nobre, ou, em nossa terminologia, burguesa” (ELIAS, 1995, p. 20).

Mozart tinha plena consciência de seu raro dom, e transmitiu-o tanto quanto pôde. Boa parte da vida trabalhou incansavelmente. Seria temerário afirmar que ele não tivesse consciência de que sua música passaria para a posteridade. Mas não era o tipo de pessoa para quem a ideia de ser reconhecido pelas gerações futuras trouxesse consolo pela falta de reconhecimento que suportou nos últimos anos de vida, especialmente em sua cidade adotiva, Viena (ELIAS, 1996, p. 10).

No Brasil, na terra de Heitor Villa-Lobos, a burguesia industrial vitoriosa define os novos rumos econômicos do país: a industrialização. Terminara o poder político do café. A arte, a cultura em geral não ficou à margem desse novo ideal burguês, dessa nova maneira de ver o Brasil ou as coisas do Brasil. As transformações dessa “nova sociedade” estarão muito presentes na vida e nas obras também de nossos artistas e intelectuais.

Os fundamentos modernistas da Semana de 22 abriram espaços aos seus seguidores para, pouco depois, lutarem pelas transformações sociais. Oswald de Andrade, por exemplo, filia-se ao recém-fundado Partido Comunista, e Mário de Andrade participa da formação do Partido Democrático, assim como outros artistas do movimento de 22 procuram outras opções políticas. O país vivia profundas transformações, e isso se reflete no clima de ruptura da Semana e nos seus desdobramentos posteriores (WISNIK, 1977, p. 36) de modo que, no contexto geral dos acontecimentos, a Semana também contribui para encorajar ou estimular os intelectuais na direção de mudanças no sistema de educação vigente no país. Pensaremos a modernidade na perspectiva de Berman quando nos diz que:

Existe um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1997, p. 15).

A Semana é o início de um período cultural novo, turbulento, amadurecido lentamente; é um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo

o que sabemos, tudo o que somos. Antes da Semana, houve exposições, publicação de artigos e obras que já evidenciavam o esgotamento do Parnasianismo e do Simbolismo. Os principais eventos foram:

1912 – Oswald de Andrade retorna da Europa, trazendo o Futurismo de Marinetti como novidade.

1914 – A pintora Anita Malfatti organiza uma exposição expressionista quando volta da Europa, onde estivera desde 1912.

1917 – Mário de Andrade publica *Há uma gota de sangue em cada poema*, protestando contra a guerra; Manuel Bandeira publica *A cinza das horas*; Menotti del Picchia, *Juca Mulato*, e Guilherme de Almeida, **Nós**, todos ainda com vestígios parnasianos e simbolistas, mas já com inovações formais significativas.

Anita Malfatti organiza uma segunda exposição, que provoca violenta reação de Monteiro Lobato, num artigo intitulado “Paranóia [sic] ou mistificação?”, em *O Estado de São Paulo*. O artigo divide artistas de público.

1918 – Manuel Bandeira publica *Carnaval*.

1920 – O grupo conhece Vítor Brecheret, escultor que estudara em Roma e, no momento, preparava a maquete do Monumento às Bandeiras, hoje no Parque Ibirapuera, em São Paulo.

1922 – Aproveitando a aproximação da data do centenário da Independência, realiza-se a Semana de Arte Moderna, em fevereiro (PELLEGRINI, 1996, p. 90-91, grifos do autor).

A Semana de Arte Moderna de 22, realizada entre 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos. Seu objetivo era renovar o ambiente artístico e cultural da cidade com “[...] a perfeita demonstração do que há em nosso meio em escultura, arquitetura, música e literatura sob o ponto de vista rigorosamente atual”, como informava o Correio Paulistano a 29 de janeiro de 1922 (KIEFFER, 1986, p. 17-19).

Heitor Villa-Lobos conta como fora a sua participação na Semana. Ele tinha sido procurado, na sua casa, por Graça Aranha e Ronald de Carvalho, para que estes pudessem lhe expor o plano e sua adesão. Diz

que havia gostado da proposta, pois coincidia com as ideias pelas quais vinha lutando há anos, mas para ir a São Paulo havia um empecilho sério: não dispunha de meios suficientes para uma viagem tão dispendiosa com o seu grupo. Os amigos voltaram depois com Paulo Prado e lhe pediram um programa com o respectivo orçamento. Villa-Lobos pôde, então, com carta branca de Paulo Prado, contratar os melhores artistas e seguir para São Paulo (MARIZ, 2005, p. 43).

Sobre o que foi esse acontecimento, Villa-Lobos escreve ao amigo Iberê Lemos:

Quando chegou a vez da música, as piadas das galerias foram tão interessantes, que quase tive a certeza de a minha obra atingir um ideal, tais foram as vaias que me cobriram de louros. No segundo, a mesma coisa na parte musical, e na parte literária a vaia aumentou. Chegamos ao terceiro concerto, que era em minha homenagem, que susto, passaram os meus intérpretes, vais ver... Organizei um bom programa, revestido dos melhores intérpretes. Começamos pelo terceiro trio, que, de quando em quando, um espectador musicista assobiava o principal tema, paralelamente com o instrumento que o desenhava. A Lucília e a Paulina queriam parar, eu me ria e o Gomes bufava, mas foi até o fim. Nos outros números, novas manifestações de desagrado, até ao último número, que foi o quarteto simbólico, onde consegui uma execução perfeita, com projeção de luzes e cenários apropriados a fornecerem ambientes estranhos, de bosques místicos, sombras fantásticas, simbolizando a minha obra como imaginei. Na segunda parte desse quarteto, lembraste? O conjunto esclarece um ambiente elevado, cheio de sensações novas. Pois bem, um gaiato qualquer, no mais profundo silêncio, canta de galo com muita perícia. Bumba... Pôs abaixo toda comoção que o auditório possuía, provocando hilaridade tal que a polícia (finalmente) interveio, prendendo os graçolas e mais duas latas grandes de manteiga cheias de ovos podres e batatas. Esses moços, ao serem interrogados, declararam que aqueles presentes estavam destinados a coroarem os promotores da Semana de Arte Moderna

em São Paulo, como se fossem flores e palmas, mas que tal fizeram porque respeitavam os intérpretes que na maioria eram paulistas. Uf!... Chega (MARIZ, 1989, p. 75-76).

Percebe-se que o clima da Semana era “quente”, pois “[...] não só os conferencistas e poetas da Semana foram vaiados. A música de Villa-Lobos também recebia as patadas de um público reacionário. O próprio maestro foi ridicularizado. Os espectadores da torrinha ao vê-lo entrar no palco de casaca e chinelo, pois estava doente de um pé, prorromperam em assobios” (SILVA, 1974, p. 83). Durante um dos concertos, escorregou a alça do vestido de Paulina e lá das galerias veio a reação: “Levanta a fitinha, moça” (MARIZ, 1989, p. 67). Paulina tremia de medo e, ao deixar a cena, caiu numa crise de choro. O barítono Nascimento Filho reagiu de outra maneira. Quando cantava as últimas notas de uma canção, alguém, nas galerias, gritou: “*Ridi, Pagliaccio*”. Nascimento respondeu: “Desce pra eu te ensinar como se canta” (MARIZ, 1989, p. 67). E fez gestos ao público para brigar na rua. O que aconteceu. No dia seguinte, o jovem cantor aparece para ensaiar com um olho arroxado (MARIZ, 1989, p. 67).

Heitor Villa-Lobos “[...] divertiu-se muito com a semana. Sempre bem-humorado, não deu a mínima para as vaias dos gaiatos” (SILVA, 1974, p. 83). Talvez a Semana não estivesse saindo perfeitamente planejada como queriam os intelectuais, no entanto, “[...] os rapazes de 22 conseguiram trazer a questão artística para o plano nacional. O campo estava preparado para o encontro de uma arte verdadeiramente nossa” (SILVA, 1974, p. 83). O ingresso do país na modernidade deixa de ser pensado como algo imediato, uma operação mecânica. Torna-se necessário, então, discutir as mediações, os discursos que irão assegurar essa passagem. A busca desse entendimento implica, portanto, uma reflexão profunda sobre o sentido do nosso próprio passado (KIEFFER, 1986, p. 22).

A música da corte, ao menos, segundo Elías (1995), não era o maior prazer na vida de Mozart. Angustiado, ele sabia que viver como músico em Salzburgo seria a pior das crueldades que a vida poderia reservar a alguém. Mozart acompanhava o pai como músico da corte, sabia que se ficasse em Salzburgo teria que “criar” o que seu mecenas/empregador mandasse,

enfim, sabia que a “segurança” do lugar “garantido” cobrava um preço muito alto. Elias observa que:

No entanto, após um exame mais acurado, não é raro que as realizações notáveis ocorram mais frequentemente em épocas que poderiam, no máximo, ser chamadas de fazes de transição, caso usemos o conceito estático de “épocas”. Em outras palavras, tais realizações surgem da dinâmica do conflito entre os padrões de classes mais antigas, em decadência, e os de outras, mais novas, em ascensão (ELIAS, 1995, p. 15).

A vida de Mozart ilustra nitidamente a situação de grupos burgueses *outsiders* em uma economia dominada pela aristocracia de corte, em um tempo no qual o equilíbrio de forças ainda era muito favorável ao *establishment* cortesão, mas não a ponto de suprimir todas as expressões de protesto, ainda que apenas na arena, politicamente menos perigosa, da cultura (ELIAS, 1995, p. 16).

No lapso de tempo que vai da semana de 22 até o advento do Estado Novo, Villa-Lobos vive todos os infernos astrais possíveis a um artista que tenta viver de sua arte. Assim como Mozart, já apontado anteriormente, nas cortes absolutistas vê sua liberdade criativa sendo engolida pela obrigação de ter que compor para seus senhores.

Com respeito à música, a situação ainda era muito diferente naquela época – especialmente na Áustria e em sua capital, Viena, sede da corte imperial, como, em geral, também nos pequenos países alemães. Tanto na Alemanha como na França as pessoas que trabalhavam neste campo ainda eram fortemente dependentes do favor, do patronato e, portanto, do gosto da corte e dos círculos aristocráticos (e do patriciado burguês urbano, que seguia seus exemplos). Na verdade, mesmo na geração de Mozart, um músico que desejasse ser socialmente reconhecido como artista sério e, ao mesmo tempo, quisesse manter a si e à sua família, tinha de conseguir um posto na rede das instituições da corte ou em suas ramificações. Não tinha escolha. Se sentisse uma vocação que o levasse

a realizações notáveis, quer como instrumentista, quer como compositor, era praticamente certo que só poderia alcançar sua meta caso conseguisse um cargo permanente numa corte, de preferência uma corte rica e esplêndida (ELIAS, 1995, p. 17-18).

Villa-Lobos também entra no mercado traiçoeiro e cruel de compor músicas por encomenda ou ter que organizar espetáculos sem saber se terá público para assisti-lo. E chega o Estado Novo de Vargas. Destarte, para um músico erudito na época do Estado Novo, como foi Heitor Villa-Lobos, não ter quem financiasse a publicação de suas obras e a divulgação de seu trabalho era algo desolador. Villa-Lobos sabia que a intervenção do Estado como apoiador e financiador de sua música poderia contribuir também para o sucesso ainda não alcançado no Brasil e fortalecer o sucesso alcançado na Europa. A pesquisadora Cheriñavsky (2003, p. 68) nos diz que “[...] desde as primeiras intervenções de Heitor Villa-Lobos junto ao governo de Vargas até o fim do Estado Novo, as relações entre ambos foram se ampliando cada vez mais”, pois “tanto a figura do chefe político quando a do compositor ganhavam destaque no cenário nacional e internacional”. Nisso a propaganda Estadonovista era muito eficiente:

Vargas passara de representante do Governo Provisório a “glorioso” Chefe da Nação Brasileira, e Villa-Lobos, de jovem compositor talentoso e desconhecido, transformara-se no maior expoente da música do Brasil – há quem diga, das Américas (CHERÑAVSKY, 2003, p. 69).

Era o que Heitor Villa-Lobos precisava. Tanto para dar continuidade ao seu desejo de ser cantado e conhecido por todo o Brasil, discurso este que o maestro alimentava desde jovem, como também de continuar levando sua música para a Europa e para o mundo.

Ser reconhecido na Europa em 1930, como queria e conseguiu Heitor Villa-Lobos, inclusive ser o músico brasileiro mais conhecido do que Carlos Gomes, um século antes, esse sonho do reconhecimento europeu, captado muito bem por Norbert Elias, faz um de seus filhos ilustre sofrer

tanto em sua luta pela liberdade. “Mozart, procurando emprego em Paris, é o tipo de episódio que não se esquece facilmente. Ficou irritado e magoado com o tratamento que recebeu e realmente não tinha a menor ideia do que estava acontecendo.” (ELIAS, 1995, p. 26). Pode-se dizer que o paradigma da época de Mozart era aquela estrutura social que impôs ao músico a condição de vida que teve, ele não precisava aceitar, se quisesse correr o risco, ter a coragem de não aceitar a condição imposta pela vida. E foi o que Mozart fez.

O conflito deste compositor com o seu empregador, e na verdade a sua vida inteira, mostra de maneira paradigmática como o músico burguês daquela época – mas não o escritor burguês – dependia de um emprego na corte, ou pelo menos em um patriciado da corte. Mas na Alemanha (incluindo a Áustria) e na Itália havia uma solução possível para os músicos, uma chance de procurar outro emprego para quem não estivesse satisfeito com o que tinha. Essa oportunidade estava ligada à estrutura peculiar de governo em tais territórios (e não à ascensão da burguesia) e foi da maior importância para o desenvolvimento da música nas regiões alemãs e italianas (ELIAS, 1995, p. 28).

A decisão de Mozart de largar o emprego em Salzburgo significou que, ao invés de ser o empregado permanente de um patrono, ele desejava ganhar a vida, daí por diante, como “artista autônomo”, vendendo seu talento como músico e suas obras no mercado livre (ELIAS, 1995, p. 32).

Em outras palavras, Mozart representava o artista livre que confia acima de tudo em sua inspiração individual, em uma época em que a execução e a composição da música mais valorizada pela sociedade repousavam, a bem dizer, exclusivamente nas mãos de músicos artesãos com postos permanentes, seja nas cortes ou nas igrejas das cidades (ELIAS, 1995, p. 34).

Sua rebelião pessoal contra a humilhação e a repressão que sofria nos círculos cortesãos, seja ao procurar emprego, seja como empregado, tinha, à primeira vista, alguma coisa em comum com a revolta, principalmente nas partes não austríacas do império alemão, que encontrava expressão na literatura humanitária, cujos conceitos básicos eram educação (*Bildung*) e cultura (*Kultur*) (ELIAS, 1995, p. 37).

Como os burgueses pioneiros desse movimento filosófico e literário, Mozart insistia em sua dignidade humana, independentemente de origem ou posição social. Ao contrário do pai, nunca aceitou em seu íntimo a posição de inferioridade. Nunca se conformou com a condescendência com que ele e sua música eram tratados (ELIAS, 1995, p. 37).

Aqui no Brasil, um século depois de Mozart, temos o contrário, o músico modernista está no governo, Heitor Villa-Lobos tornou-se funcionário público. Ser empregado do mecenas/empregador é o melhor negócio, ao menos no caso de Villa-Lobos. Quem nos dá importantes dicas para a melhor compreensão de Villa-Lobos como funcionário público é Arnaldo Contier, segundo o qual:

[...] para Villa-Lobos, a concretização de seu projeto para que se oficializasse o ensino do canto orfeônico e fossem tomadas outras medidas em relação à música nacional somente poderia viabilizar-se sob a proteção [...] de um Governo Forte e perfeitamente esclarecido dos problemas sociais e educacionais do seu povo [...]. (CONTIER, 1998, p. 29).

Talvez Heitor Villa-Lobos estivesse, com isso, querendo justificar ou quem sabe dar mais consistência à sua “necessária” participação no governo como funcionário público, pois quem seria mais “preparado” para lidar com os problemas sociais e educacionais de seu povo do que alguém que conhecesse a alma do povo brasileiro? Alguém que conhecesse cada palmo deste país? Alguém que conhecesse, inclusive, a Europa, o mundo? Heitor Villa-Lobos! Era assim que o maestro buscava passar uma imagem de preparo para esse papel importante em nossa sociedade que a música deve ocupar.

Dando continuidade, Contier vai mais longe. Atento às relações que vão se estabelecendo entre o governo e os artistas, no nosso caso o artista Heitor Villa-Lobos, ele nos coloca que:

[...] os ideólogos do Estado Novo ou do Brasil Novo perceberam claramente a importância dos meios modernos de comunicação (rádio, jornal, disco) e de algumas artes (música) como recursos capazes

de politizar rapidamente as massas populares [...].
(CONTIER, 1998, p. 38).

Assim, com os ideólogos pensando dessa forma, vendo nas artes a possibilidade de politização das massas, e Villa-Lobos vendo na música a concretização desse projeto nacionalista, o “novo” discurso modernista vai ficando cada vez mais harmonioso. Dessa maneira, para Contier, “[...] o compositor erudito procurou infiltrar-se na máquina burocrático-administrativa para angariar verbas e apoio oficial para a apresentação de suas obras ou, ainda, para apresentar projetos sobre organização de programas em defesa do folclore nacional” (CONTIER, 1998, p. 43). Assim se fez. O projeto do Canto Orfeônico foi concretizado, as escolas do Brasil iriam cantar.

A situação de Mozart se apresenta muito singular:

Sua situação era muito peculiar. Embora fosse um subordinado, socialmente dependente dos aristocratas da corte, a clara noção que tinha de seu extraordinário talento musical levava-o a se sentir igual, ou mesmo superior a eles. Era, numa palavra, um “gênio”, um ser humano excepcionalmente dotado, nascido numa sociedade que ainda não conhecia o conceito romântico de gênio, e cujo padrão social não permitia que em seu meio houvesse qualquer lugar legítimo para um artista de gênio altamente individualizado (ELIAS, 1995, p. 23-24).

Com Heitor Villa-Lobos vamos ver que antes mesmo de ser funcionário do governo Vargas o maestro teve sua primeira experiência com o governo de São Paulo, quando fez pelo interior do Estado uma excursão para divulgar e “explicar” a música erudita. Aliás, essas excursões foram tão representativas, tanto para Villa-Lobos como para o governo, que é a partir dessa experiência que o maestro encontra um caminho para chegar até Vargas. Mozart, com seu pai, fez várias excursões pelas cortes europeias, mas ainda era “só” um menino prodígio. Vê-se que de certa forma Villa-Lobos está concretizando seu desejo. Contier nos diz que “[...] entusiasmado com as experiências realizadas em São Paulo, em 1930 e 31, Villa-Lobos continuou a organizar, na cidade do Rio de Janeiro, grandes

espetáculos cívico-artísticos em lugares públicos” (CONTIER, 1998, p. 27). Dentro desse contexto surge a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), uma instituição criada em 1932 por Anísio Teixeira, então secretário da educação da Prefeitura do Distrito Federal, para que Villa-Lobos executasse o projeto orfeônico que havia iniciado em São Paulo no final de 1930. O órgão criado por Anísio teria por pouco tempo como coordenador o próprio maestro Villa-Lobos, agora funcionário do Estado.

Algumas considerações

Heitor Villa-Lobos, enfim, chega a funcionário público. Implanta um curso de canto orfeônico nas escolas primárias, secundárias e profissional, visto que “[...] de acordo com o decreto nº 18.890, de abril de 1931, sobre a reforma do ensino, tornou-se obrigatório o ensino de canto orfeônico nas escolas acima citadas (primárias, secundárias e profissionais)” (MAIA, 2000, p. 34). Agora sim, com a execução e fiscalização pela SEMA, Heitor Villa-Lobos iria pessoalmente treinar e instruir os professores para a execução do projeto em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, com o maestro, os professores iriam adquirir os conhecimentos básicos para a criação de grupos orfeônicos nas suas escolas. A decisão era política, vinha de cima para baixo, pretendia ter alcance nacional e utilizava como principal argumento a força unificadora, integradora da música e do canto coral.

No Estatuto do Orfeão de Professores do Distrito Federal, fundado por Villa-Lobos em 1932, existia um artigo que simbolizava toda a deferência que deveria ser prestada pelo artista ao trabalho: “Art. 13º – Os professores, que ingressarem no Orfeão ficam imediatamente considerados orfeonistas, tendo de fazer o seguinte compromisso: Prometo de coração servir à arte, para que o Brasil possa, na disciplina, trabalhar cantando” (MUSEU VILLA-LOBOS – Pasta 67 – Ed. viv. Art/orf.prof. – HVL 04.03.03).

No governo, Villa-Lobos pontua sua atuação tanto no país como no estrangeiro. Indiretamente diz que a música é uma eficiente maneira de fazer propagando do Brasil, nesse caso do governo brasileiro, tanto no país como no estrangeiro. A consciência da classe artística de novo se

revela. O maestro defende o campo das artes em geral e não apenas dos músicos, muitos dos músicos clássicos. Em seu discurso há espaço para o folclore, para a música popular. Villa-Lobos ainda busca focar a imensa “importância” que tem o governo na proteção das artes e dos artistas em geral, a ponto de dizer que essa proteção irá salvar o artista e a arte.

Outro momento em que este compositor atuou como funcionário público foi quando “[...] certa vez na arena do canto de uma das escolas, Villa-Lobos constatou com tristeza que as crianças não sabiam cantar os hinos patrióticos, principalmente o Hino Nacional Brasileiro” (MARIZ, 2005, p. 56). Ele não perdeu tempo, baixou imediatamente um “ato” proibindo que o hino fosse cantado.

A proibição do hino nas escolas repercutiu como uma bomba, um escândalo! Os jornais exploraram ao máximo a decisão tomada pelo maestro. Mas Villa-Lobos estava com a consciência tranquila. O governo lhe dera carta branca. Era um funcionário público! Só tinha que prestar contas ao seu secretário da Educação. Portanto, seguindo essa lógica, intranquilo estaria se consentisse em deixar que o hino do nosso Brasil continuasse tão mal cantando. A relação de Heitor Villa-Lobos com o Estado ainda não desafinaria, não desta vez.

Os discursos são muitos: a música, a educação, a brasilidade, o novo, a mudança, a originalidade. A música de Heitor Villa-Lobos e o Canto Orfeônico (VILLA-LOBOS, 1940), os vestígios deixados por alguns documentos, entrevistas, cartas, partituras, letras de músicas, congressos no exterior e dedicatórias de músicas - como a que fez a Gustavo Capanema -, tudo deve ser pensado como discurso de discursos. Percebe-se que Heitor Villa-Lobos foi um músico do seu tempo, um músico do Estado Novo, um músico do modernismo, inquieto. E talvez, acima de tudo, um cidadão que virou funcionário público e usufruiu de tudo o que o Estado poderia proporcionar a um artista da época.

“Destino” diferente teve Mozart. Para concluirmos este trabalho, as aproximações e aporias em Villa-Lobos e Mozart, “[...] não devemos deixar de perguntar o que teria acontecido com Mozart caso não tivesse ficado tão profundamente convencido, a uma idade relativamente jovem, da natureza especial de seu talento musical, e de seu dever de dedicar-lhe sua vida. Teria

sido capaz de produzir os trabalhos musicais aos quais deve sua posterior classificação de gênio, se na crítica situação de 1781 não tivesse tido força para resistir às pressões de seu senhor, de seus superiores na corte e de seu pai – resumindo, as forças combinadas de Salzburgo?” (ELIAS, 1995, p. 123). Bom, Elias arrisca algumas respostas e análises. Em história sempre é arriscado prever como teria sido. Por aqui, a indagação também existe: e se Heitor Villa-Lobos não tivesse o apoio do “Pai dos Pobres”?

Quanto a Mozart, a Europa o admirava como menino prodígio. Viena o aceitara, mas em Viena tudo é fugaz! A elite da época, que consome música, não fica por muito tempo fascinada por um “gênio”, querem mais, e mais, e mais novidades. As cortes maiores? Bem, como já se disse, estas tinham influência, de certa forma, sobre as menores, como a pequena Salzburgo. Mozart precisaria de um “padrinho” e seu monarca não estava nem um pouco a fim. “Mozart era um observador perspicaz do que acontecia a seu redor – em relação a particularidades e pequenos fatos” (ELIAS, 1995, p. 122). No entanto, ele saiu da corte de Salzburgo, foi para Viena, e nada aconteceu como imaginara. Viena é fulminante, tudo passa, tudo é rápido. Parece uma contradição a sociedade da época de Mozart, assim como também parece o governo da época de Heitor Villa-Lobos. No entanto, a coerência daquela sociedade estruturada é clara, assim como fora no governo brasileiro. Talvez a arte que aspira a liberdade é que se confunde em certos momentos e não avalia a realidade com criticidade. Elias (1995, p. 122) lembra que em Mozart “[...] seu senso de realidade era limitado, e consideravelmente prejudicado por seus desejos e fantasias”. Confuso, inquieto, parecendo um modernista. Na verdade, um artista, assim como Heitor Villa-Lobos. Findamos não nos esquecendo de que o período imediatamente posterior à Semana de 22, que vai até 1930, é conhecido como a *primeira fase modernista*, ou “fase heroica”. A palavra de ordem é: liberdade. Liberdade era o sentimento que mais existia em Villa-Lobos e em Mozart, pois a essa altura o maestro Heitor Villa-Lobos já tinha percorrido todo o território brasileiro atrás da nossa “verdadeira música”, e teria dito: “A música brasileira começa comigo” (MARIZ, 2005, p. 45). Mozart, um século antes, foi corajoso ao sair da Corte de Salzburgo e se tornar “livre” em Viena.

Referências

- ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Cátia. *A vida dos grandes brasileiros: Villa-Lobos*. São Paulo: Três, 2001.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: as aventuras da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHERNÁVSKY, Anália. *Um maestro no gabinete: música e política no tempo de Villa-Lobos*. Campinas: [s.n.], 2003.
- CIVITA, Victor (Ed.). *Nosso Século 1930/1945: A Era de Vargas - 2ª parte*. Edição exclusiva para o Círculo do Livro, organizada por Abril S.A. Cultura. São Paulo: Abril, 1980.
- CONTIER Arnaldo D. *Brasil Novo, Música Nação e Modernidade: os anos 20 e 30*. 1988. Tese (Doutorado de Livre Docência em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1, parte II, 1988.
- _____. *Passarinhada do Brasil: canto orfeônico, educação e getulismo*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Organizado por Michael Schroter. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no *College de France* pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KIEFFER, Bruno. *Villa-Lobos e o Modernismo na Música Brasileira: Movimento/MinC/Pró-Memória* – Instituto Nacional do Livro. Porto Alegre: Movimento, 1986.
- MAIA, Maria. *Villa-Lobos: alma brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás, 2000.
- MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 167).
- _____. *Villa-Lobos: o homem e a obra*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005.
- PELLEGRINI, Tânia; FERREIRA, Marina. *Palavra e arte*. 2º grau. São Paulo: Atual, 1996.

- RIBEIRO, João Paulo. *Villa-Lobos*. São Paulo: Martins, 1987. (Coleção o Pensamento Vivo).
- SILVA, Francisco Pereira da. *Villa-Lobos*. São Paulo: Editora Três, 1974.
- VILLA-LOBOS, Heitor. *Canto orfeônico*. São Paulo; Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1940. V. 1. Parte do Guia prático do Canto Orfeônico.
- WISNIK, José Miguel. *Algumas questões de música e política*. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *O coro dos contrários: a música em torno da Semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

*Escrita biográfica e escrita da história no pensamento de Wilhelm Dilthey**

ALEXANDRE DE SÁ AVELAR**
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: A obra de Wilhelm Dilthey é associada, frequentemente, ao seu projeto de fundação das ciências humanas, tarefa à qual dedicou toda a sua vida intelectual. O caráter inconclusivo e fragmentário de sua obra tornou difícil a compreensão de outros aspectos relevantes do seu pensamento. Este artigo tem como objetivo principal se debruçar sobre um destes aspectos, a saber, as relações que o filósofo estabelece entre biografia e escrita da história a partir, sobretudo, de dois caminhos: a conexão com a concepção de Dilthey sobre as ciências humanas e o exame de alguns de seus textos propriamente biográficos.

Palavras-chave: Dilthey; Biografia; História.

Abstract: The thought of Wilhelm Dilthey is associated with his founding project of the human sciences, a task in which he has devoted his extensive intellectual life. The inconclusive and fragmentary character of his work made it difficult to understand other important aspects of his thinking. This article aims to look into one of these aspects, namely the relationship that the philosopher established between biography and history writing starting from two paths: the connection with Dilthey's conception of the human sciences and the analysis of some his biographical texts.

Keywords: Dilthey; Biography; History.

* Recebido em 01/03/2017 e aprovado para publicação em 26/04/2017.

** Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador convidado da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Este artigo contou com o indispensável apoio da Fapemig por meio do financiamento do projeto "Biografia e Ciências Humanas em Wilhelm Dilthey". Agradeço à bolsista Paula Cecília Borges pelo importante trabalho de pesquisa.

De reconhecida dignidade historiográfica, o gênero biográfico parece, hoje, sinalizar uma legítima forma de escrita da história, capaz de nos remeter a aspectos incontornáveis da experiência humana: fragmentos, unidades, sentidos. Tanto no Brasil como no exterior, uma bibliografia já bastante numerosa se debruçou sobre as potencialidades e problemas das narrativas situadas em trajetórias de indivíduos mais ou menos ilustres. Recuperar os termos desses debates, bem como suas polêmicas e difusão, não constitui o objetivo central deste artigo. Como esboço introdutório ao que se seguirá, é fundamental o registro de que as relações entre história e biografia traduziram-se, em muitas oportunidades, em estranhamento e disputas. Na Antiguidade, ainda que ambas tivessem o propósito de legar à posteridade bons exemplos morais, cabia à história o exercício meticuloso da verdade, enquanto admitia-se que o biógrafo pudesse recorrer a narrativas menos precisas do ponto de vista factual. Foi sobre o estatuto da verdade que se instauraram as disputas mais instigantes entre biógrafos e historiadores, cujos ecos se prolongaram até a segunda metade do século XX. Mesmo nos dias de hoje, alguns dos textos mais significativos dessa retomada da biografia histórica não deixam de assinalar o seu caráter “problemático” ou “desafiador” (DOSSE, 2009; LORIGA, 1998; REVEL, 2010). Se não vivemos mais a época dos antagonismos gritantes, os historiadores-biógrafos, não raramente, ainda precisam apresentar as credenciais que sustentam sua opção pelas narrativas de trajetórias individuais.

No século XIX, entretanto, o filósofo alemão Wilhelm Dilthey produziu uma das reflexões mais complexas e estimulantes acerca do papel do indivíduo na história. O lugar que reservou ao gênero biográfico não significava a simples adesão a uma forma legítima de escrita da história, mas a elucidação mais precisa dos elementos que fundamentavam o próprio mundo histórico e as possibilidades de seu conhecimento por meio das chamadas ciências do espírito. A vitalidade das soluções que apresentou mesclava-se a uma intensa produção tipicamente biográfica que procurava dar forma aos conceitos e sentidos do seu projeto intelectual. Como hipótese inicial, registra-se que, para Dilthey, o mundo histórico é reconhecível nas expressões dos indivíduos, ou seja, em suas ações, sentimentos e constrangimentos.

As relações entre biografia e história, redimensionadas na obra filosófica de Dilthey, se traduziram, ao longo do tempo, por tensões, aproximações e afastamentos. Entre os antigos, havia a percepção de que os dois gêneros eram congruentes em seus objetivos de fornecer bons exemplos morais à posteridade, ainda que ao historiador fosse interdita a faculdade da imaginação, plenamente admitida aos biógrafos. Estes, por esta razão, não narravam a história, mas “vidas”. Essa perspectiva que aproximava e, simultaneamente, afastava história e biografia persistiu ao longo de toda a Idade Média, especialmente no tocante à vida dos santos, as conhecidas hagiografias com notável fundo normativo. De um modo mais geral, entretanto, podemos concordar com François Dosse quando afirma que, em relação à biografia,

[...] como gênero literário, seu regime de verdade permanece distinto daquilo que se espera do historiador. Distante do pacto de verdade que a escrita histórica pressupõe, a vida de santo ensina ao leitor algo bem diverso do fato atestado. [...] Trata-se menos de conhecer a vida autêntica de um indivíduo do que edificar o leitor (DOSSE, 2009, p. 137-138).

A combinação entre o exercício pedagógico da biografia e a crescente emergência de uma cultura cada vez mais marcada pelos processos de individualização assinalou o traço significativo das biografias produzidas a partir do Renascimento e que, em linhas gerais, podem ser representadas na figura do herói (BURKE, 1997, p. 95). A sua singularidade, cada vez mais assinalada, estava em sua capacidade de sintetizar as qualidades e virtudes de um grupo específico sem, contudo, deixar de oferecer, por suas ações particulares, os exemplos à posteridade. A crise deste modelo é certamente impulsionada pela crescente vitalidade de conceitos tais como nação e povo durante o século XIX. Neste período, a biografia não era uma questão central aos historiadores, mas, nem por isso, o papel do indivíduo na história era estranho a um conjunto expressivo de pensadores, habilmente estudados por Sabina Loriga em seu *O pequeno X*. (2011). Dilthey, cujas preocupações intelectuais traduziram-se em uma ambiciosa arquitetura filosófica destinada

a fundar metodológica e epistemologicamente as ciências humanas, tinha atrás de si uma longa tradição de debates a respeito dos lugares do biógrafo e do historiador como produtores de discurso sobre o passado.

O propósito deste texto é, portanto, acompanhar alguns passos do pensamento diltheyano que deram forma a uma apreensão específica do papel da biografia na compreensão do mundo histórico. A própria natureza fragmentária da obra de Dilthey demanda o exame de diversos de seus textos escritos ao longo de sua vasta trajetória intelectual que se estende por mais de quatro décadas. Não se trata, advirto, de retrazar o itinerário de suas formulações sobre a questão biográfica com o intuito de iluminar os debates recentes ou de vislumbrar antecipações ou pioneirismos que seriam mais desenvolvidos apenas anos depois. Nosso diálogo com a tradição não significa atribuir uma autoridade indiscutível aos nossos antepassados, nem tampouco negligenciar as contribuições recentes. Recupero aqui a reflexão de Sabina Loriga, para quem “uma relação mais profunda com a tradição só pode enriquecer nossas possibilidades de experimentar” (LORIGA, 2011, p. 15) Bem mais frutífero, a nosso ver, será delimitar um conjunto de problemas que traduzem preocupações concretas dos historiadores-biógrafos. Esperamos, deste modo, estabelecer vínculos mais sólidos, tendo por base o pensamento de Dilthey, entre escrita biográfica e escrita da história, entre tempo histórico e indivíduo.

Nos tempos recentes, o nome de Dilthey está associado a algumas das reflexões filosóficas mais importantes do pensamento histórico-filosófico ocidental. Seus longos esforços de construção de uma moldura epistemológica para as ciências humanas, de fundamentação do método compreensivo e de uma crítica da razão história são realizações largamente consolidadas. Sua fortuna crítica consolidou-se de tal modo que um importante estudioso de sua obra não hesitou em afirmar que, no campo das ciências humanas, tudo que se passou até agora são apenas anotações complementares ao trabalho de Dilthey (SCHÄDELBACH, 1984, p. 158)

Dois aspectos chamam a atenção em relação ao que acabo de expor. O primeiro deles, de certo modo o pano de fundo deste artigo, é a consideração, por princípio, de que inúmeros aspectos de sua obra permanecem fornecendo *insights* importantes para a o nosso mundo

contemporâneo e, por mais que as questões centrais do seu pensamento sejam bem conhecidas e, diria, incontornáveis, os seus desdobramentos seguem alimentando disputas intelectuais no presente. O outro aspecto é o já referido caráter fragmentado e inconclusivo da obra de Dilthey, traduzido em planos, esquemas e notas inacabadas. A este respeito, seus intérpretes já se manifestaram inúmeras vezes, alegando, quase sempre, que tais lacunas são o resultado mais ou menos esperado de sua grandiosa empreitada intelectual, quase irrealizável no limite. Ainda que essa avaliação não seja equivocada, é necessário, a meu ver, acrescentar o fato de que Dilthey experimentou, em seu próprio trabalho, a historicidade a que se dedicou a estudar com rigor e profundidade (HODGES, 1952). Ao longo de sua vida, as questões com as quais se deparava foram sendo progressivamente repensadas por correntes filosóficas e historiográficas diversas, refletindo, de certo modo, o clima intelectual vertiginoso da segunda metade do século XIX e início do século XX. Acrescente-se ainda que Dilthey dedicou grande parte de seu tempo a publicar centenas de textos em jornais populares como parte de seu esforço de tornar conhecidas as grandes conquistas intelectuais do seu tempo, reduzindo, deste modo, a distância entre teoria e prática.

A unidade entre vida, expressão e compreensão fornece o cerne das configurações conceituais do arcabouço filosófico de Dilthey sobre a constituição do mundo histórico e sobre o lugar da narrativa biográfica. A vida, em um sentido estrito, pode ser compreendida como essa conjunção de atos espontâneos manifestos no mundo histórico, “essa interioridade energética que é dada pela experiência” (JESUS, 2002, p. 2). Ela se realiza no mundo por meio de sucessivos atos de poeticidade e criatividade, expressão que faz coincidir o interno e o externo. Como forma de retorno a si mesma, de volta à interioridade, a vida enseja formas de compreensão que são também formas carregadas de expressão, pois definem o movimento que reúne objetivação e consciência e pertence, assim, “à espiral da concreção autodeterminante e individualizante da vida” (JESUS 2002, p. 2-3).

Este artigo sinaliza um duplo movimento na tentativa de compreensão do lugar da biografia na arquitetura conceitual de Dilthey. Inicialmente, procuro expor como seu projeto de uma crítica da razão histórica ou de edificação do mundo histórico no conjunto das ciências humanas era

intrinsecamente vinculado à sua compreensão sobre o lugar da biografia como tarefa científica. Em seu intrincado, e por vezes tortuoso, processo de elaboração das ciências do espírito, Dilthey sinalizava constantemente para o papel da consciência e do que entendia ser uma “filosofia da vida” como elemento estruturante de sua obra filosófica (CRISTIN, 2000, p. 66). Posteriormente, desloco-me para alguns momentos de sua obra como biógrafo na tentativa de compreender os modos pelos quais algumas de suas mais vigorosas categorias conceituais encontraram lugar em seus estudos sobre certas figuras de proa do mundo político e filosófico. Ao final, se estes exercícios de leitura atingirem seu êxito, o leitor terá encontrado alguns elementos que estimulem a reflexão sobre o que significa ser sujeito em um mundo histórico em constante mutação, bem como sobre os possíveis modos de narrar trajetórias, vidas e percursos.

Dilthey e a configuração das ciências humanas

A crise do idealismo no século XIX traduziu-se, dentre vários resultados possíveis, no esvaziamento da crença de que a dialética seria capaz de englobar o conjunto das ciências naturais. Com isso, a saída positivista tornou-se, para alguns filósofos e cientistas, a via possível de reflexão sobre a realidade do mundo físico. Para outros, entretanto, a grande falha do positivismo residia em sua intrínseca mutilação das manifestações do espírito ao tratá-las como simples produtos da natureza (LABASTIDA, 2004, p. 870). Os impasses epistemológicos se seguiam. O retorno ao kantismo, ainda que possibilitasse a recuperação da independência da interioridade humana na elaboração de uma teoria do conhecimento, negava essa mesma dimensão subjetiva como um objeto específico de elaboração científica. Igualmente pouco sedutores eram os argumentos em prol de uma unidade metafísica das ciências que fosse capaz de explicar suas conexões teleológicas internas e a possibilidade mesma de conhecimento por intermédio de uma instância transcendental. Havia então um dilema de aparência intransponível: negar que as manifestações do que é mais caracteristicamente humano (história, direito, artes, literatura etc.) fossem objetos de conhecimento científico ou aplicar a

essas disciplinas um modo de fazer ciência que se valesse dos métodos das ciências naturais, como nas versões mais eloquentes do positivismo. A solução diltheyana insere-se justamente na perspectiva de ruptura desse dualismo que, em última instância, constituía-se em um falso problema.

O problema fundamental da filosofia da história de Dilthey – e de seu projeto de construção das ciências humanas (históricas) – encontra-se em uma aparentemente incontornável dicotomia. Em função das múltiplas formas de existência e de pensamento, derivadas da história, duas possibilidades parecem colocar-se em choque: de um lado, as respostas totalizantes, preñes de abstrações e com elevado grau de especulação; de outro, o abandono por completo da própria ideia de um sentido da história em proveito de um saber radicalmente instruído sobre fatos singulares. Dilthey buscará, para resolver essa dicotomia, uma saída ao mesmo tempo genealógica e estrutural, traduzida como uma radicalização do projeto kantiano de fundamentação das condições que nos possibilitam conhecer o mundo e nós mesmos (JOLLIVET, 2015, p. 63).

Para Dilthey, o “pensamento histórico necessita ser fundado gnoseologicamente e aclarado mediante conceitos, mas não ser transformado em algo transcendental ou metafísico em virtude de uma relação qualquer com o absoluto” (DILTHEY, 1947a, p. 127). O autor definia sua crítica da razão histórica como “crítica da faculdade que o homem tem de conhecer a si próprio e as criações da história e da sociedade” (DILTHEY, 1992, p. 278.). Portanto, a tarefa das ciências do espírito seria decifrar as condições de possibilidade do conhecimento histórico, sem que isso significasse o retorno a qualquer forma de essencialismo ou de algum *a priori* kantiano. É no solo da experiência vivida que as articulações com a consciência deveriam ser buscadas. Essa experiência, adverte Dilthey, é mediatizada e deve seu próprio sentido e unidade à coesão intrínseca e vital a qual se integra, pois se trata da

[...] compreensão do mundo histórico como um conjunto interativo que encontra o seu centro em si mesmo; cada conjunto interativo em particular contido nele tem, através da posição dos valores e da realização dos fins, seu centro em si mesmo, mas todos são estruturalmente

ligados a um todo dentro do qual, a partir da significação dos elementos, surge o *sentido de conjunto* do mundo sócio-histórico (DILTHEY, 1988, p. 93).

A grande falha da ciência histórica do século XIX era, segundo ele, a tenaz incompreensão dos “fatos da consciência”. A solução só poderia ser a fundamentação filosófica da história, a qual se produziria mediante a crítica aos empiristas, à metafísica e aos elementos estruturadores das ciências da natureza. Nas ciências do espírito, deste modo, o nexos interno daquilo que nos é dado na experiência não é preenchido por meio de um procedimento transcendental que lhe garanta foros de objetividade universal, mas nasce do próprio trabalho da experiência sob as condições da consciência.

O papel das ciências humanas não é o de forjar o mundo histórico, mas de desvendar os movimentos e as estruturas da vida em si (REYNER-ZACCAÏ, 1995). Assim, essas estruturas não devem ser concebidas como estáticas e estritamente formais, mas como índices reveladores da produtividade da vida em si mesma. As objetivações da experiência dos homens permitiram a Dilthey conceber o sistema das ciências humanas como um edifício conceitual articulado pelo potencial da vida em si, exprimindo, assim, uma postura realista em oposição ao idealismo do tipo kantiano. Parece-nos correto afirmar, como o faz Casanova (2010, p. 10) na introdução da tradução brasileira de *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*, que “o lugar do homem se mostra aqui como o lugar de articulação de uma rede complexa de relações que deve ser descrita primordialmente tendo por fim sua conexão propriamente dita”. Se a unidade e a coerência do mundo histórico tornam-se dados imediatos à nossa apreensão, qualquer tentativa de reconstruí-los, *a posteriori*, está condenada ao fracasso. Mais do que apreender a totalidade da realidade histórica, convém prestar atenção à coerência ou à coesão do seu sentido em um contexto específico. Aqui a inversão radical da filosofia da história de Hegel se torna ainda mais evidente. Se este tomou o “espírito objetivo” como dado definidor da concreção dos fatos históricos, Dilthey deseja partir *da realidade da vida* e “assim nós devemos retornar ao conjunto estrutural das unidades vitais” (DILTHEY, 1992, p. 150).

A vida, como unidade fundamental do mundo histórico, constituía, dessa forma, o horizonte de toda a análise de Dilthey. Tal constatação não deve conduzir à conclusão de que a realidade histórica se reduz às experiências dos indivíduos, erro fatal de um certo psicologismo que Dilthey foi bastante cuidadoso em evitar. O indivíduo como força motriz do mundo encarna em si o sentido do todo, da comunidade, em relação ao qual ele igualmente age, constituindo sua própria subjetividade. Se a experiência humana exprime o ponto de acesso fundamental para a compreensão do mundo histórico, a ordem do mundo físico não se desvincula do homem. Há uma incontornável presença da natureza sobre nós, pois,

[...] nós mesmos somos natureza, que atua em nós, inconscientemente, em impulsos obscuros; estados de consciência expressam-se constantemente em gestos, contrações faciais e palavras e isso adquiriu a sua objetividade em instituições, Estados, igrejas, institutos científicos: a história movimenta-se justamente por meio delas (DILTHEY, 2010, p. 20).

Em um prefácio de 1911, com contornos fortemente autobiográficos, para a edição de sua *Introdução à filosofia da vida*, Dilthey reafirma a obstinação de encontrar a expressão da vida no mundo histórico após um longo período em que a filosofia esteve submetida ao domínio das ciências naturais e exatas. Tampouco lhe satisfazia a alternativa metafísica, que procurava salvar “os desejos da alma em meio a esse mundo frio e duro”. O seu anseio mais profundo era trazer à luz esse mundo espiritual, esse “conjunto de fatos, elaboração de valores e reinado da finalidade que constitui uma infinita riqueza cujo destino é a formação do ‘eu’ particular em colaboração com o “todo” (DILTHEY, 1947a, p. 10). Se a vida é a expressão de uma “unidade espiritual”, ela se realiza objetiva e subjetivamente em relação com os sistemas mais amplos, produtores de pressões exteriores. Alicerçada na vida e nas expressões individuais, como poderiam as ciências do espírito reivindicar enunciados de natureza universal? Dilthey parece encontrar a resposta em uma abordagem que não abandona o horizonte totalizante, mas o reveste ontologicamente. Seu ceticismo se manifestava tanto em relação

à ingenuidade transcendental de certas filosofias da história quanto no que se refere à perspectiva rankeana ou positivista, que pretendia suprimir qualquer outra consideração que pudesse afetar o conhecimento dos fatos efetivamente como eles ocorreram. Deste modo, parecem-me bastante precisas as palavras de Jollivet (2015, p. 197), para quem essa hipotética ontologia seria, em Dilthey,

[...] a própria possibilidade de repensar o mundo histórico como totalidade, não como um todo transcendente acessível a uma única filosofia, por oposição ao historiador preso aos fatos, mas como o pressuposto primeiro a partir do qual a realidade histórica pode tomar sentido e tornar-se inteligível em um contexto dado.

Essa realidade histórica, reitera-se, não pode ser exposta por meio de padrões universais ou de postulados metafísicos que se antecipem às ações humanas. Ela deve ser encontrada nas expressões da vida, variáveis, obviamente, em função das épocas e dos sistemas de valores reinantes, pois, “como o indivíduo, cada sistema cultural, cada comunidade encontra em si mesma seu ponto de ancoradouro” (DILTHEY, 1988, p. 154). A particularidade não desautoriza a objetividade, a verdade e a confiabilidade da história. O que poderia parecer como relativismo, em uma perspectiva transcendentalista, transforma-se na própria condição de possibilidade do conhecimento histórico. Reconhecer a transitoriedade de todas as formas, crenças e experiências significava, portanto, a libertação da consciência histórica de todas as filosofias especulativas e ilusões positivistas. O particular é a universalidade possível. A consciência histórica desmistifica a escala extrínseca de valores e reconhece o pluralismo e a existência de uma diversidade ampla de visões de mundo historicamente determinadas. A parcialidade das verdades contidas em cada contexto é a condição para a apreensão da totalidade do processo histórico.

Se a vida se manifesta em vivências e em ações construtoras de sentido, esse movimento de edificação do mundo histórico retorna ao próprio sujeito, onde se instaura a faculdade de uma compreensão hermenêutica

dos processos sociais. Da posição sensível para a vida, esse é o percurso do movimento compreensivo. Estabelece-se, dessa forma, o elemento distintivo das ciências do espírito em relação às ciências naturais. Não se trata de uma separação ontológica, mas transcendental, ou seja, a distinção não reside nos objetos, mas na experiência, derivada de um fato de consciência, dessa percepção por intermédio da qual nos sentimos diferentes da natureza, ainda que, em Dilthey, o eu não seja visto como uma entidade puramente espiritual. “Ciências do espírito” designam não uma forma de conhecimento que procure uma racionalidade intrínseca ao ser humano, mas a ênfase em sua capacidade criadora (LORIGA, 2011 p. 124-25).

Rickman (1988, p. 15) sugere que foi em virtude do interesse pelas ciências humanas e pela história, em particular, que Dilthey pôde elaborar suas contribuições mais consistentes e duradouras sobre filosofia e epistemologia da ciência. A sua transição dos estudos de teologia para os de história inspirava-se, sobretudo, em uma questão: como seria possível penetrar na mente dos homens de outros tempos? É no esforço para obter essas respostas que os trabalhos mais propriamente históricos de Dilthey devem ser inseridos, entre eles, sem dúvida, os dedicados a biografias intelectuais de alguns importantes pensadores. Esses textos, infelizmente, situam-se entre os menos lidos e comentados da extensa produção de Dilthey, sendo quase sempre preteridos pelos analistas que se dedicaram a elucidar as provocativas teses do filósofo alemão sobre a crítica da razão histórica ou a constituição das chamadas ciências do espírito. Por outro lado, uma leitura atenta desses escritos biográficos lança luz sobre questões decisivas para o debate que está na origem de toda biografia: como os sujeitos experimentam o fluxo temporal? Como tais experiências se tornam significativas? Enfim, como a ação dos indivíduos é a substância constitutiva do mundo histórico?

Compreensão, vida e biografia

A biografia de um pensador ou de um artista deve responder à grande histórica questão de como elementos dispersos da cultura – dados por meio de condições

gerais, pressuposições morais e sociais e influência de predecessores e contemporâneos – são absorvidos e moldados em um conjunto original pelo indivíduo que, por sua vez, influencia a vida criativa da comunidade (DILTHEY *apud* RICKMAN, 1988, p. 17).

Apesar de ter se dedicado ao estudo das vidas de conhecidos filósofos e literatos, Dilthey não figura entre os biógrafos mais destacados do seu tempo. Ainda assim, alguns autores mais recentes não hesitaram em apontá-lo como um inovador na escrita biográfica. Para de Mul (2013), Dilthey foi pioneiro de um gênero que se popularizaria bastante ao longo dos séculos XIX e XX: a biografia intelectual. Erben (1993) situa o autor como o fundador da moderna biografia hermenêutica, o que o colocaria entre a tradição iluminista, representada por Schleiermacher, e aquela mais contemporânea, associada ao nome de Paul Ricoeur. Rickman (1979) destaca que Dilthey era um biógrafo erudito, original e ambicioso em suas concepções. Para Mesure (2003-4, p. 394) e Kornberg (1972, p. 300), Dilthey avançou na elaboração de uma metodologia individualizante para a reflexão sobre a vida social. Seja como for, aqui se pretende avançar sobre um terreno mais delimitado: a biografia, para Dilthey, se alicerçava em suas concepções globais sobre o mundo histórico, na escrita da história e na formação das ciências humanas. Podia mesmo ser vista como um “fato puro”, elemento fundamental de toda a história e que, “através da descrição do singular, reflete todo o desenvolvimento social” (DILTHEY, 1947a, p. 222). Em suma, em Dilthey, a biografia surge como o aspecto elementar de toda realidade histórico-social, a forma mais sensível de compreensão filosófica. Seus estudos sobre as vidas de figuras diversas, como Schleiermacher; Leibniz; Frederico, o Grande; Lessing; Goethe; Hegel e Holderlin devem ser lidos como esforços interpretativos do mundo histórico capazes de revelar o que há de geral e comum ao gênero humano. São, portanto, inseparáveis do restante dos seus escritos.

Do mesmo modo que o restante de sua obra, o maior projeto biográfico de Dilthey permaneceu inconcluso. Seu *The life of Schleiermacher* (DILTHEY, 1979, v. VII) contemplou apenas a primeira metade da vida do eminente teólogo e filósofo que, ao lado de outros nomes, como Fichte,

Schelling e Hegel, se ocupou da releitura e crítica da filosofia kantiana e por quem Dilthey se interessou ainda nos tempos de universidade. Muitos de seus professores eram discípulos das ideias de Schleiermacher. Quando um deles, responsável pela edição de suas cartas, faleceu, Dilthey foi convidado a assumir a continuidade do projeto, o que permitiu que escrevesse dois ensaios posteriores sobre o seu futuro biografado.

O primeiro volume de *The life of Schleiermacher* foi publicado em 1870. As quase 700 páginas da obra evidenciavam sua monumentalidade e espírito de abrangência, com uma massiva documentação, cujos comentários e descrição consumiram 150 páginas. A vastidão do trabalho tornou praticamente impossível que Dilthey escrevesse o segundo volume. Ainda assim, coletou um grande número de fontes sobre a obra filosófica e teológica de Schleiermacher e o projeto de retomar a obra permaneceu como um desejo até o final da sua vida. De qualquer modo, o primeiro volume já rendera a Dilthey um relativo reconhecimento público.

Rickman (1979, p. 222) assinala que a grande novidade dessa biografia estava na correlação entre as fontes e os conteúdos das ideias de Schleiermacher, que emergia, assim, como uma figura *histórica*, ou seja, como alguém que devia ser visto, simultaneamente, como um produto de tendências históricas e como sujeito capaz de afetá-las sensivelmente. O gênero biográfico era a forma de compreensão mais elaborada de nossas possibilidades de existência, essa combinação de acaso, caráter e destino. Como biógrafo, Dilthey aplicou o modelo teórico que havia desenvolvido como filósofo e, ainda como filósofo, tentou solucionar os problemas que encontrou em seu trabalho empírico (RICKMAN, 1979, p. 223).

Schleiermacher, biografado por Dilthey, aparecia em camadas sucessivas de inserções e pertencimentos. A profundidade dos detalhes que circundavam o personagem ajuda a explicar e a elucidar tais camadas, pois sua vida só pode ser entendida tendo como pano de fundo o ambiente político, intelectual e cultural do seu tempo. Dessa forma, as concepções filosóficas de Kant, Spinoza, Fichte, entre outros, emergem como correntes que, simultaneamente, marcaram Schleiermacher e foram também por ele influenciadas. Escritores e doutrinas literárias são exaustivamente descritas sob a mesma perspectiva. As experiências religiosas do biografado

deveriam se confrontar com um mundo em constante transformação, em que novas forças históricas desafiavam antigas concepções e demandavam que o espírito religioso fosse capaz de superar suas tendências autocráticas, abrindo-se para os diversos domínios da vida.

Era esse horizonte em ebulição que o biografado procurava agarrar com sua reflexão filológico-filosófica atenta às experiências universais e às suas formas de compreensão. Em um jogo recíproco de influências e ações, Schleiermacher transformou suas visões juvenis sobre a religião em um sistema teológico unificado. O que emprestava sentido a esse processo de desenvolvimento – elaboração digna de uma “alta consciência” – era o grande movimento intelectual alemão iniciado com Kant, proporcionado pela tranquilidade política do governo de Frederico II e pela exuberância cultural das classes médias alemãs, capazes de absorver o melhor das Luzes sem abandonar a tradição protestante, forte e popular. Clero, universidades e povos constituíam, deste modo, a unidade cultural em que Schleiermacher forjou sua existência e sua obra (DILTHEY, 1979, v. VII, p. 37-38). A ênfase quase obsessiva de Dilthey pela explicitação das influências espirituais e intelectuais do seu biografado podia encontrar raízes, sem dúvida, na carta enviada, em 1888, ao seu amigo Paul Yorck. Ali, afirmava que, como todos os indivíduos, ele era, simultaneamente, natureza e história. E era neste sentido radical que se devia compreender a expressão de Goethe quando dizia ter “vivido ao menos três mil anos” (*apud* LORIGA, 2011, p. 128). O horizonte do presente podia ser afetado tanto pela história imediata quanto por figuras históricas de séculos atrás.

A realidade de Lutero, de Frederico, o Grande ou de Goethe recebe uma intensidade e um vigor maiores pelo fato de que eles agem constantemente sobre o nosso próprio eu, isto é, pelo fato de que esse eu é determinado pela vontade desses poderosos personagens cuja influência persiste e aumenta. Eles são para nós realidades porque sua poderosa personalidade age energeticamente sobre nós (DILTHEY, 1947a, p. 119)

A força de correntes filosóficas e de experiências herdadas do passado produziram uma moldura vivencial que permitia, sem dúvida,

afirmar que Schleiermacher viveu muito mais tempo do que sua existência biopsíquica propriamente dita. Ele emergia, deste modo, como o ponto focal de diferentes tendências. É essa perspectiva holística que permite a Dilthey fazer aparecer seu biografado como um personagem histórico. (RICKMAN, 1979, p. 219). A biografia não deve ser a exposição de um sem número de fatos da vida do indivíduo. Pouco aprenderíamos sobre ele se nos dedicássemos a saber apenas onde nasceu, estudou, com quem se casou, quantos filhos teve e os cargos que ocupou. Se esses dados não devem estar ausentes de qualquer biografia, eles necessitam estar a serviço de uma questão maior: como dar sentido e relevância a um conjunto de acontecimentos? Responder a essa questão requer uma compreensão mais aprofundada de alguns aspectos decisivos da concepção de vida e de indivíduo em Dilthey.

Em suas forças vitais, o indivíduo produz movimentos para si mesmo e para o mundo e essa experiência dobrada também pode ser compreendida pela distinção diltheyana entre *outer experience* e *inner experience*. A primeira é o processo pelo qual se dá a elaboração de uma imagem do mundo por intermédio dos sentidos e da compreensão discursiva. Tal mundo possui suas leis, que são exteriores aos nossos desejos. Na *inner experience*, ou experiência vivida, há a produção de um outro mundo, o da mente, reino da soberania da vontade e da responsabilidade pelas ações. Todos os valores e propósitos residem no interior dessa experiência. Na vida dos indivíduos, uma parte considerável de sua existência é oferecida pela *outer experience*, razão pela qual cabe às ciências do espírito – e por que não ao biógrafo também? – combinar os elementos dessa experiência (DILTHEY, 1979, I, p. 9). O peso do mundo exterior sobre os indivíduos era um tópico constantemente enfatizado por Dilthey. O sujeito ora é condicionado, ora é impelido a agir em função das forças com as quais se depara e por meio das quais constitui sua consciência. Assim,

[...] a realidade do mundo exterior não é tirada dos dados da consciência, ou seja, deduzida de operações puramente intelectuais. Penso antes que os processos conscientes anteriormente indicados *transmitem-nos uma experiência da vontade – a freagem da intenção* – que está

implicada na consciência de uma resistência, e que só ela nos revela a realidade robusta e a vida do que não depende de nós (DILTHEY, 1992, p. 109-110).

A moldagem das condições gerais resulta, para Dilthey, na elaboração de padrões e sentidos para a experiência humana. Aqui se desvela uma questão essencial para a compreensão de sua escrita biográfica. Por um lado, como já assinalado, Dilthey rejeitava qualquer padrão invariável do qual derivasse o significado da vida humana. Não somos resultados de um plano divino ou mesmo de uma marcha racional. Em uma clave semelhante ao que exaustivamente ficou conhecido como “ilusão biográfica”, na acepção de Pierre Bourdieu, Dilthey recusava a definição de relações que ligassem inextricavelmente a infância à maturidade de um indivíduo. Nada nos condena ao progresso ou ao declínio. Por outro lado, como negar que a escrita biográfica se origina da definição de alguns padrões e significados? Uma total ausência de sentido não seria uma contradição às nossas próprias experiências? A existência, em Dilthey, opera na complexa interação entre a capacidade do sujeito em fazer a história, sendo este, ao mesmo tempo, um ponto em que se entrecruzam diversos sistemas sócio-históricos que escapam ao seu controle. O que pode parecer uma contradição quase insolúvel entre dois polos contrastantes talvez seja melhor compreendido como uma tentativa original de conciliar de maneira consequente duas abordagens – a individualista e a holista – do mundo histórico.

A resposta de Dilthey aponta para o caminho de investigação característico de sua concepção de biografia. Os sentidos e padrões são construídos pelos próprios sujeitos em suas expressões históricas e experiências (AVELAR, 2012, p. 133). A sequência em que tais experiências se configuram no tempo é explicitada por dois fatores: a memória e a antecipação do futuro. Essas articulações entre passado, presente e a futuro vão constituindo os padrões com os quais os homens se defrontam em suas relações uns com os outros. Rickman (1979, p. 220) lembra que essa resposta nos conduz a um dos desdobramentos da hermenêutica de Dilthey, ou seja, os instrumentos pelos quais podemos compreender o outro – “compreensão empática” – em seus sentimentos, atos e pensamentos.

Em larga medida, essa força que impulsiona o biógrafo à compreensão do outro ancora-se na própria natureza sociável e não impermeável que Dilthey enxergava no indivíduo: “ele se mantém numa contínua relação de trocas espirituais e assim completa sua vida própria graças à vida de outrem” (DILTHEY, 1988, p. 107).

Para o exercício dessa compreensão, devemos pensar, obviamente, na presença de elementos que tornem as personas do biógrafo e do biografado duas entidades semelhantes ancoradas em pontos comuns, em experiências que podem ser conectadas no tempo. Se a história era uma força que impelia os indivíduos à mudança, algum grau de constância seria necessário para que o conhecimento dos homens do passado pudesse ser realizado pelos homens do presente (DILTHEY, 1947a, p. 206). Só assim épocas tão flagrantemente distintas da nossa poderiam vir à luz. Essa possibilidade de compreensão, localizada sob o signo da permanência de certos aspectos da natureza humana, e que é capaz de aproximar o biógrafo de seus personagens, não deve produzir o engano de que Dilthey estivesse às voltas com o que efetivamente desejou combater em toda a sua vida intelectual: as especulações filosóficas que projetam visões totalizantes sobre a história.

O estudo da vida de Leibniz é igualmente revelador da complexidade do pensamento de Dilthey sobre a biografia, além de ser dotado de outra particularidade sugestivamente interessante. As diferentes partes do livro foram compostas em momentos distintos e para fins diversos, estando originalmente integradas a outros trabalhos do filósofo, sendo algumas mesmo inéditas. Assim, por exemplo, as partes do segundo capítulo do livro, dedicadas majoritariamente a descrever a personalidade de Leibniz, foram retiradas dos artigos que Dilthey escreveu, em 1900, para a revista *Deutsche Rundschau* sobre a Academia de Ciências de Berlim. A maior parte do primeiro capítulo (“A ciência europeia do século XVII e seus órgãos”) e dos dois restantes (“A nova cultura moderna” e “As últimas criações da religiosidade protestante”) permaneceu inédita, formando um material que Dilthey pretendia usar em um livro, não publicado, sobre a “a história do gênio alemão”. A reunião desses textos e a composição do estudo sobre Leibniz foi obra de Paul Ritter, discípulo de Dilthey que, por sua

vez, consentiu e endossou plenamente o projeto. Não é despropositado considerar que as escolhas feitas por Ritter iam ao encontro das formas narrativas que Dilthey julgava mais adequadas para o gênero biográfico.

As semelhanças com a composição da biografia de Schleiermacher são claramente notáveis. No livro sobre Leibniz, uma extensa discussão sobre a ciência e as artes no século XVII ocupa, desde o início, um espaço bastante volumoso. A vida intelectual era, então, preenchida quase integralmente por uma “certa ciência de valor universal” que se traduzia em uma nova inteligência capaz de “subordinar a vida do indivíduo e da sociedade” (DILTHEY, 1947b, p. 1). Tratava-se de uma “consciência superior da ordem do universo” convertida em um ideal de vida que progressivamente penetrava no cotidiano dos homens e das nações. Os povos da Ásia antiga e os egípcios vivenciaram tal consciência tendo por base a supremacia da ordem divina. A mesma força de uma cultura unificadora foi encontrada no mundo greco-romano, ainda que fosse sentida a ausência de uma visão fundamentadora das ciências e mesmo da história, precariamente percebida como força criadora. Essas heranças metafísicas e terrenas, modeladas por longos séculos de contato entre ocidente e oriente, vão sendo transformadas, sem serem abandonadas, pelos povos que se sucedem após a queda do Império Romano. Dilthey identifica, assim, uma certa matriz intelectual e filosófica que serviria como ponto de partida para outros movimentos significativos que viriam no decorrer de outras épocas. Apesar de sua visão pouco generosa em relação à cristandade ocidental, Dilthey reconhecia nela a capacidade de dotar o mundo de valores e de concepções sobre a vida, os homens e a história. É no interior dessa visão totalizante oferecida pelo cristianismo que Dilthey percebe as primeiras brechas para o processo de individualização que marcaria a época moderna.

A nova metafísica religiosa começa por se basear, primeiro, em demonstrações lógicas, para depois se libertar delas; e como ela surgia das profundidades da experiência religiosa, todas as justificações lógicas acabaram forçosamente por sumir nas emoções da alma solitária. Perante estas, todas as relações de domínio da Igreja, como todas as conclusões dos grandes mestres da filosofia, acabaram por perder o valor, na medida

em que pertencem ao mundo natural. Acaba aqui o domínio da religião doutrinária medieval e começa o da 'liberdade cristã'.

[...] Na labuta do pensamento, o indivíduo alcançara enfim sua liberdade. Simultaneamente, porém, realizaram-se nesse momento modificações decisivas na vida econômica e na organização social da Europa que, por sua vez, tiveram como conseqüência um completo desvio dos interesses espirituais. O trabalho das classes burguesas na indústria e no comércio afirmou-se como verdadeira potência autônoma no meio das organizações da vida feudal e eclesiástica. Esta potência impôs ao espírito uma orientação diferente. O pensamento penetrou a natureza e o homem. Sentiam-se e reconheceram-se então o sentido da realidade e o valor autônomo da família, do trabalho e do Estado (DILTHEY, 1947b, p. 9).

A metafísica religiosa sofreria as conseqüências dessas mudanças e procuraria, então, adaptar-se ao novo mundo da economia e da política por meio das várias reformas que marcaram o ocidente a partir do século XVI e que, ao mesmo tempo, diluíram as barreiras que separavam a comunidade cristã da “ciência progressiva”. Assim, “a relação viva destas forças, que assim nasceu, constitui o ponto de partida para toda a evolução ulterior das nações germânicas” (DILTHEY, 1947b, p. 11).

No traçado das relações de sociabilidade de Leibniz, novamente as condições lançadas pela força da ciência universal são realçadas. Elas impuseram a lógica das academias e do trabalho colaborativo na busca de respostas para os grandes enigmas da natureza e da razão. A emancipação da razão e do pensamento científico é a força resultante mais decisiva de todo esse processo, ainda que não possamos fechar os olhos para certa perspectiva evolucionista e progressista das forças da história nele contida. Mas ela, é importante insistir, não é extraída de nenhuma potência especulativa *a priori*, mas dos embates entre visões de mundo e experiências humanas.

Apenas após a descrição desse longo processo de encontro da cultura alemã com os princípios da razão e do conhecimento científico Leibniz é introduzido como o mais brilhante espírito alemão anterior a

Goethe. Não é improvável perceber na narrativa biográfica a realização de um certo plano da natureza em que ele aparecia como o seu mais potente agente. Leibniz encontrou este mundo, reagiu a ele e soube congregiar todas as tendências intelectuais do seu tempo. Sua obra foi dedicada a resolver problemas e questões que a razão científica ainda não tinha suficientemente postulado, especialmente como relacionar universo físico e forças espirituais. Sua biografia é indissociável dessas questões. Enfrentando-as com sua força criadora e gênio inquieto dotou a metafísica de novos traços e possibilidades ao identificar “em todo conjunto físico um fenômeno baseado em unidades vitais, psíquicas e inextensas” (DILTHEY, 1947b, p. 19). É possível observar, na descrição das forças intelectuais do século XVII, uma valorização excessiva dos contextos normativos que estavam nos horizontes de Leibniz. Mas semelhantes exageros também se notavam na descrição das ações do biografado, eivadas de grande voluntarismo, como se depreende da seguinte passagem.

Nunca, até ele, alguém dedicou com tanta clareza e fervor toda a sua existência à ilustração e à aspiração pelo supremo bem da humanidade. Com efeito, foi a fé de Leibniz em que no universo tudo é vida e poder criador e em que o seu fim supremo está na ilustração do espírito e no acordo feliz entre ele e esse universo, que libertou os homens cultos de todos os dogmas obscuros que até então os oprimiam. Foi ele o primeiro a revelar-lhes um objetivo novo e superior da espécie humana colocado num seu progresso (sic) em demanda de uma cultura total. Em ninguém, como nesta grande figura, a mais profunda interioridade se associou num tão alto grau a um sentido tão vivo para os interesses deste mundo e a um maior entusiasmo na ação (DILTHEY, 1947b, p. 40).

Aprender as expressões humanas no tempo aproximou a história e a biografia desde a Antiguidade, ainda que os representantes dos dois gêneros nem sempre tenham admitido suas afinidades eletivas. A substância da escrita biográfica – a apreensão da natureza total do indivíduo, feita de representação (*Vorstellen*), de sentido (*Gefühl*) e de vontade (*Wille*) – consumiu todo o projeto

intelectual de Dilthey e lançou as bases de sua reflexão sobre a biografia. Sua atividade de biógrafo recorreu, sem dúvida, ao imponente aparato que construiu para edificar as ciências humanas, procurando descrever as experiências de seus biografados – sem nunca descuidar dos limites dessas representações – em relação ao mundo exterior como elementos de uma mesma totalidade social. As ambições desse empreendimento não são difíceis de admitir. Dilthey pareceu, em sucessivos momentos, erigir a tarefa do biógrafo como aquela capaz de apreender, em uma chave totalizadora, as experiências vividas pelos seus personagens, os sentidos que eles lhes atribuíram e as forças históricas que lhes constroem. Por outro lado, possuiu a aguda sensibilidade de perceber as sintonias, os pertencimentos e as semelhanças que unem os biógrafos a seus personagens. Só há *compreensão* por intermédio de sentidos mínimos partilhados, e só há *interpretação* por meio da existência de diferenças. Esse ciclo hermenêutico torna a biografia não apenas possível, mas o “espírito de uma época”.

Referências

- AVELAR, A.S. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. *História da Historiografia*, n. 9, p. 129-143, 2012.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o indivíduo moderno. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, p. 83-97, 1997.
- CASANOVA, M. Introdução. In: DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- CRISTIN, R. *Fenomenología de la historicidad*. El problema de la Historia en Dilthey y Husserl. Madri: Ediciones Akal, 2000.
- DE MUL, J. Das Schauspiel des Lebens: Wilhelm Dilthey and the historical biography. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 57, n. 226 (4), p. 407-424, 2013.
- DILTHEY, W. *El mundo histórico*. Ciudad de México: FCE, 1944.
- _____. *Écrits d'esthétique*. Paris: Éditions du Cerf, 1995.
- _____. *Introduction aux sciences de l'esprit et autres textes*. Paris: Éditions du Cerf, 1992.

- _____. *L'édification du monde historique dans le sciences de l'esprit*. Paris : Éditions du Cerf, 1988.
- _____. *Le monde de l'esprit*. Paris: Aubier, 1947a.
- _____. *Leibniz e sua época*. São Paulo: Saraiva, 1947b.
- _____. *Selected Writings*. London: New York: Cambridge University Press, 1976, 9 v.
- ERBEN, M. The problem of other lives: social perspectives on written biography. *Sociology*, v. 27. n. 1, p. 15-25, 1993.
- HODGES, H. A. *The Philosophy of Dilthey*. Londres: Routledge, 1952.
- IMAZ, E. *El pensamiento de Dilthey: evolución y sistema*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- JESUS, P. Vida, expressão e compreensão em *Der Aufbau*, de Dilthey (1910). In: CARDOSO, A. e MIRANDA, J. (Org.). *Sujeito e passividade*. Lisboa: Colibri, 2002, p. 151-174.
- JOLLIVET, S. L'historisme comme nouvelle philosophie de l'histoire : retour sur le projet diltheyen. In : ESCUDIER, A.; MARTIN, L. (Dir.). *Histoires universelles et philosophies de l'histoire*. Paris: Presses de Sciences Po, 2015, p. 59-77.
- KORNBERG, J. Wilhelm Dilthey on the Self and History: some theoretical roots of Geistesgeschichte. *Central European History*, n. 5, p. 295-317, 1972.
- LABASTIDA, F. F. Wilhelm Dilthey y las categorías de la vida: metamorfose historicista del apriorismo kantiano. *Anuário Filosófico*, n. XXXVII/3, p. 869-883, 2004.
- LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 225-249
- _____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MESURE, S. Individus et ensembles dans la méthodologie diltheyenne des sciences sociales. *Revue internationale de philosophie*, n. 226, p. 393-405, 2003/4.
- REYNERS-ZACCAÏ, N. *Le monde de la vie: Dilthey et Husserl*. Paris: Éditions du Cerf, 1995.

- REVEL, J. A biografia como problema historiográfico. In: _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 235-264.
- RICKMAN, H. P. *Dilthey today: a critical appraisal of the contemporary relevance of his work*. New York: Greenwood Press, 1988.
- _____. Wilhelm Dilthey and biography. *Biography*, v. 2, n. 3, p. 218-229, 1979.
- SCHNADELBACH, H. *Philosophy in Germany, 1831-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

*Homenagem a Oliveira Lima na Revista de História (1912-1928), uma publicação periódica portuguesa, dirigida por Fidelino de Figueiredo**

NUNO BESSA MOREIRA**

Faculdade de Letras do Porto

Resumo: No seu volume final, que condensa a atividade de dois anos num, correspondente a 1927-28, a *Revista de História* dedica alguns artigos a Oliveira Lima, falecido em Março do derradeiro ano citado. O exemplar em análise condensa algumas novidades. Desde logo, procura resgatar e edificar a memória histórica dessa personalidade, com vários discursos historiográficos que oscilam entre o testemunho pessoal e a apologia discreta e documentada. Estes relatos são extremamente fecundos porque nos revelam pormenores sobre a personalidade homenageada, mas, sobretudo, por paradoxal que pareça, acerca dos colaboradores do periódico responsáveis pelos elogios, permitindo perceber as orientações ideológicas conservadoras da publicação e o seu recorte epistemológico.

Palavras-chave: Homenagem; Oliveira Lima; *Revista de História*.

Abstract: In its final volume, corresponding to 1927-28, *Revista de História* devotes some articles to Oliveira Lima, who died in March of the last year cited. The sample under analysis condenses some novelties. First of all, it seeks to rescue and build the historical memory of this personality, with several historiographic discourses that oscillate between personal testimony and discreet and documented apology. These reports are extremely fruitful because they reveal details about the honored personality but, above all, about the collaborators of the journal responsible for the compliments, allowing us to perceive the conservative ideological orientations of the publication and its epistemological cut.

Keywords: Homage; Oliveira Lima; *Revista de História*.

* Recebido em 01/03/2017 e aprovado para publicação em 04/05/2017.

** Doutor em História (*Ph.D*) pela Faculdade de Letras do Porto. É colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM) desde 2007. Faz parte do conselho e da equipa editorial das Revistas *Teoria da História* (Goiás, Brasil) e *Articiência*. Atualmente encontra-se inscrito no Pós-Doutorado, desenvolvendo um projeto sobre o discurso historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho.

Introdução¹

Este estudo procura conjugar vários temas no plano teórico: A memória e os seus usos, a biografia ou a narrativa. Quanto à primeira, tivemos em conta os trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs, desde os anos 30, sem esquecer as discussões que lançou em torno da memória coletiva. Nos anos 70, Pierre Nora consagrou os *lugares de memória*, salvaguardando a configuração desta enquanto construção social (CATROGA, 2001). Eximimo-nos a aprofundar o tópico das relações entre memória e história e a possível integração daquela nesta, ou vice-versa. Discordamos de ambas as subjugações. Na atualidade, o debate em torno da memória cultural é extremamente vivo. No que concerne à biografia, a sua análise em novos moldes decorreu, entre outros, dos esforços de Giovanni Levi, que recusou a linha romântica, por vezes apologética, do culto dos *grandes homens*, propondo uma perspetiva que consignasse a conciliação de uma dimensão hermenêutica com pressupostos prosopográficos. Relativamente à narrativa, Lawrence Stone problematizou a necessidade de tê-la em conta, mas já antes, noutros moldes, autores como Gallie, Louis O. Mink, Arthur Danto defenderam a sua relevância no discurso historiográfico. Todavia, o primeiro repercutia o discurso dominante, aparentando a narrativa com a exposição de sequências temporais, enquanto os outros estudiosos referidos a encaravam sobretudo como uma construção. No mesmo sentido, Frank Ankersmit ou Hayden White aprofundaram a abordagem construtivista e narrativista, bem diferente da perspetiva fenomenológica de Paul Ricoeur ou David Carr, para os quais a vida constitui uma narrativa (KUUKKANEN, 2015, p. 16-29). Julgamos ser possível compaginar as reivindicações de

¹ Todo o texto que se segue reproduz na íntegra uma parte da minha dissertação doutoral, que se mantém inédita no que se refere a uma publicação comercial, intitulada *A Revista de História: uma proposta de análise histórico-historiográfica* (Moreira, 2012, p. 702-722), com exceção das observações teóricas iniciais, elaboradas para esta ocasião. Todavia, uma parcela muito reduzida deste estudo foi dada à estampa no meu artigo intitulado *As relações Portugal-Brasil na Revista de História (1912-1928): reflexões em torno do Luso-tropicalismo e da Lusofonia* (MOREIRA, 2014, p. 112-125) pelo que considere importante aproveitar esta ocasião para dá-lo a conhecer na totalidade a um público mais alargado, nomeadamente oriundo do Brasil.

verdade e realidade (relativas e parciais) com a aceitação da importância do narrativismo. Neste estudo, analisaremos a construção de narrativas sobre uma personalidade, Manoel de Oliveira Lima, que materializam usos da memória e constituem visões a tomar em linha de conta, concretizando a edificação de discursos de teor biográfico.

Fidelino de Figueiredo, diretor da Revista de História, assinou uma nota editorial a chamar a atenção dos leitores para o falecimento recente de Oliveira Lima. Não indica aquele escritor outra data que não a da sua própria homenagem, a anteceder a assinatura fideliniana: Madrid, 18 de Abril de 1928. A consulta a enciclopédias permite confirmar que Oliveira Lima morrera em Março. Avulta uma questão: que circunstâncias terão presidido a tão resoluta intenção de homenagear o intelectual brasileiro? (FIGUEIREDO, 1927-28, p. 5; MALATIAN, 2015, p. 10-28).

Várias hipóteses podem ser colocadas e, eventualmente, conjugadas: I – O prestígio do homenageado, alicerçado em sólida formação cultural e num percurso multifacetado, no qual se cruzam, tornando-se indissociáveis, e porventura indiscerníveis, os caminhos percorridos pelo homem de letras (em sentido lato), diplomata e historiador; II - Os créditos firmados pelo escritor pernambucano, nomeadamente no exercício da atividade historiográfica, a única à qual Fidelino de Figueiredo dedica referência direta na sua nota, designando o autor brasileiro por eminente historiador, sendo importante abordá-lo nessa perspectiva numa revista consignada maioritariamente à História, conforme resulta patente desde o nome do periódico; III - A necessidade de consolidar a internacionalização da publicação em análise, patente no espaço conferido ao intercâmbio cultural, neste caso com o Brasil, promovendo o possível alargamento do público leitor; IV - A urgência de afirmação de idiosincrasias e pontos de vista, através da emblematização da personalidade em causa, instrumentalizada em favor da fixação de determinado quadro de valores, formas de vida, modos de entender as elites e a função dos intelectuais V- A ausência de Fidelino de Figueiredo do seu país – depois de eventuais desentendimentos com membros da Ditadura Militar, iniciada a 28 de Maio de 1926, e que a princípio apoiara – pode ter precipitado a necessidade de falar daqueles que constituíam o seu grupo de amigos e que não eram apenas portugueses,

demonstrando lealdade para com eles, e procurando transmitir a imagem de afinidade para com o incentivo de um certo cosmopolitismo cultural, sintonizando-se a *Revista de História* com a atualidade a esse nível.

A homenagem a Oliveira Lima também pode ter decorrido da forte amizade entre este e Fidelino de Figueiredo, plasmada em correspondência trocada pelas duas personalidades desde 1912, minuciosamente estudada por Teresa Malatian, que ressalta a convergência de itinerários e projetos, apesar da diferença de idades (trinta anos), situação que não impediu o convite a Oliveira Lima para pertencer à Sociedade Nacional de História, posteriormente designada Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (sob o impulso decisivo de Edgar Prestage, que era muito amigo do brasileiro, tal como Lúcio de Azevedo), e escrever no respetivo periódico. Recorde-se que este fora aluno do Curso Superior de Letras, tal como o diretor da Revista de História, que com ele não partilhava a admiração por Teófilo Braga, divergência que não pôs em causa a amizade ambos. Esta ficou bem patente em 1923, quando o historiador brasileiro visitou Portugal e proferiu 4 conferências em Coimbra, tendo estado projetada a atribuição a Oliveira Lima da Grã-Cruz da ordem de Santiago da Espada, prejudicada por comentários menos abonatórios deste à higiene na cidade de Lisboa ou à instabilidade política em Portugal. Fidelino de Figueiredo fora o principal organizador da magnífica recepção ao seu amigo, fortalecendo a posição deste nos círculos de sociabilidade portugueses, incentivando a edição do lado de cá do atlântico da obra de Oliveira Lima *D. Pedro e D. Miguel*. Corria o ano de 1925 e o diretor da Revista de História não terá ficado muito agradado com a visão expressa sobre este momento da história portuguesa.

Em 1927, malgrado o *Golpe dos Fifis*, Fidelino de Figueiredo foi forçado ao exílio. Ainda pediu ajuda a Oliveira Lima, mas este faleceu pouco depois, em 1928 (MALATIAN, 2015, p. 10-28).

A nota introdutória de Figueiredo na homenagem referida (1927-28, p. 5) resulta genérica e não contém dados explícitos que concorram para iluminar os requisitos necessários para o convite formulado: “A todos os illustres colaboradores, que accudiram ao nosso convite para a homenagem que os historiadores, eruditos portugueses e lusitanisantes estrangeiros deviam a tão preclaro espirito, agradeço vivamente a valiosa e honrosa

colaboração”. A peça textual introdutória possui uma natureza de difícil circunscrição. Em primeiro lugar, porque Fidelino de Figueiredo não lhe atribui qualquer designação, preferindo intitular as suas palavras de modo lacônico, pelo recurso ao nome próprio que identifica a personalidade tributária da efeméride, M. de Oliveira Lima, cujo nome parece dispensar adjetivações – ativando o mecanismo retórico segundo o qual a parte verbalizada substitui o todo que significa – de tal modo se supõe que fosse conhecido nos meios culturais a que pertencia e nos quais se movia, inclusive entre os portugueses, aos quais a *Revista de História* se dirige. Note-se que nela o espaço consignado a notas editoriais era quase inexistente ao longo dos anos e podia denotar certo desconforto, decorrente da falta de prática evidenciada pela redação em procedimentos afins. Esse vazio foi interrompido, pela força dos acontecimentos, aquando do início da Primeira Guerra Mundial e após a morte do historiador e diplomata brasileiro. São circunstâncias distintas, incomparáveis, mas que têm em comum a necessidade de sobre elas incidirem exercícios de memória, no primeiro caso funcionando como alerta ou aviso do que podia estar para vir, e não se queria prolongar, no segundo momento comparecendo em sentido inverso, para evitar o esquecimento de uma personalidade cuja relevância histórica era de tal modo sublinhada que a nota introdutória de Fidelino de Figueiredo se dispensou de circunstanciar, no imediato, no tocante ao percurso biobibliográfico, mas não se eximiu a remeter o respetivo tratamento para o seio do conjunto de artigos entretanto reunidos.

Refira-se que Fidelino também silenciou a nomeação dos autores escolhidos para materializar a homenagem, e poupou explicações acerca dessa omissão, colmatada pela leitura dos respetivos textos. A reserva aludida pode ter-se prendido com a vontade de instaurar um efeito-surpresa nos potenciais leitores, mantendo-os provisória e deliberadamente em suspenso, de modo a alimentar a curiosidade pelos escritos. Por outro lado, há evidências atinentes à sinalização dos espaços da *Revista de História*, que convém ter em conta. Dado que o volume final da *Revista de História* congrega o esforço do periódico durante os anos de 1927-28, foram dados à estampa apenas quatro números, ao invés dos costumeiros oito.

Homenagem a Oliveira Lima na *Revista de História* (1912-1928)

Avulta uma possibilidade segundo a qual o volume em análise poder ter sido publicado na sua totalidade apenas no final de 1928, ainda que nele se tenham mantido alguns hábitos detentores de uma aparência de trimestralidade. Em favor do primeiro argumento pode ser mobilizada a publicação da nota introdutória de Fidelino de Figueiredo, que abre todo o volume, ainda que os artigos aos quais se refere sejam publicados cerca de duzentas páginas depois, no espaço supostamente reservado para os três últimos números da publicação. A natureza dos textos de homenagem a Oliveira Lima é multifacetada, dado que comporta evocações pessoais e íntimas, entrevistas e esboços biográficos e bibliográficos. A designação *artigos* era suficientemente dúctil e neutra para, sob a sua égide, inscrever a diversidade apontada, mantendo a respetiva autonomia, incentivando-se simultaneamente uma noção de conjunto, que reforça a individualidade dos contributos sem esbatê-la ou colocá-la em causa. O primeiro artigo de homenagem a Oliveira Lima é da autoria de um outro pernambucano, o jornalista Mário Mello, e foi escrito em 1920 antes da morte daquele. Não sabemos se chegou a ler o texto ou se este foi alvo de publicação prévia. Certo é que, desde o título, *Oliveira Lima Intimo*, se perfila uma escrita onde um depoimento em primeira pessoa, pautado por relações de amizade, se sobrepõe a intenções reflexivas ou teóricas sobre a obra do autor. Estas comparecem esbatidas e matizadas, sob a forma de observações breves, descontínuas, em número reduzido, subordinadas a coordenadas da trajetória do quotidiano de Oliveira Lima, da qual sobressaem elementos que contribuem para o domínio historiográfico atualmente denominado *História da Vida Privada*, de modo bem diferente.

Todavia, de modo incipiente, o texto de Mário Mello constitui-se como um contributo para a compreensão da rotina diária de Oliveira Lima, que extravasa os limites da sua atividade intelectual, ainda que se lhe refira. O trabalho daquele jornalista funciona como reconhecimento das qualidades do amigo e companheiro nas lides da escrita e exime-se a figurar como um estudo. Logo no início se percebe a edificação de uma fonte primária. O colaborador da *Revista de História* refere que Oliveira Lima se

deslocava com frequência a Pernambuco, nos intervalos do seu trabalho como diplomata em Washington. Sobre este labor, as suas características e consequências, nem uma palavra. Mário Mello percebe que pode tratar-se de material *inflamável*, percorrido por implicações político-ideológicas, às quais prefere furtar-se. Mas o seu testemunho é permeável, desde as primeiras linhas, a um tom intimista, que procura guardar certas distâncias face ao confessional, não deixando, todavia, de revelar pormenores que derivam de uma convivência estreita com o diplomata e historiador evocado.

As primeiras linhas acerca de Oliveira Lima promovem e premeiam o trânsito e balanço entre três níveis de leitura, que são outros tantos espaços de incidência geográfica: o âmbito local, o nacional e o internacional. Mário de Mello frisa o cosmopolitismo de Oliveira Lima, ao evidenciar que foi educado em Portugal, trabalhou, até ao presente retratado, no estrangeiro, mas, qual Ulisses, não referido mas, eventual e difusamente, evocado no plano simbólico, regressava a casa, ao Brasil e, sobretudo a Pernambuco, concretamente ao Recife. Mário de Mello dedica-se a medir escalas e a aferilas, menos com alegada objetividade de geógrafo, que não era, do que fazendo apelo a um discurso aberto à interpenetração das dimensões apontadas, sem enveredar por um radical ímpeto regionalista, mas, afeiçoando-se a soluções de compromisso, permeáveis a compaginar a identidade local com o Brasil como um todo. Resulta curiosa a referência a Portugal, que parece indiciar o suporte moderado e resignado à independência brasileira detentora de um século de existência, em cooperação com a herança do anterior colonizador. Nada é afirmado taxativamente na matéria, nesse sentido ou no inverso. Todavia, perfila-se, nos interstícios do que se diz e silencia, uma posição coincidente com um nacionalismo, à procura de convergências, se não de consensos, ainda que necessariamente relativos, estratégicos e transitórios.

Note-se que a anteceder a entrada nessa esfera, que escapa parcialmente ao âmbito público, encontra-se a descrição geográfica dos locais onde Oliveira Lima retemperava forças, aquando da estadia, por períodos curtos, em Pernambuco. Esta especificação possui algo afim a uma nota de *turismo*, algures entre a parábola bíblica do *filho pródigo* – que no caso do diplomata encontra acolhimento lacunar, assente num regresso transitório –, não referida diretamente, e a cristalização de cenários, portadora de uma

cor local, derivada de uma reminiscência de lastro romântico: “A princípio, devido á carreira diplomática [...] Oliveira Lima vem a Pernambuco somente matar saudades. Aqui se hospeda numa chacara de Parnamirim [...] o riosinho - é um arrabalde do Recife [...]” (MELLO, 1927-28, p. 215-16).

Mas, apesar de uma enunciação sumária da posição social de Oliveira Lima, a casa não é, na escrita de Mário de Mello, apenas o espaço da perpetuação ativa desse lugar hierarquicamente relevante. Comparece, decisivamente, enquanto centro de uma vivência familiar, investida sobretudo de uma função: constituir-se como escritório, o sítio por excelência da produção intelectual do escritor brasileiro, mormente historiográfica. Na Cachoeirinha terá sido escrito o *D. João IV* e revista a *História da civilização*, iniciada no Parnamirim. Note-se a preocupação de Mário Mello em demonstrar proximidade e partilha de intimidade com Oliveira Lima, patentes na divulgação de uma espécie de calendário padronizado das suas atividades diárias, exemplificativo do carácter disciplinado do retratado, prova de que o registo dos ritmos de vida pode funcionar como construção, por parte do enunciador, de modo a transmitir uma certa imagem daquele intelectual, propícia a destacá-lo dos percursos dos restantes mortais, sem o erigir como um ser à parte, unguido, ou superior, ressaltando antes a sua imersão nos vários contextos intelectuais da época. A diferenciação era encarada como resultante de um processo de implicação, entendendo-se o destaque de Oliveira Lima como imanente às dinâmicas e relações interpessoais, afastando-se de interpretações que o isolassem desses enquadramentos. Pelo contrário, a participação neles era condição para a distinção da personalidade em causa, conforme se pode depreender do relato de Mário Mello. Este colaborador da *Revista de História* transmite os traços do quotidiano de Oliveira Lima de modo descritivo, cronológico, factual, quase microscópico, sem adjetivações, de molde a reproduzir a realidade que presenciara *fielmente*, pretendendo eventualmente criar no leitor uma ilusão de participação direta nos factos testemunhados por Mello (1927-28, p. 218-19): “Oliveira Lima dorme habitualmente ás 21 horas e acorda ás 5. Inicia logo trabalho [...] e só o interrompe ás 7 horas [...]. Recomeça [...] às onze e só o deixa às 16, quando lhe servem o jantar [...]. Terminado o jantar não mais escreve [...]”.

A referência minuciosa aos hábitos e atividades de Oliveira Lima pode servir como forma de transmissão e inculcação dos mesmos, cristalizados como rituais, prontos a ser repetidos por outros. Convém lembrar que Mello partilha a intimidade de Oliveira Lima em férias, mas traça-lhe um perfil de entrega ao trabalho intelectual, de algum modo solitário, e pretensamente arredo a mundanidades. Sublinhe-se que o autor do artigo de homenagem em análise se furta, em seguida, a exagerar o alegado ascetismo intelectual da personalidade retratada, retirando-lhe qualquer marca de vaidade ou superioridade para com os outros. Avulta o perfil de um indivíduo permeável alegadamente ao contacto com pessoas de todos os estratos socioculturais: “Toda a liturgia lhe merece atenção. [...] Espírito superior, Oliveira Lima tanto se distrae com as diversões da alta sociedade como com as das nossas tradições populares [...]” (MELLO, 1927-28, p. 219).

Este alegado sincretismo pode corresponder, no plano retórico, a uma tentativa de Mário de Mello interpretar de modo pessoal o pendor aristocrático de Oliveira Lima, retirando-lhe ou suavizando eventual elitismo, mas também é passível de ser expressão sincera de opinião. Desenhasse, em escala reduzida, mais um retrato impressionista e comprometido do que uma biografia aprofundada, assente em profusão de pormenores e numa medida do tempo diacrónica, baseada no relato de um percurso e das suas identidades e contradições, atravessado por detalhes acerca da vida profissional de Oliveira Lima, dos cargos que ocupou, dos livros que escreveu, dos títulos que recebeu. Estes elementos compõem episódica e difusamente, sob a forma de apontamentos. Os eventos e acontecimentos da época retratada e os respetivos ambientes socioculturais também não merecem ampla atenção, resumindo-se a rotinas e procedimentos diários. A dimensão mensal ou anual dos fenómenos é subalternizada, em favor de unidades mais pequenas de medida de tempo. Por outro lado, o acaso, o aleatório e o inesperado, aos quais o quotidiano também é permeável, desaparecem, ou compõem de modo mitigado, de forma a encarar a vida de Oliveira Lima como um conjunto de rituais previsíveis e quase independentes de causalidades externas ao seu curso próprio. Mário Mello lida com uma concepção de verdade que expressa implicitamente no seu

trabalho e decorre do tipo de testemunho que transmite, pessoal, íntimo, mais histórico do que historiográfico.

O segundo depoimento de homenagem a Oliveira Lima foi escrito por um intelectual que vivia no Brasil, José Júlio Rodrigues, que, como o próprio confessa, foi ajudado pelo historiador falecido em certos momentos do seu percurso profissional, mormente na escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro, que aquele fundara, ou durante os respetivos cursos na Biblioteca Nacional. O artigo de José Júlio Rodrigues é composto por três partes. A primeira, uma introdução de poucas linhas, dá conta do momento em que, cerca de vinte anos antes, conhecera o homenageado. Todavia, a segunda parte do trabalho publicado resulta de extensa citação – cerca de uma página – do livro mais recente de José Júlio Rodrigues, cujo título não refere. Não é fácil esclarecer as circunstâncias que terão determinado a transcrição do labor anterior, dado que não foram explicitadas pelo autor, mas podem relacionar-se com o curto intervalo de tempo que decorreu entre a morte de Oliveira Lima e a necessidade sentida por José Júlio Rodrigues de se associar à efeméride comemorativa da memória daquele diplomata e historiador, não havendo tempo para abordagens mais específicas.

Também é possível que o homenageador se tenha confrontado com escassez de palavras que, no imediato, traduzissem, suficientemente, e através de um discurso coerente e articulado, a admiração por Oliveira Lima, ou a dívida de gratidão que o seu desaparecimento obrigava a tornar patente. Para suprir essa falta, ou a lacuna dela decorrente, José Júlio Rodrigues resolveu socorrer-se de trabalho seu, prévio à morte daquele historiador e diplomata, de forma a apresentar um discurso instrumentalmente objetivo, mais distanciado, que não fosse encarado apenas como fruto de eventual obrigação laudatória. O excerto materializado possui características muito próprias, que lhe conferem um cunho que o diferencia, dado reportar-se ao momento em que José Júlio Rodrigues contactou, pela primeira vez, com Oliveira Lima, pelo que aquele terá tido necessidade de demonstrar o que essa circunstância significou para si. Uma vez que tinha material previamente escrito a propósito dessa situação, resolveu reproduzi-lo, fazendo apelo a uma estratégia descritiva dotada de solenidade quase institucional que degenerou numa espécie de *hierofania controlada*, contada de modo racional:

“Desfazendo todas as minhas figurações mentaes, o personagem [Oliveira Lima] que entrava revestia-se de uma tão irradiante aureola de sympathia, que o ambito do salão, até então reservado e frio, pareceu aquecer-se e iluminar-se [...]” (RODRIGUES, 1927-28, p. 222).

José Júlio Rodrigues preocupa-se, no derradeiro segmento do seu artigo, em enfatizar a formação intelectual e cultural portuguesa de Oliveira Lima, influenciadas pela naturalidade dos seus ascendentes mais diretos e pela vinda para a antiga metrópole em tenra idade. Mário Mello não esquecerá esta circunstância nem as consequências dela decorrentes, mas conferira-lhe menor visibilidade. Inversamente, José Júlio Rodrigues aprofundou esta questão e deteve-se, para o efeito, na importância de mestres como Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso, professores que pontificavam nas universidades quando Oliveira Lima começou a interessar-se pelas matérias que tratavam. Pode surpreender este elogio implícito de José Júlio Rodrigues a Teófilo Braga e aos de seus pares, ainda que apresentado de modo discreto e quase neutro. Este gesto resulta inusitado, de algum modo, numa primeira instância, dado que na *Revista de História* eram mais frequentes as críticas negativas, veladas ou contundentes, ao escritor açoriano, ao respetivo percurso e ao ideário nele implicado. Todavia, essa estranheza inicial desvanece-se de imediato, conforme deixa transparecer a afirmação seguinte do articulista, em jeito de comentário, breve, diplomático, mas esclarecedor. Desses grandes mestres Oliveira Lima guardou métodos e preferências: “[...] com esses mentores creou o gosto das monographias exaustivas em que um difficil assumpto é versado em todas as suas faces até á ultima contribuição de documentos [...]” (RODRIGUES, 1927-28, p. 224). José Júlio Rodrigues tinha uma posição diferente da do seu homenageado, Oliveira Lima, sobre Teófilo Braga.

Oliveira Lima terá sofrido desilusões e desapontamentos no decurso da sua trajetória, desde logo no âmbito diplomático, quando foi forçado a retirar-se da embaixada de Londres, tendo a sua carreira sofrido abalo decisivo, ou em 1915, data em que eram patentes as suas posições sobre a Primeira Guerra Mundial, diferentes das dominantes, e cuja receção pelos poderes terá demonstrado essa incompatibilidade. Ao contrário da visão difusa e genérica de Mário Mello, que apontou fugazmente os *inimigos* de

Oliveira Lima enquanto categoria vazia, na sua indefinição, caricaturável e movida por reparos à opulência física do historiador pernambucano – já que outros já não seriam vistos como possíveis –, José Júlio Rodrigues continua a não nomear opositores nem procede à respetiva caracterização, mas não deixa de apontar dois momentos capitais, episódios que surgem enquanto corolário de dissensões ou de mal-entendidos, que conduziram ao afastamento de Oliveira Lima de cargos ou à subjugação das suas opiniões. A postura do homenageador poderia concorrer para temperar a hagiografia do homenageado com a configuração de agruras que sofrera. Todavia, o efeito laudatório fez-se sentir com mais força por parte do colaborador da *Revista de História*, ressaltando o sofrimento de Oliveira Lima, que lhe reforça a combatividade vivida sem grandes exteriorizações, que apenas surgiram à medida que a distância temporal face aos episódios narrados se impôs. Acresce que tão pouco os desabafos foram descritos com detalhes, eximindo-se o articulista à polémica que poderia decorrer da respetiva explicitação, impondo a si próprio um dever de reserva, eventualmente conivente e revelador de empatia para com a personalidade retratada.

José Júlio Rodrigues apresenta um perfil de Oliveira Lima como um lusófilo e parece partilhar dessa lusofilia, mas deixa subtilmente uma crítica ao meio intelectual brasileiro e à imagem que transmite parte dele acerca da antiga metrópole, muitas vezes negativa: “Estive com Oliveira Lima em Lisboa, ha cinco anos, quando da sua volta, convalescente, de Hamburgo [...] O seu bom gosto, o seu orgulho ancestral, o seu equilibrio attico, o seu espirito christão repugnavam esse gracejo facil sobre cousas portuguezas [...]” (RODRIGUES, 1927-28, p. 225).

As palavras do homenageador comprovam que conhecia bem o meio lisboeta do qual fala. É provável que esse conhecimento não resultasse tão próximo quanto o envolvimento nesse círculo por parte de Oliveira Lima, mas pode ter sido esse contacto, admitido e revelado na primeira pessoa, a propiciar o convite do diretor da *Revista de História* para que José Júlio Rodrigues nela escrevesse. Este demonstra gratidão pela solicitação e, dentre os intelectuais que cita, encontram-se, para além de colaboradores do periódico, alguns dos membros da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. A suceder o cortejo de ilustres encontra-se mais uma

caracterização de Oliveira Lima, que se centra exclusivamente no alegado espírito aristocrata do homenageado sem o encarar enquanto personalidade receptiva à cultura popular. Esta omissão pode não constituir negação da existência desse polo cultural, mas não deixa de votá-lo ao silêncio, sinal de eventual subalternidade.

Registe-se que José Júlio Rodrigues aproveita ainda a ocasião para enviar indiretas a intelectuais seus contemporâneos que, alegadamente, subvalorizam Portugal, entendendo o articulista que essa atitude não impediu o reconhecimento do atraso brasileiro, porventura imputável a certos sectores do republicanismo, investidos de responsabilidades governativas. O tópico do atraso era trabalhado, até finais dos anos 20, por intelectuais, progressistas, moderados ou conservadores, conforme demonstra Fernando Nicolazzi, ao analisar textos de autores situáveis, possivelmente, num dos dois últimos grupos citados, ou em ambos, como são os casos de Alberto Torres (1914), Ronald de Carvalho (1919) Tristão de Athayde (1924), Alcântara Machado (1926) e Paulo Prado: “[Impunha-se] a constatação de profundas diferenças e de consideráveis lapsos de tempo que separavam a cultura (brasileira) da civilização (ocidental) [...]” (NICOLAZZI, 208, p. 4).

José Júlio Rodrigues parece partilhar estas interrogações e participar do lastro deixado pelas respetivas implicações. Na terceira parte seu artigo, o tom de panegírico comparece, em determinadas situações, atravessado pela tentação da hagiografia relativamente ao retrato de Oliveira Lima.

Embora o homenageador tente uma solução de compromisso no seu relato entre a empatia e gratidão para com o homenageado e a narrativa episódica e lacónica de alguns dos momentos da vida de ambos, o tom confessional sobrepõe-se à objetividade pretendida e esta corre em auxílio daquele. Os factos e acontecimentos da trajetória de Oliveira Lima comparecem para ser suplantados por diretrizes previamente definidas pela afetividade. O conceito de verdade, que parece implicitamente materializado por José Júlio Rodrigues, é percorrido por solução de compromisso (desequilibrado) entre subjetividade e objetividade. Sendo que aquela absorve e obnubila alegado distanciamento. Passa-se algo semelhante com a apresentação desordenada de momentos marcantes do tempo cronológico,

desenraizados da sua sequência e subordinados ao *fio* das lembranças. O artigo seguinte, de Gilberto Freyre, resulta aparentemente disfórico face ao intimismo que transparece dos depoimentos de Mário Mello e José Júlio Rodrigues, sobretudo em relação ao testemunho deste último. Diga-se que o trabalho do colaborador da *Revista de História* possui uma data que lhe é anterior, foi concluído em 1926, em Washington, local onde residia e se encontrava com Oliveira Lima. Desconhecem-se os motivos editoriais que terão presidido à organização dos textos de homenagem ao cultor de Clio – mas é lícito defender-se que a publicação tenha respeitado a ordem de chegada dos testemunhos à redação da *Revista de História* – tanto mais que alguns deles são prévios ao passamento do intelectual, como é o caso do escrito da autoria de Gilberto Freyre que, pela referência espacial com que situa o seu labor, parece confirmar proximidade de contactos e vivências com Oliveira Lima.

Todavia, o texto de Freyre recupera certo pendor pessoal patente no de Mário Mello, mas subalterniza, até à parte final do seu trabalho, a partilha de experiências ou o convívio com aquele diplomata homenageado, deixando-os implícitos e submetendo-os ao crivo de um estilo deliberada e instrumentalmente próximo do impessoal, forjado eventualmente para, sob a égide do distanciamento retórico formal, engendrar maior liberdade de movimentos e pensamentos. Gilberto Freyre autorrepresenta-se como catalogador e inventariador – condição e termos nunca nomeados – do espólio fotográfico e da coleção de arte, de quadros e gravuras na posse de Oliveira Lima e guardados na casa deste, em *Columbia Heights*, mas não se exime o articulista a retirar àquele espaço qualquer carga museológica, entendendo o museu enquanto repositório de peças e materiais com os quais o possuidor não tivesse uma relação afetiva e dos quais fosse colecionador distante, comportando-se como antiquário: “Entre os 40.000 livros e manuscritos raros é fácil perder de vista a collecção de quadros e gravuras e objectos de arte; e a colecção de retratos e photographias [...]” (FREYRE, 1927-28, p. 241).

Neste rastreio de bens de Oliveira Lima, Gilberto Freyre pretende transcender a lógica da enumeração e transformá-la numa análise da personalidade em causa, através do seu acervo material, acumulado ao

longo dos anos, e entendido enquanto fruto dessa experiência e resultado de uma construção ativa da memória. Daí que desde a introdução textual promovida por Gilberto Freyre se percebe o apreço e dedicação de Oliveira Lima pelos seus haveres, notando-se o entendimento disso mesmo por parte daquele amigo, percebendo-se o respetivo afã de transmissão dessa ideia. O inventário descrito por Freyre é revelador do percurso do seu compatriota e conterrâneo, permitindo confirmar dados relevantes, como a proximidade do homenageado face a intelectuais portugueses, a ponto de possuir retratos de Moniz Barreto ou Ferreira Deusdado. Da autoria do primeiro repescara e republicara na *Revista de História* um artigo sobre Crítica Literária e dedicara ao segundo um estudo, em reconhecimento da relevância intelectual de ambos. Pode aventar-se a hipótese segundo a qual o *descriptivismo* serve a Gilberto Freyre como instrumento para a expressão do perfil de Oliveira Lima, concretizando acerca dele um perfil de recorte etnográfico, tendo chegado o homenageado a aproximar-se do que viria a ser um antropólogo, atividade que exerceu o futuro autor de *Casa Grande e Senzala* (1933).

Nesta obra, o autor foi ao encontro da identidade brasileira e construiu um contraponto a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, contrariando, do ponto de vista das intenções de escrita, o alegado naturalismo, de pendor biologista e positivista, supostamente patente neste trabalho. Enquanto Euclides preferira um registo neutro e distanciado no plano espacial, linear ao nível das coordenadas temporais, em Freyre emergia uma observação participante e implicada dos fenómenos recenseados e estudados, envolvendo-se ativamente com aquilo que se expunha ao seu contacto e que procurava conhecer. Daí que o viajante se tenha sobreposto ao erudito, sem colocá-lo de parte, convocando na escrita, tudo o observado e vivido, materializando fidelidade à riqueza linguística do nível de língua de extração popular, cruzando-o com a erudição do sociólogo.

Em 1926, sete anos antes de *Casa Grande e Senzala*, verifica-se a presença, de modo incipiente, menos amadurecido, de certas características da escrita que viriam a celebrar Gilberto Freyre, como um autor que do verbo fez carne. Claro que esses elementos se encontram rarefeitos, em intensidade e frequência, ou no plano da eficácia formal, aquando do texto

sobre Oliveira Lima. Todavia, essa rarefação não era sinal de insuficiência, mas demonstrava vontade de germinação de conceitos e métodos. Acrescenta-se que não se pretende comparar os trabalhos enunciados quanto à sua natureza e profundidade. Contudo, mesmo num texto mais descritivo, no qual se apura um espólio, encontra-se interesse de Gilberto Freyre em expressar a sua opinião sobre o passado recente e o presente da política do seu país, desfechando o seu artigo através da referência a Sousa Correia, diplomata, colega e amigo de Oliveira Lima, servindo-lhe essa lembrança como alicerce para reflexão negativa acerca do momento que se está a atravessar: “Estas photographias [...]. São uma documentação honrosa para a História da diplomacia brasileira. A qual, [...] está a acinzentar-se cada vez mais na diplomacia dos Mellos Francos e dos Raul Fernandes [...], quando não de aurea mediocridade [...]” (FREYRE, 1927-28, p. 241).

No texto de Gilberto Freyre sobre Oliveira Lima encontra-se a preocupação de usar materiais e documentos como fontes dotadas de um trajeto e de significados próprios, portadoras de factos, detentores estes de carga vivencial, entendidos enquanto formas de recordação de acontecimentos marcantes, sob o signo da memória, que procura o acaso, mas submete-o a uma lógica discursiva, incipiente e implícita. A verdade encarada por Gilberto Freyre como a conformidade entre o espólio de Oliveira Lima e o fluxo vivencial que este reflete e ativa. No alinhamento redatorial da *Revista de História*, o texto seguinte sobre Oliveira Lima reproduz uma entrevista com o diplomata, mas desconhece-se o nome do jornalista, dado que, em nota apensa à peça jornalística, a redação do periódico lamenta esta situação, mas explica que decorreu do lapso do responsável pelo envio do texto. Esse trabalho intitula-se *Última Entrevista de Oliveira Lima*. O jornalista brasileiro foi a Washington, por intermédio do diplomata Alberto Pierrot, que o acompanhou e facilitou o contacto, de onde a necessidade de deixar escritas algumas palavras sobre a biografia do intermediário, em sinal de reconhecimento ao antigo adido comercial da embaixada do Brasil na capital dos Estados Unidos e, em Março de 1928, funcionário do departamento de comércio americano. Pierrot encontrou-se com o entrevistador de Oliveira Lima, alegadamente por acaso, à porta do hotel deste em Nova Iorque, e fizeram juntos a viagem em direcção à residência do entrevistado. O entrevistador descreve alguns

pormenores de circunstância, relativos à duração da deslocação, sobre as condições climatéricas nas quais ocorreu. Centra-se, em seguida, na receção da qual foram alvo, alude a certas características referentes à casa de Oliveira Lima, nomeadamente o requinte do salão no qual decorreram a espera e a conversa. Nota-se a expectativa com que esta era aguardada e a ansiedade de que se revestia. Este encontro tem interesse acrescido, dado que a sua descrição revela um Oliveira Lima doente, debilitado, poucos meses antes de morrer e testemunha-se o esforço que fez para não faltar à entrevista, sempre simpático e supostamente eximindo-se a queixas, situação que não impediu o entrevistador de perceber a mágoa daquele por estar consciente da gravidade da sua enfermidade, facto que o impedia de voltar a visitar o Brasil ou até de regressar. Isso deixava-o triste e melancólico. Essa nostalgia foi comungada pelos restantes presentes. O jornalista confirmou a simpatia da mulher de Oliveira Lima e a conversa foi amena e breve, certamente para não cansar o doente, mas decorreu sob o signo da nostalgia, bem presente quando Oliveira Lima se referiu ao seu exílio: “O exílio só é suportável para os que têm forças para lutar. Vou desfalecendo aos poucos. Imagine que, ultimamente, nem tenho podido escrever para os jornaes de que sou colaborador”.²

Por razões de compadecimento com o sofrimento, mas também pela evocação na primeira pessoa do passado jornalístico, o entrevistador sentiu-se sensibilizado pelo argumento de Oliveira Lima, com o qual tinha relativa afinidade de carreira, no ponto concreto relativo à imprensa. As viagens foram uma constante da vida profissional de Oliveira Lima, enquanto esta se manteve ativa. O historiador brasileiro afastou-se pouco depois da recordação de acontecimentos. Assim terminou a entrevista, denominada *conversa* pelo próprio entrevistador, dado que este parece não ter feito perguntas, nem se desenvolveu um diálogo esquematicamente planeado e estruturado.

Oliveira Lima falou, alegadamente, do que quis e como lhe aprouve, sem cortes, restrições, condicionamentos ou apelos ao contraditório. Interessava ouvi-lo e partilhar com ele alguns momentos, deixando-se de

² LIMA, Oliveira. Última entrevista de Oliveira Lima. *Revista de História*, Lisboa, v. 16, n. 64, 1927-1928, p. 249.

lado questões que, no momento, podem ter sido consideradas deslocadas ou inadequadas ao estado físico do entrevistado, como as que se reportam à sua formação, aos cargos que desempenhou, aos títulos com que o distinguiram, às obras que escreveu. Daí que a recolha de documentos, a pesquisa de factos, que teriam acolhimento num jornalismo de cariz próximo do historiográfico, tenham cedido posto a um testemunho ontológico, de cuja tonalidade existencial se quis deixar registo, dando-se livre curso a alguns monólogos de Oliveira Lima, sem o estabelecimento de qualquer esboço biográfico, que não o decorrente do livre-arbítrio do entrevistado, ao arrepio de nexos diacrónicos de causalidade, ou do aprofundamento da erudição, da objetividade ou da verdade histórica. Uma outra reação à morte de Oliveira Lima foi protagonizada, nas páginas da *Revista de História*, pelo também pernambucano Aníbal Fernandes, que deu prova de conhecer bem o falecido, ou os meios diplomáticos nos quais se moveram ambos, e que foram, até certo ponto, comuns, dado que a mediar as relações de ambos e a opinião de Fernandes sobre Lima encontra-se o recurso, por parte daquele, a testemunhos anteriores dum diplomata do Brasil em Paris e do argentino Stanislau Zeballos (este em 1920), ambos laudatórios relativamente ao pan-americanismo de Oliveira Lima e ao seu pacifismo. Aníbal Fernandes relembra que relativamente pouco tempo antes de morrer, o celebrado diplomata reiterara esforços para manter estável e afirmar o centenário das boas relações entre o Brasil e a Argentina, ameaçadas pelo espectro de novas guerras, agitado por jornalistas e políticos na década de 20: “[...] o esforço idealista para afastar a idéia de guerra das relações continentais, esteve em risco de ser comprometido [...]. E entre o Brasil e a Argentina creou-se uma tensão [...] tão grave [...] que a guerra entre os dois países esteve por um fio” (FERNANDES, 1927-28, p. 251-52).

Aníbal Fernandes evidencia um estilo entre a prudência diplomática e a opinião jornalística e sublinha uma faceta da atualidade política, nela enquadrando o nacionalismo de Oliveira Lima, entendido como moderado e tolerante, compaginando o amor pelo Brasil com o apreço pelo continente em que geograficamente o país se inscreve, tentando quebrar a tradição guerreira vigente na Europa e vincar a autonomia face ao velho continente mas numa lógica de cooperação, não agressão e sem vincar ódios ou

hostilidades. A forma como Fernandes materializa e põe em prática uma noção de verdade é tributária da escolha de um prisma: o do pan-americanismo, tido como valor positivo a defender e preservar e analisa a concertação de Oliveira Lima com essa perspectiva, mas não esclarece se a configura enquanto ideologia ou filosofia, sendo certo que a toma como ideia com implicações políticas. Todos os homenageadores de Oliveira Lima já referidos debruçaram-se em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, sobre facetas da sua vida. À medida que a efeméride caminha para o final nas páginas da *Revista de História*, o impulso de síntese começa a ganhar forma e surge uma biografia do autor, que poderia ter comparecido no início, para cumprir pressupostos de apresentação do intelectual em estudo. À *Revista de História* interessaria não deixar cair Oliveira Lima no esquecimento, erguendo-o como símbolo e emblema de modos de sentir e pensar próprios de um grupo de admiradores? Esse grupo teria afinidades com o total de colaboradores do periódico, que constituía o conjunto de participantes neste órgão de comunicação, em todos os sectores nos quais se refletia a respetiva atividade, ou apenas no andamento consignado aos artigos? Todavia, a sequência a que temos aludido é passível de sobre ela não se ter exercido a influência de um plano editorial estruturado, mas, outrossim, sujeito a contingências ou constrangimentos decorrentes de entregas de textos a ritmos descompassados, respeitando-se a ordem imposta pela receção dos trabalhos de homenagem.

O autor da biografia que assina com as iniciais N. P., pernambucano de origem, resolveu resgatar Oliveira Lima de um ‘limbo’, eventualmente pressentido ou adivinhado, através da concretização de um perfil biográfico, assente numa diacronia descritiva e distanciada, de modo a fixar uma cronologia do autor, que constituía alternativa – consciente ou inconsciente - a deambulações pessoais, digressões testemunhais feitas ao sabor e à medida das lembranças, desordenadamente, segundo o impulso dos episódios marcantes. No excursus biográfico refere-se a data e o local de nascimento de Oliveira Lima, a formação em Portugal no Curso Superior de Letras, o convite para lecionar. A carreira diplomática é evocada, primeiro na Legação em Lisboa (1890), depois na de Berlim (1892) e, como secretário, em Londres. Daí o diplomata partiu para o Japão, até 1901-1902, data na qual foi nomeado

plenipotenciário no Peru, cargo que não exerceu. Em 1904, Oliveira Lima foi nomeado Ministro em Bruxelas, até ser obrigado a aposentar-se em 1912. Regressou ao Brasil e ao Recife, situação que coincidiu, parcialmente, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, contra a qual o pacifista se pronunciou. No entanto, não deixa de ser significativo, o silêncio do biógrafo acerca da simpatia de Oliveira Lima pela Alemanha no confronto bélico. Trata-se de um tema controverso, passível de gerar polémica, dado que o diretor da *Revista de História* era anglófilo nesta matéria. Contudo, o historiador brasileiro via Portugal e Fidelino como pontos de apoio, caso deles necessitasse, manifestando grande curiosidade sobre o meio intelectual português e aforando a temática guerra de modo subtil com o seu amigo, temendo censuras externas (MALATIAN, 2015, p. 14; 18). Em 1917, Oliveira Lima foi homenageado no Rio de Janeiro, precisamente no ano da comemoração do primeiro centenário da Revolução Republicana. Contudo, no entender do homenageador-biógrafo: “Pernambuco não soube nunca ser grato [...]. Sentindo-se intimamente ferido pelas injustiças [...] Oliveira Lima resolveu transferir-se para os Estados-Unidos [...]. Este acto foi mal compreendido por uma grande parte de brasileiros [...]” (PEREIRA, 1927-28, p. 256).

Todavia, o articulista apresenta exemplo de um pernambucano que esteve a favor da passagem da Biblioteca para a América. Trata-se de Mário Mello, coincidentemente ou talvez não, também colaborador já estudado da efeméride realizada na *Revista de História*, que apresentou três razões para a transferência daquele espólio. Em primeiro lugar, esse tipo de doações era comum na América; por outro lado, uma biblioteca latino-americana constituía uma novidade nos Estados Unidos, que ofereceram condições logísticas excepcionais para o transporte e alojamento dos materiais acumulados por Oliveira Lima. O seu biógrafo na *Revista de História* acelerou o ritmo do respetivo texto e imprimiu-lhe maior força e entrega aquando da referência ao caso da Biblioteca e da expressão de menor gratidão por parte de sectores consideráveis da intelectualidade pernambucana e brasileira como reacção a este quadro, se atentarmos na efeméride patente na revista dirigida por Fidelino de Figueiredo: são sobretudo alguns estudiosos originários daquela região do país a tomar partido a favor do viajante, diplomata e historiador. A amostra é significativa e exemplificativa no plano qualitativo, mas não

cumprir os requisitos da representatividade quantitativa. O biógrafo desta personalidade termina o seu texto com elogios a Oliveira Lima, precedidos pela referência à sessão que na Academia de Ciências de Lisboa celebrou em vida esta personalidade. Decorreu a cerimônia em 1923 e estavam presentes Lúcio de Azevedo, Júlio Dantas, Joaquim Leitão e Fidelino de Figueiredo. O biógrafo parece limitar-se a registrar o acontecimento, de modo objetivo e distanciado, mas este pode ser lido contrapondo-se a admiração de intelectuais portugueses ao diagnóstico anteriormente expresso sobre parte significativa dos congêneres pernambucanos.

O articulista em questão seleciona os momentos que considerou mais importantes da vida do biografado, sem explicar os motivos que conduziram à seleção, eximindo-se a procurar articulações. O conceito de verdade utilizado pelo biógrafo mimetiza as realidades exteriores ao texto e filia-se no âmbito da correspondência face aos acontecimentos narrados. Neste excuro biográfico ecoam e prolongam-se apontamentos diversos, que fazem lembrar as intervenções de outros homenageadores de Oliveira Lima. O trabalho seguinte, da autoria de Fidelino de Figueiredo, constituiu uma pequena homenagem a um espírito que dialoga com todos os da mesma estirpe, até então apresentados. Nele, o diretor da *Revista de História* parece servir-se da condição de organizador da evocação de Oliveira Lima e assume uma visão de organizador que intenta uma síntese da síntese e instaura um ambiente propício à conjugação do ponto de situação sobre o investimento organizativo ao qual procedeu. Por outro lado, o autor de *Espírito Histórico* resolveu tomar a palavra para cumprir o protocolo a que o obrigava o papel de que se investiu e o estatuto acoplado à função de catalisador e compilador das intervenções solicitadas e recebidas. Mas o seu artigo concretizou-se por uma razão agregada a outra e juntas sobrepujam as restantes. Fidelino de Figueiredo identifica-se com o perfil de intelectual evidenciado por Oliveira Lima e aproveita a ocasião para apresentá-lo em traços gerais, mais impressionantes, relacionados com as viagens científicas realizadas, o exílio em Washington, a forma de fazer e escrever História, o cosmopolitismo e o ibero-americanismo.

O organizador da homenagem identifica-se com as características inerentes ao trajeto do intelectual brasileiro, dado que na altura em que

redige o seu artigo se encontra também exilado, no caso em Madrid, situação que o impede de concretizar uma efeméride mais cuidada, por se encontrar privado da sua biblioteca, facto que lamenta, num tom justificativo e autocrítico, portador de uma nota pessoal amarga mas significativa: “Apenas soube da morte de Oliveira Lima, consagrei-lhe uma lição na Universidade de Madrid e deliberei dedicar-lhe o presente volume da *Revista de História*, únicas formas, ao meu alcance de prestar homenagem ao primeiro historiador brasileiro do seu tempo [...]” (FIGUEIREDO, 1927-28; MALATIAN, 2015, p. 10-28).

Note-se a ausência de referência fideliniana a historiadores que, mais velhos ou mais novos, foram contemporâneos de Oliveira Lima, conforme são os casos, respetivamente, de F. Adolfo Varnhagen e Capristano de Abreu. Aquele intelectual português não avança os motivos de tais omissões, nem adianta se são deliberadas ou fruto de esquecimento. Todavia, a segunda hipótese parece anulada pelas suas próprias palavras, das quais avulta uma vontade de hierarquização explícita, de uma personalidade entre outras possíveis. Figueiredo destaca Oliveira Lima, coloca-o acima dos restantes e exime-se a referir qualquer outro nome, mas é claro na preferência manifestada, tanto que se reservou o direito de evitar explicá-la. Parece ter cabimento a conjuntura segundo a qual Varnhagen representa, a seus olhos, uma linha excessiva e exclusivamente erudita de abordagem, Capristano, mais problematizador, facto que agradaria ao homenageador de Oliveira Lima, estava ainda a construir o respetivo percurso, sendo porventura prematuro analisá-lo.

Conclusão

Fidelino de Figueiredo conhece bem a totalidade das intervenções compiladas e exerce sobre elas velados reparos, como o que se dirige à falta de estudos monográficos. Parece revelar-se crítico da subalternização do perfil historiográfico de Oliveira Lima ou da excessiva concentração de contributos brasileiros. O seu artigo assume essas falhas e procura corrigi-las ou colmatá-las, apesar das limitações reconhecidas. Baseia-se, para o efeito,

na caracterização do historiador em detrimento do diplomata e sistematiza a visão historiográfica de Oliveira Lima, que é também a sua, e passa pela acumulação de materiais, pela renovação de problemas e pela construção de interpretações realistas nas quais se alia a prova documental – importante, mas não suficiente – à reconstrução da intriga política, acompanhada pela síntese das temáticas versadas. Fidelino sente que o conjunto que constitui a efeméride dedicada a Oliveira Lima na *Revista de História* não é suficiente, nem faz jus ao seu elogiado cosmopolitismo, procurando lançar o repto e a semente para iniciativas futuras, apresentando uma espécie de declaração de intenções, que funciona como caderno de encargos a cumprir e abarca a compilação de estudos históricos dispersos de Oliveira Lima, os respectivos artigos publicados na imprensa ibero-americana e o estudo sistemático da sua obra.

O intelectual português demonstra, no artigo do periódico em análise, sensibilidade para com o *espírito político* do homenageado, quatro vezes referido e elogiado nesses termos. O escrito fideliniano revela cuidado e interesse para com certos acontecimentos da vida de Oliveira Lima, mas procura problematizá-los, realizando uma introspeção acerca da efeméride em curso, interpretando as implicações do perfil historiográfico do autor estudado.

Esta perspectiva crítica enquadra e matiza a *bibliografia de Oliveira Lima*, que se lhe segue, funcionando como explicação prévia desse inventário lacônico, descritivo e cronológico, no qual pode arriscar-se e sintetizar-se a presença de vários núcleos não agrupados explicitamente. Oliveira Lima começou a sua carreira de ensaísta com um estudo sobre Pernambuco, tributo à sua cidade natal, retomado por uma vez, pelo menos, aquando do trabalho sobre a maternidade local. Por outro lado, um dos âmbitos mais recorrentes da sua atividade prendeu-se com o estudo da História do Brasil, da fase final do Império à República. Também não esqueceu a História de Portugal, presente na biografia de *D. João VI*. A História da Historiografia marcou o seu lugar no elogio a Varnhagen. As notas de viagem, nomeadamente ao Japão e os trabalhos sobre Pan-Americanismo receberam muito do esforço bibliográfico de Oliveira Lima. Fidelino de Figueiredo acrescenta uma nota ao inventário apresentado, na qual refere que o brasileiro preparava as suas memórias quando faleceu. Esta

indicação constitui um pormenor biográfico que pretende complementar e iluminar a extensa lista recenseada de títulos do historiador, viajante e diplomata pernambucano, parecendo significar que havia mais vida na e para além da obra do celebrado escritor brasileiro e lusófilo (ALMEIDA, 2004, p. 121-137).

Referências

- ALMEIDA, P. R. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da república um intelectual com ideias fora do lugar. *Remate de Males*, v. 24, p. 121-137, 2004.
- CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- FERNANDES, A: Recordando um grande nome. *Revista de História*, v. 16, n. 64, p. 251-253, 1927-1928.
- FIGUEIREDO, F. M. de Oliveira Lima. *Revista de História*, v. 16, n. 61, p. 5, 1927-1928.
- _____. Pequena homenagem a um grande espírito. *Revista de História*, v. 16, n. 64, p. 308-311, 1927-1928
- FREYRE, G. Oliveira Lima em Washington. *Revista de História*, v. 16, n. 64, p. 241-246, 1927-1928.
- KUUKKANEN, J-M. *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- LIMA, Oliveira. Última entrevista de Oliveira Lima. *Revista de História*, v. 16, n. 64, p. 247-250, 1927-1928.
- MALATIAN, T. Itinerários na Correspondência entre Oliveira Lima e Fidelino de Figueiredo (1912-1928). *História da Historiografia*, n. 19, p. 10-28, 2015.
- MELLO, M. Oliveira Lima Intimo. *Revista de História*, v. 16, n. 63, p. 215-225, 1927-1928.
- MOREIRA, N. *A Revista de História: uma proposta de análise histórico-historiográfica*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2012.
- _____. As relações Portugal-Brasil na Revista de História (1912-1928): reflexões em torno do Luso-tropicalismo e da Lusofonia. In:

MARTINS, M.; CABECINHAS, R.; MACEDO, L.(Org.). *Interfaces da Lusofonia*. Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, 2014, p. 112-125.

NICOLAZZI, F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa – Grande & Senzala e a representação do passado. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

PEREIRA, N. Biografia de Oliveira Lima. *Revista de História*, Lisboa, v. 16, n. 60. Lisboa, p. 256-258, 1927-1928.

RODRIGUES, J. Acerca de Oliveira Lima. *Revista de História*, v. 16, n. 63, p. 221-226, 1927-1928.

*Roupas protetoras decorando a infância na Segunda Guerra Mundial (Brasil, 1942-1945)**

IVANA GUILHERME SIMILI**
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: As políticas da maternidade e da infância são examinadas, neste texto, por meio da abordagem das roupas confeccionadas por mulheres para vestir, proteger e decorar as imagens de crianças com as ideologias patrióticas. Nesse sentido, nosso olhar foi depositado sobre o trabalho feminino de produção e distribuição de roupas para bebês (meninos e meninas), desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), durante os anos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Com suporte nos documentos escritos e imagéticos – boletins, livros de memória institucional e da imprensa direcionada ao público feminino, em específico, o *Jornal das Moças* – indicamos como os sentidos de proteção das roupas foram mobilizados pelas políticas públicas assistenciais para decorar o patriotismo com as roupas feitas por mulheres para as crianças diretamente afetadas pelo conflito mundial.

Palavras-chave: Roupas; Infância; Gênero.

Abstract: The policies of motherhood and childhood policies are examined in this text through the approach of the clothes made by women to wear, protective and decorative images of children with patriotic ideologies. In this sense, our gaze was deposited on the female labor production and distribution of clothing for babies (boys and girls), developed by the Brazilian Legion of Assistance (LBA), during the years of Brazil's participation in World War II. With support in written and pictorial documents - newsletters, institutional memory books and the journal directed at women, in particularly, the *Journal of Young Women* – sending as protection senses the clothes they were mobilized by assistance policies to decorate patriotism with clothing made by women for children directly affected by the global conflict.

Keywords: Clothes; Childhood; Genre.

* Recebido em 16/05/2011 e aprovado para publicação em 06/06/2017.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ivanaguisimili@gmail.com.

Introdução

Nas relações entre as mães e os filhos/as, os “usos e os costumes do vestir” (CALANCA, 2008, p. 27) são práticas significantes para as roupas e a moda infantil, as quais desempenham várias funções na vida social, cultural, pedagógica e política. Nos atos e ritos do vestir, os laços entre as mães e as crianças são estreitados. Como veículos de comunicação simbólica, as vestimentas formatam as subjetividades infantis para sentir o mundo das cores, dos cheiros e para sintonizá-las com o mundo. Elas têm, ainda, a finalidade de modelar os corpos com as disciplinas dos cuidados higiênicos orientadas pelos valores de saúde, beleza e elegância, articulados com os conceitos de gênero.

“As sensibilidades são uma forma de ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (PESAVENTO, 2005, p. 2). Assim pensadas, as práticas de cuidar e de vestir crianças permitem captar as sensibilidades na história. Nesse contexto, elas possibilitam pensar e conhecer como os sentimentos, as sensações, bem como as emoções compartilhadas entre as mães e as crianças, foram instrumentalizadas pelas políticas da maternidade e da infância.

É nesse sentido que o texto caminha: entender os aproveitamentos e as apropriações do vestir crianças por meio das ideologias patrióticas como veículo de comunicação simbólica de proteção materna e infantil, durante os anos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945).

Nesse período, a mobilização da população desenvolvida pelo governo Vargas foi conduzida por intermédio de várias estratégias ideológicas que visavam modificar os padrões de comportamentos de homens, mulheres e crianças. Os ideais patrióticos de povo unido diante do inimigo comum; a união de esforços para a vitória da nação; as contribuições necessárias de homens e mulheres ao país; bem como os serviços que podiam prestar para ajudá-lo a enfrentar o conflito mundial (CYTRYNOWICZ, 2000), foram construções ideológicas que incorporaram o vestir crianças nas políticas públicas assistenciais, estendendo as funções maternas do lar para a vida pública.

A mobilização masculina desenvolvida pelo governo Vargas para formar o front composto por homens dispostos a lutar pela pátria foi fator preponderante para que as dificuldades relativas à sobrevivência dos familiares incluíssem o vestir crianças nas políticas assistenciais criadas para o “amparo e proteção aos soldados”.

Como pensa Barnard (2003), as indumentárias e a moda não são neutras, mas ideológicas, na medida em que as crenças, os valores e as ideias dominantes são comunicados por meio de práticas, artefatos e instituições. A criação da Legião Brasileira de Assistência, por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, em agosto de 1942, após a entrada do país no conflito mundial, é elemento expressivo da incorporação da moda nas práticas de amparo à infância. “Amparar os soldados e seus familiares” e “apoiar as forças armadas” foram objetivos que nortearam o trabalho voluntário feminino de mulheres dos segmentos da elite e das camadas médias da população carioca. No local em que a sede da instituição funcionava, no centro da capital da República, o Rio de Janeiro, elas produziam artefatos para o vestir que difundiam noções de “proteção”.

Pelas mãos das mulheres da Legião Brasileira, a “proteção”, veste a ideologia do patriotismo de guerra e as roupas são os vetores das políticas públicas para a maternidade e a infância. Para Flügel (1966), entre os significados das vestimentas estão o de proteger e o de decorar os corpos em várias situações objetivas e subjetivas. Proteção da natureza, tais como o frio e o calor; proteção nas relações e práticas sociais que marcam os vínculos das pessoas com o mundo e os perigos físicos ou psicológicos, portanto, os medos e os receios, reais e imaginários que pontuam as atuações das pessoas nas diversas situações da vida cotidiana, do trabalho, das atividades físicas e esportivas. Decoração que promove a distinção das aparências e servem para realçar, provocar admirações, encantamentos nas redes de convivências dos grupos sociais e culturais. Entremeando e significando os sentidos de proteção e de decoração, o de pudor, conceito que se refere aos sentidos morais que permeiam o vestir as sexualidades e, por conseguinte, as relações entre os gêneros.

Na Guerra, o sentido de proteger articula-se com o de decorar e de mobilizar. A proteção, concebida desse modo, estrutura a bandeira

ideológica e mobilizadora difundida por meio de várias estratégias político-militares – proteção do país, dos bens da nação, das famílias dos soldados, das crianças e mães que tinham de sobreviver sozinhas e cuidar dos filhos/as da nação-. Nesse terreno fértil para a significação e ressignificação dos sentidos de proteção, as roupas e a moda infantil são inseridas nas políticas públicas assistenciais, por meio do trabalho voluntário das mulheres da elite que decoram a ideologia patriótica com os fazeres de vestuários que vestem as crianças, cujos pais participam do conflito mundial.

São essas construções de significados para a proteção infantil por meio de roupas que vestiam os corpos, decoravam as sensibilidades e educavam os sentidos que procuramos deslindar nos documentos institucionais e da imprensa. Construções ideológicas em torno da proteção que permitem acompanhar os processos de concepções, de produções e de exposições dos vestuários como fazeres (VACCARI, 2008) caracterizadores do feminino assistencial. Com esse olhar sobre as roupas, no primeiro rol de documentos temos os boletins da LBA e os trabalhos memorialísticos que, como veículos de comunicação institucional das ações de produção e distribuição de roupas, continham pistas dos segmentos infantis e das concepções de crianças que permeavam as atividades femininas.

No segundo, a imprensa direcionada ao público feminino, em específico, o *Jornal das Moças* (1914-1965), periódico dirigido ao público da elite que, como tal, era considerado disseminador das concepções hegemônicas sobre vestir, fato evidente em suas interlocuções com as políticas da maternidade e da infância. Nesse contexto, os discursos médicos sobre saúde permitiam associar e justapor as informações quantitativas de forma a caracterizar como o sentido de proteção à infância era construído por meio das indumentárias.

Como princípio teórico e metodológico, concebemos os materiais escritos e visuais na condição de produtores e veiculadores de imagens para as roupas infantis que comunicavam sentidos “carregados de valores simbólicos” (SCHIMITT, 2007, p. 11) de proteção. Assim, eles cumpriram, nos anos de guerra, a função político-ideológica de representar as crianças e as maternidades em sua relação com as fronteiras de classe e gênero que estabeleciam condutas e mobilizavam sentimentos, os quais teciam e

significavam as roupas como “protetoras” de meninos e meninas como decorações do patriotismo.

Cuidar é vestir: moda e políticas da infância e da maternidade

A construção do modelo de atuação feminina na história do vestir como mãe cuidadora das aparências dos/as filhos/as que, nos anos do conflito mundial, é incorporado pelas políticas públicas para a infância e a maternidade, pode ser interpretada como uma das apropriações e significações da moda, por parte dos governos, dos corpos, das aparências, das sensibilidades e das condutas.

Na história da moda e do vestir, como interpretada por Lipovestky (1989, p. 66), a distinção entre as roupas para homens e para mulheres no final do século XIX constituiu-se ato inaugural para a estruturação e disseminação da moda. Este fato transformou as vestimentas em recurso estético-visual para definir papéis sociais e desempenhos como masculinos e femininos; para traçar padrões estilísticos que norteariam as relações dos gêneros na história das feminilidades e das masculinidades; para disseminar regras de conduta estabelecidas entre as pessoas e o mundo que as circunda; para consolidar suas apropriações pelos governos e estimular suas conversões em objeto de distinção política e com fins políticos nas definições de classe, de nacionalidade e das identidades patrióticas.

Entre essas apropriações estiveram os usos da moda pelos sistemas políticos. Como abordado por Pelka (2011), na Europa ocidental, no período pós-Guerra, especificamente na Espanha e na Itália, as roupas e a moda sofreram vários processos de significação política em seus elos com as nacionalidades. Elas foram mobilizadas para atuar nas operacionalizações de sentido capazes de romper com as influências estrangeiras e como estratégia de reforço do mercado interno de produção e consumo de representações do que era ser e vestir, na condição de símbolos de pertencimento nacionais e patrióticos.

A estas apropriações somam-se as mobilizações das roupas, da etiqueta e da estética, aspectos fundamentais da moda como sistema

indumentário de regulação do vestir (LIPOVETSKY,1989) e dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1995) dos corpos e das aparências pelos sistemas políticos para as formações das identidades de gênero.

“As identidades sociais e culturais são políticas”, por conseguinte, as “formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas são, sempre, atravessados e marcados por relações poder” (LOURO, 2000). Essas relações de poder estão inscritas no século XIV e nos seguintes, até o XXI, com as marcações simbólicas possibilitadas pelas roupas para diferenciar os homens e as mulheres; para significar espaços, atuações, performances e papéis sociais, culturais e políticos, como femininos e masculinos; para determinar desempenhos, formas de sensibilidades e subjetividades.

Nesse ponto, é importante lembrar que, na leitura de Lipovestky (1989), foi no século XIV que a “sexualização e a sensualização” dos corpos como masculinos e femininos marcou a emergência de linhas de vestuários que destacavam algumas partes do corpo em detrimento de outras. No caso dos homens, evidenciavam-se o tórax e as pernas; no das mulheres, as “ancas”, além de deixar aparecer nos decotes “os ombros e o colo”. Essas estéticas foram modificadas nos relacionamentos entre os gêneros, nos contatos e nas formas de conceber a beleza de ver e sentir o outro.

Entre os séculos XVII e XIX, a noção de infância e de maternidade é incorporada pela moda e pela política. No século XVII, a ideia de que a infância configurava uma etapa da vida distinta da vida adulta e de que as crianças necessitavam de tratamentos diferenciados nos aspectos físicos, emocionais, médicos, pedagógicos, inclusive em suas vestimentas, foi desenhando um campo de conhecimentos e modos de vestir os meninos e as meninas que fundamentou a noção de moda infantil junto com os papéis da família, da mulher e da educação.

Na descrição dos estilos indumentários do século XVIII para meninos e meninas, é possível identificarmos os tráfegos dos simbolismos da moda adulta para a moda infantil com o intuito de tecer imagens de feminino e de masculino e, por extensão, de feminilidade e masculinidade. “As batas de musselina para meninas, simples, decotadas e confortáveis

[...] e, para os meninos, [...] o uso de uma jaqueta mais curta, camisa com colarinho mais confortável e calças” (LURIE, 1997, p. 52-53) conformam aparências que vestem corpos com tecidos e cortes que caracterizam a feminilidade e a masculinidade, inculcando modos de vestir e condutas prescritas para a formação de homens e mulheres.

Os tecidos de musselina das batas, os quais vestiam o corpo com leveza e conforto, expressavam uma maneira de caracterizar a menina na infância com graciosidade e beleza, adjetivos que definiam a mulher e o seu papel na vida social: serem belas, boas esposas e mães. Para os meninos, a jaqueta, camisa e calças representavam e o comunicavam como ser masculino, com os teores de liberdade para o que deles se esperava no futuro: que se incumbissem dos negócios da vida pública, do trabalho, do mundo da ação e domínio do público.

A associação entre roupas e papéis sociais de gênero é plausível quando consideramos que, no mesmo período, no século XVIII, Rousseau (1973) filosofava sobre a importância das vestimentas na educação dos gêneros. Ele defendia que as indumentárias das crianças deveriam contribuir para o desenvolvimento físico e emocional, tendo em mira a vida social e política. No caso dos meninos, as roupas e as atividades físicas e intelectuais deveriam prepará-los para ocupar os postos de poder e prestígio dos negócios do mundo público e/ou da vida pública; já no que diz respeito às meninas, as roupas deveriam visar ao casamento, ao mundo privado e doméstico da família, aos cuidados dos filhos e do marido.

Nesse aspecto, é importante lembrarmos que, entre os séculos XIX e XX, os investimentos na leitura e no conhecimento de moda por parte das mulheres foram multiplicados. Discursos e práticas educativas nas escolas, nas orientações dos médicos puericulturistas e na imprensa contribuíram para difundir as representações referentes ao valor e à importância das roupas na vida social, bem como acerca do poder e dos benefícios que a elegância poderia proporcionar às mulheres e às crianças.

Na educação direcionada às mulheres, assuntos relativos ao vestuário e ao vestir fizeram parte dos conteúdos pedagógicos. É dessa maneira que entendemos os projetos pedagógicos dos séculos XIX e XX. As concepções biologizantes de corpo e sentimentos das mulheres como adequados ao

casamento, à procriação e aos cuidados do espaço doméstico e seus bens – pessoas e objetos do lar – refletiram-se nos conhecimentos da educação e nos comportamentos femininos de consumo de moda, educando a mulher para a aquisição e uso dos artefatos no lar e sob o corpo.

Para preparar as mulheres para serem boas esposas e mães, a educação voltada para os segmentos femininos no final do século XIX e início do XX definia que a formação deveria conter conhecimentos de puericultura, economia doméstica, regras de etiqueta e civilidade. No plano ideológico, esses conhecimentos eram defendidos como necessários e relevantes para o papel social de esposa e mãe, notadamente para que pudessem formar os cidadãos da nação (LOURO, 2006).

Em entendimento, a formação dos cidadãos passava pela aparência de saúde, beleza e elegância; portanto, pela estética que pediam os cuidados maternos. A modernização da nação e das condutas das mães nos espaços domésticos e nos cuidados com as crianças foram elementos integrantes dos projetos pedagógicos que contribuíram para alavancar a moda. Desse modo, ela foi dotada com o poder de contribuir com o projeto moderno e civilizador (ELIAS, 2005) das aparências, mediante a formação de novas subjetividades e sensibilidades que favoreciam o consumo de moda como vetor de ensinamentos sobre vestuários e comportamentos, com regras sobre modos de se conduzir na vida social.

Desde o final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a educação feminina formal e informal – proporcionada pela escola e pelo consumo de informações por meio dos manuais de civilidade, das cartilhas dos puericulturistas e da imprensa – incorpora as roupas como elementos fundantes para os desempenhos dos papéis da esposa e da mãe.

Nos anos 1930 e 1940, entre as ações governamentais estiveram o projeto pedagógico equivalente ao ensino médio e secundário, implantado em 1937, em pleno Estado Novo, por Gustavo Capanema. A “economia doméstica”, as aulas de higiene, de alimentos, de vestuário, da habitação e de culinária, direcionadas para o preparo de alimentos, ornamentação e regras de etiqueta, compunham a grade curricular da educação das jovens de 12 a 18 anos (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 126).

Os aprendizados de etiqueta e elegância contavam com o apoio didático dos manuais de civilidade que, incorporados aos espaços escolares, incutiam as noções de bem-vestir e de bons comportamentos na vida social. Entre as prescrições orientadoras estavam os cuidados com os gestos, com os vestuários e com a linguagem adequada a uma criança ou jovem bem-educada (CECHIM; CUNHA, 2007).

No âmbito da medicina, em particular da puericultura, a crença de que o amor não era suficiente para uma boa formação e educação dos/as filhos/as contribuía com o princípio educativo dos projetos pedagógicos e de ensino para os segmentos femininos. Entre os anos 1938-1963, os manuais de puericultura de Carlos Prado, Martinho da Rocha e Rinaldo de Lamare disseminavam esse ideal (MARTINS, 2008). Rocha, por exemplo, retratava os cuidados maternos envolvendo a disciplina dos bebês e das mães, “pois tudo que se relacionava à criança, da amamentação à confecção de roupinhas, devia ser controlado e executado por ela”, o que exigia, nas palavras do autor, “paciência, disciplina, perseverança e altruísmo” (MARTINS, 2008, p. 140).

Esses discursos encontravam nas revistas direcionadas ao público feminino os meios de difusão das disciplinas que deveriam orientar as mães nos cuidados estéticos e estilísticos de seus filhos/as. Entre os periódicos de grande circulação no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, a capital da República, o *Jornal das Moças* detinha o poder de transmitir conhecimentos relacionados à moda infantil. Noções sobre como vestir, como fazer, o que comprar para reproduzir as peças indumentárias oferecidas como propostas de trajes que envolviam os trabalhos manuais – costura, tricô e crochê – distribuíam-se por entre as páginas nos formatos de imagens – ilustrações e fotografias – e permitiam às mulheres a visualização do resultado final das operações do que era ensinado sobre os trajes.

Em uma das seções, intitulada o “Evangelho das mães”, o sentido de “evangelizar as mulheres” para a moda é nítido. Orientações sobre higiene, saúde e roupas conectavam as mulheres e mães ao universo das representações pedagógicas e à cultura da moda infantil como um dos sistemas de regulação e de pressões sociais, constringendo as pessoas aos deveres de “adoção e assimilação” (LIPOVESTSKY, 1989, p. 39).

Nas orientações para as mães, as ações governamentais de proteção à infância podem ser conhecidas. Nas imagens de crianças elegantes que circulavam na imprensa encontra-se a ideologia de proteção à infância que ganhava forma e conteúdo para sensibilizar e educar as mães da nação.

A esse respeito, importa destacar que as políticas para a infância, entre os anos 1930-1940, eram norteadas por três encaminhamentos: o pedagógico, o sanitário e a propaganda. No plano pedagógico, as políticas do ensino para a escolarização infantil faziam parte do projeto de preparação da juventude nos aspectos físicos e morais; no sanitário, as ações disciplinadoras da mãe e das crianças eram ancoradas em valores cívicos e patrióticos. A puericultura social infiltrada nas famílias se transformava em ideologia para fazer circular sentimentos e valores de solidariedade nacional.

A criação do Departamento Nacional da Criança (DCNr) nos anos 1940 e, pouco antes, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), são eventos sintomáticos dos mecanismos políticos engendrados nos encaminhamentos dos assuntos relativos às crianças e às famílias e aos meios de difusão pela sociedade e cultura, de forma a modificar as concepções e as ações maternas na educação infantil (PARADA, 2011).

De maneira específica, o surgimento de postos de puericultura, das escolas maternas, do jardim de infância, do parque infantil, da escola primária e da casa da criança são exemplos dos mecanismos educativos engendrados no período (PEREIRA, 1999). Essas ações, em nome da proteção à infância, modelizavam padrões de beleza e elegância representativas de crianças da nação e encontraram na imprensa e nas confecções de roupas pelas mulheres na LBA os mecanismos para as suas difusões.

A partir de 1942, coube à Legião Brasileira de Assistência, como instituição pública de coordenação do trabalho feminino nos anos de Guerra, vestir as crianças. Esse ato foi concebido como ação patriótica de proteção à infância, redimensionando e fortalecendo os papéis dos vestuários nas ideologias patrióticas modelizadas pelos conflitos mundiais.

Mobilização dos sentimentos de maternidade e infância

Enquanto o governo convocava e preparava os homens para se tornarem soldados da Pátria, ensinando-os e estimulando-os a usarem a força, a coragem e a virilidade, atributos tidos como “naturais” ao universo masculino e que definiam a masculinidade, de modo que essas características fossem alocadas a serviço da Pátria para defendê-la no front de guerra, paralelamente, as noções de que as mulheres pensam e agem pelo “coração”, de que os sentimentos falam e calam alto e forte na alma feminina, eram explorados pela imprensa para sensibilizar e definir suas atuações como esposas, mães, irmãs e filhas.

De um lado, temos mulheres das camadas pobres e médias diretamente afetadas pelo conflito mundial e que, como esposas, mães, filhas e irmãs, lidam com a realidade concreta das mobilizações dos segmentos masculinos para o front, pois a partida dos maridos, pais, esposos e filhos altera a estrutura e a vida familiar. De outro lado, encontramos as mulheres da elite e também das camadas médias que, mobilizadas pela Legião Brasileira de Assistência, são estimuladas a contribuir com as causas daquelas que pertenciam ao primeiro grupo. No centro, localizam-se as crianças e as mães como objetos das políticas assistenciais de Getúlio Vargas.

“Trabalhe pela vitória do Brasil” foi o lema criado pela Legião Brasileira de Assistência para sensibilizar as mulheres e estimulá-las a participar do projeto assistencial. Na imprensa, elas liam que:

Ter sentimento de patriotismo sobre ser completo traz ainda a aureola do amor construtivo; a manifestação sublime da bondade personificada em mulher; a doçura que conforta; o aconchego morno que exalta os sentidos; o impulso materno em toda a sua plenitude significativa e criadora (JORNAL DAS MOÇAS, 1943, p. 5).

O amor construtivo, a doação que conforta e o aconchego morno que exalta dos sentidos forneciam as substâncias que transformavam

os atos de produção e de distribuição de roupas em comunicação simbólica da proteção entre as mulheres; entre produtoras e receptoras dos bens produzidos pela instituição. Nesse aspecto, importa destacar que a assistência social aos soldados indica que o principal alvo eram os “pracinhas”, homens mobilizados pelo governo Vargas para completar os quadros das Forças Armadas os quais, na maioria dos casos, eram analfabetos e pobres (CYTRYNOWICZ, 2000).

Por meio de várias estratégias institucionais, o projeto de proteção assistencial e patriótico é concretizado por intermédio das roupas. Dois deles, em particular, dizem respeito aos processos de significação envolvidos no projeto: os trabalhos desenvolvidos pelas madrinhas dos combatentes e pelas costureiras da LBA.

No cartaz-propaganda das madrinhas dos combatentes, criado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), verifica-se, no primeiro plano da imagem, um soldado lendo uma carta. Ao fundo, encontramos duas figuras femininas, uma delas, central, abraçada a uma mulher que tem, abaixo de si, duas crianças, com a seguinte frase: “alguém protege teu lar” (Boletim da LBA, fevereiro de 1945). Os posicionamentos, os gestos e os olhares presentes nas imagens instituem “modos de ver” as senhoras da instituição, as mães e as crianças: estamos aqui para protegê-la!

A proteção aos soldados e às famílias encontrava nas cartas trocadas entre soldados e as madrinhas, bem como nas roupas produzidas por elas ou pelas costureiras da instituição, os mecanismos de difusão de moda. No Brasil e na Europa, um fenômeno comum foi a criação dessas personagens. François Baudot (2002, p. 106), ao analisar a realidade francesa, escreveu: “Estação 1939-1940. Nos bastidores, a ‘absurda guerra’ não impede as atividades da alta costura de perpetuar-se, mesmo que, entre as clientes, muitas sejam madrinhas de guerra (mulheres empenhadas em animar os combatentes, com cartas e presentes)”.

Se considerarmos as notícias que circularam nos boletins, é possível dizer que a mobilização feminina para a formação de quadros de “madrinhas dos combatentes” incluía as crianças. No boletim criado pela LBA para comunicar os atos e feitos institucionais para os soldados e viabilizar os contatos entre as mulheres, eles e suas famílias, encontramos

a história de uma garota chamada Cloris. Aos 10 anos de idade, de tanto ouvir “falar de vocês expedicionários”, ela resolveu contribuir com a causa e tornou-se madrinha. Ao final, a matéria perguntava: “quem será o afilhado de Cloris?”

Na mesma edição, um soldado recebia o seguinte comunicado: “telefonamos para a sua esposa, que está passando bem. Vamos providenciar relativamente a chegada do ‘expedicionariozinho’”. Em outra, a imagem da jovem mãe com um bebê no colo, com o título “Mensagem especial” narrava que:

O 1º. Tenente coronel Geraldo Sebastião Pereira Bezerra seguiu para a Guerra. Deixou no Brasil tudo o que ele preza mais na vida. Inclusive Luiz Fernando, esse belo garoto que o pai não conhece e que se deixou fotografar nos braços de sua mãe, aos três meses de idade. Estão passando bem e enviam, de Santiago, R G do Sul, por nosso intermédio, ao esposo e pai, saudades e lembranças.

É possível imaginar o que os homens, como maridos e pais, sentiam ao se deparar com essas imagens, as quais, sem dúvida, faziam recordar, abrandando ou aprofundando as dores causadas pelas separações, pelos impedimentos provocados pelo conflito mundial de acompanharem o nascimento e o crescimento dos/as filhos/as.

De qualquer modo, as fotografias e os textos, como produções visuais institucionais e, portanto, ideológicas, diziam muito acerca das famílias sem os homens, dos tratamentos dispensados às mulheres e às crianças pela instituição, como chamar de “expedicionariozinhos” os filhos daqueles que estavam no front. Uma fotografia (Figura 1), em particular, condensa vários aspectos dessas construções simbólicas. Observemos:

Figura 1 -



Fonte: Boletim da LBA, 31 mar. 1945, p. 2.

“Um beijo para o valente papai que ajudava a liquidar os inimigos das crianças”. Como fotografia posada, a aparência das mães e das crianças é significativa das intervenções institucionais, ou seja, de como as roupas eram consideradas itens de proteção assistencial e dos sentidos fabricados do que era vestir os/as filhos dos soldados. Nos laços de fita nos cabelos das meninas, observamos os símbolos da preparação estética que antecedeu os registros fotográficos, a melhor roupa, escolheu-se o melhor posicionamento para mostrar que as pessoas retratadas estavam bem cuidadas, eram bem assistidas.

Todavia, o confronto dessas informações com aquelas que circularam nos boletins da LBA chama a atenção e levantam algumas questões. Os balanços com os produtos dos trabalhos das costureiras nas salas de costura criadas em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro (nas lojas Singer, na sede da LBA; na Associação de Caridade São Marcelo; no Lar Proletário; no centro do Hospital Evangélico e no Clube Caiçara (SIMILI, 2008)) sugerem que as roupas para bebês foram a tônica juntamente com roupas para meninos.

Nos balanços para os anos 1943 e 1944, eram detalhados,

2274 aventais; 761 blusas, 718 babadores; 1278 calças para meninos e meninas; 4.042 camisas de pagão; 501 camisas de parturiente; 889 capuzes de lã; 3831 casaquinhos para bebê; 130 cobertores para bebês; 1535 lençóis para bebês; 4703 pijamas para crianças e homens; 2228 roupas para meninos; 1191 sapatinhos para bebês; 1146 suéteres para crianças e para homens; 10.099 vestidos para doentes, parturientes, para batizado de bebê, de chita, de crochê, de flanela e de tricot, além de outras peças em menor quantidade (Boletim LBA, balanço 1943-1944).

No segundo balanço, de 1945, no final do documento é registrado: “babadores e fraldas para bebê, num total de 178 unidades”. As informações sobre peças para crianças são esparsas. A explicação para tais números relaciona-se à guinada produtiva no ano de 1944, quando partem os pelotões de homens das forças armadas para o front de guerra e, acompanhando as necessidades médico-hospitalares decorrentes dos combates, a produção feminina modifica-se. As costureiras e as madrinhas dos combatentes passam a atuar na produção e distribuição de bandagens, gaze, roupas para médicos e doentes (SIMILI, 2008).

“Qualquer objeto, mesmo o mais comum, contém engenhosidade, escolhas, uma cultura” (ROCHE, 2000). Logo, a descrição das peças fornece pistas da cultura que permeava o vestir bebês e crianças, com as definições de uso compartilhado por diversas instâncias e esferas sociais, médicas e políticas e que, nos anos de guerra, encontraram nos trabalhos femininos um dos mecanismos de significação das roupas como símbolo de proteção.

Vestindo bebês

A construção da noção de infância relaciona-se à fabricação da moda infantil, contexto em que diversos discursos e práticas fundamentaram um campo de conhecimentos norteados por ideais de necessidades, nos quais

se revelam os modos de conceber os corpos e os cuidados, entre os quais, de roupas (BUCKINGHAM, 2006). Portanto, a menção aos babadores, às camisas de pagão, aos casaquinhos, aos cobertores, aos lençóis, aos sapatinhos, aos vestidos para batizados são as noções de bebês e suas necessidades que se revelam nos itens indumentários. Neles, entremeiam-se os conceitos da medicina puericulturista, da igreja e da moda. Nas roupas, comunicam-se fases e cuidados que se estendem do nascimento ao batizado – dentição, saúde, higiene; do pagão ao batismo, contexto em que os “vestidos” são considerados símbolo da incorporação dos valores religiosos na vida da criança.

As necessidades infantis movimentam o mercado de produção e de consumo de moda pelas mães por meio de estratégias diversificadas. Às noções de etapas e roupas, somam-se aquelas direcionadas às sensibilidades maternas de aprender a sentir as necessidades do bebê. Prestar atenção na pele como aprendizado de moda se constituiu, no período, em mecanismos para a difusão de práticas de cuidar e vestir. Nas propagandas de produtos para os cuidados dos corpos dos bebês da Johnson & Johnson, empresa norte-americana especializada em produtos de higiene, instalada no Brasil em 1933, os objetos servem para estimular o sentir e perceber a pele pelo toque. O talco,

[...] refresca e alivia nos dias de calor – e é feito especialmente para proteger a pele delicada e fina dos bebês! Nestes dias de canícula é preciso ter mais cuidado ainda com a pele fininha do bebê gorduchinho para evitar assaduras, irritações, brotoejas. Alivie o ardume e refresque o seu bebê com aplicações do finíssimo talco Johson para creanças [...]. E note ainda, talco Johson é feito especialmente para creanças como o são também, estes dois outros produtos finíssimos: sabonete e óleo Johson para creanças (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, p. 5).

A pele delicada e fininha do bebê gorduchinho compatibilizava as imagens de robustez propaladas pelas bandeiras ideológicas de beleza infantil do governo Vargas, o qual tinha nos “concursos e premiações” da

estética desenhada pelo poder um dos reforços simbólicos para a promoção da moda infantil (BRITES, 2000).

Na pele dos bebês, encontravam-se os termômetros sociais e culturais para a expansão de tipos e estilos indumentários consoante ao clima e às percepções do proteger do frio e do calor. Os estilos indumentários confeccionados para os bebês pelo programa de moda da LBA, com acento nas roupas de proteção do frio (cobertores, casaquinhos, sapatinhos – de lãs e flanelas), tinham no tricô e crochê uma das formas de produção.

Fazer enxovais para bebês para doação às mães pobres é parte da história das mulheres da elite no tratamento das questões sociais relativas à maternidade e à infância. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, diversas entidades organizadas e administradas por mulheres colocaram entre suas incumbências a produção para doação. A Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, organizada por Pérola Byngton, é expressiva dessas práticas associativas orientadas pelo maternalismo. Observamos, nesse contexto, a concepção de que, como mulheres, elas deviam criar mecanismos de apoio às grávidas e aos bebês, nesse sentido, as roupas eram um dos meios de auxílio e proteção (MOTTI, 2001).

A diferença entre as associações beneméritas e a Legião Brasileira de Assistência é que o maternalismo se transforma em política pública que serve aos princípios intervencionistas da política de Vargas na sociedade e na cultura, os quais redimensionam o mercado da moda por meio de vários estímulos ao consumo.

Em 1942 é criada a “Coordenação da Mobilização econômica” e a indústria têxtil é declarada como de interesse nacional e militar. Em 1943, o governo e as indústrias estabelecem o Convênio Têxtil, fixando que 10% da produção das fábricas têxteis e algodoeiras seriam controladas para vender “tecidos populares para o povo”. Em agosto do mesmo ano, começaram a ser produzidos os “tecidos populares” e, em novembro, os “artefatos populares”, colchas, toalhas e cobertores. Na cadência produtiva imposta pelo governo, os direitos trabalhistas dos trabalhadores, definidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, foram suspensos (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 201).

Como observado por Loureiro (2006), embora as empresas laníferas vivenciassem restrições na aquisição de máquinas, o crescimento do setor em São Paulo foi considerável. Os relatórios do Lanifício Anglo-Brasileiro destacavam as “produções recordes” entre os anos 1943 e 1945, decorrentes do consumo interno e das exportações. A S. A Moinho Santista também comemorava o aumento da procura de seus produtos em nível nacional e internacional. As mesmas avaliações positivas eram feitas por outras empresas, tais como o Lanifício Lapa e o Lanifício Argos S.A.

Os estímulos ao consumo de lã são notórios no *Jornal das Moças*. No ano de 1943, em pleno verão carioca, uma gama variada de sugestões de vestuários para o frio destinada a bebês e crianças é difundida no *Jornal*. Em março de 1943, as mães eram estimuladas a executar um “jogo de tricot para bebê de 1 ano”, formado por meias, polainas e sapatinhos (*JORNAL DAS MOÇAS*, 1943, p.18). Em janeiro, o “vestido que convinha a uma menina de 6 anos era definido como material 250 gramas de lã” (*JORNAL DAS MOÇAS*, 1943, p. 51).

O consumo também firmava estilos e tendências de roupas consoantes às idades e aos gêneros. Eram consideradas crianças os meninos e as meninas entre 10 e 12 anos; a partir dessas idades, entre 12 e 14 eram considerados “rapazinhos”, “senhorinhas e juvenzinhas”. O “Pull-over de mangas ballon” era indicado para “juvenzinha de 12 a 14 anos” e o “Pull-over” para “rapazinho de 12 a 14 anos” marcava as diferenças etárias e de gênero que podiam ser observados nos designs, cores e texturas, ingredientes simbólicos para marcar visualmente o masculino e o feminino. A idade das crianças, os tamanhos e cores das peças fortaleciam a ampliação do mercado de produção e a comercialização de matérias primas – lãs, linhas, agulhas, botões etc.

Assim, por meio de processos ideológicos múltiplos, os sentidos de proteção à maternidade e à infância nas mãos da política assistencial para as famílias dos soldados nos anos de guerra constituíram-se em fatores para a expansão do consumo de matérias-primas de lãs e tecidos.

Meninos e meninas e os sentidos da proteção nas indumentárias

Se as roupas confeccionadas e distribuídas pela Legião Brasileira de Assistência se constituíam em estratégia às políticas de consumo simbólico de proteção como meio de fazer avançar o mercado de produção e o comércio de lãs e tecidos, o que os itens indumentários para meninos e meninas dizem a respeito da moda infantil praticada pela instituição?

O que chama atenção nos balanços é uma padronização das indumentárias para meninos e meninas. Isso pode ser observado na confecção de calças para ambos os gêneros, embora o forte acento estivesse na confecção de roupas para meninos, na forma de pijamas para crianças e homens, na existência de itens não especificados, mas a ele destinados e, quando indicados, com destaques da espécie: suéteres para crianças e para homens.

Nas roupas para meninos e meninas, verifica-se a produção em série para vestir crianças pobres, os/as filhos/as dos soldados/as. As diferenças entre os meninos e as meninas vestidos/as pela instituição e aqueles dos segmentos médios e da elite estão nas imagens que mostram as atuações deles/as nas campanhas de doações comandadas pela LBA (Figura 2 e 3).

Figura 2 -



Fonte: Matos (1945, p. 79).

Figura 3 -

Fonte: Matos (1945, p. 79).

De um lado, observamos meninos e meninas com roupas simples e olhares distantes; de outro, garotos alegres e festivos, vestidos com uniformes escolares que, no clima da mobilização, situavam as crianças ricas: as meninas como madrinhas dos combatentes e os garotos em ação nas campanhas, situação que expunha as contribuições infantis para o país, com o propósito de ajudar na vitória da nação.

A segunda imagem, em particular, refere-se ao engajamento dos escolares na campanha da borracha usada, um dos programas desenvolvidos pela instituição para ajudar o governo a suprir as carências de matérias-primas necessárias à produção bélica. Coletar e doar artefatos de borracha (pneus, tapetes e outros objetos), transformam-se em ações patrióticas de apoio ao governo (SIMILI, 2008). A fotografia do garoto é uma narrativa para essa ação. Ao segurar em um dos braços o que se assemelha a um pneu de bicicleta e, no outro, algo que sugere ser um tapete enrolado, o menino mostra-se respondendo aos apelos governamentais, os quais conclamavam pela contribuição dos segmentos infantis nas campanhas assistenciais, criadas em nome das causas do conflito mundial.

As roupas das crianças dos combatentes e dos filhos dos homens da nação (entenda-se daqueles que não estavam diretamente envolvidos com o conflito mundial) distinguem e aproximam esses universos infantis, definindo as modas infantis com determinados padrões de comportamentos, os quais são vestidos pelas roupas: as doações e os sacrifícios daqueles/as pertencentes aos segmentos pobres e o altruísmo das pessoas da elite.

Se a “união de esforços” comandava a ideologia varguista na mobilização dos homens e das mulheres em nome da Pátria, a moda infantil, como prática significante de vestir e de significar as atuações de meninos e meninas, participa das construções simbólicas e é explorada pelas políticas assistenciais, vestindo os sentimentos altruísticos e os de proteção à nação e aos desamparados.

As vestimentas, nas mãos do poder e da política, fornecem as bases visuais para várias apropriações “padronizantes” das estéticas e dos comportamentos. Homens e mulheres, adultos, jovens e crianças passam a ter suas atuações significadas ou mediatizadas por roupas para definir posições e performances.

A padronização dos comportamentos, das atitudes esperadas de homens e mulheres em torno de ideias de sacrifício, de doação, de obediência, de amor à pátria e de proteção aos afetados pelo conflito mundial encontram nas roupas os mecanismos para a sua difusão. Nesse sentido, é importante lembrar que a mobilização dos homens e das mulheres foi conduzida por meio de diversos mecanismos ideológico-militares que significavam a virilidade e a masculinidade por meio dos uniformes, como uniformizadores de sentimentos, condutas, atitudes, valores considerados ideais aos gêneros.

Para os homens, predominava o sentimento de força, coragem, união de esforços, valentia, disposição para lutar até a morte ou dar a vida pela pátria, enfrentar o front, deixar a família e os filhos. Essas construções ideológicas encontram nos uniformes os veículos para comunicar os homens patrióticos. As representações dominantes fabricam, também, sentidos para as atuações femininas, os quais eram complementares aos homens nas funções bélicas, por meio de roupas que uniformizam condutas na vida pública voltadas para a assistência e proteção aos homens e às famílias que não podiam contar com sua presença.

O *tailleur*, conjunto formado por saia, blusa e casaco, é uma das principais referências presentes na vestimenta feminina, em uma nítida representação da apropriação e ressignificação dos uniformes dos soldados, com o propósito de comunicar a cooperação das mulheres. Em alguns uniformes usados pelas voluntárias da LBA é perceptível como os *tailleurs* e as roupas militares, usadas pelos homens, são redimensionados para configurar as “mulheres responsáveis por cuidar dos bens da nação – reais e simbólicos – entre os quais, as crianças” (SIMILI, 2012).

As influências europeias e norte-americanas na moda infantil contribuem para fortalecer o mercado de consumo de representações sobre guerra e soldados. O estilo *navy*, introduzido no final do século XVIII nas escolas europeias que treinavam os rapazes para a marinha, é fortalecido como tendência de moda infantil, em estreita correlação entre realidade e fantasia. Nos anos da Guerra, a cultura infantil proporcionada pelo cinema e a realidade vivenciada pelas crianças explicam o revigoramento da tendência e os sentidos fabricados para as masculinidades e as feminilidades, visto que o modelo masculino tinha sua correspondente feminina, por meio da substituição das calças pela saia. Isso não se refere somente ao corte, mas também às cores, tecidos, maneiras de produzir as peças, inclusive as artes decorativas dos pontos em tricô e crochê.

Nesse aspecto, não podemos esquecer as influências do cinema de animação como elemento cultural importante na formatação das subjetividades das crianças. A figura do marinheiro Popeye foi um dos símbolos de expressão da propaganda política norte-americana ao portar mensagens de teor ideológico e contribuir com os esforços de guerra. *Jolly Good Furlough* [Desfrute de uma boa licença militar], de 1943, e *We're on our way to Rio* [Nós estamos a caminho do Rio], de 1944, são emblemáticos de como personagens do universo infantil foram mobilizados para narrar histórias que transformavam a guerra em temática infantil, situando-as no contexto dos valores patrióticos que norteavam e aproximavam o Brasil dos Estados Unidos, por meio da política da boa vizinhança e da união de forças e de esforços dos países aliados no *front* italiano (RODRIGUEZ, 2014).

Na imprensa, no Evangelho das Mães, o diálogo entre mãe e filho é revelador do consumo simbólico de representações viris que circulavam

na sociedade e cultura da época, envolvendo as figuras dos marinheiros. Intitulado “gracinhas”, o texto continha a narrativa:

A mãe: Afinal, meu filho, queres mesmo ser oficial da Marinha?

O filho: Oh, sim, mamãe, e oficial de submarino.

A mãe: Mas porque de submarino?

O filho: Para mostrar que sou homem até debaixo d’água!

(JORNAL DAS MOÇAS, 1943, p. 15).

No contexto das representações proporcionadas pelo estilo marinho, as masculinidades infantis eram configuradas com maneiras de ser homem e defender a pátria. Ou de ser os homens iguais aos modelos reais vistos no cotidiano e aqueles simbólicos, vistos nos personagens de cinema e nas roupas dos marinheiros.

As estampas dos tecidos também se transformam em auxiliares dessas representações. Nas notas de moda, as mulheres liam que “As fazendas continuam a apresentar todas as cores em seus desenhos que se combinam: quadros, flores grandes e pequenas, motivos geométricos, palhaços, animaizinhos, peixes, elementos desportivos como bolas, globos, aeroplanos, raquetes etc.” (JORNAL DAS MOÇAS, 07.01.1943, p. 16). Ou ainda:

A moda trouxe para as crianças fazendas mais bonitas, de estampados mais brilhantes e firmes, impressos com mais variedades e riqueza de desenhos. Veremos muito modernos quadriláteros em vários tons e cores para os vestidos da manhã. Para a tarde, os estampados de florais são os mais indicados para vestidos em fazendas sempre em algodão. A seda não deve ser usada nesta idade ainda muito menos agora que nos casos de vestidos adultos estão usando. [...]. A novidade neste verão se orienta com os bordados feitos à mão e as tiras bordadas aplicadas (JORNAL DAS MOÇAS, 24.02.1944, p.52).

Na história das estampas, observamos os vínculos e as influências socioculturais e políticas. Aspectos relacionados à etnia, aos costumes,

às tradições e às subjetividades do público a que o tecido se destina, que pode aceitar ou rejeitar os desenhos e as cores, interferem na produção das estamparias, as quais se orientam por seis grandes famílias e/ou motivos de estampados: “florais, geométricos, históricos, irregulares, étnicos e artísticos” (CHATAIGNIER, 2006, p. 86).

Historicamente, as concepções de flores como emblemáticas da beleza, pureza e delicadeza feminina traduziram-se em estampas com desenhos e cores que as estetizavam. O mesmo vale para os meninos, os elementos desportivos como bolas, globos e aeroplanos são brinquedos que trazem os emblemas das ações e performances socioculturais almeçadas em suas atuações.

As fazendas como produto estético-visuais durante os anos do conflito mundial se transformam em auxiliares na domesticação dos olhares e dos comportamentos. Nas estampas circulavam desenhos e símbolos de feminino e de masculino que reforçavam os princípios de beleza feminina como resignação, aceitação e doação e, para os homens, de coragem, valentia, força etc.

Portanto, podemos concluir que um conjunto amplo de estratégias político, visuais e pedagógicas foi colocado em prática nos anos do conflito mundial, definindo papéis e desempenhos de homens, mulheres e crianças em nome daqueles que necessitavam ser assistidos e protegidos. As influências pedagógicas e culturais alimentam as representações das mulheres da elite e das camadas pobres; das crianças ricas e das pobres, que se traduzem em gestos, comportamentos e roupas. Nesse contexto, as vestimentas tinham a finalidade de proteger as crianças dos medos dos desamparos, dos frios reais e imaginários que pontuavam as existências infantis sem as proteções paternas.

Referências

- BARNARD, Malcom. *Moda e comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BAUDOT, François. *Moda do século*. Tradução de Maria Thereza de Rezende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

BOLETINS da LBA, ano 1945.

BRITES, Olga. Crianças de revista (1930-1950). *Educação e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 161-176, 2000.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias: após a morte da infância*. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis: Loyola, 2006.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: SENAC, 2008.

CHATAIGNIER, Gilda. *Fio a fio*. Tecidos, moda e linguagem. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

CECHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa S. Tenha modos! Educação e sociabilidades em manuais de civilidade e etiqueta (1900-1960). X SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. *Anais...* Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Cristiane_Cecchin.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. Tradução Cristiana Coimbra. São Paulo: SENAC, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

FLÜGEL, John Carl. *A psicologia das roupas*. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

JORNAL DAS MOÇAS, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443-481.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira et. al. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.
- LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MARTINS, Ana Paula V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008.
- MATOS, Lobivar. *A Legião Brasileira de Assistência e os soldados do Brasil*. Rio de Janeiro: Legião Brasileira de Assistência, 1945.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 199-234, 2001.
- PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 351-370.
- PELKA, Anna. El significado de la moda en los sistemas dictatoriales. Una nota de semiótica histórica. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 33, p. 277-293, 2011.
- PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.
- PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em 10 mar. 2016.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo sec. XVII e XVIII. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RODRIGUEZ, Lorena. Estratégia de manipulação das massas: o desenho animado como arma de guerra. In: INTERCOM; XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. *Anais...* Belém, 01-03 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0983-1.pdf>>.

- ROUSSEAU, Jean. J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Caçanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCHIMITT, Jean Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. São Paulo: Edusc, 2007.
- SIMILI, Ivana G. Pedagogias da moda na política: as aparências da primeira-dama Darcy Vargas. In: BONADIO, M. C.; MATTOS, M. F. S. C. (Org.). *História e cultura de moda*. São Paulo: Estação das Letras e cores, 2011, p. 38-59.
- _____. Políticas de Gênero na Guerra: as roupas e a moda feminina. *Acervo*, v. 25, n. 2, 2012.
- VACCARI, Alessandra. O estudo do vestuário nas artes decorativas e no design. In: SORCINELLI, Paulo (Org.). *Estudar a moda: Corpos, vestuários, estratégias*. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: Senac, 2008, p. 97-108.

*Connivencia y oposición: la Unión Cívica Radical frente al gobierno peronista, Jujuy, Argentina (1952-1955)**

FERNANDO ANÍBAL CASTILLO**

Universidade Nacional de Jujuy

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo establecer las peculiaridades y las condiciones de producción de las prácticas y discursos delineadas por la Unión Cívica Radical (UCR) frente a las políticas socioeconómicas fomentadas por el gobierno peronista en el marco de la provincia de Jujuy (ubicada en el noroeste de la Argentina) durante la primera mitad de la década de 1950. En este sentido, se reseña las características regionales, la tradición partidaria, las deliberaciones llevadas a cabo en el contexto de la legislatura y diversos posicionamientos asumidos por la UCR. Sobre los resultados de este trabajo, cabe señalar que esta organización fundó sus prácticas y discursos en función de sus principios yrigoyenistas, de corte popular, que favoreció complicidades y antagonismos con el gobierno peronista.

Palabras clave: Jujuy; Peronismo; Unión Cívica Radical.

Abstract: This paper aims to establish peculiarities and its conditions of practices and discourses produced by Unión Cívica Radical (UCR) facing towards socioeconomic policies of Peronist government in Jujuy (a north-western Argentina province) during the first half of fifties. In this way, the following subjects are described: regional features, party traditions, deliberations carried out in the frame of the legislative body and several stances assumed by UCR. As far as results are concerned, it should be pointed that this latter organization based its practices and discourses on Yrigoyenista principles, of popular nature, that favoured complicities and antagonisms to Peronist administration.

Keywords: Jujuy; Peronism; Unión Cívica Radical.

* Recebido em 08/11/2016 e aprovado para publicação em 17/04/2017.

** Professor da Universidade Nacional de Jujuy, membro do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET) e da Unidade de Pesquisa em História Regional. Sua formação é em Comunicação Social pela Universidad Nacional de Jujuy. Atualmente está vinculado ao Doutorado em Humanidades pela Universidade Nacional de Tucumán.

Introducción

La emergencia del peronismo, en la década de 1940, supuso la introducción de numerosas transformaciones en la Argentina: la intervención estatal en el campo de las representaciones, las disputas sociopolíticas, la esfera pública, el mundo laboral y, entre otros, la administración económica favoreció redefiniciones en los lineamientos preestablecidos. El peronismo comportó la rearticulación de las relaciones sociales, en la medida que irrumpió como árbitro en los conflictos entre la patronal y los trabajadores. En ese contexto, fomentó la organización sindical y asumió tareas de representación de los intereses populares; asimismo, generó beneficios categóricos para los asalariados, fuertemente ostensibles en los incrementos salariales. El peronismo prorrumpió en el ámbito de la economía, estableciendo mecanismos de imposición de gravámenes y de redistribución de la riqueza. Estas medidas fueron acompañadas de otras, de diferente naturaleza, que implicaron innovaciones en el campo político, tales como la constitución de un aparato discursivo orientado a difuminar el imaginario peronista en el conjunto del plexo social y a la reducción del espacio conferido a sus rivales.

El establecimiento de estas políticas generó la constitución de actores colectivos congregados en torno a la oposición al peronismo. El conjunto de representaciones construidas por el antiperonismo abrevaban en general en el carácter autoritario que le adjudicaban al peronismo. En este sentido, el dispositivo de propaganda construido por el peronismo, junto con las restricciones interpuestas a sus antagonistas en lo que concernía a la participación en la esfera pública, el fenómeno de la “politización” de la sociedad civil, el presunto sometimiento de los trabajadores al movimiento sindical, significaban para el antiperonismo evidencia concluyente de la naturaleza autoritaria del peronismo. En el escenario dado a principios de la década de 1950 el antiperonismo asumió una postura más enérgica ante el gobierno peronista, alimentada por el incremento de su lógica propagandística y de las presiones ejercidas contra la oposición. La sanción de nuevas leyes electorales, por otro lado, disminuyó la presencia del antiperonismo en las instituciones públicas. En este marco, los antiperonistas

asumieron estrategias que radicalizaron el conflicto, disminuyendo el diálogo y alcanzando en diversas oportunidades la ejecución de levantamientos armados destinados a destituir a la gestión peronista.

De manera concomitante, en la provincia de Jujuy (ubicada en el noroeste de la Argentina, en los límites con Bolivia y Chile) se observaron similares procesos. En esta jurisdicción, los lineamientos prescriptos por el peronismo se hicieron ostensibles también en la defensa de los sectores populares, generando mejores condiciones de vida en las diversas esferas agrarias e industriales. Este procedimiento se observó en la introducción de avances en los sistemas de salubridad y vivienda, y también en los mecanismos de reclutamiento de la fuerza de trabajo y en la introducción de impuestos a la producción azucarera. Estas medidas dieron cuenta de la intervención estatal en áreas sensibles para las empresas, como lo eran el control de la mano de obra y la administración de sus ingresos.

La inserción de tales mutaciones forjó en Jujuy, de la misma forma que a escala nacional, diversos posicionamientos entre los sectores antiperonistas, despertando fuertes rechazos por parte de numerosos actores –como empresarios, clases medias y partidos políticos–, que prontamente cuestionaron a una gestión que, dada la lógica intervencionista, entendían como autoritaria. No obstante, la beligerancia no alcanzó en esta provincia el ejercicio de violencia observado en otras regiones. En este caso, la oposición se desarrolló ante todo mediante disputas en la esfera deliberativa. Debe considerarse al respecto que mientras a nivel nacional el peronismo aprobó leyes que restringían la participación de sus contendientes en el campo legislativo, en Jujuy durante la primera mitad de la década de 1950 las normas electorales garantizaron la presencia de sus opositores.

Las medidas planteadas por el peronismo encontraron cierta aceptación en sujetos colectivos que, con reservas fundadas en el carácter autoritario conferido a este último, preconizaron sus políticas orientadas a beneficiar a la clase trabajadora y a limitar la capacidad de acción de las patronales. En este último sector se parapetó la Unión Cívica Radical (UCR), partido que, dependiendo en general de cada medida específica promovida por el peronismo, se posicionó entre la complicidad y la oposición.

En este sentido, el radicalismo jujeño asumió el papel de adversario, demandando por ejemplo la reinstauración de la libertad de prensa y la despolitización de la esfera escolar. Asimismo, la UCR respaldó la sanción de leyes estimuladas por el gobierno peronista, como las orientadas a la expropiación de tierras a los ingenios azucareros y el incremento salarial. Esta relación, en apariencia ambivalente, abrevó por un lado en el peso de las representaciones antifascistas en el radicalismo –con antecedentes categóricos en el contexto de beligerancia con Perón, como en 1945–. Por otro lado, la connivencia establecida con el peronismo estaba fundada en la matriz yrigoyenista de la UCR (que en definitiva uno y otro partido compartían). Esta tradición discursiva suponía la preconización de los sectores populares, la ponderación del papel del Estado y tópicos de relevancia como la justicia social. Esta operó como una de las tendencias que animó el debate ideológico y programático de la UCR durante la etapa estudiada, proveyendo bases para la constitución de lineamientos antiperonistas que superaran la mera oposición vacua al peronismo. Asimismo, el yrigoyenismo se posicionó a mediados de la década de 1940, y durante el período correspondiente al gobierno peronista, como la línea dominante del radicalismo de Jujuy. Durante la primera mitad de los 50, el yrigoyenismo se mantuvo como el principio de referencia de la participación de la UCR en el espacio público. Desde ese lugar, procuró construir, como se señala anteriormente, una tesitura compleja ante el peronismo, en la que se articularon imaginarios diversos en torno a lo político y lo socioeconómico, apuntando en definitiva a generar transformaciones macroeconómicas.

El presente artículo tiene como objetivo establecer las características de las prácticas y los discursos que el radicalismo construyó o reprodujo ante las políticas de corte socioeconómico impulsadas por el peronismo en la provincia de Jujuy durante los últimos años de gobierno peronista, atendiendo a coincidencias y disrupciones con este último y considerando los condicionamientos locales y las tradiciones discursivas que los determinaron. El enfoque está puesto en particular en el período abierto a partir del inicio del ejercicio legislativo de 1952 hasta la caída de la gestión peronista, en septiembre de 1955. El recorte obedece a que a partir de tal momento, en función de las leyes electorales provinciales sancionadas en 1951, los

partidos opositores (incluida la Unión Cívica Radical) vieron garantizada su participación en la Legislatura provincial. Estos acontecimientos, cabe acotar, favorecieron el reingreso del radicalismo en la esfera pública.

El artículo se funda en la consulta de fuentes documentales alojadas en el Archivo de la Legislatura de la provincia de Jujuy (AHL), como expedientes y las transcripciones taquigráficas de las sesiones de este cuerpo deliberativo. El mismo se basa además en la revisión de antecedentes que versan sobre las trayectorias del radicalismo, tanto desde una perspectiva nacional como en escala regional. Finalmente, cabe añadir que partimos de la siguiente hipótesis: las prácticas y discursos de la Unión Cívica Radical ante las políticas socioeconómicas del peronismo (ya fuere de oposición o connivencia) se fundaron en reproducción de la tradición discursiva yrigoyenista.

Especificidades sociopolíticas en el espacio regional

Uno de los rasgos centrales del devenir socio-político de la provincia de Jujuy estuvo dado en la enérgica injerencia de los ingenios en la determinación de las políticas públicas. La gravitación de estos actores se ejerció durante las primeras décadas del siglo XX a través de la penetración de los partidos de cuño conservador (delegados políticos del capital azucarero) en las instituciones gubernamentales y también mediante el ejercicio de presiones, producto de la dependencia financiera de la provincia a estas empresas (LAGOS, 1992). Los mandatos de estas últimas se efectivizaron incluso durante las gobernaciones de los radicales yrigoyenistas Mateo Córdova y Miguel Aníbal Tanco, y se expresaron con mayor énfasis durante la Restauración Conservadora, a partir de 1930 (KINDGARD, 2001).¹

¹ La “Restauración Conservadora” remite al período que se extiende desde 1930 a 1943, entre el golpe de Estado que depuso a al presidente Hipólito Yrigoyen y la asonada que derrocó a Ramón Castillo de la primera magistratura. En la provincia de Jujuy, el advenimiento de la “Restauración” comportó –atendiendo al lineamiento planteado en este artículo– el reforzamiento de los mecanismos de dominación ejercidos por los ingenios (KINDGARD, 2001).

Otra particularidad provincial, ligada en cierto sentido a la primera, estaba dada en el peso referencial de los ingenios en los procesos sociopolíticos. Estos establecimientos se caracterizaban por la explotación de sus trabajadores y el sometimiento de los mismos a condiciones de existencia durísimas (TERUEL; FLEITAS, 2004). Además, los ingenios operaban de acuerdo a una lógica de dominación territorial absoluta, bajo la cual todas las prácticas cotidianas estaban regidas por estos. (TERUEL; LAGOS; PEIROTTI, 2006). Las políticas de las empresas azucareras fomentaron fuertes rechazos entre los actores colectivos. Las contiendas partidarias, en consecuencia, se estructuraron mayormente en torno al eje diferenciador constituido por la lealtad u oposición a las empresas azucareras, dispositivo que favoreció en definitiva la constitución de las identidades colectivas hasta la emergencia del peronismo inclusive. Así, alrededor del repudio y la oposición a los ingenios, se articularon actores dentro del campo popular definidos por su carácter antioligárquico, como sectores campesinos radicados en la Puna, el sindicalismo azucarero y el radicalismo yrigoyenista. En los términos de este agrupamiento, la otredad estaba dada en las empresas productoras de sacarosa y el conservadurismo, al cual se referían como “oligarquía” (KINDGARD, 2001).²

La UCR yrigoyenista se posicionó como uno de los colectivos que procuraría sopesar la gravitación de los ingenios (y la patronal en general) en los procesos constitutivos de la política, la economía y la sociedad de Jujuy (FLEITAS, 2006). En tales términos se expresaba su tradición discursiva.³ El yrigoyenismo implicaba la interposición estatal

² Ver al respecto de las divergencias en el seno del radicalismo de Jujuy durante la primera mitad del siglo XX los trabajos de María Silvia Fleitas (2006) y Adriana Kindgard (2001).

³ En cuanto al concepto de “tradición discursiva”, Ana Virginia Persello (1992, p. 73) sostiene que los partidos políticos “participan de un legado cultural, de una ‘tradición de discurso’”. Esta última categoría supone que las prácticas políticas se desarrollan de acuerdo a términos preestablecidos. Sugiere la autora que cada coyuntura histórica genera un “clima de ideas” específico con respecto a los términos propios de las tradiciones de discurso. Los partidos participan de este clima, ya fuere reforzándolo o combatiéndolo. Persello colige categóricamente que “la discursividad y el comportamiento del radicalismo son inexplicables sin este punto de partida” (PERSELLO, 1992, p. 73). El concepto de “tradición discursiva”, aunque en otro registro, fue abordada también por Sheldon Wolin (1973).

de límites a los monopolios, la preconización de la democratización de la tierra y la ponderación de la nacionalización de los recursos naturales y los servicios públicos (BRAUNER RODGERS, 1990). Otros principios que caracterizaban a esa línea suponían la preocupación en torno a la justicia social; este elemento comportaba la intervención del Estado en los conflictos de clase y conllevaba que el mismo garantizase “leyes que establecieran salarios compensadores [...], el derecho a la subsistencia, el derecho al trabajo, leyes de seguro por accidente, vejez, enfermedad y paro forzoso” (PERSELLO, 2007, p. 128).

En Jujuy durante décadas el yrigoyenismo, liderado por Tanco, daría cuenta de una postura que preconizaba lo popular en detrimento de las incumbencias de los conservadores. Esta facción radical participó activamente de la organización de los sectores populares e hizo ostensible una militancia ardua contra la patronal en diversos sectores de la provincia, sobre todo en la Puna (FLEITAS, 2006; FLEITAS; KINDGARD, 2006). Hasta la emergencia del peronismo, el radicalismo yrigoyenista fue el rival que más porfiadamente enfrentó a los intereses azucareros. Como contrapunto, fue objeto de una persecución obstinada, sobre todo durante la década de 1930, en la medida que los conservadores se hicieron nuevamente con las instituciones gubernamentales (KINDGARD, 2001).

El advenimiento del peronismo –a mediados de la década de 1940– modificó el estado de las correlaciones entre los actores que pugnaban en el campo político provincial. Principalmente, rearticuló el dispositivo de representación de los intereses populares, en cuanto el radicalismo se vio menoscabado en beneficio del peronismo. El liderazgo en la beligerancia contra los ingenios, la execración de su figura y la representación de los sectores populares ya no sería propiedad exclusiva del radicalismo.⁴

⁴ Las tribulaciones del radicalismo se enmarcaban dentro de la crisis general del partido, y se extendía por el conjunto del territorio nacional. El advenimiento del peronismo conllevó, de acuerdo a Persello (2007, p. 146), dos interrogantes fundamentales para la UCR: a qué oponerse y cómo oponerse. La emergencia del peronismo supuso para el Partido Radical una encrucijada considerable; el apoyo popular que gozaba el gobierno peronista “lo obligó a redefinir su rol opositor en dos niveles: el de los contenidos doctrinarios y el de las estrategias a instrumentar”. Bajo el liderazgo del sector intransigente, los

La lucha popular sería guiada desde entonces –junto a otros actores de novedosa aparición, como los laboristas– por militantes del propio seno del yrigoyenismo que trasvasaron las fronteras del partido radical en dirección a las huestes de Juan Domingo Perón.

Aun dado en general el carácter ecléctico del peronismo, en Jujuy este último se conformó sin elementos provenientes del conservadurismo (como ocurrió en las provincias de Salta y Córdoba), mediante la sola confluencia del laborismo y de un sector importante del yrigoyenismo. Esta restricción le confirió matices genuina y mayoritariamente antioligárquicos; y en la medida que la UCR quedó plenamente en manos del sector yrigoyenista, en 1945, ambas organizaciones compartieron esa matriz común (KINDGARD, 2001). Incluso enfrentados, el peronismo y el radicalismo lidiarían contra los intereses del capital azucarero durante la siguiente década y bregarían a favor del bienestar de la clase obrera. Esta convergencia se haría ostensible de manera pública sobre todo a partir de 1952, a través de la participación de la UCR en la Legislatura (AUTOR, 2014).

No obstante los principios ideológicos compartidos y los objetivos coincidentes –expresados cabalmente en la consigna de cancelar los resabios “feudales” de los ingenios–, peronistas y radicales se sumirían en relaciones con evidente profusión de desacuerdos y conflictos. Numerosas políticas propugnadas por el peronismo fueron descalificadas por la UCR, cuestionando la presunta naturaleza autoritaria de las mismas y poniendo en evidencia los rasgos propios del antiperonismo. Esta ambivalencia le procuró sus rasgos distintivos a las prácticas y discursos del radicalismo durante el período estudiado (AUTOR, 2014).⁵

lineamientos que se impusieron durante las gobernaciones peronistas no difirieron sustancialmente con respecto al período antecedente. Se contemplaba además la reforma agraria, que suponía “el reparto de la tierra vía expropiación de latifundios, un plan de colonización y comercialización directa de la producción sin la intervención del Estado” (PERSELLO, 2007, p. 149). Señala la autora que la agenda de los años peronistas compartía con la de los años 30 la preconización de la política agraria, la cuestión petrolera y las nacionalizaciones; a diferencia de la precedente, añadía ahora el problema de la industrialización. La política agraria del peronismo sería fuertemente cuestionada, fundamentalmente a partir de 1954, en función de la “subsistencia del latifundio”.

⁵ Una mirada detallada sobre las prácticas y discursos del radicalismo durante el primer

Sobre la connivencia radical con el gobierno peronista

La tradición yrigoyenista, que compartían el peronismo y la UCR, supuso, no obstante las fuertes disputas entre uno y otro bando, la colaboración del radicalismo durante el tratamiento de diversos proyectos de ley presentados en la legislatura provincial por el gobierno peronista.⁶ La tesitura asumida por los radicales en este distrito no fue exclusiva del mismo, en cuanto en las instituciones parlamentarias nacionales se observó fenómenos similares. Durante la primera gestión peronista, como señala Claudio Belini (2001), el radicalismo de corte intransigente había coincidido con el oficialismo en el tratamiento de proyectos vinculados a las políticas de industrialización.

Cabe señalar que el programa de la UCR de 1951 contemplaba las siguientes premisas:

En el campo, extirpar el latifundio, nacionalizar los frigoríficos, descentralizar las redes ferroviarias, y mecanización e intervención estatal [...] En el área urbana, planificación industrial [...], desarrollo de la industria pesada, política selectiva de importaciones, nacionalización del petróleo y búsqueda de un mercado latinoamericano para la producción (PERSELLO, 2007, p. 150-151).

García Sebastiani (2005) apunta a propósito que la plataforma del radicalismo ante las elecciones de 1951 comportaba una visión benévola con respecto a la política distribucionista y las nacionalizaciones, más otras propuestas sostenidas por la intransigencia, como la reforma agraria, “la nacionalización del petróleo, de los servicios públicos y los frigoríficos” (p. 249).⁷ Estos lineamientos, propios de la tradición yrigoyenista, permiten

peronismo puede encontrarse en el trabajo de Adriana Kindgard (2001).

⁶ Sobre la dinámica del Poder Legislativo durante el período abordado, de fuerte sujeción al Ejecutivo, consultar los trabajos de Claudio Belini (2001) y Marcela García Sebastiani (2003; 2005).

⁷ No obstante, asevera García Sebastiani (2005, p. 247), la plataforma radical para las elecciones

comprender las bases del entendimiento que la UCR de Jujuy con algunas de las medidas impulsadas por el gobierno peronista.

En cuanto a esta provincia, las propuestas del oficialismo ganaron la simpatía de los radicales específicamente sobre dos cuestiones fundamentales: los trabajadores y, con mayor énfasis, los ingenios azucareros. El sustento de estas leyes se basaba en la tradición discursiva del radicalismo yrigoyenista, invocada junto a su historia de manera recurrente en el debate parlamentario. Los congresales de la UCR enmarcaban su performance en el desarrollo histórico de su partido, que habría defendido a rajatabla al movimiento obrero argentino.⁸ Ambos partidos coincidieron entonces –no sin altercados en torno a los matices de las proposiciones en discusión– en la sanción de disposiciones orientadas al beneficio de los asalariados. Al respecto, los diputados de la Unión Cívica Radical declararon:

Concorde con principios fundamentales que ha sustentado siempre el programa de gobierno del autentico radicalismo; esto es, de progreso en las conquistas [...] que tengan algún significado para la clase trabajadora, estamos y estaremos siempre de acuerdo, con la mayoría peronista.⁹

Los radicales jujeños sustentaron así diversos proyectos de ley, como la entrega al gremio ferroviario “La Fraternidad” de terrenos para la construcción de su sede,¹⁰ la redefinición de la escala salarial de los empleados de la administración pública, la creación de bibliotecas en los establecimientos de las empresas y la reformulación de la Ley de jubilaciones y pensiones.¹¹

de 1951 privilegió “la recuperación de la libertad, la democracia y la moral”. Estos aspectos, no considerados en el presente artículo, son abordados también por Persello (2007).

⁸ Archivo de la Legislatura de la provincia de Jujuy (en adelante, AHL). Ve.ta. 08. Versiones taquigráficas. 24° Sesión ordinaria. 29 de septiembre de 1952.

⁹ AHL. Ve.ta. 09. Versiones taquigráficas. 19° Sesión ordinaria. 29 de julio de 1953.

¹⁰ AHL. Ve.ta. 09. Versiones taquigráficas. 9° Sesión ordinaria. 10 de junio de 1953.

¹¹ AHL. Ve.ta. 09. Versiones taquigráficas. 31° Sesión ordinaria. 16 de septiembre de 1953. No obstante las coincidencias, la querrela en torno a la cuestión sindical giraría también en torno a la naturaleza que el peronismo le habría impreso al movimiento obrero. A lo

Se destacaron sin embargo –por la resonancia que tendría en lo que concernía a la problemática de la industria azucarera en particular y a la esfera socioeconómica en general– las intervenciones coadyuvantes de los dos bloques en el tratamiento de la expropiación de terrenos pertenecientes al Ingenio Ledesma para la construcción de casas destinadas a los obreros de dicha empresa.¹²

Transcribimos *in extenso* los planteamientos del radicalismo (en diversos momentos del período) a propósito de las deliberaciones en torno limitar el campo de acción de los ingenios:

Pongamos la fuerza política del Estado para comenzar a romper el feudo. Expropiemos en el Ingenio Ledesma, para que allí afirmemos en la práctica, el principio de la libertad [...]. Las expropiaciones para la ampliación del pueblo Libertador General San Martín, no resuelven el problema y que es menester realizar las expropiaciones en Ingenio Ledesma para que los empleados y obreros puedan adquirir su propia vivienda. Y luego, continuar la obra orientándola siempre con el propósito de liberación, expropiando tierras de esa compañía, en lucha contra el latifundio, para asentar allí, en ese suelo jujeño, familias de trabajadores que desde hace muchas generaciones fertilizan con su sudor, con el sacrificio y con sus vidas, esas tierras que el Ingenio explota acrecentando sus cuantiosas riquezas.¹³

La tierra no puede ser una mercancía ni factio de enriquecimiento de pocos y empobrecimiento de muchos. Ella, como fuente de producción, debe cumplir una función social, por cuya causa no se concibe su

largo del período, las fuerzas radicales recriminarían al Partido Peronista la sujeción a la que se habría sometido a los trabajadores. Entendían los opositores que el gremialismo debía desarrollarse con prescindencia de las simpatías políticas y de la sujeción a un organismo central en manos del Estado; solo de esta manera los obreros se encontrarían en condiciones “de desenvolverse con amplia libertad y con posibilidades de desarrollo”.

AHL. Ve.ta. 08. Versiones taquigráficas. 24º Sesión ordinaria. 29 de septiembre de 1952.

¹² AHL. Ve.ta. 09. Versiones taquigráficas. 19º Sesión ordinaria. 29 de julio de 1953.

¹³ AHL. Ve.ta. 10. Versiones taquigráficas. 9º Sesión extraordinaria. 21 de enero de 1954.

acaparamiento. Tiene la lucha por el parcelamiento de la tierra un profundo contenido humano y por eso la reforma agraria se plantea como una aspiración de pueblo en sus grandes decisiones de emancipación. En nuestra provincia el acaparamiento de la tierra ahoga su economía. Grandes fuerzas del privilegio, extranjeras y nacionales, mantienen la tierra en su poder. Así existen los latifundios, los que hasta ahora permanecen intactos, sin ser lesionados en lo mas mínimo por las reformas que impone el progreso y la civilización. [...] El acaparamiento de la tierra en nuestra provincia se representa en los ingenios azucareros.¹⁴

Los planteamientos de la UCR acerca de las políticas planteadas por el peronismo hicieron ostensible la reproducción de tópicos de la tradición discursiva yrigoyenista, como la ponderación del sector obrero (en cuanto sujeto de la explotación), la interposición de límites a los monopolios, la democratización de la tierra y la intervención estatal en la realización de estas tres primeras cuestiones. La disputa en torno a la apropiación del espacio estaba dada en el contraste entre la falta de vivienda para los trabajadores y sus familias y la tenencia de vastas propiedades, expresada en términos de “feudo” y “latifundio”. Estos le conferían cierta especificidad al concepto de “oligarquía”, encarnada en la patronal local y foránea.

El tópico concerniente al monopolio territorial implicaba la desestructuración no solo del régimen de tenencia de la propiedad sino también del dominio que ejercían las empresas azucareras en sus áreas de influencia. En este sentido, la reforma agraria comportaba un mecanismo que no solo favorecería el acceso de los obreros a la tierra, sino que irrumpiría contra el dispositivo de coerción de los ingenios; la aprobación de la bancada radical con respecto a la sanción de instrumentos legales que limitasen el poder de los ingenios supuso un corpus de categorías que se organizaron en torno al principio estructurador de la “libertad”.

No obstante, la concomitancia entre los planteamientos de peronistas y radicales sobre esta problemática disponía de ciertas limitaciones, en

¹⁴ AHL. Expediente n. 18-B-1955.

cuanto los últimos demandaron que el Estado provincial operara de manera expeditiva. Así, los congresales de la UCR solicitaron al gobierno continua e insistentemente que se sancionaran de una vez sus propios proyectos de ley para la expropiación de tierras a los ingenios Ledesma y Río Grande con fines de colonización.¹⁵ La propuesta presentada por el radicalismo en 1955 contemplaba que se declarase de utilidad pública y sujetas a expropiación tierras de los ingenios. Reclamaron al oficialismo qué poco había hecho al respecto del problema vinculado a la tierra y los ingenios, acusándolo además de generar privilegios a los últimos.¹⁶

Sin dudas, las inculpaciones recuperadas en el párrafo precedente se enmarcaron en el escenario de beligerancia radicalizada entre peronismo y antiperonismo, que aunque alcanzó un importante nivel de violencia entre fines de 1954 y septiembre de 1955 (SPINELLI, 2005), en esta provincia se expresó fundamentalmente en el cambio de posición del radicalismo ante el peronismo. Si años anteriores la UCR había mantenido una tesitura parcialmente conciliatoria, en este nuevo contexto, sin perder de vista la tradición discursiva yrigoyenista, embistió categóricamente contra el gobierno peronista.

Las postrimerías del peronismo: el antiimperialismo como principio

Como se señaló sobre el final del apartado precedente, la UCR de Jujuy evidenció un giro considerable en su posición frente al peronismo en el marco de radicalización del conflicto entre peronismo y antiperonismo. El inconformismo no solo se manifestó sin ambages, sino que se incrementó considerablemente al calor del escenario nacional.

Es necesario recordar que en virtud del peso de la tendencia yrigoyenista en el radicalismo, este último, entre 1952 y fines de 1954, dejó

¹⁵ AHL. Expediente n. 18-B-1955.

¹⁶ El argumento de los opositores suponía que el peronismo había omitido el artículo 13 de la constitución provincial sancionada en 1949: “Se adoptarán las medidas necesarias para el fraccionamiento de los latifundios; para el desarrollo de la pequeña propiedad agrícola en explotación; para la creación de nuevos centros de población con las tierras y agua que le sean indispensables y para el fomento agrícola ganadero”. AHL. Expediente n. 18-B-1955.

sentada una posición de clara connivencia con el peronismo en lo que concernía a políticas de corte laboral o aquellas que suponían límites al poder de los ingenios. No obstante, la UCR no dejó de cuestionar en ningún momento los medios de los que se servía el peronismo para la consumación de su programa. La preocupación del radicalismo pasaba por la orientación gubernamental, que concebían como autoritaria.

Ahora, en el pasaje al último año de gobierno peronista, el radicalismo jujeño preconizó los lineamientos que el clima del momento demandaba a los partidos opositores; las exigencias de la UCR local se centraron fundamentalmente en los reclamos en torno a los contratos con las empresas petroleras extranjeras.

Así, el equilibrio que había caracterizado al radicalismo jujeño (entre la connivencia y la condena) cobró un nuevo rumbo: toda complicidad con el peronismo fue escamoteada y se preconizó una posición taxativamente contrapuesta. De esta forma, la tradición nacionalista del yrigoyenismo confrontó con el peronismo, acusándolo de entregar los recursos del país al capital extranjero. El radicalismo quedó sujeto así a la dinámica del contexto político y a la lógica funcional partidaria, embarcándose en una cruzada de cerrada oposición al peronismo.

En la presentación de proyectos orientados hacia los ingenios, no obstante, tales propuestas –presentadas durante los últimos doce meses de gestión peronista– tenían un tinte claramente antiperonista en cuanto acusaban al gobierno de colaborar con las empresas azucareras y de entregar al capital extranjero las explotaciones de recursos hidrocarbúricos. Así, una de las formas mediante las cuales el radicalismo confrontó al peronismo se basó en preconizar y exacerbar sus rasgos nacionalistas.

En este sentido, uno de los puntos conflictivos entre radicales y peronistas que emergió en la nueva coyuntura estuvo constituido por la sanción de la ley que autorizaba a la Standard Oil, compañía de capitales estadounidenses, la explotación de los patrimonios petrolíferos del país.¹⁷ Los argumentos en oposición a tal normativa fueron presentados por

¹⁷ Un análisis detallado sobre la cuestión puede encontrarse en el trabajo de Fernando Dachevsky (2014).

el radicalismo en un proyecto ley, en mayo de 1955, ante la legislatura provincial. La UCR esperaba lo siguiente:

Que el Poder Ejecutivo y el Congreso de la Nación, no aprueben los convenios recientemente firmados por el Ministro de Industria con la Standar Oil de California y Compañía California Argentina de Petroleo S. A., con asiento en Delaware (Estados Unidos), por los que se entrega la explotación del petroleo de importantes zonas argentinas, a empresas extranjeras.¹⁸

En la misma declaración, la UCR ponía de manifiesto la expectativa de que el propio gobierno nacional financiara las actividades de YPF, “para que se intensifique la producción de petróleo para alcanzar el abastecimiento interno”.¹⁹ La enérgica defensa de las riquezas naturales era coincidente con las orientaciones de la mesa nacional.

Tal perspectiva abrevaba no solo en el escenario abierto por el convenio con la empresa estadounidense, sino también en la histórica posición del partido en lo que concernía a la política sobre los hidrocarburos. La bancada radical declaró que siempre había amparado los recursos petrolíferos de ser entregados a empresas foráneas.

Fueron numerosas las referencias a la historia del radicalismo, en la cual tenían lugar no solo los hechos glorificados sino también la otredad. En las disputas con el peronismo hubo una profusión de referencias a la década del 30, que se constituyó ante los radicales como un momento de gran significación; el golpe 6 de septiembre fue concebido como una instancia pergeñada y financiada “por el imperialismo yanqui”. Tal hecho fue comprendido como una invasión, orientada a estabilizar “los intereses económicos de los trusts capitalistas extranjeros”.²⁰

La historia de la infiltración económica a través de la explotación del petroleo por los capitales extranjeros, es

¹⁸ AHL. Diario de sesiones. 1ª Sesión Ordinaria. 10 de mayo de 1955.

¹⁹ AHL. Expediente n. 5-B-1955.

²⁰ AHL. Expediente n. 5-B-1955.

la historia de los pueblos sometidos que han desgarrado su soberanía y se vieron envueltos en acciones de fuerza que lesionaron su democracia y el derecho de autodeterminación. [...] Defender el petróleo y oponerse a la enajenación de sus fuentes, significa combatir por la dignidad y la soberanía nacional. [...] Yrigoyen, leal a los intereses y sentimiento de la argentinidad, levantó banderas de liberación para afirmar la independencia económica del país.²¹

La postura jujeña compartía en general la crítica al gobierno peronista, sobre todo en materia de políticas energéticas, incluyendo, por supuesto, la defensa de los yacimientos petrolíferos. Despojó de legitimidad el convenio con la Standard Oil, y advirtió al oficialismo que no reconocería ningún otro acuerdo que comprometiese “la soberanía o el libre desarrollo nacional”.²²

Para los legisladores radicales, los argumentos del gobierno nacional —la insuficiencia de la producción petrolífera para alcanzar siquiera el 40 por ciento de la demanda del mercado interno— constituían una serie de falacias; en rigor, la UCR entendía que la propuesta del gobierno liderado por Perón no conllevaba sino meras justificaciones para “entregar la explotación del petróleo a los capitales extranjeros”.²³ Paralelamente, expresó su confianza en Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), enfatizando las competencias de las empresas nacionales. Así el problema en torno al “contubernio” con la empresa foránea abrevaba tanto en la nacionalización de los recursos como en la limitación al capital extranjero.

Conclusiones

La trayectoria de la fracción yrigoyenista de la Unión Cívica Radical de la provincia de Jujuy hizo ostensible durante varias décadas una tesitura

²¹ AHL. Expediente n. 5-B-1955.

²² AHL. Caja DOC. 106. 1955. Carpeta “AÑO 1955. Sala de sesiones”. Petróleo, guerra e independencia económica.

²³ AHL. Expediente n. 5-B-1955.

popular, orientada a la confrontación con la patronal local y el capital foráneo. Este lineamiento se manifestó también durante el gobierno peronista, y fue expresado sobre todo durante los ejercicios legislativos desde 1952. En este sentido, el radicalismo, nutriéndose de tales principios, favoreció proyectos de ley que habrían de beneficiar a los asalariados e impactarían fundamentalmente contra la oligarquía azucarera y las explotaciones extranjeras de los recursos nacionales.

El posicionamiento de la UCR frente a estas cuestiones hizo posible por un lado la connivencia con la gestión peronista. Aun dadas ciertas reticencias –trazadas en oposición al carácter autoritario conferido al peronismo–, el radicalismo dio continuidad a un corpus de prácticas y discursos orientados a sostener el lugar del Estado en un proceso de intervención abocado al cese de la explotación de los trabajadores y el monopolio de la tierra y a clausurar la dominación ejercida por los ingenios. En estos puntos, las coincidencias con el peronismo fueron categóricas, como lo fue también el acompañamiento dispensado a este último.

Por otro lado, aunque en un contexto de alta conflictividad, la matriz yrigoyenista benefició también una postura divergente con el gobierno peronista. Dando rienda a la exacerbación de una lectura de carácter nacionalista, evidenciada en el tratamiento de los asuntos en torno a la problemática de los hidrocarburos, el radicalismo le brindó una naturaleza específica a su forma de antiperonismo. Sin concurrencias posibles con el peronismo, la UCR asumió un antagonismo basado en otorgarse a sí misma un carácter verdaderamente progresista.

Bibliografía

- BELINI, C. Parlamento, partidos políticos y política industrial en la Argentina (1946-1955). *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana «Dr. Emilio Ravignani»*, Buenos Aires, n. 9, p. 85-96, 2001.
- BRAUNER RODGERS, S. El nacionalismo yrigoyenista (1930-1943). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv, v.1, n. 2, p. 79-98, 1990.

- DACHEVSKY, F. Nacionalismo petrolero y peronismo. De la nacionalización de la tierra al régimen de contratos (194-1955). *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, n. 23, p. 267-286, 2014.
- FLEITAS, M.; KINDGARD, A. Entre la legalidad y la proscripción. Políticas públicas y lucha obrera en Jujuy. In: TERUEL, A. y LAGOS, M. (Dir.). *Jujuy en la historia*. De la colonia al siglo XX. San Salvador de Jujuy: Ediunju, 2006, p. 185-239.
- FLEITAS, M. “¡Hoy los hijos del pueblo ya no deben arrastrar cadenas!”. El Radicalismo en Jujuy de los años 20. Miguel A. Tanco, el “hombre que levantará al obrero y hará feliz la vida del pueblo”. *Historiapolitica.com*, 2006. Disponible en <historiapolitica.com/datos/biblioteca/fleitas.pdf>. Consulta en: 29 de octubre de 2016.
- GARCÍA SEBASTIANI, M. The Other Side of Peronist Argentina: Radicals and Socialists in the Political Opposition to Perón (1946-1955). *Journal of Latin American Studies*, New York, v. 35, n. 2, p. 311-339, 2003.
- _____. *Los antiperonistas en la Argentina peronista*: radicales y socialistas en la política argentina entre 1943 y 1951. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- KINDGARD, A. *Alianzas y enfrentamientos en los orígenes del peronismo jujeño*. San Salvador de Jujuy: Unidad de Investigación en Historia Regional, FHYCS, UNJU, 2001.
- _____. Procesos sociopolíticos nacionales y conflictividad regional. Una mirada alternativa a las formas de acción colectiva en Jujuy en la transición al peronismo. *Entrepasados*, Buenos Aires, n. 22, p. 67-87, 2002.
- LAGOS, M. Conformación del mercado laboral en la etapa de despegue de los ingenios azucareros jujeños (1880-1920). In: CAMPI, D. (Comp.). *Estudios sobre la historia de la industria azucarera argentina II*. San Salvador de Jujuy: Unidad de Investigación en Historia Regional (UNJU), Universidad Nacional de Tucumán, 1992, p. 51-90.
- PERSELLO, A. *La historia del radicalismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- _____. Radicalismo y régimen autonómico. *Estudios Sociales*, Santa Fe, v. 3, p. 73-85, 1992.
- SPINELLI, M. *Los vencedores vencidos*. El antiperonismo y la «Revolución Libertadora». Buenos Aires: Biblos, 2005.

- SPINELLI, M. La construcción del Frente Nacional en la Argentina post-peronista, 1955-1958. ¿Una estrategia electoral o un proyecto político modernizador? *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv, v. 3, n. 1, p. 93-108, 1992.
- TERUEL, A.; FLEITAS, M. Historiando las revelaciones de Bialet Massé en torno a los trabajadores y conflictos sociales en los ingenios de Jujuy. In: LAGOS, M.; FLEITAS, M.; BOVI, M. (Comp.). *A cien años del informe Bialet Massé. El trabajo en la Argentina del siglo XX y albores del XXI*. t. 1. San Salvador de Jujuy: Ediunju, Unidad de Investigación en Historia Regional, 2004, p. 135-155.
- TERUEL, A.; LAGOS, M. Y.; PEIROTTI, L. Los valles orientales subtropicales: frontera modernización azucarera y crisis. In TERUEL, A.; LAGOS, M. (Dir.). *Jujuy en la historia. De la colonia al siglo XX*. San Salvador de Jujuy: Ediunju, 2006, p. 435-464.
- WOLIN, S. *Política y perspectiva: continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

*Travestis e transexuais no jornal 'Lampião da Esquina' durante a ditadura militar (1978-1981)**

EDLENE OLIVEIRA SILVA*¹

Universidade de Brasília

ALEXANDRE MAGNO MACIEL COSTA E BRITO*²

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Resumo: Esse artigo analisa as representações das travestis e transexuais nos discursos do jornal *Lampião da Esquina* entre 1978 a 1981, período de circulação do periódico. O *Lampião* foi um marco na defesa da diversidade sexual e de gênero durante a ditadura militar, por sua influência na construção e lutas do movimento homossexual no Brasil. O estudo dessa fonte permite, por um lado, conhecer a resistência às ações violentas do regime autoritário contra travestis/transexuais. Por outro lado, possibilita compreender como a travestilidade e a transexualidade estavam sendo representadas no imaginário de um jornal homossexual em pleno Estado de exceção no Brasil.

Palavras-chave: Transexuais; Lampião da Esquina; Ditadura.

Abstract: This paper analyses the representations of transgender and transsexuals in the discourses of the newspaper *Lampião da Esquina*, between 1978 and 1981, the journal's circulation period. This newspaper was a mark to the defense of sexual and gender diversity under the military dictatorship for its influence on the fight and building of the homosexual movement in Brazil. The study of this source allows us, on one hand, knowing their resistance to the violent acts from the authoritarian regime against transgender/transsexual people. On the other hand, it allows us to comprehend how the transsexuality were being represented on the imaginary of a homosexual newspaper in the middle of Brazil's State of Exception.

Keywords: Transsexuals; Lampião da Esquina; Dictatorship.

* Recebido em 29/09/2016 e aprovado para publicação em 20/05/2017.

¹ Doutora em História pela Universidade de Brasília e professora adjunta na área de Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade de Brasília. Coordenadora do LABEH (Laboratório de Ensino de História da UnB).

² Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília; Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (2014). Graduado em Licenciatura em História pela FECLISF (1999), atual UEG-Formosa/GO. Atua como Professor efetivo de História da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde o ano de 2002 e desenvolve projetos voltados às questões de gênero nas escolas.

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi um período de perseguição e de violência contra qualquer diversidade sexual e de gênero. Dentre os vários argumentos utilizados pelos militares para perseguir lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, haviam acusações de que essas eram pessoas subversivas, constituíam uma ameaça à segurança nacional, à família, à moral prevalente e aos bons costumes, como revelou o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo a CNV (2014, p. 291-292), tais discursos legitimavam a violência direta contra essa população, as violações de seu modo de viver, de socializar e do direito ao trabalho, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade, e a proibição de qualquer organização política desses setores. A censura da imprensa e de diversões públicas foi imprescindível no silenciamento das discussões sobre gays, lésbicas, travestis e transexuais como evidencia a Lei de Censura prévia à Imprensa¹ que veio reforçar as determinações do AI-5.

Durante a ditadura surgiram inúmeros periódicos² da chamada imprensa alternativa,³ dentre eles, o *Lampião da Esquina*, que se opunha ao regime militar. Como pontua Garcia e Schultz, esse impresso vai produzir

¹ O Decreto-Lei n. 1.077 de 1970 visava “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade”: Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários a moral e os bons costumes; Considerando que tais publicações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira; Considerando que o emprego desses meios de comunicação obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional, decreta: Art. 1 Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm>. Acesso em: 14/07/2016.

² *Pasquim* (RJ), *Opinião* (RJ), *Movimento* (SP), *Lampião da Esquina* (RJ), *Em Tempo* (SP), *Brasil Mulher* (SP), *Beijo* (RJ), *Ex* (SP), *Versus* (SP) e tantos outros.

³ Publicação jornalística não mercadológica de caráter político que procurava driblar a censura e dar voz às ideias destoantes do autoritarismo da direita militarista. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionário: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

“um discurso politizador acerca das questões referentes à sexualidade, especialmente aos homossexuais, garantindo os direitos a um grupo até então reprimido e ‘invisível’ para o Estado” (2014).

O *Lampião da Esquina* debateu abertamente a temática homossexual, contribuindo para a construção e o fortalecimento de identidades sexuais e de gênero, marginalizadas, através da valoração positiva do termo “bicha” e da oposição ao autoritarismo, combinando “um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474). O *Lampião* lutou pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ao defender a despatologização da homossexualidade, denunciar as violências contra os LGBT⁴ e reivindicar a liberdade de expressão das múltiplas identidades de gênero.

Cabe ressaltar que a ideia de criar o periódico surgiu após a visita ao Brasil de Winston Leyland, editor chefe da revista homossexual norte-americana *Gay Sunshine*. A iniciativa tomou corpo depois de uma reunião na casa do pintor Darcy Penteado com a presença de dez pessoas, além do próprio Darcy, que compuseram o conselho editorial do periódico, como o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o novelista Aguinaldo Silva, o escritor João Silvério Trevisan, o ativista pioneiro dos direitos homossexuais João Antônio Mascarenhas e o antropólogo Peter Fry (MACRAE, 1990, p. 39).⁵ O lançamento do *Lampião da Esquina* é considerado por muitos pesquisadores o marco zero do movimento homossexual brasileiro, tanto que o jornal influenciou a criação do primeiro grupo de ativismo gay no país, denominado SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em São Paulo em 1979 (PRATA, 2008, p. 14-15).

⁴ A sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi adotada no Brasil após a 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008. Portanto, o termo não existia no período da ditadura, mas será utilizado neste artigo como sinônimo que melhor resume a diversidade sexual e de gênero.

⁵ Os demais editores eram Adão Costa, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt e Gasparino Damata.

Com 41 edições, sendo 3 extras, o *Lampião* teve tiragem de 15 mil exemplares e é uma importante fonte histórica para os estudos sobre as representações, o ativismo e a repressão da população LGBT durante o regime militar. A análise desse periódico permite, por um lado, conhecer a resistência às ações violentas do regime autoritário contra travestis/transsexuais. Por outro lado, possibilita compreender como a travestilidade e a transexualidade estavam sendo representadas no imaginário de um jornal homossexual em pleno Estado de exceção no Brasil. A edição número zero do *Lampião* traz na manchete de capa o caso do jornalista Celso Curi, correspondente do *Jornal Última Hora* de São Paulo que foi processado por publicar *A coluna do meio* entre 1976 e 1977, dirigida ao público homossexual.

Ainda que o *Lampião da Esquina* tenha sido uma voz em defesa das identidades sexuais e de gênero perseguidas e consideradas desviantes, em alguns momentos o periódico reforça estereótipos e preconceitos a respeito das travestis e transexuais. É importante sublinhar que, no período ditatorial, as fronteiras entre o conceito de travesti e de transexual não eram claras. Essas identidades de gênero se confundiam nos discursos dos documentos do regime militar e em outros registros, tanto no entendimento das próprias travestis e transexuais, quanto no das pessoas que se referiam a elas.

Cruzando fronteiras da masculinidade: travestismo, séculos XVI-XIX

As travestis, na acepção de homens que se comportam e se trajam de forma distinta de seu sexo biológico e se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo, aparecem em diversas fontes dos séculos XVI-XIX. Mas há poucos registros sobre elas na historiografia brasileira. Com relação ao período colonial, Ronaldo Vainfas cita em sua obra *Os Trópicos do Pecado* a história de duas travestis. A primeira é a de Francisco Manicongo (2010, p. 218):

[...] também conhecido como Francisco Congo, escravo de um sapateiro na Bahia do século XVI. Francisco fora duas vezes denunciado, inclusive por um escravo dos jesuítas, “de usar o ofício de fêmea” nas relações

que mantinha com outros negros. Travesti, recusava-se a usar “o vestido de homem que lhe dava seu senhor”, preferindo “trazer um pano cingido com as pontas por diante”, à maneira dos jimbandas do Congo, que, segundo o principal acusador, homem versado em costumes africanos, “era o traje utilizado pelos somítigos pacientes em terras guineenses e congolosas”

A associação entre a travestilidade do acusado e os hábitos dos *jimbandas* do Congo, terra natal de Manicongo, é apontada por Luiz Mott como sendo prática sexual corriqueira nessa região da África. No texto *Relações raciais entre homossexuais no Brasil*, Mott cita uma fonte de 1681, a *História Geral das Guerras Angolanas*, na qual o Capitão Cardonega (1992, p. 175), um militar português radicado em Angola, registrou:

Há entre os gentios de Angola muita sodomia, tendo uns com outros as imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome da terra: quimbandas. Nos quais no distrito ou nas terras onde os há, tem comunicação com outros homens. E alguns deles são finos feiticeiros para todo o mal e todo o mais gentio os respeita e os não ofendem em coisa alguma. Andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestindo como mulheres.

Segundo Mott, Manicongo (1992, p. 183) pode ser considerado um dos homossexuais mais corajosos do início do período colonial brasileiro, pois tinha fama de ser sodomita, andava “vestido de mulher” e, mesmo após ser repreendido pelo seu denunciante, continuou se comportando e se trajando de maneira contrária às convenções binárias de gênero/sexo que conformavam o imaginário colonial. Para a justiça da época Manicongo (1992, p. 183) cometia dois crimes: o de sodomia e o de “fingir ser de diferente estado e condição”, ou seja, ser “homem que se vestia em traje de mulher”. Do relato do Capitão Cardonega pode-se aferir que, se na colônia o comportamento de gênero/sexual de Manicongo era descrito como desviante, pecaminoso e imundo, no Congo ele era consentido, pois “todo o mais gentio os respeita e os não ofende em coisa alguma”. Tal

narrativa confirma a existência de outras sociedades, nos séculos XVI e XVII, nas quais as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo e com performatividade de gênero diferente eram aceitas.

Vainfas também faz referência ao caso da travesti Negra Vitória, nome adotado pelo escravo Antônio, natural do Benin, propriedade de Pedro Maniques. Em 1556, Negra Vitória foi presa pelo Santo Ofício em Portugal e descrita como um homem grande de corpo, mal-assombrado, sem barba, muito preto. Segundo Ronaldo Manoel Silva (2016, p. 164), ela foi denunciada por:

[...] fazer concorrência às prostitutas da Ribeira como se fosse uma delas. Vestida e toucada como negra, cometia os moços, mancebos e ratinhos trabalhadores que passavam e os levava detrás de umas casas, num lugar escuro, chamando-os com acenos e jeitos de mulher, provocando-os para pecar. Certa vez, foram vistos sete ou oito homens entrarem juntos enquanto os outros espreitavam e riam fora.

Ainda como informa Silva (2016, p. 164), Negra Vitória também mostrava os peitos quando questionada; “se era homem, deveria agir como homem”. De acordo com Vainfas (2016, p. 164-165), era tomada por uma fúria quando chamada de Antônio. Silva narra o episódio no qual Negra Vitória é presa pela Inquisição:

Certa ocasião, na Ribeira, um seu cliente mais observador se deu conta que Vitória era homem, apesar de usar saia, e gritou alto: “Aqui del Rei, somítigo!”. Acudindo muita gente, prenderam Antônio. Então descobriram “que era homem e trazia sua natura (pênis) amarrada com uma fita vermelha por entre as pernas, por trás, a qual todos viram, e o trouxeram amarrado com as mãos para trás, com a mesma fita, à casa de seu senhor, que no momento estava na missa”. Como não falava português fluentemente, os inquisidores chamaram um intérprete africano. Disse que era mulher e que “tinha um buraco na ilha”. Foi ordenado que os oficiais dos cárceres vistoriassem o negro. Amarrado com as mãos

nas costas, com as pernas abertas, numa escada (para se ver melhor), concluíram: “Damos fé que o dito Antônio tem natura de homem, sem ter buraco algum nem modo algum de natura de mulher”.

Pelos seus crimes, Vitória foi condenada ao degredo perpétuo nas Galés Del Rei. O fato de não aceitar ser chamada pelo seu nome masculino quando estava “montada”, relacionar-se sexualmente com homens, dizer que é mulher e que tinha uma vagina no lugar de um pênis mostra que, no século XVI, existiam pessoas que destoavam da naturalização do sexo biológico apontando outros caminhos possíveis de sexualidades e desejos mesmo sob um contexto de heterossexualidade compulsória e da atuação opressora da Inquisição.

A respeito do Brasil do século XIX, Jocélio Teles dos Santos (1997) afirma que:

[...] nos registros de rondas policiais da Bahia oitocentista, encontram-se, além das costumeiras repressões aos ajuntamentos de escravos, batuques e candomblés, referências à prisão de homens que se “vestiam de mulher” e mulheres que se “vestiam de homem”. Esse fato chama a atenção, já que por mais de três décadas, de 1853 a 1885, várias prisões foram efetuadas por este “crime”.

O autor narra a prisão do mendigo Manoel Francisco em 22 de fevereiro de 1854 que foi detido porque “vagava pela cidade vestido de mulher” (SANTOS, 1997, p. 157). Também conta o caso do africano livre João Paulo que havia sido encontrado “dentro das matas próximas ao Barbalho”, vestindo “camisa de algodão e saia de mulher”, e apresentando “diversos ferimentos”, em 25 de abril de 1865. João Paulo é descrito no boletim de ocorrência policial como “incorrigível” pelo fato de já ter sido punido, pelo mesmo motivo, sem alterar o seu comportamento (SANTOS, 1997, p. 164).

Apesar dos registros históricos de sua prática, o travestismo era visto de maneira pejorativa em diversos períodos históricos no Ocidente. Até nas sociedades greco-romanas, nas quais as relações sexuais entre homens eram

permitidas e incentivadas, a efeminação e os travestismos eram “um ultraje público inaceitável à dignidade de um cidadão” (CERQUEIRA, 2016, p. 52).

Essa concepção negativa está relacionada à imagem da virilidade considerada uma das principais virtudes exigidas ao cidadão grego e romano. A virilidade e a masculinidade eram definidas como polo positivo, e a efeminação e travestilidade nas relações eróticas entre homens era vista como polo negativo, inferiorizado, sendo considerada inclusive doença, como definiu Heródoto e Hipócrates (CERQUEIRA, 2016, p. 78). Segundo Jeffrey Richards (1993, p. 138), isso explica a grande reprovação pública de imperadores como Calígula e Nero, que se vestiam como mulheres e assumiam, dessa forma, o papel passivo nas relações homoeróticas, condutas contrastantes com o paradigma da virilidade.

Na Idade Média, o travestismo e a efeminação continuaram a ter uma conotação negativa e passaram a ser consideradas práticas criminosas. No entanto, havia uma diferença legal entre sodomia perfeita, relação sexual entre homens e travestismo (ORDENAÇÕES MANUELINAS, livro V, título 31, p. 90). Eram crimes distintos que poderiam ser cometidos juntos ou separadamente. Como vimos, os exemplos de Nega Vitória e de Francisco Manicongo no século XVI, encaixam-se nos crimes de sodomia perfeita e travestismo. Essas histórias nos permitem pensar na fragilidade do sistema binário e “natural” de gênero e conhecer pessoas que resistiram à virilidade e à heteronormatividade.

Entre maquiagens, plumas, pau e porrada: travestis e transexuais no *Lampião da Esquina*

Dados do Relatório da Comissão da Verdade esclarecem que a perseguição as travestis e transexuais fazia parte da política governamental da ditadura militar, “seja por atuação ou omissão do Estado, e levando em conta o preconceito e a discriminação com uma dimensão institucionalizada” (2014, p. 304). O relatório reitera que os homossexuais presos ou perseguidos politicamente acabavam sofrendo mais por serem classificados degenerados e pervertidos. Os militares comumente associavam a homossexualidade a

temas e a ações subversivas como uma espécie de proselitismo esquerdista ligado ao Movimento Comunista Internacional (CNV, volume II, 2014, p. 303). Na visão do regime, isso era um agravante na condição deles. Por essas razões, as matérias sobre as travestis e transexuais veiculadas no *Lampião da Esquina* foram instrumentos de luta de valor inegável para dar visibilidade às perseguições e às violações de direitos humanos dos LGBT, bem como dar voz às suas resistências e lutas.

No entanto, o *Jornal*, como dito, também veiculou, em certa medida, preconceitos contra as travestis e transexuais correntes no imaginário social da época, como veremos em matérias analisadas nesse artigo. A edição n. 4 de setembro de 1978 (p. 8) do *Lampião* traz uma reportagem sobre as travestis assinada por Rafaela Mambaba (uma mulher no *Lampião*?), que repete valores e significações discriminatórias sobre essas pessoas. O trecho da reportagem “[...] além de ativa, a nossa rapaziada é criativíssima. Basta olhar. Com beijos, plumas e algum paetê”, permite problematizações. A primeira delas é que a jornalista Rafaela Mambaba era fictícia; o autor da reportagem era um homem, pois não havia mulheres, travestis e transexuais na equipe do periódico. Outra questão é denominar as travestis de “rapaziada” e relacionar a atividade sexual delas ao sexo ativo (o que penetra), sem considerar outras possibilidades não binárias da expressão sexual da travestilidade.

Nesses corpos masculinos, “o feminino” se incorpora, mas não significa que “o masculino” foi abandonado, o que torna complexa uma definição determinante de gênero na travestilidade. Elas representam a transitoriedade dos gêneros e a não exclusividade do feminino e do masculino como atributos específicos ou naturais do homem e da mulher, ou seja, são uma concretização de que “a verdade interna do gênero é uma fabricação” (BUTLER, 2003, p. 195).

Na matéria da edição n. 35 de abril de 1981 (p. 5) *Homem/mulher: pra virar basta operar?*, o *Lampião* discutiu a transexualidade por meio de entrevistas com travestis que se prostituíam nas ruas do Rio de Janeiro perguntando a elas se fariam a operação de redesignação sexual. A resposta de Neuza: “Nunca, nem morta! Quero que a terra coma esta minha coisinha gostosa que até filho já fez”, desnaturaliza a relação entre sexo biológico,

identidade e orientação sexual. Ou seja, vestir-se como mulher não quer dizer necessariamente que se recuse o membro masculino. Neuza se identifica com seu pênis e fica claro em seu discurso a não necessidade de operar o membro masculino, motivo de infelicidade de parte das transexuais. Por outro lado, sua opinião pode ser um reflexo do falocentrismo em que só o pênis pode proporcionar prazer e garantir a reprodução biológica e a descendência de um indivíduo nascido do sexo masculino. A fala de Neuza serve para pensar que a transexualidade não é sinônimo da cirurgia de redesignação sexual:

Muitas pessoas transexuais se contentam em apenas retirar ou colocar mamas, tomar hormônios para ter ou não ter pelos no corpo, mas querem conviver com suas genitálias, ainda que muitas vezes não sintam prazer com elas (COLLING, 2013, p. 414).

As respostas de Shilly: “Cortar minha caceta? Never! Não quero ficar maluca!”, e a de Marlene Casanova:

Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. Na minha opinião é uma aberração. Eu nunca faria isto na minha vida. Nem que chegasse um bonito industrial, ao mesmo tempo milionário, e quisesse pagar tudo para que eu fizesse esta operação; minha resposta seria não.

São significativas, pois manifestam o imaginário hegemônico de que a cirurgia de redesignação está ligada à loucura e à depressão. Esse repúdio à cirurgia pode refletir a não aceitação de travestis pela sociedade, e isso pode interferir em decisões, como a de fazer a cirurgia de redesignação sexual. Para Silva (2007, p. 208):

Não aceito, ridicularizado, a travesti sente um incômodo e abre mão do signo do macho por excelência, aureolando-se – pelo sacrifício – ao direito de ser mulher. A dádiva, a renúncia aí contida como

que avaliza a densidade do projeto. Qualquer que o toque, doravante, não poderá mais considerá-lo irrisório. O sacrifício purifica o projeto. Ficam claras, desde então, duas grandes perspectivas em relação ao transexualismo. [...] Uma que radicaliza a perspectiva da produção cultural de gênero, tornando a dimensão biológica secundária na decisão. E uma outra que nega a existência de operação por mudança de sexo.

A resposta de Paula: “Dá licença, filhinho, tenho que atender um cliente agora. Depois eu respondo”, pode ajudar a entender o cotidiano das travestis que se prostituem. A garantia da sobrevivência muitas vezes não permite que elas possam planejar o futuro. E muitas vezes é exatamente o corpo de forma feminina com pênis que caracteriza o exotismo e o fetiche dos clientes que procuram travestis, muitos deles casados e que se autodeclararam heterossexuais (PELUCIO, 2007, p. 118-123). O atrativo diferencial da travesti estaria em seu membro, e cortá-lo poderia significar perder clientes e uma forma de sustento.

As narrativas das travestis comprovam que, apesar dos conceitos de travesti e transexual se confundirem durante esse período, a transexualidade era também percebida por algumas pessoas como uma identidade de gênero diferente da travestilidade. A transexualidade diversa da travestilidade consta na literatura médica, segundo Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi (2010), desde a década de 40. Harry Benjamin foi o primeiro médico que estudou pessoas transexuais, mas ainda não havia uma terminologia específica para esta condição. O termo transexual teve origem em um artigo do sexólogo David Cauldwell, publicado em 1949, no qual ele faz referência a um pedido de “transmutação” de mulher para homem, como um caso de *Transexualis Psychopathia*. Em 1975, o psiquiatra Robert Stoller afirmava que o fato de algumas crianças gostarem de brincadeiras ou de se vestirem com roupas de outro gênero poderia indicar uma sexualidade anormal. A explicação para a transexualidade estaria “na relação da criança com sua mãe, que, ao invejar os homens e ter um desejo inconsciente de ser como eles, ficaria tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele” (ÁVILA; GROSSI, 2010). Importante destacar que Stoller chega a duvidar

de um diagnóstico de transexualidade se o indivíduo não tiver uma mãe como ele a caracterizou (*apud* ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 2-3). Ou seja, a transexualidade fez parte de pesquisas específicas e diagnósticos médicos classificando-a como doença/distúrbio mental.

No Brasil, há referências de cirurgias de redesignação sexual antes da década de 90. Uma delas ocorreu em 1959 e foi noticiada pela revista *O Cruzeiro* (LUCON, 1959) que tratou do caso de Maura Maria que teve o sexo feminino atribuído ao nascer, mas não se identificava com ele e passou por duas cirurgias para se confirmar, aos 18 anos de idade, como Mario da Silva. Segundo a revista, ele foi operado em sua cidade natal, Itajaí-SC, pelo médico Dr. José Eliomar da Silva. Têm-se registros de uma ocorrência na década de 70, quando uma operação de redesignação sexual ficou famosa, pois o médico que fez a cirurgia foi condenado à prisão. Em 1971, no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo, Valdir Nogueira (Valdirene) realizou a redesignação sexual com o médico Roberto Farina. O procedimento, ocorrido em um hospital público, foi um sucesso. No entanto, o médico travou uma luta judicial com Estado ao ser acusado de “prática de lesões corporais”, levando à sua condenação por dois anos de reclusão. A criminalização do médico foi tratada pelo *Lampião da Esquina* em sua edição n. 5 de outubro de 1978 na matéria *Transsexualismo: um julgamento moral*. O texto critica à postura da justiça que ignorou o sucesso do procedimento cirúrgico, alerta para a necessidade de Valdirene de adequar seu sexo à sua identidade como uma questão vital do paciente, reivindica a ação do médico como um direito profissional e denuncia a condenação de Roberto Farina por concepções morais conservadoras, ainda que ancorada em argumentos legais.

O *Lampião* criticou a postura da imprensa tradicional representada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que publicou o fato como se a ação de Roberto Farina fosse danosa para a sociedade e ele, como se fosse um profissional incompetente, que teria cometido um erro médico. A veiculação do evento no programa do apresentador Flávio Cavalcanti que levou ao ar a polêmica com a participação da transexual José Edmilson da Silva, do médico Isaac Benchimol, da psicóloga Ana Lúcia e de Darcy Penteadado, membro do conselho do editorial do *Lampião da Esquina*. O programa era líder de audiência, portanto, um assunto “tabu” na ditadura alcançaria

milhões de telespectadores. A censura como confirma o relatório da Comissão Nacional da Verdade era uma forma de perseguir e invisibilizar travestis e gays, que impedia que o tema LGBT fosse falado e comentado na televisão e em jornais (2014, v. II, p. 302-303). A *Revista Militar Brasileira*, por exemplo, entusiasta do golpe,

[...] publicou artigos lamentando o declínio moral e o perigo da homossexualidade para a sociedade defendida por eles. Em 1968, no artigo *Rumos para a educação da juventude brasileira*, o general Moacir Araújo Lopes, membro do conselho editorial da revista, culpou a “infiltração comunista” feita por “pedagogos socialistas-radicais” como a causa do “desastre” cultural, religioso e sexual que a juventude vivia: “realmente, como designar a aceitação do homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, do uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adultério, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc., etc., etc.” Em 1969, o general Márcio Souza e Melo escreveu que “publicações de caráter licencioso [...] poder[ão] despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade, [...] contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes, [...] sendo uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso país e no mundo”. Já em 1970, na revista *Defesa Nacional*, um autor, que usou um pseudônimo, argumentou que a mídia estava sob a influência da “‘menina dos olhos’ do PC” e que os filmes e a televisão estavam “mais ou menos apologeticos da homossexualidade”. O general Lopes também publicou, na *Defesa Nacional*, um artigo contra “a subversiva filosofia do profeta da juventude” Herbert Marcuse, cuja filosofia promovia “homossexualismo” junto com “exibicionismo, fellatio e erotismo anal” e era parte de um plano de “ações no campo moral e político que [...] conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao paraíso comunista” (CNV, v. II, 2014, p. 302).

No debate, Edmilson descreveu sua vida de transexual e ouviu as opiniões dos comentadores, quase todas preconceituosas, como a da psicóloga Ana Lúcia e do Dr. Isaac Benchimol. O jornal (n. 5, 1978, p. 5) diz que:

Flávio apresentou Edmilson, e depois deu a palavra ao Dr. Isaac Benchimol, a quem coube dar a explicação científica: ele mostrou a diferença que há entre transexuais, travestis e homossexuais, mas ao falar destes últimos sofreu um escorregão que felizmente, não lhe foi fatal: deu a entender que existiam apenas homossexuais masculinos. A Dra. Ana Lúcia, uma psicóloga, falou a seguir: ela sustentou a tese de que o homossexualismo é consequência de uma educação falha (meu Deus: se fosse assim, as 17 milhões de crianças abandonadas que segundo o *Times*, o Brasil possui, formariam nos próximos anos um compacto exército de famintos homossexuais); e mostrou o quanto era liberal ao concluir: “Os homossexuais *não* têm culpa de ser assim”

Por outro lado, Darcy Penteado (n. 5, 1978, p. 5), um dos editores do *Lampião*, defendeu o médico e a necessidade da cirurgia:

A condenação do Dr. Farina é ridícula, porque o caso de Valdirene não é uma questão de “lesões corporais”, mas sim um caso de direitos humanos; o direito que cada um tem de dispor do seu próprio corpo, de fazer, sem prejuízo para os outros, o que lhe parece melhor e mais de acordo com sua consciência.

A história do médico Farina foi exemplar, servindo como alerta para coibir qualquer iniciativa semelhante. Não se tem divulgação de outras cirurgias de redesignação sexual efetuadas no Brasil até o final dos anos 90. Somente em 1998, na cidade de Campinas, ocorreu legalmente a primeira cirurgia no país. Todavia, o acesso ao procedimento continuou restrito. Para obter atendimento, os pacientes devem atender aos requisitos: maioridade, acompanhamento médico por especialistas de diversas áreas, por pelo menos dois anos e ter diagnóstico de transexualidade (Conselho Federal de Medicina, art. 4º, 1.955/10). A conclusão final à qual chegou os debatedores do Programa Flávio Cavalcante foi a de que Edmilson não conseguiria um profissional no Brasil que aceitasse realizar sua cirurgia, pois nenhum médico se arriscaria a enfrentar a justiça após a condenação de Farina.

Uma charge veiculada no *Lampião da Esquina*, na edição n. 35 de abril, 1981, evidencia o preconceito contra a transexualidade e a cirurgia de redesignação sexual.

Figura 1 - Charge do jornal *Lampião da Esquina*



Fonte: Levi (1981, p. 5).

A imagem representa a cirurgia, como se a operação do corpo fosse algo desconectado à identidade da pessoa. A ridicularização fica evidente ao expor a transexual usando o mictório de banheiro público na posição em pé. Além disso, charge confirma a ideia do senso comum de que transexuais são exclusivamente prostitutas pelas roupas que a personagem está vestindo.

Na matéria da edição n. 07 de dezembro de 1978, *Mônica Valéria: uma vida em segredo*, a travesti Mônica Valéria destaca que saiu de Carangola, no interior de Minas Gerais e foi para o Rio de Janeiro com o sonho de ser cantora, mas acabou conseguindo apenas o emprego de doméstica, ofício no qual a sua mãe trabalhou durante toda a sua vida. Na sua vivência no Rio de Janeiro, Valéria começou a se prostituir na Lapa e sofreu várias violências policiais. Segundo ela,

[...] documento de bicha pobre é grade. Eles põem a gente no camburão e falam pro Comissário que a gente é vagabunda, mesmo com documento, carteira assinada na bolsa. Diz que a gente faz bagunça, diz que bicha só fala palavrão. Se não falou inventam. Na Rua do Riachuelo me joguei dentro de uma caixa d'água no meio de uma blitz da polícia, numa casa de cômodos onde eu morava. Noutra casa, na Rua do Rezende, me prenderam e abandonei o quarto com tudo que era meu lá dentro. Roubaram. Levaram tudo, enquanto eu estava na cadeia (n. 07, dez. 1978, p. 10).

É importante, aqui, refletir sobre os territórios de sociabilidade homossexual criados nas grandes cidades brasileiras nesse período. No Rio de Janeiro, o bairro da Lapa, um lugar tradicionalmente boêmio, tornou-se uma zona de circulação e domínio de travestis, a partir da intervenção dessas categorias, por meio de suas práticas cotidianas e repetitivas, realizando aqui o que Michel de Certeau (2009, p. 159) denomina práticas do espaço:

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível.

A apropriação dos ambientes pelas pessoas ocorre de várias maneiras, não existindo um modelo hegemônico. Certeau (2012, p. 233) afirma que o trânsito de gente em um determinado lugar vazio, ou que impede a circulação ou que tem funções determinadas, não evita as transformações e a ressignificação desses locais. Uma cidade pode se transformar em várias cidades com diferentes funções e significados dos pensados pelos urbanistas, idealizadores ou pela comunidade.

O antropólogo Hélio Silva (2007, p. 44-45) explica por que a Lapa, no Rio de Janeiro, transformou-se em recinto das travestis:

Por que se começa pela Lapa? Área poeirenta, local

de passagem, com duas grandes vias movimentadas 24 horas por dia – vereda para o universo do travesti? [...] a Lapa, a pioneira no Brasil de um fenômeno extremamente curioso que se processou pelos fins da década de 1960, início dos anos 70, que foi a progressiva e violenta expulsão das prostitutas femininas pelos travestis que passaram a ocupar o “bairro”, dando cabo a um predomínio de sete décadas. Assim a Lapa tornou-se muito cedo uma área de travestis, mais precisamente de prostituição de travestis.

O carnaval de 1980 é tema do *Lampião da Esquina* em sua edição n. 22 pelas agressões sofridas por “bichas” e travestis na Cinelândia. O texto é uma resposta dada pelo jornal a um leitor chamado Osvaldo Faria do Nascimento (1980, p. 2), que escreveu ao periódico a respeito dos tristes episódios ocorridos no carnaval da Cinelândia “onde bichas e travestis eram atacadas, surradas e rasgadas, como foi o caso de um elegante travesti, que passeava com uma amiga, e foi encurralada no bar Amarelinho, onde foi espancada, ficando totalmente nua. Nossa polícia, o que fez? Nada”.

A reportagem diz que esses ataques ocorreram sob os gritos de “Joga pedra na Geni!” e “Joga bosta na Geni!”, refrão da famosa composição de Chico Buarque que retrata a vida de uma travesti. Aguinaldo Silva, um dos editores do *Lampião* e que escreveu a resposta ao leitor, apontou os riscos que essa canção trouxe para os homossexuais, pois o seu refrão acabou sendo apropriado por machistas de forma violenta e preconceituosa contra travestis. O editor alertou para outro grave problema: “[...] viu-se uma coisa que há muito tempo não acontecia na Cinelândia: bichas sendo linchadas. Não apenas as feias e pobres – qualquer uma que tivesse o azar de cruzar com uma das turmas mais exaltadas” (p. 2).

Aguinaldo Silva, gay assumido, ao dizer que “não apenas as bichas feias e pobres foram linchadas”, repete discriminações classistas e fundamentadas em padrões de beleza considerados hegemônicos para classificar as travestis dentro de uma hierarquia que valoriza apenas as consideradas bonitas e/ou ricas. Valores racistas, classistas e machistas muitas vezes são incorporados aos discursos e olhares de grupos subalternos, uma espécie de “margem da margem”.

O carnaval serve para complexizar esse fenômeno quanto à presença quase que obrigatória e “consentida” das homossexualidades nessa festa. James Green (2000, p. 348) trata, nesse período, o carnaval como evento no qual os homossexuais e as travestis se expressam livremente como nos “bailes de travestis realizados nos teatros e cinemas na Praça Tiradentes e nas imediações (que) eram provavelmente os eventos carnavalescos mais socialmente integrados do Rio de Janeiro na década de 1950”. Marco Aurélio da Silva (2003, p. 46) pontua a centralidade que o carnaval na década de 70 tinha na sociabilidade homossexual por ser

[...] um momento em que podiam festejar ao lado de grupos em relação aos quais, na vida diária, estavam opostos. Para eles, esse seria o momento de “caçar à vontade”, uma vez que a sua condição de “anormal” - como alguns definiam a si mesmos - poderia ser compartilhada com uma legião de “machões vestidos de mulher”, que caracterizava a festa nas ruas. Muitos dos entrevistados levavam uma vida dupla, escondendo sua orientação sexual de amigos e família, mas aproveitando o carnaval para se “montar e ferver” sem se preocupar.

Tais aspectos da liberdade da expressão das homossexualidades no carnaval são importantes. No entanto, essa festividade configurou-se em um período privilegiado para ações homofóbicas, como denunciou o *Lampião*.

A matéria *Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis*, da edição n. 24 de maio de 1980, aborda a participação dos jornais da grande imprensa brasileira na perseguição às travestis, denunciando as edições do jornal *O Estado de São Paulo* dos dias 28 e 29 de março de 1980, nas quais o *Estadão* alerta a população para os perigos, desordem e o caos que as travestis representavam para a sociedade. Essa matéria estimulou uma série de ações policiais violentas com o objetivo de retirá-las de circulação:

Assaltos, agressões, tentativas de morte, assassinatos, tráfico de tóxicos, corrupção de menores e extorsão são algumas das acusações feitas aos quase cinco mil

travestis que tomaram conta da cidade após expulsarem as prostitutas. A polícia não prende, a justiça lhes dá cobertura, não há como enquadrá-los.

Na ausência de uma legislação específica para prender e expulsar as travestis das ruas do Rio de Janeiro, a polícia aplicava a lei de vadiagem para segrega-las e transferi-las para lugares como a “Boca do lixo”, com o intuito de proteger “as famílias dos assaltos e chantagens, além de evitar aquela visão desagradável dos invertidos oferecendo o corpo pelas ruas decentes da cidade” (*Lampião da Esquina*, n. 24, maio de 1980, p. 2).

Aqui cartografa-se a influência e o poder da mídia e dos grandes jornais na construção de imaginários de medo, intolerância e na marginalização das travestis. Se hoje este poder continua forte, na época da ditadura era quase onipotente. Daí a coragem de veículos da imprensa alternativa como o *Lampião da Esquina*, que questionava abusos e tornava visível uma população que estava à margem do conceito de cidadania e que desejava ser respeitada e incluída ao invés de ser perseguida e criminalizada. Rafael Ocanha (2014, p. 151-152) trata da relação entre travestis e criminalidade:

Desde 1976, a polícia civil do Estado de São Paulo se dedicava a estudar e combater travestis. A Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de todas as travestis da região central da cidade para averiguações. Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial das travestis “deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade”, dando às imagens importância fundamental no inquérito policial. Além disso, foram realizados estudos de criminologia. Guido Fonseca, delegado de polícia e autor das pesquisas, descreve o crescimento da prostituição de travestis no Brasil e no mundo e trata o tema como perversão.

O crime de vadiagem tem origem no Brasil no início da República e está prescrito no artigo 390 do Código Penal de 1890. No entanto, dados estatísticos policiais de 1975, esse crime era o segundo mais praticado durante a ditadura militar. A definição de vadiagem e a sua punição estão:

[...] previstas num artigo da Lei de Contravenções Penais, instituída por decreto em 3 de outubro de 1941. [...] “Das contravenções relativas à polícia de costumes”. No seu artigo 59, a lei considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pessoa classificada como “vadia” poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses. Na época da criação da lei, existiam a chamada Delegacia da Vadiagem e a figura do delegado de Costumes e Diversões, encarregados de reprimir também os contraventores do jogo do bicho. Até os anos 70, era comum a prisão por vadiagem estar ligada à falta de documentos. Policiais que faziam a ronda diária pelas ruas do Rio de Janeiro, por exemplo, levavam de camburão as pessoas “flagradas” sem documentos para a autuação nas delegacias. Lá eram enquadradas por infração ao artigo 59 da Lei de Contravenções Penais (VILLELA, 2014).

A polícia da ditadura não prendia e espancava somente as travestis que se prostituíam na rua, mas qualquer uma que estivesse “montada” transitando pelas vias públicas. Como narra Vanusa, no documentário Memorial de Travestis e Transexuais de Belo Horizonte (PRADO; MARTINS; COSTA, 2010): “[...] só da gente se vestir de mulher a gente ia presa”. O jornal *Diário de Minas* alerta que homens de batom, roupas justas ou que protagonizassem escândalo público seriam presos:

Em Belo Horizonte, uma reação excêntrica colocou a polícia civil no centro das atenções do país, [...]: Polícia adverte homem de batom/ Os invertidos que saírem à rua usando batom, roupas justas e derem escândalos serão presos, a partir de hoje, pelos investigadores da Delegacia de Costumes, por ordem do Sr. Francisco de Assis Gouveia, que tem um plano de moralização da cidade./ Os pontos mais visados pela polícia são a Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Praça Raul Soares e um trecho da Av. Afonso Pena. O delegado

Francisco de Assis Gouveia disse que a medida será tomada para atender às queixas que todos os dias chegam ao seu conhecimento. / Acrescentou que as prisões serão cumpridas no Depósito de Lagoinha e que, se o caso for mais grave, o invertido ficará na Penitenciária de Neves, depois processado pela Delegacia de Costumes. A calça justa, o batom e o pó de arroz, a partir de hoje, segundo o delegado Francisco de Assis Gouveia, “é proibido, terminantemente, para os invertidos, que, se persistirem no abuso, serão presos pelos investigadores” (Diário de Minas *apud* GREEN; QUINALHA, 2014, p. 55).

Personagem principal dos Rondões,⁶ o delegado José Wilson Richetti esclarece os objetivos dessa operação policial: “tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas” (CNV, 2014, p. 311). Essa visão estabelece relação direta entre os discursos militares, homossexualidade e subversão.

As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, desde o Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – “pederastas”, alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas –

⁶ Os Rondões eram considerados uma operação de limpeza/higienização das ruas. Em maio de 1980, o delegado José Wilson Richetti assume a delegacia Seccional Centro, órgão responsável por todas as delegacias da área central de São Paulo. Dois dias depois de sua posse, em 22 de maio, é anunciada a Operação Cidade, a primeira grande operação de rondão com o objetivo de limpar a cidade anunciada por Richetti, composta de 20 delegados e 100 investigadores que atuavam 24 horas por dia (OCANHIA, 2014, p. 161).

que representavam uma ameaça à segurança nacional (CNV, 2014, p. 292).

A reportagem *Libélulas, mariposas e vampiras da noite* da edição 32, de janeiro de 1981 (p. 03), esmiúça detalhadamente uma ação da Polícia Militar contra uma travesti no centro do Rio de Janeiro:

Seis de dezembro, 23h30 min. Na Rua Pedro I, que desemboca na Praça Tiradentes. A multidão habitual - putas, bichas, operários em busca de um divertimento de sábado, policiais, curiosos. De repente, os três soldados da Polícia Militar correm ziguezagueando por entre a multidão. Dois deles entram num bar e pedem documentos ao primeiro incauto. O terceiro para diante de um travesti e o segura pelo pulso. Tenso silêncio na praça [...] Centenas de pares de olhos se fixam no PM e no travesti, e a tensão geral, parece, é o que impulsiona este último: como um safanão, o travesti arranca o pulso da mão do soldado; depois, olha em torno, vê o automóvel a uma distância de dez metros e, de uma carreira só, joga-se de cabeça contra ele. A violência do choque faz o travesti cair de joelho: e é de joelhos que ele continua a bater com a cabeça no carro, até que o sangue começa a lhe manchar os cabelos, a testa, o decote, a blusa. Procuo o PM: ele sumiu. Ninguém chega perto do travesti, até que este se levanta e, cambaleando, entra num bar, todo ensanguentado.

A história de Sandra, uma travesti carioca de 22 anos, versa sobre sua experiência dentro de uma cadeia carioca.

Na Delegacia eles escrotizam com a gente, batem, xingam, fazem dormir no chão puro... Minha comida parecia uma lavagem de porcos e ainda fui obrigada a comer com a mão. Me mandaram limpar a delegacia todinha e depois me botaram numa cela com mais de 20 marginais, me obrigaram a dar pra todo mundo, homens que nem tomavam banho. Caso eu não fizesse o que eles queriam acabava me dando porrada. Hoje

em dia não adianta mais a gente se cortar com gilete, para poder fugir, que eles processam a gente com um 129, tentativa de homicídio contra a própria vida (p. 6).

Uma questão relevante nos discursos das travestis no *Lampião da Esquina* está no relato de Aretuza ao afirmar que os Rondões do delegado José Wilson Richetti eram motivados por sua homossexualidade enrustida:

Aqui a gente não pode trabalhar em paz. Os bofes ficaram amedrontados depois do Rondão. Os melhores fregueses sumiram. Agora, a média é dois, e olhe lá. Os homens não dão trégua. Outro dia, na carreira, eles atiraram na gente e acertaram no salto da minha sandália. Lá no distrito, tanto no 1º, 2º, 3º ou 5º, eles tomam tudo. A Cleide, para sair, teve de entregar Cr\$ 8 mil. E olha que ainda levou gás lacrimogênio na cara. Esse Richetti, então, é um viado. Uma bichona enrustida, que nos persegue por puro prazer. Por que ele não assume? (n. 32, 1978, p. 5).

É preciso sublinhar o reducionismo e o preconceito da afirmação de que o homofóbico é sempre de um homossexual “que não saiu do armário”. Principalmente porque esse argumento é uma forma homofóbica de desqualificar os homossexuais. Segundo porque ela associa e atribui à homofobia, fenômeno fruto da heteronormatividade, atos violentos que resultam dos próprios gays (ainda que enrustidos) no qual os heterossexuais não estariam envolvidos. Terceiro, porque universaliza a relação entre homofobia e homossexualidade enrustida.

Analisar a travestilidade e a transexualidade no *Lampião da Esquina*, em última instância é tentar compreender um imaginário de resistência, coragem e por vezes repetição de preconceitos. A população LGBT está sujeita a mimetizar preconceitos impostos a ela como qualquer outro grupo social marginalizado. Mas a existência desse jornal é uma referência decisiva, durante a ditadura, na desnaturalização da distinção binária de gêneros do senso comum ao científico e contribuiu para dismantelar que

“o sexo é o corte”,⁷ as relações de poder, hierarquias e assimetrias entre os “normais” e as travestis.

Enquanto, na sociedade brasileira atual, a pluralidade de orientação sexual e de gênero não for repensada como uma questão de cidadania e de direitos humanos, continuaremos a oprimir, excluir e matar travestis e transexuais pelo simples fato de tentarem viver de acordo com aquilo que são, como ocorreu durante a ditadura militar.

Referências

- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. *Fazendo Gênero*, v. 9, 2010.
- BENTO, Berenice. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. *Revista Cult*, n. 202, junho, 2015, p. 30-33.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: eixos temáticos. Brasília, CNV, volume 2, 2014.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2012.
- _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz meu gênero - Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Disponível em: <<https://www.academia.edu/16301148>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- FERREIRA, Carlos. Imprensa Homossexual: surge o Lampião da esquina. *Revista Alterjor*, ano 1, v. 1, 2010.

⁷ “É chegada a hora da reeducação de alguém. Do Pai, do Filho, do Espírito Santo, amém. O certo é louco tomar eletrochoque. O certo é saber que o certo é certo. O macho adulto branco sempre no comando. o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo. Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita. Riscar os índios, nada esperar dos pretos” (Canção homônima do álbum *O estrangeiro* de 1989).

- GARCIA, Gabriela Mesquita; SCHULTZ, Leonardo. O Lampion da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. *Revista de Estudos da Comunicação*, v. 15, n. 36, 2014.
- GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFScar, 2014.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionário: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- LUCON, Neto. *Identidade nova? Reportagem de 1959 revela um dos primeiros homens trans noticiados no Brasil*. O Cruzeiro, 1959. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/08/identidade-nova-reportagem-de-1959.html>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 169-190, 1992.
- OCANHA, Rafael Freitas. “Amor, Feijão, abaixo camburão”: Imprensa, violência e trator em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PELÚCIO, Larissa. No Salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. BONETTI, Aline; FLEICHER, Soraya (Org.). Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres; EDUNESC, 2007, p. 75-95.
- PRADO, Marco A. M.; MARTINS, Daniel A.; COSTA, Tatiana C. (Real.). 2010. Memorial de Travestis e Transexuais de BH (Documentário). Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jfC5B1dsc2M>>. Acesso: em 08 jul. 2015.
- PRATA, Marcelo Ricardo Prata. *A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa de seus direitos*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. Masculinidade e homoerotismo no Império português seiscentista: as aventuras sodomíticas do Padre Frutuoso Álvares, vigário do Matoim. *Em Tempos de História*, n. 25, p. 151-173, 2015.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 2, 1997.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Ronaldo Manoel. A Conduta Excêntrica: Travestismo feminino e masculino no Antigo Regime português. *Revista Trama*, v. 12, n. 25, p. 156-176, 2016.
- SILVA, Hélio R. S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- SILVA, Marco Aurélio da. *Se manque!* Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune 'vadiagem' com prisão de 3 meses. Acervo *O Globo*, 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

*Um nazista na Volkswagen do Brasil: Franz Stangl e a cooperação entre militares e industriais durante a ditadura militar brasileira**

FELIPE CITTOLIN ABAL**

Universidade de Passo Fundo

Resumo: A existência de apoio ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil por parte das elites econômicas é um fato bem explorado pela historiografia brasileira. O objetivo deste artigo é trazer à luz a existência de um esquema de vigilância dentro da fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo voltada para a colaboração com o regime ditatorial militar e, especialmente, o papel de Franz Stangl, um criminoso nazista, na formatação do sistema de controle dos trabalhadores e sua execução. Stangl não se tratava meramente de um membro do partido nazista, mas sim de um ex-Comandante de dois campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial, sendo responsável, direta ou indiretamente, pelo assassinato de milhares de pessoas. O aproveitamento da experiência anterior do nazista pela Volkswagen foi de utilidade para o esquema de vigilância e colaboração montado dentro da fábrica.

Palavras-chave: Ditadura; Nazistas; Volkswagen.

Abstract: The existence of a support of the civil-military coup of 1964 by the economical elite is a well explored fact by the Brazilian historiography. The aim of this article is to explore the existence of a vigilance strategy inside the Volkswagen's factory in São Bernardo do Campo, Brazil, that had the objective of collaboration with the military dictatorial regime and, specially, the participation of Franz Stangl, a Nazi criminal, on the implementation of the worker's control system and its execution. Stangl wasn't just a member of de Nazi party, but a former Commandant of two extermination camps during World War II, being responsible, directly or indirectly, for the murder of thousands of persons. The use of the former experience of the Nazi by Volkswagen had a great utility for the vigilance and collaboration scheme that took place inside the factory.

Keywords: Dictatorship; Nazis; Volkswagen.

* Recebido em 05/05/2016 e aprovado para publicação em 24/04/2017.

** Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Graduado em Direito pela mesma instituição. Professor no Programa de Pós-Graduação em História e na Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. E-mail: felipeabal@upf.br.

Considerações iniciais

A relação existente entre os militares e elementos da sociedade civil, especialmente os grupos econômicos, para a ocorrência do golpe civil-militar de 1964 já é alvo de estudo por historiadores há um longo período de tempo. De outro lado, a forma como se estruturaram as ligações entre as indústrias e os militares no decorrer do regime militar foi trazida à luz com maior intensidade após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, momento em que pôde ser observado que o vínculo do patronato com a ditadura ultrapassou os limites de um simples apoio culminando em uma colaboração mais profunda tendo por fins a repressão de elementos tidos como subversivos dentro das fábricas.

Um dos casos trazidos pela CNV foi o referente à fábrica da Volkswagen do Brasil dentro da qual foi montado um aparato com a finalidade de vigiar os trabalhadores e repassar as informações obtidas para os órgãos de repressão ligados ao regime militar.

O fato colocado no relatório final da CNV que chamou a atenção e justifica a realização do presente artigo é referente à participação de um criminoso nazista, Franz Paul Stangl, na elaboração do setor responsável pelo controle dos trabalhadores dentro da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo. Apesar desta circunstância ter sido noticiada pela mídia, é de pouco conhecimento o envolvimento de Stangl com o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial e a relevância desta atuação para sua futura função na Volkswagen no Brasil.

Diante disto, este artigo possui como objetivo principal retratar as ações de Franz Stangl como Comandante de dois campos de extermínio nazistas, expondo a respeito de seus crimes contra a humanidade, para posteriormente relatar a respeito de suas atividades na Volkswagen voltadas ao auxílio ao aparato repressivo militar como reflexo da relação existente entre os industriais e o regime ditatorial instaurado no país após 1964, uma vez que o interesse dos militares em reprimir os trabalhadores conjugava-se com a vontade dos patrões de aumentar sua produtividade sem quaisquer perturbações ao ambiente das fábricas.

O golpe de 1964

Às 5h do dia 31 de março de 1964 o general Mourão Filho desencadeou o golpe militar que marcaria a história do Brasil. Vestindo pijama e um roupão de seda vermelho, fazia ligações telefônicas para importantes figuras políticas, econômicas e militares com fins de obter apoio para a derrubada do governo de João Goulart (GASPARI, 2014, p. 68).

Durante as doze horas que seguiram aos telefonemas de Mourão, Jango permaneceu inerte, envolto na situação inesperada. Às 11h30 da manhã a questão da mobilização militar já era discutida em Washington, quando se reuniram o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor e o diretor da Cia, McCone. Um dos principais itens a serem discutidos era a “capacidade de apoio aéreo e naval americano” aos revoltosos. Faltando dez minutos para as 13h, o contra-almirante John Chew ordenou ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta aviões à frente de uma força-tarefa para as áreas próximas à cidade de Santos (GASPARI, 2014, p. 99).

Iniciava-se, assim, a chamada Operação Brother Sam, oriunda do Plano de Contingência 2-61, que envolvia mais do que o uso da força-tarefa naval. Este plano já estava traçado desde dezembro de 1963, tendo sido iniciado ainda durante a gestão do Presidente John Kennedy, assassinado um mês antes. Segundo Carlos Fico, o texto partia de algumas pressuposições básicas, elencando quatro cenários possíveis e quatro linhas de ação correspondentes. Os pressupostos estabeleciam que:

[...] embora um golpe direitista não devesse ser estimulado (até porque poderia ser usado por Goulart como peça acusatória contra os Estados Unidos), a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. Tais grupos provavelmente teriam escrúpulos de pedir ajuda aos Estados Unidos, a não ser que estivessem convencidos de uma ameaça externa vinda da URSS ou de Cuba ou, pelo menos,

de que houvesse risco de o Brasil tornar-se comunista. Finalmente, o plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar o regime (FICO, 2008, p. 68-69).

Os cenários previstos, por sua vez, eram: 1) uma revolta da esquerda contra o regime e João Goulart; 2) uma resistência de forças democráticas com considerável apoio militar contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário; 3) um golpe militar que implantasse uma liderança nacional mais efetiva; e 4) a tomada de poder gradual por ultranacionalistas de extrema esquerda, com ou sem o apoio de Goulart, seguida de uma neutralização das forças armadas (FICO, 2008, p. 69-70).

O plano, na realidade, não descrevia quais ações seriam tomadas no caso dos primeiro, terceiro e quarto cenários. Havendo um golpe ou conflito entre as forças legalistas e os revoltosos, o plano afirmava a preferência por um governo das “forças democráticas” (os golpistas) para que se pudesse descartar Goulart (FICO, 2008, p. 71).

A Operação sequer teve que ser levada a cabo. Às 11h45 do dia 31 de março Jango voou até a Fazenda Rancho Grande, em São Borja, onde já estavam sua mulher e filhos, de onde logo depois voaram até um rancho às margens do rio Uruguai. Lá João Goulart viveria os últimos momentos como Presidente do Brasil, escrevendo uma nota pedindo asilo ao governo uruguaio enquanto o senador Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, declarava vaga a Presidência e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, empossava Ranieri Mazzili como Presidente da República (GASPARI, 2014, p. 113-115).

Dez dias depois, em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegia o general Humberto de Alencar Castello Branco como presidente da República, o qual prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Na realidade, como expõe Elio Gaspari (2014, p. 125), “em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas”.

Nas semanas seguintes a ditadura militar já demonstraria a sua verdadeira face, prendendo mais de cinco mil pessoas. As embaixadas latino-americanas e da Iugoslávia receberam cerca de quinhentos asilados políticos

e Montevideu e Buenos Aires acabaram como destino de outros milhares de brasileiros que fugiam do regime, entre eles João Goulart e Leonel Brizola. Ainda, apenas nos dois primeiros anos do regime, cerca de dois mil funcionários público foram demitidos ou aposentados compulsoriamente e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou foram despidas de seus direitos políticos por dez anos. Nem mesmo as forças armadas se salvaram do expurgo, sendo que 421 oficiais foram punidos com reserva compulsória. Pelo menos treze pessoas foram mortas nos primeiros nove meses do governo (GASPARI, 2014, p. 130).

O golpe, como é bem retratado (cf. FICO, 2004), não foi um produto somente dos esforços dos militares, uma vez que este também foi reflexo da vontade dos que “que receavam pelos seus capitais e propriedades, e que financiaram a tessitura dos laços conspiratórios” (REIS FILHO, 2010, p. 344). Banqueiros, empresários e industriais, temerosos com a política de Goulart e seu suposto direcionamento para uma república sindicalista, suportaram e apoiaram o golpe militar e continuariam a ter um relacionamento profundo com a ditadura em uma simbiose que permitiria o acesso do Estado ao interior das fábricas.

Franz Paul Stangl

Franz Paul Stangl nasceu em 26 de março de 1908 em Altmünster, um município da Áustria localizado a cerca de 250km de Viena. No início da década de 1930 ele ingressou na polícia austríaca e após a anexação da Áustria pela Alemanha Stangl auxiliou os alemães a contabilizar os judeus residentes na região da Boêmia e na sua emigração forçada, confiscando propriedades e coletando a chamada “taxa de emigração”, um valor cobrado dos judeus para que pudessem escapar do nazismo (SERENY, 1983, p. 35).

Em novembro de 1940 Stangl foi promovido a superintendente de polícia e passou a trabalhar no instituto de Hartheim, parte do chamado programa T4 nazista, o plano de “eutanasia” destinado ao extermínio de pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais através da utilização

de câmaras de gás, sendo responsável, em suas palavras, pela “lei e ordem” no local (SERENY, 1983, p. 48-51).

Estas localidades foram chamadas por Simon Wiesenthal de “escolas de assassinato”, uma vez que diversas pessoas que haviam trabalhado nestes institutos posteriormente foram transferidas para os campos de extermínio, onde poderiam utilizar de sua experiência obtida no assassinato de deficientes no extermínio em massa de judeus e outros “indesejáveis”.

Apesar de afirmar que não gostava de seu trabalho naquele momento, a eficiência de Stangl não passou despercebida e, em outubro de 1941, ele foi transferido para outro instituto de eutanásia em Bernburg, com o objetivo de organizar as condições do local. Novamente seu trabalho se provou extremamente satisfatório e no início de 1942 foi chamado para Lublin onde seria designada a ele uma posição em um novo projeto: na função de *Hauptsturmführer* da SS¹ deveria finalizar a construção de um campo de extermínio na Polônia, localizado no vilarejo de Sobibor, e supervisionar seu funcionamento como Comandante do campo (SERENY, 1983, p. 77-79).

Neste instante cabe diferenciar os objetivos dos campos de extermínio e dos campos de concentração:

[...] os campos de extermínio se caracterizavam por possuírem uma quantidade extremamente pequena de prisioneiros, utilizados para as tarefas estritamente necessárias dentro dos campos, e por terem apenas uma finalidade: o assassinato de judeus. Enquanto nos campos de concentração os prisioneiros mais fortes eram utilizados para trabalhos forçados, sendo enviados às câmaras de gás apenas quando não podiam mais laborar, nos campos de extermínio alguns poucos prisioneiros eram selecionados para trabalhar, enquanto todos os demais eram assassinados.

A própria utilização da palavra “selecionados” merece uma sucinta explicação. Nos campos de concentração, os prisioneiros eram “selecionados” para serem

¹ A *Schutzstaffel* ou “tropa de proteção” era inicialmente uma guarda de proteção pessoal para tropas de batalha, transformando-se posteriormente em uma força militar responsável, inclusive, pelos campos de extermínio e de concentração (WILLIAMSON, 2008).

enviados às câmaras de gás, enquanto nos campos de extermínio, o conceito se inverte, sendo que os “selecionados” eram poupados da morte para serem usados como trabalhadores nos campos. Ao contrário dos campos de concentração, estes “selecionados” não recebiam números ou uniformes (a não ser em caso de exercerem uma função especial), já que todos teriam o mesmo destino: a morte (ABAL, 2014, p. 42).

Quando Stangl chegou a Sobibor a maior parte dos prédios já estavam prontos e um teste já havia sido realizado nas câmaras de gás. Coube a ele apenas finalizar as construções restantes e iniciar as operações no campo. As operações começaram em maio 1942 com a chegada de transportes de judeus ao local. Apenas durante o período em que Stangl atuou como Comandante em Sobibor estima-se que cem mil judeus foram assassinados (SERENY, 1983, p. 113-114).

Os relatos a respeito de Stangl em Sobibor são raros, uma vez que pela sua função de Comandante o nazista não era visto regularmente pelos prisioneiros, além do fato de que muitos poucos judeus conseguiram sobreviver ao campo de extermínio. Um dos poucos que pôde descrever Stangl foi Stanislaw Szmajzner, um judeu preso no campo que trabalhou como ourives em Sobibor, fazendo jóias para os membros da SS com o ouro roubado das pessoas que eram enviadas às câmaras de gás ou oriundo dos dentes de ouro retirados dos corpos. Szmajzner conseguiu sobreviver até o fim das atividades no campo quando da revolta dos prisioneiros ocorrida e posteriormente se mudou para o Brasil, onde viveu em Goiânia. A respeito de Stangl colocou Szmajzner:

Franz Stangl era, àquela época, um homem extremamente vaidoso. Trajava-se impecavelmente, e o seu pedantismo ultrapassava as raias do concebível. Julgava-se todo-poderoso. E o era, ainda que nele estivessem estampadas feições de bondade e delicadeza. Parecia-o, sem sombra de dúvida. Andava sempre muito bem arrumado, com o seu uniforme de *Hauptman* sempre lúcido e bem passado, caindo com perfeição sobre seus 1,74m de esbelto corpo.

Usava constantemente um casquete, deixando patente que ainda abundavam os seus cabelos castanhos de tonalidade clara. Aparentava uns trinta anos de idade e aspecto saudável. Segurava luvas brancas sempre a balançar numa das mãos, e as botas pareciam um par de espelhos, de tão limpas e lustrosas. Possuía ares de homem superior, característica própria dos arianos que endeusam sua estirpe. Mostrava-se sempre risonho, satisfeito e feliz, ainda que às custas da infelicidade alheia. Seu compasso de voz era lento e o timbre suave, retratando uma calma imperturbável. As palavras que pronunciava saíam brandas e afáveis, dando mostras de profunda educação e requintada polidez. Exteriorizava uma aparência de catedrático de universidade, tal a amálgama de atitudes que para isso demonstrava possuir (SZMAJZNER, 1968, p. 124).

Em Sobibor Stangl conseguiu construir uma máquina de extermínio muito eficiente, cumprindo os fins de um campo de extermínio nazista: enganar os recém chegados para que pensassem estar chegando a um campo de trabalho, assassiná-los, descartar seus corpos e confiscar todos seus bens para financiar os esforços de guerra da Alemanha (ABAL, 2014, p. 62).

Enquanto Sobibor cumpria com maestria suas funções, o campo de extermínio de Treblinka enfrentava problemas. O campo estava lotado, os trens com deportados não podiam ser descarregados por falta de lugar, corpos em decomposição estavam espalhados pelos campos (ARAD, 1999, p. 89) e, trazia mais desgosto ao alto escalão nazista o fato de que mesmo após centenas de milhares de pessoas terem sido enviadas para lá nenhum dinheiro fora remetido ao quartel-general em Lublin (SERENY, 1983, p. 133).

Em vistas disso, em setembro de 1942, Stangl foi transferido de Sobibor para Treblinka para organizar o local. O nazista melhorou as condições do campo e ampliou sua estrutura para que pudesse “processar” mais carregamentos de judeus. Stangl chegou a ordenar que fosse construída uma estação de trem falsa perto do campo para iludir aqueles que chegassem a Treblinka. Com as alterações realizadas o campo também se transformou em uma eficiente indústria da morte (SERENY, 1983, p. 200-202).

Segundo pesquisas realizadas estima-se que entre 870.000 e 925.000 pessoas foram mortas em Treblinka (USHMM, 2016). Stangl participou ativamente para que cada um desses assassinatos ocorresse fundamentado em seu “senso de dever”. Para ele, todos os que desembarcavam nos campos eram parte de um transporte que deveria ser “processado”. Os judeus não eram seres humanos, segundo ele “Carga, eles eram carga” (SERENY, 1983, p. 201-202).

Posteriormente Stangl lembrou seus sentimentos quando da chegada de um novo transporte aos campos:

Quando eu estava em uma viagem uma vez, anos depois, no Brasil, meu trem parou perto de um matadouro. O gado no curral, ouvindo o barulho do trem, andou até a cerca e olhou para o trem. Eles estavam muito perto da minha janela, um empurrando o outro, olhando para mim pela cerca. Eu pensei então, ‘Olhe para isso; isso me lembra da Polônia; era assim que as pessoas pareciam, confiantes, pouco antes de irem para dentro das latas...’ (SERENY, 1983, p. 201).

Após a guerra Stangl conseguiu fugir da Europa com o auxílio de membros da igreja católica, se estabelecendo primeiramente na Síria e posteriormente no Brasil (ABAL, 2014, p. 73-75). O trabalho do nazista como um colaborador de um regime repressivo, porém, ainda não havia terminado.

A ditadura nas fábricas: um nazista na Volkswagen do Brasil

O “flerte” entre o governo brasileiro e os nazistas não havia começado com o regime militar. Em 1937, sob a presidência de Getúlio Vargas, o militar de carreira Afonso Henrique de Miranda Correia que servia no Estado-Maior Geral das Forças Nacionais e havia participado da Revolução de 1930 e da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, foi enviado à Alemanha para conhecer as táticas utilizadas pela Gestapo em um chamado “intercâmbio de experiências” para a luta anticomunista (CPDOC, 2016), da qual participavam cerca de dezesseis países.

Na Alemanha Miranda Correia foi recepcionado por uma figura que posteriormente se tornaria célebre por sua participação no assassinato de 335 pessoas em Roma no chamado “massacre das fossas ardeatinas”, Erich Priebke. O alemão em sua biografia lembrou o seu marcante encontro com o brasileiro. Segundo Priebke Correia era um “fervente anticomunista” e havia sido convidado por Himmler para que conhecesse os métodos utilizados contra os comunistas (PRIEBKE; GIACHINI, p. 27).

Correia permaneceu na Alemanha por três semanas acompanhado de Priebke, visitando o *Reichsführer SS* Himmler e seu ajudante, o general Karl Wolff, e conhecendo o sul do país e o campo de concentração de Dachau, onde o brasileiro pôde visitar a cozinha, o hospital interno e as oficinas existentes. De acordo com Priebke, Correia teria se impressionado com a visita e o fato dos detentos manterem seu direito de votarem nas eleições (PRIEBKE; GIACHINI, p. 31-32).

Esta aproximação entre o governo brasileiro e regimes totalitários, ao menos no que tange aos procedimentos e ideias, não traz estranheza após o golpe civil-militar de 1964. Não se trata de uma novidade afirmar que o início da ditadura militar serviu aos interesses dos grandes proprietários de terra, ameaçados pelos projetos de reforma agrária de Goulart, e das empresas multinacionais que encaravam com profundo desgosto o nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas (NAPOLITANO, 2014, p. 41).

Após o início do regime militar os grupos econômicos continuaram a contribuir com os militares em um ambiente de apoio recíproco: se de um lado o governo não desejava permitir a ação dos agitadores subversivos dentro das fábricas, de outro os patrões intentavam impedir qualquer movimento dos trabalhadores que reduzissem a produtividade. Este acordo entre governo e indústrias ocorria, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

Por meio dos sindicalistas “pelegos”, nomeados interventores nos sindicatos, dos espíões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos,

conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional (CNV, 2014, p. 63).

A busca por impedir a organização e a luta dos trabalhadores era essencial neste contexto de cooperação entre o Estado e o empresariado e era estabelecida, assim, uma aliança empresarial-policial-militar com a colaboração entre sindicatos e órgãos da repressão, a presença das Assessorias de Segurança e Informação (ASI)² dentro das empresas estatais e nos setores de recursos humanos das empresas privadas com o envio de “listas negras” para o DOPS³ e o DOI-CODI⁴ (CNV, 2014, p. 64).

Apesar de não se dar a importância devida a esta cooperação entre empresas privadas e a ditadura militar, uma vez que esta não reverteu em violência direta contra os trabalhadores, pode-se afirmar com base no relatório da CNV que:

Violações cotidianas quase sempre funcionaram como atos preparatórios para ações mais graves. Recorrentemente, a classe trabalhadora sofreu invasões, apreensão e destruição de documentos, intervenções nos sindicatos, cassações de lideranças, demissões de trabalhadores e repressão às greves (CNV, 2014, p. 65).

As táticas utilizadas para reprimir os movimentos dos trabalhadores eram diversas, desde demissões motivadas por participação em assembleias,

² As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas para assessorar as atividades de vigilância junto às Divisões de Segurança e Informação (DSI). Estas assessorias tinham como função levantar informações setoriais. De acordo com dados do Arquivo Nacional, existiram 249 desses órgãos voltados à vigilância e produção de informações (ISHAQ, 2012, p. 61).

³ Delegacias de Ordem Pública e Social. Eram órgãos do poder estadual, fazendo parte da estrutura das secretarias de segurança (GASPARI, 2009, p. 142).

⁴ Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). O primeiro era dedicado à busca, apreensão e interrogatório de suspeitos, enquanto o segundo era responsável pela análise de informações e coordenação dos órgãos militares. Tratavam-se de órgãos distintos, porém, por se complementarem, são frequentemente associados (JOFFILY, 2017).

filiação em sindicatos ou organização e ação política dentro das empresas, utilizando de um sistema de controle e vigilância munido por uma rede de delatores, da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos e até mesmo com a infiltração de policiais e agentes patronais nas linhas de produção, comissões de fábrica e ônibus das empresas (CNV, 2014, p. 65-66).

Uma das empresas conectadas ao aparato repressivo era a Volkswagen do Brasil, sobre a qual, segundo a CNV, “existe [...] uma profusão de documentos que comprovam a cooperação da empresa com órgãos policiais de segurança do DOPS” (CNV, 2014, p. 67). A Volkswagen havia exercido um papel fundamental para os interesses dos militares desde o início do golpe, uma vez que, diante da necessidade de aumentar a industrialização no país e transmitir uma mensagem de vigor econômico a empresa teria uma atuação imprescindível, nos dizeres de Schwarz:

O motor da industrialização patriótica esteve na Volkswagen e os esforços de integração da sociedade brasileira resultaram num quase-apartheid. A burguesia nacional aspirava à associação com o capital estrangeiro, que lhe parecia mais natural que uma aliança com os trabalhadores de seu país, os quais por sua vez também preferiam as empresas de fora. O que parecia acumulação se perdeu ou não serviu aos fins previstos. A verificação recíproca e crítica entre as culturas tradicional e moderna não se deu, ou melhor, deu-se nos termos lamentáveis das conveniências do mercado (SCHWARZ, 1999, p. 158-159).

O responsável pela criação e montagem do setor de vigilância e monitoramento da unidade da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP), foi o criminoso nazista Franz Paul Stangl (CNV, 2014, p. 67), que havia chegado ao Brasil em 1951 e trabalhado em uma empresa de têxteis até 1959, quando passou a laborar na Volkswagen (SERENY, 1983, p. 342-347).

Não se pode afirmar que a empresa sabia da atuação de Stangl durante a Segunda Guerra Mundial nos campos de extermínio. Na realidade, é uma hipótese improvável diante do modesto posto que ocupava (GUTERMAN, 2016), tratando-se, porém, de uma estranha coincidência o fato do nazista,

detentor de experiência na repressão de indivíduos ter encontrado um emprego no qual seu expertise teria grande utilidade, uma vez que, segundo Feingold, a eficiência da Solução Final era também a eficiência do método industrial moderno:

Auschwitz, o símbolo do genocídio, foi chamado de outro planeta. Mas ele também foi uma extensão mundana do sistema industrial moderno. Ao invés de produzir bens, a matéria prima era seres humanos e o produto final era a morte, tantas unidades por dia marcadas cuidadosamente na planilha dos gerentes. As chaminés, o próprio símbolo do sistema de fábricas moderno, expeliam uma fumaça acre da carne humana queimada. A brilhantemente organizada rede de trilhos da Europa moderna levava um novo tipo de matéria prima para as fábricas. Ela fazia isso da mesma forma do que qualquer outro tipo de carga. Nas câmaras de gás, as vítimas inalavam gás nocivo gerado por bolas de ácido prússico, as quais eram produzidas pela avançada indústria química alemã. Engenheiros projetaram os crematórios; administradores projetaram o sistema de burocracia que funcionava com um entusiasmo e eficiência que daria inveja a nações menos avançadas. Até mesmo o plano geral foi um reflexo do espírito científico moderno distorcido. O que nós testemunhamos foi nada menos que um esquema massivo de engenharia social de “refazimento” da sociedade com base na “ciência” eugênica racial (FEINGOLD, 2016).

Assim, Stangl, um especialista nas “indústrias da morte”, detinha o conhecimento necessário a ser utilizado em uma indústria automobilística para aumentar a sua eficácia e frear todo comportamento humano capaz de ir de encontro à noção de produtividade. A repressão era útil tanto para o patrão quanto para o Estado, confundindo-se a esfera privada com a pública:

Destaque-se nesse contexto a evidência de um padrão de monitoramento, controle e repressão fabril altamente complexo: divisões de recursos humanos, de segurança patrimonial e outras, sob o comando do Estado, articulando-se regionalmente e compondo uma rede estatal-privada destinada a conter, disciplinar e reprimir,

para obter maior rendimento no trabalho, operários e operárias. Outra concreção do lema “desenvolvimento com segurança”, adotado pela ditadura, nesse caso sendo interpretado por cada gerente de produção ou chefe de RH como justificativa para que as questões de segurança patrimonial e recursos humanos, da ordem privada, fossem tratadas como próprias à manutenção da ordem pública, social e política no país (CNV, 2014, p. 67).

Stangl foi o responsável pelo esquema interno da empresa que deveria controlar a atividade de seus cerca de 30 mil funcionários. As ações da divisão de segurança da Volks foi recordada posteriormente por Adhemar Rudge, coronel do Exército e engenheiro com domínio do idioma alemão, que substituiu o nazista após a sua prisão em 1967: “Nunca houve terroristas nas fábricas. Nos preveníamos, eventualmente com alguma troca de informações com o Dops”. Em 1971 a estrutura criada por Stangl dentro da Volkswagen chegou a ter quarenta membros, em sua maioria oriundos da polícia e das Forças Armadas (CASADO, 2005).

Diante disto, é possível afirmar que a aliança entre o empresariado e os militares ultrapassou o momento do golpe militar em 1964 e se estendeu durante o período ditatorial para servir em duas frentes, a manutenção da ordem em prol da produtividade dentro da empresa e a repressão a indivíduos agitadores e subversivos que causassem prejuízos à “ordem pública”.

Participando deste contexto, a Volkswagen, conscientemente ou não, chegou a empregar para fins de controle de seus funcionários um criminoso de guerra nazista, Franz Stangl, o qual, utilizando de seus conhecimentos prévios instituiu na empresa um setor de controle e vigilância. As táticas nazistas serviram aos propósitos dos patrões e militares.

Em 1967 foi descoberta a presença de Stangl no Brasil graças aos esforços do “caçador de nazistas” Simon Wiesenthal e o austríaco foi preso pelos próprios policiais do DOPS com quem ele colaborava. Sua extradição foi solicitada pelos Estados da Áustria, Polônia e República Federal da Alemanha. Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal foi indeferido o pedido da Polônia, sendo autorizada a entrega do nazista primeiramente à Alemanha, com o compromisso de que ele seria posteriormente entregue à Áustria caso fosse possível (ABAL, 2014, p. 144).

Na Alemanha Stangl foi julgado apenas pelos crimes cometidos em Treblinka e foi condenado à prisão perpétua em 1971, morrendo em virtude de um ataque cardíaco pouco mais de seis meses após sua condenação (ABAL, 2014, p. 165). A estrutura que havia montado para a sua ex-empregadora, porém, continuava ativa no Brasil, servindo para o aparato repressivo da ditadura militar. Mesmo após sua morte os reflexos de seu trabalho, tanto na Polônia quanto no Brasil, continuava a ser sentido.

Considerações finais

Inexistem dúvidas de que o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964 serviu também aos interesses de uma elite econômica que se via ameaçada pelas ações tomadas durante o governo de João Goulart, mesmo que a importância dada a este fato varie em intensidade entre os estudiosos do assunto (FICO, 2004).

Após o golpe a relação entre os industriais e militares permaneceu forte, passando de um apoio ao regime ditatorial para uma colaboração voltada para a repressão aos trabalhadores das fábricas que pudessem representar um risco ao governo ou à produtividade necessária. É neste contexto de colaboração que a Volkswagen do Brasil em São Bernardo do Campo realizou a montagem de uma divisão dentro da fábrica destinada a identificar operários que pudessem ser tidos como subversivos para posteriormente passar as informações obtidas ao aparato repressivo estatal.

O responsável pela criação e funcionalidade do setor foi, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o criminoso nazista Franz Stangl que havia sido, durante a Segunda Guerra Mundial, Comandante dos campos de extermínio de Sobibor e Treblinka na Polônia. Os campos de extermínio tratavam-se de “indústrias da morte”, onde deveria ser utilizado o menor esforço e gasto possível para a obtenção do resultado final: o extermínio da população judaica e a aquisição de lucro advindo do roubo de suas propriedades.

Stangl havia sido um administrador eficaz nos campos de extermínio e seu *expertise* viria a ser útil em seu trabalho posterior na Volkswagen do

Brasil. A empresa, apesar de não se saber se possuía conhecimento acerca do passado de seu funcionário, soube utilizar os conhecimentos prévios do nazista colocando-os em prática com a finalidade de vigiar os trabalhadores da fábrica e cooperar com o regime ditatorial militar brasileiro.

Apesar de bastante diferente em seus reflexos, o trabalho de Franz Stangl foi similar durante a Segunda Guerra Mundial e a ditadura militar brasileira: priorizar a produção e os interesses do governo em detrimento das vidas de indivíduos. Para o austríaco era mais importante a produtividade da Volkswagen e seus laços com a ditadura do que as vidas dos trabalhadores que seriam entregues à repressão.

Referências

- ABAL, Felipe Cittolin. *Nazistas no Brasil e Extradicação: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2014.
- ARAD, Yitzhak. *Belzec, Sobibor, Treblinka: the Operation Reinhard death camps*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- CASADO, José. Operários em greve desafiaram perseguição. *Jornal O Globo*, 23 mai. 2005.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Correia, Afonso Henrique de Miranda. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Afonso%20Henrique%20de%20Miranda.pdf>>. Acesso em 03 maio 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.
- FEINGOLD, Henry L. *How unique is the holocaust?* Disponível em: <<http://motlc.wiesenthal.com/site/pp.asp?c=gvKVLcMVIuG&b=394855>>. Acesso em 03 mai. 2016.
- FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos *et al.* (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *A Ditadura Encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014 [Livro digital].
- GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra*. São Paulo: Contexto, 2016.
- ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo Endrico; SOUSA, Teresa Eleutério de. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- JOFFILY, Mariana. *Destacamento de operações e informações – centro de operações e defesa interna (DOI-CODI)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>>. Acesso em 15 março 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRIEBKE, Erich; GIACHINI, Paolo. *Autobiografia: vae victis*. Roma: Priebke, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERENY, Gitta. *Into that darkness*. New York: Vintage Books, 1983.
- SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor: a tragédia de um adolescente judeu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Sobibor*. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005192>>. Acesso em: 02 maio 2016.
- WILLIAMSON, Gordon. *A SS: o instrumento de terror de Hitler*. São Paulo: Escala, 2008.

*“O pensamento é a guerra”: as representações da guerra presentes em algumas canções do rock nacional da década de 1980**

GUSTAVO DOS SANTOS PRADO**

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

Resumo: A música, na condição de fonte de pesquisa atrai cada vez mais a atenção dos historiadores, especialmente, com as perspectivas e desdobramentos analíticos provenientes dos estudos culturais. Nesse contexto, as canções e artistas do *rock* nacional da década de 1980 vem atraindo novos pesquisadores, fazendo com que tal manifestação cultural ocupe um espaço maior no meio acadêmico. Visando contribuir com a temática, o artigo em tela procura problematizar de que forma os grupos de rock representaram em suas obras a temática da guerra. Para tanto, o trabalho segue uma abordagem multidisciplinar, fundamental no trato com o documento sonoro.

Palavras-chave: *Rock*; Juventude; Guerra.

Abstract: The music, as a research source is increasingly attracting the attention of historians inclined with prospects and developments from the analytical Cultural Studies. In this preamble, the songs and artists of national rock of the 80s, the attention of new researchers, making this cultural event, occupy a larger space in academia. To contribute to the theme, the article in question problematizes how the rock groups represented in their works the war theme. To cement this research, the work follows a trend inter-and multi disciplinary, fundamental in dealing with the document sound.

Keywords: Rock; Youth; War.

* Recebido em 19/03/2016 e aprovado para publicação em 30/04/2017.

** Doutor e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus de Assis). Atualmente é docente no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz na cidade de Cascavel/PR. E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com.

Introdução

A guerra é a manifestação defensiva da vida
Chevalier e Gheerbrant (1990, p. 481).

A música, enquanto fonte de pesquisa, chama a atenção de inúmeros historiadores, que se sentem atraídos pela capacidade de problematização possibilitada pelo documento sonoro. Tal fonte, emaranhada na subjetividade,¹ inspira novas pesquisas, permite outras interpretações, contribuindo para a investigação histórica, haja vista que “os sons são emissões pulsantes, em que diferentes frequências se combinam e se interpretam porque se interpenetram” (WISNIK, 1989, p. 17).

As produções acadêmicas sobre o *rock* nacional têm expressão. Os pesquisadores preocupam-se em estudar o comportamento dos jovens, que é marcado pela “transitoriedade”, resultado de um processo “histórico – social” que fomenta uma “dialética interna particular” (MANNHEIN, 1982, p. 80). Além disso, frisa-se que o caráter de protesto do *rock* chamou a atenção do mercado fonográfico daquela conjuntura, em meio a um País mergulhado em problemas sociais, políticos e econômicos.

O colapso do “milagre econômico”, as dúvidas diante do processo de redemocratização e os planos econômicos do governo de José Sarney contribuíram para a pauperização de vários seguimentos sociais.² Diante desse quadro, uma parcela da juventude localizada em centros urbanos passou a exclamar em suas composições os paradoxos e as contradições que foram vividos no cotidiano.³ Mesmo com várias influências musicais, na sua

¹ Como afirma Paranhos (2004, p. 24), “uma composição musical é um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu modo perpétuo, pode ser inclusive ponto de convergência e de contestações, espaço aberto para a pluralidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si”.

² Ver: Almeida (2011), Kinzo (2001) e Napolitano (1996).

³ A vida cotidiana é também vista como um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto em um dia qualquer eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada. É um palco de insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação (CARVALHO; NETTO, 1996, p. 14).

maioria, boa parte das bandas que surgiram naquele momento teve como estímulo a sua sonoridade o movimento *punk*.⁴ O lema “faça você mesmo” serviu como elemento de socialização de vários jovens, que passaram a compor suas letras e melodias.

Nesse contexto:

[...] se o quadro é de incertezas e crises no campo social, político e econômico, o mesmo não podemos dizer da área cultural, pelo menos para a música jovem, pois o crescimento e a concretização de um mercado para a juventude faz do *rock* um dos principais meios de expressão e análise em relação à situação por que passa o Brasil (BRANDÃO; DUARTE, 2004, p. 128).

Via de regra, boa parte das canções de *rock* nacional começaram a colocar em debate a situação da juventude, em inúmeros campos da experiência cotidiana. Em vários aspectos, essa se apresentou de forma niilista e vazia, fazendo com que as composições exclamassem a posição do jovem, em um mundo em constantes transformações. Diante de tal quadro, “as letras sugerem um aprisionamento do presente, tendo em vista a negação dos marcos e elementos significantes do passado e a impossibilidade de se alcançar o futuro” (SOUZA, 2008, p. 57).

Um dos pontos que chamou a atenção do presente artigo foi a forma que as bandas de *rock* representaram⁵ em suas obras a guerra, uma vez que “ toda linguagem transmite e comunica experiências. E como todas elas, a linguagem dos símbolos também vive da tensão que há entre o significante

⁴ O *punk*, nascido na Inglaterra, com destaque aos Sex Pistols, é o denominador comum entre todos, em um profundo desprezo pelos arranjos elaborados pelo *rock* progressivo, pelo clima de música para sala de estar, pelo *soft rock* e pelas grandes e pomposas produções que entupiam o *hit parade* da época, sendo mais do que uma reformulação musical, uma mudança de valores. Aqui no Brasil tal estilo cai e é absorvido pela juventude de forma veemente (ALEXANDRE, 2002, p. 58-59).

⁵ Segundo Chartier (1990, p. 17): “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.

e o significado” (LEXICON, 2007, p. 7). Diante do avanço da tecnologia bélica na contemporaneidade, a guerra é vista como sinônimo de morte e destruição, sintetizando uma espécie de calamidade universal. Contudo, desde o mundo antigo, a guerra simbolicamente visa à destruição do mal, ao restabelecimento da paz, da harmonia e da justiça.

Tal perspectiva permeou a Índia que via na guerra a unificação do ser. Também passou pela cultura islâmica e pelos templários, que viam na guerra um elemento fundamental para a volta do equilíbrio cósmico. Até mesmo a cultura budista, cujo pacifismo é amplamente conhecido, a guerra é vista como um símbolo de conquista, força e do acesso ao fruto do conhecimento (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1990, p. 481).

Como a essência do enunciado e do discurso não existem em si próprios, mas em uma certa disposição de textos, na intenção dos autores e nos processos em torno da recepção (ZUMTHOR, 2000, p. 58), para investigar as formas que o símbolo da guerra foi abordado pelos artistas, algumas perguntas devem ser realizadas: Como o referido objeto foi representado nas canções?⁶ Quais os significados atribuídos por uma parcela do *rock* nacional ao tema em discussão? Em que medida a guerra representou as subjetividades dos artistas?⁷ Que contribuições tal artigo poderá trazer para a historiografia do *rock* nacional?

Para dar cabo dessas investigações, entende-se que os discursos criados são objetos culturais, produzidos por certas condicionantes históricas em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 2011, p. 7). Ademais, como serão investigadas fontes sonoras, sabe-se da importância de problematizar a melodia (TATTI, 2007) e do debate multidisciplinar

⁶ A reflexão sobre música remete também aos jogos do simbólico, na medida em que, por intermédio dos símbolos, toma-se o mundo e cada um como objeto de significação. O discurso musical é, assim, algo que cabe na categoria dos símbolos: notas, pausas, regras, leis, sistemas, todos os códigos repertoriados em uma cultura (SEKEFF, 1998, p. 34).

⁷ O processo de construção da subjetividade convive com a imposição coercitivamente atada às homogeneizações de determinados modelos culturais hegemônicos – estratégias que são orientadas pelo controle dos desejos e das vontades [...] assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares (MATOS, 2002, p. 28).

(NAPOLITANO, 2006); contudo, frisa-se que a pesquisa não apresenta em seu horizonte uma análise essencialmente musicológica.

Visto que o objetivo central da pesquisa está em problematizar como a guerra foi simbolizada em algumas canções de *rock* nacional, a ideia de investigar a melodia caminha em um movimento entre “construção e sensibilidade” (SEKEFF, 1998, p. 25); logo, aproxima-se à semiótica, à música, às ciências sociais e à história, almejando a produção de um discurso histórico, prática reiterada por musicólogos que entendem que o apego a formalismos técnicos trata-se de uma “desatualização teórico-musical” (VOLPE, 2007, p. 9).⁸ Espera-se, assim, que ao final do percurso, o artigo possa dar algumas interpretações, diante daquilo que foi questionado até então.

As representações da guerra presentes em algumas canções do rock nacional da década de 1980

As canções de *rock* nacional trouxeram a representação da guerra de forma múltipla. Assim, o símbolo expresso, ao vir acompanhado das aflições provenientes dos sujeitos em sua trama histórica, mostrou-se rico para inúmeras análises e reflexões:

Existe alguém
Esperando por você
Que vai comprar
A sua juventude
E convencê-lo a vencer...
Mais uma guerra sem razão
Já são tantas as crianças
Com armas na mão
Mas explicam novamente
Que a guerra gera empregos

⁸ Essa “nova” musicologia ou musicologia pós-moderna opõe-se à teoria da música (ênfase na estrutura da obra) e à “velha” musicologia (ênfase no cânon da música erudita europeia), propondo-se a lidar com aspectos sociais, políticos e ideológicos que as duas outras disciplinas não exploram (MCCRELESS *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 101).

Aumenta a produção...
Uma guerra sempre avança
A tecnologia
Mesmo sendo guerra santa
Quente, morna ou fria
Pra que exportar comida?
Se as armas dão mais lucros
Na exportação...
Existe alguém
Que está contando com você
Pra lutar em seu lugar
Já que nessa guerra
Não é ele quem vai morrer...
E quando longe de casa
Ferido e com frio
O inimigo você espera
Ele estará com outros velhos
Inventando
Novos jogos de guerra...
Que belíssimas cenas
De destruição
Não teremos mais problemas
Com a superpopulação...
Veja que uniforme lindo
Fizemos pra você
Lembre-se sempre
Que Deus está
Do lado de quem vai vencer...
Existe alguém
Que está contando com você
Pra lutar em seu lugar
Já que nessa guerra
Não é ele quem vai morrer...
E quando longe de casa
Ferido e com frio
O inimigo você espera
Ele estará com outros velhos
Inventando
Novos jogos de guerra...
Que belíssimas cenas
De destruição
Não teremos mais problemas

Com a superpopulação...
Veja que uniforme lindo
Fizemos pra você
Lembre-se sempre
Que Deus está
Do lado de quem vai vencer...
O senhor da guerra
Não gosta de crianças...⁹

Respalhada por uma melodia,¹⁰ que se apresenta como uma “marcha militar”,¹¹ o eu lírico começa seu discurso contra a participação do jovem em uma guerra. Para o sujeito, a guerra ao incentivar a participação da juventude, promoveu a dizimação de vidas em detrimento da lógica capitalista. Assim, não haveria razões para que a juventude aderisse à indústria da guerra,¹² haja vista que tal grupo etário não teria nenhum benefício: “Existe alguém/ Esperando por você/ Que vai comprar a sua juventude/ E convencê-lo a vencer/ Mais uma guerra sem razão/ Já são tantas as crianças, com armas na mão/ Mas explicam novamente/ Que a guerra gera empregos/ Aumenta a produção”.

Mantendo aquela tendência melódica, a voz enunciativa começa a pontuar as contradições que existem na guerra, na qual, investiu-se maciçamente para o desenvolvimento do aparato militar em vez de reverter

⁹ Legião Urbana. *A canção do senhor da Guerra*. Álbum: Música para acampamentos. EMI-ODEON, 1992.

¹⁰ De forma genérica, certa sequência de notas organizadas sobre uma estrutura rítmica que encerra algum sentido musical (DOURADO, 2004, p. 200).

¹¹ “Considerando também que o objeto da música é a própria música, materialidade sonora que se volta para si mesma, interfere-se que a auto-reflexibilidade musical acaba por dotá-la de uma potência que se movimenta entre construção e sensibilidade, onde a subjetividade, marcada pelo “descentramento”, possibilita à criatividade um engendramento da própria subjetividade” (SEKEFF, 2009, p. 25).

¹² Como afirma Giddens (1991, p. 18), a conexão da organização e inovações industriais com o poder militar é um processo que remonta às origens da própria industrialização moderna. Que isso tenha permanecido amplamente sem análise em sociologia é uma indicação da força de concepção de que a recém-chegada ordem da modernidade seria essencialmente pacífica, em contraste com o militarismo que havia caracterizado as épocas precedentes. Não apenas a ameaça de confronto nuclear, mas a realidade do conflito militar, formam uma parte básica do “lado sombrio da modernidade” no século atual.

tal capital em detrimento de questões sociais, pois “a eficiência e o poder da sociedade tecnológica/ industrial oprimiu o indivíduo, que gradualmente perdeu os traços característicos anteriores da racionalidade crítica (isto é, autonomia, discordância, poder de negação, etc.)” (KELLNER, 1999, p. 26).

Nota-se que a visão do eu lírico contra a ótica militar estendeu-se para qualquer tipo de guerra, independentemente do caráter que germinou e permitiu o desenvolvimento de um determinado conflito. Assim, o sujeito não fez distinção entre guerras religiosas, caso da “Guerra Santa”,¹³ ou política ideológica, como a Guerra Fria,¹⁴ pois, para ele, o vencedor seria aquele que mantivera a produção de armas: “Uma guerra avança sempre a tecnologia/ Mesmo sendo guerra Santa/ Quente, morna ou fria/ Pra que exportar comida/ Se as armas dão mais lucros na exportação”.

Ao manter o seu discurso contra a guerra, o eu lírico passa a pontuar outros motes para que o jovem não participe dessa, pois, colocaria em risco sua vida em prol dos lucros da indústria armamentista. Cria-se na canção uma contradição entre aquilo que o jovem desejaria para si, se comparado com o que a guerra poderia oferecer: “Existe alguém/ Que está contando com você/ Pra lutar em seu lugar/ Já que nessa guerra/ Não é ele que vai morrer/ E quando longe de casa/ Ferido e com frio/ O inimigo você espera/ Ele estará com outros velhos/ Inventando novos jogos de guerra”.

Posteriormente, a voz enunciativa passa a pontuar uma visão sátira dos benefícios da guerra. A partir daí, valorizou em seu discurso a destruição gerada, o controle populacional, o patriotismo e a morte cimentada pela fé:

¹³ Vale ressaltar que se levou em consideração uma interpretação da “Guerra Santa” no sentido de belicosidade, haja vista o conteúdo estético, poético e melódico, proveniente da canção. No entanto, sabe-se de outros sentidos que o termo pode ser desdobrado, pois, como sinalizou Nakashima (2012, p. 49) “ao contrário do que se pensa, a “Guerra Santa” não é uma declaração de guerra contra os “inimigos do Islam”, mas, em primeira instância, um esforço que o fiel emprega para se manter no caminho da retidão, da lei; e depois o direito que o muçulmano tem de defender sua religião, família e prosperidade quando atacados, e por fim, o esforço do fiel na disseminação da revelação”.

¹⁴ “Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. [...] Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (HOBSBAWM, 1994, p. 222).

“Que belíssimas cenas de destruição/ Não teremos mais problemas/ Com a superpopulação/ Veja que uniforme lindo/ Fizemos pra você/ E lembre-se sempre que Deus está do lado de quem vai vencer”.

Sequencialmente, a melodia mantém-se como uma marcha militar, porém, com o incremento de um andamento¹⁵ semelhante a uma “canção de ninar”. Assim, mescla-se na música uma tensão gritante, na qual letra e melodia se colocam de frente à lógica militar. Diante de tantas e tamanhas contradições, para o eu lírico, a guerra não teve nenhum sentido, pois colocou em xeque milhares de vidas, em especial dos jovens: “O senhor da guerra/ Não gosta de crianças”.

Nota-se, portanto, que:

O século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas, consideravelmente mais alto do que qualquer um dos dois séculos precedentes [...] O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e segura” (GIDDENS, 1991, p. 19).

Em outras composições do *rock* nacional da década de 1980, semelhante a anterior, o eu lírico exclamou retaliações diante da evolução da tecnologia militar e da guerra. Dessa forma, o desenvolvimento, a ciência e o progresso foram colocados pelo sujeito de forma niílista e triste:

Bem-aventurados sejam
Aqueles que amam
A desordem
Nós viemos a reboque
Este mundo
É um grande choque

¹⁵ Indicativo de tempo e/ou de caráter determina como a peça ou trecho devem ser executados (DOURADO, 2004, p. 26).

Mas não somos desse mundo
 De cidades em torrente
 De pessoas em corrente...
 Errar não é humano
 Depende de quem erra
 Esperamos pela vida
 Vivendo só de guerra... (4x)
 Viemos preparados
 Pra almoçar soldados
 Chegamos atrasados
 Sumiram com a cidade
 Antes de nós
 Mesmo assim
 Basta esquecê-la
 No outro dia
 Transformando em lataria
 Tudo que estiver
 Ao nosso alcance...
 Errar não é humano
 Depende de quem erra
 Esperamos pela vida
 Vivendo só de guerra... (4x)

 Viemos espalhar discórdia
 Conquistar muitas vitórias
 Conquistar muitas derrotas
 Bem-aventurados sejam
 Todos que caírem em moratória
 Bem-aventurados sejam
 Os senhores do progresso
 Bem-aventurados sejam
 Esses senhores do regresso.¹⁶

Respaldado por um conjunto melódico tenso e melancólico,¹⁷ o eu lírico sentiu-se fora do mundo, ao não concordar com o estado de

¹⁶ Biquini Cavado. *Múrias*. Álbum: Cidades em Torrente. Polydor, 1986.

¹⁷ Copland (1974, p. 24) afirma que “A música expressa, em momentos diferentes, serenidade ou exaltação, tristeza ou vitória, fúria ou delícia. Ela expressa cada um desses modos e muitos outros, em uma variedade infinita de nuances e diferenças” (ISEKEFF, 1998, p. 38).

guerra. Em sua poética emergiu um sujeito triste e confuso. O caos e a desordem, representados na canção, deixaram o agente discursivo em atrito constante com aqueles que defenderam a guerra, bem com sua forma de existir: “Bem-aventurados sejam/ Aqueles que amam/ Essa desordem/ Nós viemos a reboque/ Este mundo é um grande choque/ Mas não somos desse mundo/ De cidade em torrente/ De repente em corrente/ Errar não é humano/ Depende de quem erra/ Esperamos pela vida/ Vivendo só de guerra”.

Ao almejar um mundo sem conflito, a voz enunciadora afirma que a guerra deixou os sujeitos mais individualistas.¹⁸ Como a guerra acabou com a vida coletiva e com o espaço urbano, esse foi representado na canção como “lataria”: “Viemos preparados/ Pra almoçar soldados/ Chegamos atrasados/ Sumiram com a cidade/ Antes de nós/ Mesmo assim/ Basta esquecê-la/ No outro dia/ Transformando em lataria/ Tudo que estiver/ Ao nosso alcance”/ Errar não é humano/ Depende de quem erra/ Esperamos pela vida/ Vivendo só de guerra”.¹⁹

A fúria e a ira tomam conta do conjunto melódico. Dessa forma, o eu lírico afirmou que deseja a falência dos “senhores do progresso”, ou seja, daqueles que espalharam o ideal bélico em detrimento da ciência e do progresso econômico: “Viemos espalhar discórdia/ Conquistar muitas vitórias/ Conquistar muitas derrotas/ Bem-aventurados sejam/ Todos que caírem em moratória/ Bem-aventurados sejam/ Os senhores do progresso/ Bem-aventurados sejam/ Esses senhores do regresso”.

Nota-se, portanto, que:

Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na

¹⁸ O narcisismo só se constitui afirmado no exterior exageradamente ameaçador, o que por seu turno, só pode alargar a gama dos reflexos individualistas: actos de defesa e indiferença pelo outro (LIPOVETSKY, 1983, p. 190).

¹⁹ As mudanças históricas ou tecnológicas não são fatalidades, mas uma vez desencadeadas, estabelecem novos patamares e configurações de fatos, grupos, processos e circunstâncias, exigindo que o pensamento se reformule em adequação aos novos tempos para poder interagir com eficácia ao novo contexto (SEVCENKO, 2001, p. 85).

paz, pensamos na aeronáutica e nos computadores, mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, carregando os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante” (HOBSBAWM, 1994, p. 53-54).

Em outras poéticas musicais, a guerra não foi algo rejeitado. Pelo contrário, ela foi aceita e desejada, levando-se em consideração que, na canção, o tema não apareceu com o sentido similar às músicas trabalhadas acima:

Vivendo em tempo fechado
Correndo atrás de abrigo
Exposto a tanto ataque
Você tá perdido
Nem parece o mesmo
Tá ficando pirado
Onde você encosta dá curto
Você passa, o mundo desaba
E pra te danar
Nada mais dá certo
E pra piorar
Os falsos amigos chegam
E pra te arrasar
Quem te governa não presta
Declare guerra aos que fingem te amar
A vida anda ruim na aldeia
Chega de passar a mão na cabeça
De quem te sacaneia
Vivendo em tempo fechado
Correndo atrás de abrigo
Exposto a tanto ataque
Você tá perdido
E pra se ajudar
Você faz promessas
E pra piorar
Até o papa te esquece

E pra te arrasar
Só inferno te aceita.²⁰

Em uma melodia rápida e alegre, o andamento da canção sugere o desejo do sujeito em transformar alguns aspectos de sua vivência.²¹ Com ela, a voz enunciativa passou a pontuar que seu cotidiano foi marcado por relações sociais frias. Assim como não poderia confiar em ninguém, o sujeito sentiu-se deslocado e sozinho, tendo uma visão de mundo em ruínas: “Vivendo em tempo fechado/ Correndo atrás de abrigo/ Exposto a tanto ataque/ Você está perdido/ Nem parece o mesmo/ Tá ficando pirado/ Onde você encosta dá curto/ Você passa/ O mundo desaba/”.²²

Respaldado por aquele conjunto melódico inicial, o eu lírico ataca condutas, inimizades e o Estado instituído. Assim, com tal discurso amplo, este reiterou seu desejo de guerra, para quiçá transformar seu cotidiano vivido: “E pra te danar/ Nada mais dá certo/ E pra piorar/ Os falsos amigos chegam/ E pra te arrasar/ Quem te governa não presta/ Declare guerra aos que fingem te amar/ A vida anda ruim na aldeia/ Chega de passar a mão na cabeça/ De quem te sacaneia/”.

Nota-se, assim, que a guerra foi convocada pelo agente discursivo, como uma via de mudança para sua forma de existir, diante de um cotidiano desprotegido, solitário, degradante e desolador. Assim, ao ratificar a “declaração de guerra”, o sujeito procurou implodir as características de sua vivência, colocadas na poética, em prol de outras que fossem mais coerentes com suas pretensões: “Vivendo em tempo fechado/ Correndo atrás de abrigo/ Exposto a tanto ataque/ E pra se ajudar/ Você faz promessas/ E pra piorar/ Até o papa te esquece/ E pra te arrasar/ Só o inferno te aceita”. Dessa forma:

²⁰ Barão Vermelho. *Declare Guerra*. Álbum: Declare Guerra. Som Livre, 1986.

²¹ Como afirma Jardim (2005, p. 28), cada época traz consigo a sua perplexidade própria, isto é, sua própria maneira de, por meio das dobraduras de constituição do real, enfrentar a dinâmica de uma realidade que se dobra e desdobra para tentar realizar-se a despeito de um programa, de um *script* ou qualquer outro modo de estabelecimento.

²² Assim, a elaboração de projetos individuais e as trajetórias, propriamente ditas, se dão em um mundo complexo, tanto em termos de pertencimento e papéis sociais como, sobretudo, de crenças, valores e referências simbólicas (VELHO, 2006, p. 196).

O sujeito é confluência e adição de conteúdos a partir da busca de realização do desejo e mais do que a busca de contornos individuais ou perseguição de objetivos; é a liberdade e a emoção não imaginadas, ampliando as possibilidades de vida (FRIDMAN, 2000, p. 67).

Perante as múltiplas representações que a guerra apresentou até então, existem poéticas musicais do *rock* nacional da década de 1980, nas quais o eu lírico internalizou a ideia da guerra. Nessas canções, para além das influências externas, a guerra traduziu-se como um fenômeno de luta do indivíduo com sua forma de existir:

Paro no meio da rua
Me atropelou demais
Alguém pergunta as horas
Ou então vai me matar
Freiras lésbicas assassinas
Fadas sensuais
Me vigiam do décimo andar
Tem sempre um lugar
Onde você não está
Paro no meio da noite (da noite)
Procuro a tua mão
Você tá tão distante (distante)
Num sonho que eu nem sei
O pensamento é a guerra
A guerra civil do ser
Entro no teu corpo
Quero te conhecer
Tem sempre um lugar
Onde você não está
Paro no meio de tudo
Que eu tive e que eu não tive
Já me esqueci de tudo
De tudo o que eu te disse
Foram frases decoradas
Tristes e sagradas
Feito missas toda a madrugada

Tem sempre um lugar
Onde você não está.²³

A música tem seu início com um conjunto melódico forte e agressivo. Com ele, o andamento da canção traz a sensação de busca e apreensão.²⁴ O sujeito expresso na poética musical apresenta-se antagônico a si mesmo, haja vista que não logrou êxito em encontrar a pessoa amada. Daí então, o eu lírico passou a se sentir sozinho, vulnerável e encarcerado: “Paro no meio da rua/ Me atropelei demais/ Alguém pergunta as horas/ Ou então vai me matar/ Freiras lésbicas assassinas/ Fadas sensuais/ Me vigiam do décimo andar/ Tem sempre um lugar/ Onde você não está”.²⁵

Com o passar do tempo, a canção apresenta-se mais apreensiva, na medida em que o eu lírico não consegue lograr êxito em suas pretensões. Distante da pessoa desejada, o sujeito passou a travar uma guerra com seus próprios pensamentos. Afinal, o desejo torna-se incompatível com a visão de mundo colocada na trama. Na impossibilidade de estar junto, o adstrito da canção travou um conflito entre o querer e o poder, sendo tais sentimentos incompatíveis; sua guerra civil: “Paro no meio da rua (da noite)/ Procuo a tua mão/ Você tá tão distante (distante)/ Num sonho que eu nem sei/ O pensamento é a guerra/ A guerra civil do ser/ Entro no teu corpo/ Quero te conhecer”.

O resultado do confronto fez da experiência do sujeito ainda mais desoladora. Após tantas reflexões, do porquê estar distante da pessoa desejada, o eu lírico reiterou que tal quadro afetivo assim se fez, haja vista sua conduta, quando existia o contato entre os pares. Com isso, chegou à conclusão de que a distância foi resultado de suas ações: “Paro no meio de

²³ Cazusa. *Guerra Civil*. Álbum: Ideologia. Universal Music Group, 1988.

²⁴ A música é uma experiência fenomenológica [...], possibilita várias leituras, seja em nível fisiológico, psicológico, estético, plástico e/ou cênico; porque a música permite concretizar sentimentos numa forma que a consciência capta de maneira mais global e abrangente a linguagem verbal (SEKEFF, 1998, p. 54)

²⁵ Quando um jovem não consuma essas relações íntimas com os outros, no final da adolescência ou início da idade adulta, ele pode procurar relações interpessoais sumamente estereotipadas e acaba retendo um profundo sentimento de isolamento (ERIKSON, 1987, p. 136).

tudo/ Que eu tive e que eu não tive/ Já me esqueci de tudo/ De tudo o que eu te disse/ Foram frases decoradas/ Tristes e Sagradas/ Feito missas toda a madrugada/ Tem sempre um lugar/ Onde você não está”. Nota-se assim:

[...] estamos assim, no extremo do deserto, já atomizado e separado cada um de nós se torna agente ativo do deserto, estende-o e aprofunda-o, incapaz que é “viver” o outro, não satisfeito como produzir o isolamento, o sistema engendra o seu desejo impossível, que logo que realizado, se revela intolerável: o indivíduo pede para ficar só, cada vez mais só e simultaneamente não se suporta a si próprio, a sós consigo mesmo” (LIPOVETSKY, 1983, p. 46).

Percebe-se na canção como o símbolo da guerra traduziu-se para o âmbito afetivo. De certa forma, quando assim se caracterizou, a guerra apareceu como sinônimo de luta e entrega, que visaria demonstrar os sentimentos do eu lírico para a pessoa para a qual tinha afeição:

Aqui estou eu sozinho com o tempo
 O tempo que você me pediu
 Isso é orgulho do passado
 Um presente pra você
 Uma delicada lembrança
 Branca neve que nunca senti
 Solidão me deixe forte
 Talvez resolva meus problemas
 Eu morreria por você
 Na guerra ou na paz
 Eu morreria por você
 Sem saber do que sou capaz
 Pa pa pa pa pa... pa pa pa pa pa...
 Mudanças no meu comportamento
 Distância louca de mim mesmo
 Vontade de sentir o passado
 Presente pra você
 Eu morreria por você
 Eu morreria por você
 Eu morreria por você
 Eu morreria por você

Sem saber do que sou capaz
Pa pa pa pa pa (?).²⁶

A melodia mantém-se alegre e espirituosa, ao longo de todo o seu percurso.²⁷ Com ela, o eu lírico exclama as dificuldades de estar sozinho, longe da amada. Em tal circunstância, o sujeito colocou o tempo como aflitivo e antagônico às suas pretensões: “Aqui estou eu sozinho com o tempo/ O tempo que você me pediu/ Isso é orgulho do passado/ Um presente pra você/ Uma delicada lembrança/ Branca neve que nunca senti/ Solidão me deixe forte/ Talvez eu resolva os meus problemas”. Diante de tal quadro, nota-se que “o afeto não é uma ação em si, mas é a energia interna que nos impele, que confere um “clima” ou uma “coloração” particulares a um ato” (ILLOUZ, 2011, p. 9).

Tentando recuperar a pessoa a quem tem afeição, a voz enunciativa se declara ao longo da poética. Para conseguir resgatar sua relação, o eu lírico ofereceu sua vida, logo, uma mudança em seu comportamento. Aqui, a guerra surgiu como uma representação da possibilidade de reconstrução da relação afetiva do sujeito. Metaforizou-se no símbolo investigado nesse artigo o esforço, a coragem, o trabalho e a luta do agente discursivo, para que este lograsse êxito em suas pretensões amorosas: “Eu morreria por você/ Na guerra ou na paz/ Eu morreria por você/ Sem saber do que sou capaz/ Pa pa pa pa pa... pa pa pa pa pa... / Mudanças no meu comportamento/ Distância louca de mim mesmo/ Vontade de sentir o passado/ Presente pra você”.

Nota-se, portanto, que:

[...] Em nosso mundo de furiosa “individualização”, os relacionamentos são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como determinar quando um se transforma no outro. Na maior parte

²⁶ Ira!. *Mudança de Comportamento*. Álbum: Mudança de Comportamento. WEA, 1986.

²⁷ Alimentada por um repertório sociocultural, ela (a melodia) diz respeito ao ritmo sentimental, característico de cada indivíduo, estrutura particular de respostas emocionais. E como participa das bases fisiológicas da gênese das emoções, a experiência melódica acaba por colaborar na mediatização das emoções (SEKEFF, 2009, p. 115).

do tempo, esses dois avatares coabitam embora em diferentes níveis de consciência. No líquido cenário da vida moderna, os relacionamentos talvez sejam os representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos de ambivalência. É por isso, podemos garantir que se encontram tão firmemente no cerne das atenções dos modernos e líquidos indivíduos-por-decreto, e no topo de sua agenda existencial” (BAUMAN, 2004, p. 6).

Considerações finais

Nota-se que ao investigar as poéticas musicais, a guerra foi representada de forma múltipla. Assim, foram atribuídos a ela vários sentidos que estiveram imbricados com as subjetividades dos artistas, em reafirmar alguns posicionamentos, diante das circunstâncias de seu momento vivido.

Na canção da Legião Urbana, houve uma crítica à indústria da guerra e as implicações sociais dela decorrentes, em especial aquelas relacionadas à juventude. A melodia, que mesclou uma marcha militar com uma canção de ninar, coadunou com o discurso do eu lírico contra a participação militar do jovem, mostrando a contradição de tal grupo etário com a guerra. Afinal, esta colocaria em risco a vida do jovem, em detrimento do lucro do “Senhor da Guerra”. Para o eu lírico, não haveria influência patriótica, religiosa ou social que daria sentido a tais circunstâncias.

Em contrapartida, o Biquíni Cavado trouxe uma representação da guerra semelhante àquela da banda brasileira. A melodia triste e melancólica dialogou com a poética, que demonstrou a destruição do espaço urbano em razão da guerra. Os senhores do progresso teriam conotações semelhantes ao senhor da guerra, proposto pela Legião Urbana. Afinal, ambos só pensaram no desenvolvimento tecnológico e econômico e deixaram à parte a proteção da vida. “Múmias”, nome dado à canção, dirigiu-se àqueles que pensaram dessa forma. O progresso, na música, foi visto como atraso, pois levou a humanidade para um estado de incertezas e violência.

A melodia rápida e alegre respaldou o desejo de mutação da banda Barão Vermelho. A voz enunciativa gostaria de transformar alguns

aspectos de sua vivência, marcada por relações sociais frias. A guerra, na poética, apareceu como sinônimo de esperanças e desejo de mudança. Assim, conotou as transformações e lutas do sujeito consigo mesmo.

Nos ansios de encontrar a pessoa pela qual tem afeição, Cazusa, em sua poética musical trouxe uma melodia apreensiva, que respaldou todo o seu percurso. Esse foi coadunado com o paradoxo entre querer e poder, que formaram uma guerra civil na subjetividade do sujeito. Assim, esse não conseguiu encontrar caminhos para ficar próximo à pessoa amada, criando uma trama na qual transbordam as sentimentalidades do eu lírico. A guerra, como símbolo de resolução dos conflitos internos, apareceu de forma semelhante na canção do Barão Vermelho.

A “Mudança de Comportamento”, do Iral, trouxe a guerra como o símbolo do fazer o impossível para estar com a amada. Com esse intento, o eu lírico afirmou que entraria em uma guerra, e essa passou a ser a metáfora de seus sentimentos, esforços, ousadia, trabalho e luta. Para tanto, a melodia afetiva e espirituosa respaldou as ambições do sujeito expressas na canção.

Por fim, nota-se que a simbologia da guerra apareceu nas canções de *rock* nacional da década de 1980, imbricadas às subjetividades dos artistas. Assim, se mostrou um campo rico para inúmeras análises e reflexões. O debate multidisciplinar, proposto pelo trabalho, concedeu algumas referências interpretativas para o uso da música enquanto fonte de pesquisa. Dessa forma, espera-se assim que o artigo conceda suas contribuições para a historiografia do *rock* nacional, que ainda está sendo descortinada, cabendo outros e vários desdobramentos.

Referências

Documentação primária

- BARÃO VERMELHO. *Declare Guerra*. Álbum: Declare Guerra. Som Livre, 1986.
- BIQUINI CAVADÃO. *Múmiás*. Álbum: Cidades em Torrente. Polydor, 1986.

- CAZUZA. *Guerra Civil*. Álbum: Ideologia. Universal Music Group, 1988.
- IRA!. *Mudança de Comportamento*. Álbum: Mudança de Comportamento. WEA, 1986.
- LEGIÃO URBANA. *A canção do senhor da Guerra*. Álbum: Música para acampamentos. EMI-ODEON, 1992.

Obras de apoio

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1978-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALEXANDRE, Ricardo. *O Rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais da Juventude*. São Paulo: Moderna, 2004.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim, Lúcia Melin. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- COPLAND, A. *Como ouvir e entender música*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- DOURADO, Henrique Autran. *Dicionário de termos e expressões da música*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- ERICKSON, Erick H. *Identidade: juventude em crise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FRIDMAM, Luis Carlos. *Vertigens Pós-Modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

- FIORIN, José Luiz. *Elementos da Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JARDIM, Antônio. *Música: Vigência do pensar poético*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40*. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- KINZO, Maria D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 15, p. 3-12, 2001.
- LEXICON, Herder. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Erlon José Paschoal. São Paulo: Ed. Cultrix, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Portugal: Relógio d'água, 1983.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Tradução de Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.
- NAKASHIMA, Henry Albert Yukio. *AD-DIN FI QULUB – O Islam em São Paulo (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 1996.
- _____. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, v. 8, n. 13, p. 135-150, 2006.
- OLIVEIRA, Heitor Martins. Teoria, análise e nova musicologia: debates e perspectivas. *Revista Opus*, v. 2, n. 14, p. 100-114, 2008.

- PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. *Revista Arte-cultura*, v. 6, n. 9, p. 22-31, 2004.
- SEKEFF, Maria de Lourdes. Música e Semiótica. In: TOMÁS, Lia (Org.). *De sons e signos: música, mídia e contemporaneidade*. São Paulo: Educ, p. 33-58, 1998.
- _____. *Música, estética de subjetivação: Tema com variações*. São Paulo: Anablume, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. 4. ed. Coordenação de Laura de Mello e Souza e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SOUZA, Fábio Francisco Feltrin. Sons de um tempo: o rock dos anos 80 e o mergulho do presente. *Revista Percursos*, v. 9, n. 1, p. 56-70, 2013.
- TATTI, Luiz. *Semiótica da canção: Melodia e letra*. 3. ed. São Paulo: Escuta, 2007.
- WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zorge Zahar, p. 192-201, 2006.
- VOLPE, Maria Alice. Por uma nova musicologia. *Revista Música em Contexto*, v. 1, p. 107-122, 2007.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção e Leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suelly Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.